



CONGRESSO NACIONAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 3

Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 1, de 2023, para "destinada a investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de Janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília."

PRESIDENTE: Deputado Arthur Oliveira Maia

RELATORA: Senadora Eliziane Gama

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Magno Malta, Jorge Seif, Damares Alves, Amanda Gentil, Josenildo, Rafael Brito, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Pr. Marco Feliciano, Eduardo Bolsonaro, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali e Pastor Henrique Vieira, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Cid Gomes, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Duarte Jr., Carlos Sampaio, Duda Salabert, Paulo Magalhães, Aluisio Mendes e Rodrigo Gambale. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva de Jorge Eduardo Naime. Finalidade: Depoimento de Jorge Eduardo Naime, ex-chefe do Departamento Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal. Oitiva do Jorge Eduardo Naime, em atendimento ao requerimento 847/2023. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão ordinária desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Senhores e senhoras...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. e Sras. Parlamentares, como nós sabemos, estamos hoje aqui com o propósito de fazer a oitiva do Coronel Naime. Entretanto, o depoente havia impetrado um *habeas corpus* perante o Supremo Tribunal Federal requerendo o direito de não vir depor. E, se viesse, que o viesse na condição de investigado.

Hoje, por volta das 9h30 da manhã, aproximadamente, o Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu, em parte, a medida cautelar, acatou parcialmente o *habeas corpus*, dizendo que denegava o pedido para não vir depor, que o depoente tinha que vir depor, mas que ele viria na condição de investigado e de testemunha, exatamente como foi o que aconteceu no último depoimento que tivemos. Como sabemos, o depoente encontra-se preso.

Nesse *habeas corpus*, foi dada essa decisão às 9h30; às 10h12, o depoente entrou com um outro pedido aqui na CPMI, juntando um atestado médico alegando falta de condições psicológicas para proceder ao seu depoimento. Ora, todos nós sabemos que essa intimação foi feita ao depoente na semana passada. Ele poderia ter se antecipado e mandado esse atestado médico. Não o fez. Entrou com *habeas corpus*. O *habeas corpus* foi decidido hoje, como eu acabei de falar. Quarenta minutos depois da resposta dada através da decisão do *habeas corpus* pelo Supremo Tribunal Federal obrigando o depoente a vir, foi apresentado esse atestado médico, e, diante dessa realidade, nós determinamos que o depoente viesse até o Senado para ser avaliado por uma junta médica do próprio Senado. Neste momento ele encontra-se perante a junta médica, não sei se já acabou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já acabou. A junta certamente está concluindo lá o seu laudo.

Entretanto, eu fui procurado aqui pelo Dr. Gustavo Mascarenhas, que é advogado do depoente, que manifestou a vontade do depoente, independentemente do que a junta médica disser, de prestar o seu depoimento, e disse que faria aqui verbalmente essa desistência do requerimento que ele fez pela manhã baseado no atestado médico que pedia que o depoente não fosse ouvido. Então, eu pediria que o Dr. Gustavo viesse aqui para formalizar a sua solicitação verbalmente.

O SR. GUSTAVO MASCARENHAS – Presidente, a gente vai aguardar o resultado da junta, mas, mesmo assim, ele deseja depor. Então, nós estamos desistindo. A gente quer entender... A junta



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provavelmente deve confirmar realmente o estado dele, mas ele, mesmo assim, tendo saído já da Academia Militar, onde está preso, gostaria de ser ouvido pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente. Sendo assim – sendo assim –, como todos estão vendo, é um ato de vontade própria do depoente, manifestado através do seu constituinte, do seu advogado. Portanto, o Coronel Naime pretende fazer o seu depoimento. Vamos aguardar.

Precisa aguardar alguma coisa ainda, Leandro? *(Pausa.)*

Então, por favor, eu peço que conduza o Coronel Naime até a mesa. *(Pausa.)*

Eu vou ler aqui os termos do deferimento do HC do Ministro Alexandre de Moraes, para que todos tomem conhecimento.

A Comissão foi notificada da decisão do Ministro Alexandre de Moraes em medida cautelar no Habeas Corpus 229.668, Distrito Federal, que deferiu parcialmente o pedido da defesa, no sentido de que o Sr. Jorge Eduardo Naime,

[...] (a) Apresentado à CPMI, na condição de testemunha, tendo o dever legal de manifestar-se sobre os fatos e acontecimentos relacionados ao objeto da investigação, estando, entretanto, assegurado o direito ao silêncio e a garantia de não autoincriminação, se instado a responder perguntas cujas respostas possam resultar em seu prejuízo ou em sua incriminação; e (b) Assistido por advogados durante sua oitiva, podendo comunicar-se com eles, observados os termos regimentais e a condução dos trabalhos pelo Presidente da CPMI. [...]

Então, esses são os termos em que foi dada a decisão do Ministro Alexandre de Moraes.

O Coronel Naime já está aqui – boa tarde! –, já está aqui na mesa.

Eu, inicialmente, como tem sido com outros depoentes, passarei, Coronel, a palavra a V. Sa. pelo prazo de 15 minutos para o senhor poder falar sobre o assunto, que, obviamente, o senhor conhece, que o traz a esta CPMI, que são justamente os acontecimentos relacionados ao dia 8 de janeiro do presente ano. V. Exa. falará por 15 minutos. Depois disso, a palavra será aberta aos Parlamentares inscritos. Cada Parlamentar terá dez minutos para fazer a sua inquirição. E o tempo da resposta de V. Sa. conta no tempo do Parlamentar. Portanto, ele pode até interromper quando se sentir já satisfeito pela vossa resposta. Ao final da fala dos Parlamentares, se restou ainda algum assunto de que o senhor gostaria de tratar e que não foi tratado, o senhor terá mais cinco minutos, ao final, para falar aquilo que lhe convier.

Então, eu passo a palavra ao Coronel Naime pelo prazo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, sim.

A decisão, Coronel, proferida no Habeas Corpus 229.668, do Distrito Federal, não exime V. Sa. de firmar termo de compromisso, embora esse tenha sido um dos pedidos da defesa.

Então, vou lhe perguntar: V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pronto. Está prestado o juramento.

Então, a partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que:

[...]

II - fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito:

[...]

constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos.

Passo a palavra ao depoente por 15 minutos.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Obrigado, Senador.

Excelências, boa tarde.

Primeiro, eu gostaria de agradecer a esta CPI, CPMI, pela oportunidade de, mais uma vez, estar esclarecendo os fatos a respeito do dia 8/01. Eu, realmente, não estava – não estou – em condições físicas. Eu vou me esforçar ao máximo para poder responder aos senhores com a maior clareza possível, mas eu já estou, há cinco meses, preso sem que eu realmente saiba por que estou preso. Eu me encontrava de licença, fui acionado para poder estar no cenário do dia 8 e me apresentei.

Eu fui ouvido pela primeira CPI, eu ainda não tinha muito conhecimento dos fatos, mas durante esses cinco meses em que estive preso eu tive acesso a muitos fatos novos, a muitas fases da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação. Tomei conhecimento de várias situações, e uma delas é que a situação do dia 8 começa a se resolver e os prédios públicos começam a ser desocupados exatamente quando eu chego e começo a comandar as tropas da Polícia Militar.

Mas, hoje, mesmo numa condição mental não muito favorável, eu resolvi vir aqui em respeito a V. Exas., em respeito ao Congresso Nacional, Casa que eu sempre defendi, que eu sempre operei e sempre estive presente nas maiores operações com esta Casa, defendendo o Estado democrático de direito. Com isso, eu me ponho à disposição dos senhores para qualquer questionamento ou qualquer pergunta que tenha relação aos fatos que são apurados por esta CPI.

Muito obrigado a todos e que Deus nos abençoe neste dia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Coronel Naime não usou todo o seu tempo.

E eu passo a palavra à ilustre Relatora, Senadora Eliziane Gama, para que proceda à sua inquirição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente.

Os meus cumprimentos aos demais membros da mesa desta CPMI, aos colegas Parlamentares, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Presidente, hoje, em nossa sexta semana, a CPMI vai se debruçar sobre o papel das forças de segurança do Distrito Federal, com destaque para a Polícia Militar no contexto das manifestações antidemocráticas na cidade. E, aí, alguns questionamentos que estaremos trabalhando hoje ao longo deste depoimento são se houve falta de planejamento, se a inteligência fracassou, se houve leniência, se houve omissão, influência política na Polícia Militar do DF e também os outros aparatos de segurança.

As incertezas aumentam quando se leva em consideração que o então Secretário de Segurança Anderson Torres viajava no período de 8 de janeiro ao exterior num momento em que a República corria, naturalmente, momentos terríveis, eu diria, perigosos, e que comandantes importantes da Polícia Militar estavam também de férias ou de licença.

Reputamos como sérios os órgãos policiais do Distrito Federal, entretanto, não acreditamos, pelas informações já disponíveis, que os acontecimentos graves nos dias 12 e 24 e também no dia 8 de janeiro se deram por erros menores.

A oitava de hoje abre caminhos para que possamos iluminar um pouco mais as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu inicio, Presidente, fazendo uma pergunta que traz, na verdade, um pouco de atraso nos trabalhos hoje.

Coronel Naime, o senhor... Na verdade, o Presidente já relatou, a sua defesa impetrou, na verdade, no Supremo, um pedido de que houvesse a possibilidade de facultar a sua dispensa desse depoimento, mas antes, ontem, por volta das 18h, que foi o horário definido, tem a assinatura, na verdade, de um atestado médico, pedindo exatamente a sua dispensa. O senhor apresenta hoje, pela manhã, depois de que a decisão proferida pelo Ministro Alexandre vem em parte daquilo que foi requisitado, solicitado pela sua defesa, e, agora, quando a gente fez a solicitação da junta médica para fazer o acompanhamento e fazer um novo laudo, o senhor na verdade muda de ideia.

Por que houve essa série de alterações? O seu estado emocional, naturalmente, que estava colocado no primeiro laudo... E aí – a gente está deixando aqui, de forma muito clara, que estamos pugnando que seja verdadeiro aquilo que constava no laudo –, de repente, o senhor fez uma mudança. Por que essas alterações?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Excelência, primeiro que, quando a gente está na situação de preso, qualquer alteração que a gente sofre na nossa rotina do dia a dia acarreta, com certeza, alterações mentais. E, assim, o médico me consultou ontem, onde eu me encontro detido, ele viu a situação; é um médico que já me acompanhava, já tinha me visitado na detenção em outra oportunidade, e hoje a intenção exatamente do médico era que essa minha rotina não fosse alterada, porque ele sabe que alteração de rotina... o que é que isso acarreta na minha situação de saúde mental. Mas como eu já havia sido conduzido para o Congresso, eu já estava aqui, já tinha sido alterada a minha rotina, então eu... E como eu não tenho nada que eu não possa declarar perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito ou qualquer outro órgão do Estado que me chame para depor, e como eu já estava na Casa, eu espontaneamente decidi a vir, mesmo não estando na minha condição emocional... na melhor performance emocional que poderia estar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vamos seguir aqui para os questionamentos.

Nós estamos, Coronel Naime, aqui, criamos, na verdade, apresentamos nosso plano de trabalho, uma linha cronológica que vamos seguir na investigação. E, nessa linha cronológica, considerando que o ato do dia 8 de janeiro tinha um ponto muito fundamental, que era o questionamento do resultado eleitoral, nós então iniciamos o processo a partir do resultado das eleições, que foi na noite do dia 30, seguindo aí, portanto, com o fechamento das rodovias pelo Brasil inteiro, o ato de tentativa de invasão da sede da Polícia Federal no dia 12 de dezembro, seguindo também pelo dia 24 de dezembro.

Mas eu queria fazer aqui um questionamento para o senhor, porque nós tivemos, na verdade, a operação do dia 12 de dezembro, quando o senhor estava como Comandante do Dope, e aí o senhor também esteve um pouquinho mais lá atrás. E aí eu rememoro, por exemplo, o Sete de Setembro de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2021, quando, em 6 de setembro, nós tivemos ali aquele acesso, de uma forma muito, eu diria... E as imagens, na verdade, são muito claras em relação a isso, em que os manifestantes, na verdade, retiraram aquelas barreiras, avançaram do ponto inicial onde estavam – que era ali mais ou menos à altura da rodoviária – e chegaram até aqui, nas proximidades da Praça dos Três Poderes; e o que ocorreu naquele momento foi que a Praça dos Três Poderes ficou basicamente sitiada.

Nos relatórios sobre os quais nós conversamos, a gente percebe claramente que havia uma tensão da Polícia, tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados, em relação à possibilidade real de avanço; inclusive alguns chegaram a colocar que poderiam avançar para a sede do Supremo Tribunal Federal. E, como resultado desta ação... Por um determinado momento, houve uma dispersão por ações, inclusive que foi trabalhada pelos militares da Câmara dos Deputados, o que resultou, por exemplo, em relatório de apuração de conduta e também de processo administrativo. O senhor tem informações sobre esses processos, em que consta a presença, e, portanto, contra alguns militares?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A senhora pode me repetir qual é a data desse evento?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso em setembro de 2021, mais precisamente para o Sete de Setembro.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Em setembro de 21 não houve invasão da Praça dos Três Poderes. O pessoal que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu disse que houve ameaça com possibilidade de chegar à Praça dos Três Poderes e ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É, mas o que aconteceu foi que houve uma reunião na Secretaria de Segurança Pública, porque, no dia 1º de maio do mesmo ano, o agro havia feito uma manifestação no Distrito Federal e no planejamento do movimento do agro, no evento do dia 1º de maio, foi feito um acordo com representantes do movimento agro de que seria autorizado que o agro estacionasse caminhões nas duas vias da Via N1, no sentido Congresso-Rodoviária, e isso foi feito com êxito.

Nós escoltamos os caminhões para o dia 1º de maio, se a senhora pegar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu estou falando do mês de setembro.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu preciso falar isso do mês de maio para que a senhora entenda o que aconteceu no mês de setembro, porque se eu não explicar para a senhora o contexto de maio, a senhora não vai entender por que aconteceram aqueles fatos no mês de setembro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, eu queria que o senhor fosse um pouco mais sucinto, até mesmo porque o nosso foco é o processo eleitoral.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É bem verdade, de fato, que nós tivemos vários atos democráticos ao longo dos últimos quatro anos, isso é uma verdade.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Então, nessa operação do dia 1º de maio, os caminhões estacionaram com total êxito, sem qualquer problema.

Para o Sete de Setembro, no planejamento do Sete de Setembro, o agro reingressou com um novo pedido – isso em Sete de Setembro de 2021. O agro entrou com um novo pedido na Secretaria de Segurança Pública, solicitando que fosse reprisado o que aconteceu no dia 1º de maio, com autorização de que alguns caminhões estacionassem na Via N1, com tratores, da mesma forma que ocorreu no dia 1º de maio do mesmo ano, e foi acertado com a Secretaria de Segurança Pública que isso seria feito dessa forma.

A PM novamente comandaria a escolta desses caminhões, conduziria esses caminhões até a Via N1 e faria o estacionamento desses caminhões na Via N1, a exemplo do que foi feito no dia 1º de maio. Só que, na noite do dia 6, outros grupos – que não estavam com aquele grupo que nós tínhamos acertado e que não eram o grupo que tinha trabalhado com a PM no dia 1º de maio – resolveram entrar no Distrito Federal, de forma aleatória, e resolveram acessar a Esplanada dos Ministérios de forma indevida e de forma não autorizada.

Aí nós tivemos um primeiro confronto com a Polícia Militar, ainda na faixa de interseção da Via Leste, da rodoviária, onde foi o primeiro confronto. Alguns caminhões, alguns caminhoneiros, conseguiram passar por essa barreira e, depois, nós os seguramos aqui na altura da Avenida das Bandeiras com a junção com o Itamaraty, foi onde eu montei uma linha, linha formada exclusivamente por alunos do curso de formação de praça, que tinham acabado de ser apresentados ao Departamento de Operações.

Nós seguramos os caminhões e seguramos a ida dos manifestantes. Inclusive, a gente nem chegou, nesse momento, a usar a tropa de choque, nós usamos somente essa linha de contenção e o embate muito próximo da Polícia Militar com esses manifestantes.

Na manhã do dia seguinte, houve uma nova tentativa, e eles mobilizaram os caminhões à frente dessa linha, pararam nessa linha, mobilizaram os caminhões e, na manhã do dia seguinte, eles tentaram novamente partir para cima do STF. Foi o momento em que foi utilizada a tropa de choque, foi o momento em que foi utilizada munição de baixa letalidade, foi usado gás lacrimogênio, foram usadas granadas. E aí nós conseguimos conter esse público, e, nessa situação, nós permanecemos praticamente aquela semana toda seguinte ao Sete de Setembro e a semana seguinte até a sexta-feira, quando eu recebi ordem do Governador que era para efetuar a retirada de todo o acampamento e de todos os manifestantes, e assim nós procedemos. Retiramos todo o acampamento da Esplanada, retiramos todos os manifestantes na sexta-feira seguinte ao dia 7 de setembro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ainda, só para finalizar este ponto, Coronel, quando eu falo, por exemplo... E aí eu pergunto mais uma vez para o senhor: o senhor tem informação desses processos administrativos? O senhor chegou a receber algum tipo de notificação? Porque o fato específico é: a dispersão, por exemplo, dos manifestantes ocorreu quando policiais, na verdade, da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados teriam agido com uma bomba de gás lacrimogêneo, especificamente a GL-310, que é a informação que eu tenho, e a partir daí houve a dispersão.

Parece que houve uma certa frustração de alguns, que inclusive foi aberto um processo administrativo no âmbito da Polícia Militar em relação a alguns militares, exatamente para entender o porquê daquela ação em que houve a dispersão. Num primeiro momento, fica a impressão de quê? De repente, você tem uma ação da Polícia Legislativa e há um questionamento do porquê que isso teria ocorrido quando nada mais a Polícia Legislativa, no caso da Câmara dos Deputados, estava fazendo o seu papel de conter os manifestantes e evitar, por exemplo, que eles chegassem à Câmara dos Deputados. Porque, inclusive, há vídeo, eu queria até pedir, com a permissão do Presidente, que a gente soltasse o primeiro vídeo aqui, em que há claramente manifestantes chamando a população para... os manifestantes, portanto, para o Supremo Tribunal Federal. Vocês podem soltá-lo para mim? E aí, juntando, enquanto eles colocam... Dê-me aqui o depoimento dele na Câmara.

Na Câmara Legislativa, o senhor faz uma referência, por exemplo, de que havia indicativos de ameaças de bomba e de invasões em Brasília. Mas eu lendo aqui, por exemplo, essa sua declaração, não fica claro se o senhor se refere a este ato lá atrás de 2021 ou se era agora, em 2022. Eu queria que o senhor me trouxesse esse esclarecimento e juntasse a isso. Quando o senhor cita, por exemplo, um indicativo de que prédios públicos poderiam ser ocupados, quais seriam esses prédios públicos e, ao mesmo tempo, se havia, no conjunto dessas informações, também direcionamento para quais locais poderiam ser utilizadas bombas.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Nesse dia 6 de setembro, o alvo era o STF, claramente era o STF. A intenção deles era entrar com os caminhões no STF. O chamamento que havia e a tentativa dos manifestantes era de chegar ao STF.

Nesses procedimentos administrativos, eu não fui chamado em nenhum. Não fui convocado para esses processos administrativos e eu praticamente permaneci o tempo todo. A única hora que eu vi uma atuação da Polícia Legislativa foi na manhã do dia 7, quando os manifestantes tentaram romper a linha que a Polícia Militar fazia e que alguns policiais legislativos fizeram realmente lançamento de granadas em cima desse público que estava em confronto com a PM.

Eu não tenho ciência, nem participei, nem vi nenhuma ação isolada da Polícia Legislativa que não fosse em conjunto com a Polícia Militar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não acha estranho que daí resultasse, por exemplo, num processo administrativo, já que não haveria em tese qualquer tipo de conflito e eles estariam trabalhando em harmonia?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu não sei, Excelência, como falar a respeito de estranheza, porque isso aí vai a respeito do julgo pessoal, subjetivo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tudo bem, obrigada.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... da autoridade administrativa. A autoridade...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, tudo bem, de fato.

Eu queria pedir, aqui, que fosse apresentado o vídeo, Presidente.

Esse vídeo aqui é dessa tentativa de invasão.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu acho que é isso, Presidente.

Muito obrigada, aí, pela apresentação.

Coronel, no vídeo, a gente percebe claramente, inclusive, alguns policiais caminhando com uma certa naturalidade. A minha pergunta para o senhor: primeiramente, eu queria o que o senhor me explicasse, de forma muito resumida, Coronel, acerca do Centro de Inteligência da Polícia Militar do DF, eu queria que o senhor me desse como é que de fato... pelo menos alguma característica de como é que efetivamente ela funciona e, ao mesmo tempo também, pergunto-lhe se a Polícia Militar, ou melhor, se esse centro de inteligência apontou, de uma forma muito clara, por exemplo, essas ameaças. O senhor citou, por exemplo, que o ponto principal era o Supremo Tribunal Federal. Já foi apresentado por esses relatórios da inteligência da Polícia Militar?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, primeiro eu vou começar pelas imagens.

Se os senhores perceberem, o uniforme que o policial militar usa é um uniforme azul com amarelo fluorescente. Aquele é um uniforme característico de policiais especializados em policiamento ostensivo de trânsito. Eles não são policiais que estão preparados para combate, para confronto com turbas e manifestações. A especialização deles é fiscalização e coordenação de trânsito, que era exatamente o que eles estavam fazendo naquela barreira.

Como eu disse para a senhora – para V. Exa. – na minha primeira fala: realmente, houve a quebra da barreira na alça leste. Se os senhores perceberem, a rodoviária está bem atrás de onde está sendo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filmado. Então, foi exatamente esse o ponto onde houve o rompimento. E, aí, a Polícia Militar, nós nos reorganizamos, nos reorganizamos com a tropa de choque e fizemos a nova barreira na altura da Avenida das Bandeiras, de onde os manifestantes não passaram em nenhum momento durante os outros sete dias que eles permaneceram na Esplanada.

Quanto ao Centro de Inteligência da Polícia Militar: o Centro de Inteligência da Polícia Militar é subordinado, é órgão de assessoria do Comandante-Geral.

Ele é um órgão que não está sequer subordinado ao Subcomandante-Geral; ele está subordinado diretamente ao Comandante-Geral da corporação. Então, os relatórios de inteligência são passados ao Comandante-Geral da corporação. E, aí, pela necessidade de conhecimento, pela necessidade do saber, sendo isso um princípio básico da inteligência, de acordo com a orientação do Chefe da Inteligência, esses relatórios são passados aos órgãos que têm necessidade de conhecer. Então, não significa necessariamente que todo relatório que é passado ao Comandante-Geral chegue ao Chefe do DOP. Às vezes, o Comandante pode entender que o Chefe do DOP não tem necessidade de conhecer. É óbvio que, nesse caso, é um tipo de relatório que o Chefe do DOP tinha necessidade de conhecer.

Agora, nem sempre a inteligência funcionou de uma forma muito efetiva, não é? Eu tinha uma agência de inteligência própria dentro do departamento, uma agência local de inteligência, que... através dela... Ela era o canal técnico, o qual recebia essas informações.

E, a respeito do dia 7... 6 de setembro e 7 de setembro, existiam várias informações, mas muitas informações controversas. Inclusive, eu estive na Chácara Leão, no período da tarde, onde eu sabia que estava acampado o pessoal do agro, que havia o acordo com a Secretaria de Segurança, que seguiria, a partir da zero hora, para fazer o estacionamento. E eu estive com eles naquela tarde, conversei com eles. Eles me falaram: "Não; está tudo certo, Coronel. A gente vai seguir o que foi programado". Só que aí, a partir das 18h, começaram a chegar caminhões tentando invadir a Esplanada. E, assim... Não tinha essa informação específica da secretaria, pelo que eu me lembro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, veja bem, a informação que o senhor coloca é que tem, por exemplo, o departamento de inteligência, que é ligado ao Secretário de Segurança Pública do DF...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não; aí é outro órgão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim, mas o senhor acabou de me dizer que ele não necessariamente... O senhor tem uma agência que é da...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Do DOP.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... que é ligada à Polícia Militar... que é ligada ao DOP, melhor dizendo. E esse outro órgão... Porque é muito estranho, por exemplo, você ter um órgão de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança, ou melhor, um órgão de inteligência, que recebe, na verdade, que faz o acompanhamento dos fatos... Porque a informação que eu tenho é que a inteligência não lhe diz o que você vai fazer, ela diz o que pode ocorrer, e vocês, por exemplo, da parte de operação, fazem a estratégia para coibir que aquela determinada manifestação, sobretudo o vandalismo, na verdade efetivamente ocorra. Nesse caso específico, vocês não receberam essas informações de inteligência?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu não consegui entender a pergunta da senhora, Senadora, porque nós estamos... A senhora está falando de três, quatro órgãos diferentes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Secretário... Coronel, eu estou falando claramente de um órgão de inteligência da segurança pública. O senhor disse que não necessariamente esse órgão informa ao DOP. Eu estou falando de um caso específico, que é o do dia 7 de setembro, em que a gente viu as manifestações e toda uma quantidade, na verdade, de manifestantes que vieram com o objetivo claro de invadir prédios públicos, e informações passadas inclusive pelo senhor, onde havia, por exemplo, a possibilidade de bombas. Nesse caso específico, o DOP não foi informado, é isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É isso que eu preciso entender da senhora. Porque a senhora está falando de Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu estou falando do setor de inteligência da Secretaria de Segurança Pública, Coronel.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Pois é. O setor de inteligência da Secretaria de Segurança Pública...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não informou ao DOP? A minha pergunta é clara. O senhor está tentando tergiversar. Eu estou lhe fazendo uma pergunta clara.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não estou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O setor de segurança... O setor de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal não passou ao senhor, que é comandante do DOP, informações da possibilidade clara de invasão a prédios públicos, sobretudo, especificamente, o Supremo Tribunal Federal? Passou ou não passou?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O setor de inteligência da Secretaria de Segurança Pública...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O setor de inteligência da Secretaria de Segurança Pública é a Subsecretaria de Inteligência de Segurança Pública, é a Subsecretaria de Inteligência, esse é o órgão de inteligência da secretaria. Esse órgão fala com o Centro de Inteligência da Polícia Militar, e o Centro de Inteligência da Polícia Militar é que vai se reportar às agências locais. Eu, DOP, não tenho canal técnico com a Subsecretaria de Inteligência, por isso que eu estou falando com a senhora: a senhora está falando de quatro órgãos diferentes, e a senhora está falando de um sistema de inteligência, um sistema de inteligência que é hierarquizado. A agência local do DOP não fala...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas eles não se comunicam, Coronel?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A agência do DOP, a agência de inteligência do DOP não fala com a Subsecretaria de Inteligência da Segurança Pública, a agência do DOP fala com o Centro de Inteligência da Polícia Militar. A inteligência da Polícia Militar é toda coordenada e controlada pelo Centro de Inteligência, que é subordinado ao Comandante-Geral. Agora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O que acontece... Perfeito.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... nós temos, eu não posso dizer para a senhora que a informação que chegou para mim foi da Subsecretaria de Inteligência, porque as informações chegavam, normalmente, a respeito de... dentro dos grupos que nós tínhamos de inteligência da PM. Então, assim, nesse dia, nós estamos falando de três anos atrás, eu não sei precisar para a senhora precisamente quais foram as informações que chegaram, mas, com certeza, no dia 6, durante o dia, chegaram informações de grupos que tentariam de alguma forma fazer algum ato no dia 7 de setembro.

E, assim, a gente vivia na Polícia Militar em alerta nessas manifestações, principalmente, no ano de 2021, onde a gente tinha um clima muito acirrado entre o Governo Federal e o próprio STF.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, eu vou fazer só para finalizar: o senhor não se recorda se o senhor recebeu ou não a informação da possibilidade dessas invasões?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu não me recordo se eu recebi especificamente essas informações.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada.

Eu vou ler aqui uma parte da Coronel Cíntia, em uma das falas em que ela coloca sobre exatamente essas metodologias, sobre esse sistema que era adotado.

Ela diz o seguinte: Quando a Secretária de Segurança toma conhecimento de qualquer manifestação pública tenta identificar quem está à frente do movimento para colher o maior número de informações e subsidiar as forças de segurança – o senhor parece-me, inclusive, que falou isso agora há pouco, inclusive. Colhidas as informações, elas fazem duas reuniões: uma, a primeira com todos os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos de segurança e os organizadores da manifestação para tratar da metodologia. Quando as informações são reunidas, todos os representantes dos órgãos e os líderes do movimento são retirados da sala, e o protocolo sobre as medidas de segurança é montado, agora sem a presença de qualquer representante de partido A ou B. Ela explicou também que eles seguem as redes sociais e muitas vezes encontram *folder* ou uma propaganda do movimento e começam a se preparar.

Eu faço a pergunta para os dois momentos: para o momento específico do Sete de Setembro, que todos sabem que o Sete de Setembro é uma manifestação em que você faz uma programação com antecedência. Houve essa programação para esse caso em específico lá atrás? E aí eu quero juntar a pergunta para... Não, vamos por partes, primeiro me responda sobre esse caso específico do Sete de Setembro lá atrás, no ano de 2021. Houve essa programação nos ritos que a Coronel Cíntia coloca?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, 2021? Ela acabou de falar que ia ser a partir do segundo turno das eleições. Preste atenção no precedente que vai abrir!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Há uma similaridade entre os fatos, Presidente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, 2021!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Daqui a pouco a gente vai falar em 2016, 2017...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, olhe só, no mérito...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Daqui a pouco é 2013...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... esta Presidência não tem como interferir na fala de V. Exa., nem de nenhum outro Deputado, nem da Relatora. Então, obviamente que isso vale para todos. V. Exa. também fique à vontade de fazer o questionamento que achar conveniente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito bem.

Pois não, Coronel.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Excelência, eu tenho toda a disposição de explicar para a senhora exatamente sobre o que a senhora está falando. Na minha primeira fala, eu mesmo já falei que houve um acordo com a coordenação do agro, do movimento agro, que faria a manifestação à réplica do que foi feito no dia 1º de maio, com total sucesso. Então, com esses representantes, nós estivemos. Nós conversamos com eles.

Agora, o que é que acontece? A senhora está fazendo um relato a respeito do que é o PAI e do que é o POI? Então, o POI é o plano de Operações Integradas. O plano de Operações Integradas envolve



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os órgãos de interesse de segurança pública, não necessariamente somente órgão de segurança pública, mas ele envolve Caesb, CEB, Anatel, envolve vários órgãos de interesse de serviços públicos, envolve a Secretaria de Mobilidade, envolve a Secretaria de Desenvolvimento Social; então, envolve todos os órgãos que possam ter interesse e possam ter ações nesses eventos. O PAI, que é o Plano de Ação Integrada, ele só fala de agentes de segurança pública; então, só participam dele os chefes das seguranças das Casas Legislativas, participam dele o chefe... o representante do GSI juntamente com os chefes das operações dos órgãos setoriais – Polícia Militar, Detran, Polícia Civil. Então esse é o PAI. Esse é um protocolo que a gente sempre usou em todas as operações.

Agora, o que a senhora... O que a gente tem que ter em mente é que a senhora está falando de uma operação programada. O Sete de Setembro de 2023 a gente sabe que vai ter; Enem de 2023, a gente sabe que vai ter; o primeiro turno das eleições em outubro, a gente sabia que ia ter. Então, como são eventos programados, eventos que já têm uma programação, esse é o protocolo que a secretaria seguia. E aí a gente montava já o plano de operações, o Plano de Ação Integrada, junto da subsecretaria.

Na grande realidade, a Coronel Cíntia, no final, ela era mais uma escriturária do que era... Ela ficava responsável em transformar em documento aquilo que já tinha sido acertado por todos os órgãos durante a reunião do Plano de Ação Integrada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, vindo aqui para especificamente em relação ao acampamento do QG.

No seu depoimento, o senhor citou, por exemplo, que foi algumas vezes ao QG caracterizado, não é? Portanto, a serviço. Eu queria que o senhor me explicasse... Ao mesmo tempo, há, por exemplo, a informação da presença de informantes da Polícia Militar do DF descaracterizados nos acampamentos. E aí eu falo especificamente do QG do Exército. Eu queria lhe fazer duas perguntas: primeiro, que o senhor me trouxesse aqui quais as informações relevantes que foram obtidas a partir da presença desses informantes da Polícia Militar descaracterizados; e, ao mesmo tempo, como é que estava esse monitoramento em relação ao que acontecia dentro do QG.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, realmente a Polícia Militar mantinha. Eu inclusive, mantinha agentes meus do DOP dentro do...

Não só no acampamento, mas em todas as reuniões que aquele grupo fazia, inclusive fora do acampamento, tendo, inclusive, um dia, que eu não consigo exatamente lembrar, que o pessoal do meu grupo me alertou a respeito do movimento, que estava ficando muito grande, no Palácio da Alvorada, que tinham sido abertas as portas da área de segurança do Palácio da Alvorada pra que os manifestantes entrassem. Parece que haveria uma manifestação do Presidente. O Presidente falaria pra aquele grupo naquele dia – se eu não engano, isso foi uma quarta-feira, quinta-feira, alguma coisa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim. E aí os meus agentes me informaram a respeito disso, não é? E aí... E já era bem próximo da posse presidencial.

Eu estava com o Blue Tree com vários chefes de Estado; eu estava com aquele setor hoteleiro ali próximo ao Palácio da Alvorada com vários representantes que tinham vindo para a posse presidencial. E aí eu me desloquei, pessoalmente, lá no Palácio da Alvorada, pra eu poder ver qual era o ânimo daquele grupo, não é? Isso já era depois do dia 12, isso já era bem próximo ali da posse. E aí eu me desloquei pra ver o que estava acontecendo e acessei a área onde todas as pessoas estavam acessando. Eu estava devidamente fardado, com viatura caracterizada, acompanhado de um patrulheiro. E aí eu tentei, tentei acessar uma área, essa área privativa, que estava aberta ao público, tinha sido aberta ao público pra acesso dos manifestantes. Eu fui lá exatamente pra entender como é que estava o ânimo desses manifestantes. E aí eu fui impedido pelo GSI de entrar, não é? Um soldado do GSI, inclusive, chegou a quase me agredir, tocou em mim, bateu, bateu no meu peito. E aí já veio de imediato uma equipe do GSI, comandada pelo Capitão Roma, acompanhado de vários manifestantes, que proferiram várias palavras de baixo calão a meu respeito, a minha pessoa. Eu não vou repetir aqui em respeito a esta Casa. E eu fui praticamente expulso daquela área de segurança.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor lembra, recorda o nome desse soldado?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Do soldado, não. Eu lembro o nome do capitão que comandava.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Do capitão...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Capitão Roma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, o Capitão Roma é um, mas teve o soldado.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O soldado, infelizmente, eu não me recordo, Excelência. Ele estava com um traje que não dava para ver o nome dele especificamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas ele era do GSI?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Ele era do GSI.

Inclusive isso eu comuniquei ao Comandante-Geral, e o Comandante-Geral reclamou ao chefe da segurança de instalações do GSI a respeito desse fato. E aí eu não tive condições de fazer nenhum planejamento pra saída daquele efetivo que estava aquele dia lá. Inclusive, se a senhora vir no dia, saíram várias na rede social dizendo que o Presidente não falou com aqueles manifestantes porque dois policiais armados invadiram a área reservada do Palácio da Alvorada.

Então, assim, a ação da Polícia Militar... Eu falei isso pra senhora, pra senhora entender que a ação da Polícia Militar no acampamento sempre foi limitada pelas Forças Armadas. A gente não tinha



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse acesso pra entrar com policiamento, pra efetuar prisão, pra retirar ambulante, pra poder fazer prisões. A própria Polícia Federal foi tentar cumprir mandados de prisão dentro do acampamento e foi rechaçada pelos manifestantes. Acabaram saindo cenas na imprensa que pareciam que o próprio Exército estava expulsando a Polícia Federal de dentro do acampamento.

Então, assim, eu estou retratando esse fato pra senhora entender que eu estive, sim, eu estive no acampamento várias vezes, sempre de serviço. Eu nunca estive no acampamento de forma... na minha hora de folga, nunca estive no acampamento me manifestando. Eu sempre estive no acampamento de serviço, até porque minhas horas de folga eram raras, e sempre no sentido de ter mais informações para a inteligência, dar mais informações para o Comandante-Geral, ter mais informações para fazer o planejamento, porque eu estava muito preocupado com o dia 1º de janeiro, que era a posse presidencial; posse essa que fui eu o comandante da posse.

Eu comande a posse, eu comande toda a operação, comande a operação desde a noite anterior, de Ano-Novo, até o dia 2, quando eu consegui liberar a Esplanada dos Ministérios para que o Itamaraty pudesse ter um evento que estava marcado para aquela manhã, de medalha, alguma coisa que o Itamaraty tinha com os chefes e a interdição da Esplanada estava atrapalhando.

Então, assim, para a senhora entender como é que era a questão da Polícia Militar dentro do acampamento, até o risco que os meus agentes corriam se eles fossem plotados dentro desse acampamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Se eles fossem...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Plotados, encontrados, identificados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Identificados.

Sobre a questão das Forças, o senhor citou, por exemplo, que a ação da Polícia Militar sempre era limitada pelas Forças Armadas...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pode citar, por exemplo, o nome de militares que o senhor lembra que em algum momento teve alguma ação, que a gente poderia dizer que impediu, por exemplo, a desmobilização?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, no meu nível, o chefe do DOP é nível estratégico da Polícia Militar, ele não é nível tático-operacional. Então, normalmente, eu lidava com o Comandante



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Militar do Planalto, General Dutra, ou com o próprio CMD, ou com o próprio comandante. Algumas vezes, naquelas ações de CSA, que é Coordenação de Setor de Área – que é montada toda vez que o Presidente se deslocava para algum evento, o CSA é acionado –, e o coordenador do CSA era o comandante da PE. E aí, normalmente, os oficiais do Exército que eu tinha contato era nesse nível.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pode, então, dizer que o General... O senhor está querendo me dizer então que o General Dutra é uma das figuras que pode ter impedido a desmobilização?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, no dia 28 de dezembro, nós nos encontramos num CMP a tarde inteira, fizemos um planejamento total, que nós íamos fazer uma operação no acampamento. Nessa reunião, no dia 28, estava presente Coronel Cíntia, estava presente o delegado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vinte e oito de dezembro?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Vinte e oito de dezembro.

Estava presente o Delegado de Polícia Federal, que era o Secretário Executivo, Dr. Milton – que era o Secretário Executivo –; estavam presentes auditores do DF Legal, que participariam do evento; estava presente o meu chefe da sessão de ordem pública, o Major Renato; eu estava presente, e aí nós fizemos todo um planejamento para fazer a retirada de barracas que estavam sendo alugadas – existiam tendas que ficavam vazias durante a noite, e os ambulantes, pessoas alugavam essas barracas no dia anterior para poder ficar o dia inteiro nessas barracas, vender, fazer venda, fazer tudo lá de forma irregular.

Nós já tínhamos informes da Polícia Civil a respeito de ocorrências. Nesse período, vazou um vídeo na internet onde um senhor chamado Renan Sena acusava um outro líder de manifestação, eu não me recordo o nome dele, mas ele é bem conhecido...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – João Salas?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – João Salas, isso, João Salas. Ele teria inclusive cometido estupro dentro do acampamento. E quando a gente recebia essas notícias, a gente fazia intervenções junto do Exército para que a gente tentasse mobilizar aquele acampamento. E aí, no dia 28, a gente fez essa reunião. No dia 29, eu coloquei, às 6h da manhã, à disposição das Forças Armadas 450 policiais militares, inclusive tropa de choque, canil, aeronave, tudo pronto para que a gente fizesse uma operação de desmobilização daquele acampamento.

O que a gente precisa entender – nesses meses eu venho escutando algumas falas –, a gente tem que entender a *expertise* de cada órgão, nós temos que respeitar a *expertise* de cada órgão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha *expertise*, como policial militar... A minha *expertise* está em fazer reintegração de posse, fazer retiradas, fazer locação de efetivos. Então, assim, se eu falo pra um general que eu tenho condição de fazer uma retirada, é porque eu tenho condição de fazer uma retirada. A *expertise* do general é campo de combate, é guerra, é outra coisa que não diz nada a ver com segurança pública, que não tem nada a ver com a locação e o emprego de força de segurança pública.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, eu queria fazer duas perguntas sobre a questão da desmobilização quando o senhor faz referência, por exemplo, a barracas. Essa desmobilização era de todo o acampamento, dessa reunião do dia 28 de dezembro, ou era uma desmobilização apenas da parte dos ambulantes?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, o que eu fiquei a entender é que nós faríamos, primeiro, uma retirada de todas as barracas que estavam sendo utilizadas pra ambulantes, não é? Já faríamos uma retirada, retirariamos a cozinha que estava dando suporte àquela manifestação e depois o Exército iria, aos poucos, retirando os manifestantes que estariam ali sem essa questão de venda, sem essas barracas pra poder estar se colocando num período diurno e sem a cozinha que fornecia a logística necessária pra eles permanecerem ali.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Sobre essas denúncias do que ocorria, por exemplo, dentro do acampamento, essa que o senhor cita, por exemplo, de estupro, de tráfico de drogas, de pessoas submetidas à prostituição ou coisa parecida, eu busquei e não consegui localizar nenhum inquérito que fizesse investigação nessa linha. O senhor fez o comunicado, por exemplo, às autoridades, no caso à Polícia Civil, pra poder fazer essa investigação?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, foi público o vídeo que saiu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. Foi público. Quero dizer o senhor... O senhor fez esse comunicado formal?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não. Eu não, porque não estava na minha alçada, não é? Eu sou policial militar, sou policiamento ostensivo e preventivo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Claro, mas qualquer autoridade pública pode fazer o encaminhamento dum fato concreto até para poder se abrir um inquérito.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu tomei conhecimento disso através de redes sociais, não é? Sei que a Polícia Civil tem alguns registros a respeito disso. Agora, eu não sei qual é a providência que o outro órgão tomou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No seu depoimento, Coronel, o senhor também fala que os acampamentos golpistas foram cruciais para os atos de janeiro e de dezembro, em Brasília. Essa informação que o senhor, na verdade, coloca... Esse fato ocorreu na sua fala aqui em Brasília, especificamente na Câmara Legislativa. O senhor formalizou recomendação de desmobilização, por exemplo, desses acampamentos para além desta reunião do dia 28 ou essa foi um ponto específico?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Tem um documento meu no dia 29...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – De dezembro?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... que a defesa pode entregar à senhora, que foi feito no sistema SEI, inclusive alertando do problema que trazia à segurança pública do Distrito Federal.

A gente não pode pensar no Distrito Federal somente a Asa Sul, a Asa Norte. Distrito Federal tem Ceilândia, tem Samambaia, tem Riacho Fundo, e um efetivo de 450 policiais militares mobilizados pra uma operação significa que eu tirei efetivo de segurança pública dessas áreas. Então, eu não podia, a todo momento, estar prejudicando a segurança pública das regiões do Distrito Federal pra estar atendendo ações junto ao Exército Brasileiro que toda hora eram frustradas, não é? Então, assim, o que eu posso dizer pra senhora é que o que eu tenho de informações, o que eu fiquei sabendo é que existiam, dentro desse acampamento, várias pessoas que subiam em carro de som, que faziam incitações, que faziam chamamentos.

E isso tudo era monitorado por toda a inteligência que estava ali, tanto do Exército quanto pela inteligência do próprio GSI e quanto pela inteligência da PM. Presenciavam o dia inteiro, mas a gente tinha limitado as nossas ações ali naquele território.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O papel do Comando Militar do Planalto até onde foi? O senhor poderia, por exemplo, designar de uma forma mais clara quem efetivamente impediu, por exemplo, a ação da Polícia Militar em relação a essa desmobilização?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, a informação que eu recebi, que eu presenciei não eu recebendo, mas o Comandante-Geral recebeu na minha presença, eu junto dele, foi do General Dutra. Foi do próprio General Dutra desmobilizando as tropas e dizendo que não seria necessário. Inclusive ele fez até algumas alegações, dizendo: "Não, vocês trouxeram efetivo demais". Como assim "trouxeram efetivo demais"? Então, assim, é difícil – é difícil. A gente parte para uma operação... Eu vou repetir: a gente tem que respeitar as *expertises* de cada órgão – a gente tem que respeitar. A *expertise* de uma força de segurança pública é diferente de uma *expertise* de uma força de guerra. Nós não somos uma força de guerra, nós somos uma força de segurança pública. E eu sei, com os meus 30 de carreira, avaliar se a minha tropa tem condições ou se não tem condições de fazer uma ação. Então, assim...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente foi impedido. Não conseguimos fazer nem metade do que estava previsto nem do que não estava previsto, não conseguimos fazer. A PM ficou num descrédito muito grande – ficou num descrédito muito grande. Lembrando que, sobre isso aí, nós estamos falando de 29 de dezembro, que foi depois dos ataques do dia 12 de dezembro. O que motivava mais ainda a gente a querer acabar com aquele acampamento, e a gente foi impedido pelo próprio Exército Brasileiro. Quem passou a informação ao Comandante-Geral foi o General Dutra, mas eu não posso afirmar que a ordem tenha sido especificamente dele. O transmissor da ordem foi o General Dutra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só mais uma pergunta ainda sobre a posição do General Dutra. O senhor, por exemplo, citou, dentre outras questões, inclusive, por exemplo, a utilização de Pix de uma forma... E aí o senhor citou o termo máfia do Pix. Essa denúncia também o senhor remeteu ao General Dutra?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Essa denúncia chegou ao meu conhecimento numa reunião na Secretaria de Segurança Pública. Isso... Eu não me recordo bem a data, eu acho que foi um pouco antes – eu acho que foi um pouco antes – do dia 12, dos fatos do dia 12. Havia uma discussão no acampamento para que fosse feito um movimento na Esplanada dos Ministérios. E aí havia uma divergência dentro das lideranças ali: uma liderança queria descer, uma liderança queria permanecer. E a liderança que queria descer acusava a liderança que queria ficar que eles queriam ficar por conta de recebimento de Pix, que eles queriam ficar por conta de recebimento de dinheiro, de valores que eram arrecadados para manter a tal da cozinha. E aí foi a partir daí que a gente tomou conhecimento, nessa reunião na Secretaria de Segurança Pública, a respeito dessa questão dessa máfia, dessa dita máfia do Pix aí, que operava dentro do acampamento fazendo arrecadações.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Coronel, para finalizar essa parte, o senhor fala que recorreu ao Comando Militar do Planalto, enfim ele não lhe deu as condições para que houvesse realmente a desmobilização. Diante, por exemplo, da inércia dele, ou do impedimento, por exemplo, do General Dutra, o senhor repassou, ou o senhor buscou outros meios, outros canais até, de trazer essa informação com o próprio Governador, a Secretaria-Geral de Segurança Pública, na instância federal? O senhor chegou a buscar outro tipo de ajuda ou até mesmo de informação, considerando que, em tese, o senhor estaria tentando desmobilizar e ele estaria tentando impedir?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, a senhora precisa... A gente precisa recordar aqui que nós estamos tratando de uma instituição militar. Nós não estamos tratando de uma instituição civil. Eu estou inserido dentro de uma instituição militar, eu tenho uma hierarquia. E aos meus superiores, eu mandei documento, fiz informes em reuniões de alto comando. Inclusive o próprio Subcomandante-Geral, quando ele foi ouvido, relatou lá que eu falei em reuniões de alto comando a respeito da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de retirar aquele acampamento. Agora, eu não posso quebrar a hierarquia. Eu não posso, eu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero saber exatamente nessa sua hierarquia. Eu citei a Secretaria de Segurança Pública...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, é o que eu estou falando exatamente para a senhora. Ao Comandante-Geral e ao Subcomandante-Geral, que são meus superiores imediatos, eu relatei a todo tempo. Relatei em reuniões de alto comando, relatei através de documentos no SEI, relatei em despachos privativos com ele durante a semana a respeito da necessidade de desmobilizar aquele acampamento. Eu tenho quase certeza absoluta de que o Coronel Fábio, como Comandante-Geral, levou isso ao Secretário de Segurança Pública.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Vamos agora especificamente para o dia 12 de dezembro, quando nós tivemos a tentativa clara de invasão à sede da Polícia Federal. Nós temos na verdade vídeos, Coronel, onde nós temos a zona central de Brasília, com toda aquela situação caótica, grave, ônibus sendo queimados, carros na verdade sendo queimados. E naquele momento, o efetivo militar que havia... Mas ainda houve, digamos assim, um redirecionamento. Você teve, por exemplo, um efetivo que foi direcionado para o Setor Policial Sul. Por que isso ocorreu? De repente, eles foram para outra região e o ápice das manifestações estava realmente aqui nessa zona mais central?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, o primeiro ponto que a gente precisa esclarecer: existem algumas narrativas que querem ligar os fatos que aconteceram no dia 12 à noite com a posse presidencial. Esses fatos não têm correlação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Com a posse ou com a diplomação?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Com a diplomação, desculpe. Não há correlação entre os fatos que aconteceram na noite do dia 12 com a diplomação do Presidente. A diplomação do Presidente era um evento previsto, em que a Polícia Militar fez o policiamento como deveria ter sido feito. Esse policiamento, como é normalmente feito pelos planos de operação, foi comandado pela unidade diária. Eu estive lá somente para fiscalizar se o planejamento estava sendo cumprido. Orientei o comandante do policiamento algumas falhas que eu percebi. Ele corrigiu de imediato. O Comandante-Geral esteve presente. Ele também avaliou e correu normalmente a diplomação do Presidente da República.

Agora, os atos que aconteceram na noite do dia 12 foram atos que ocorreram devido à Polícia Federal ter efetuado a prisão do índio Serere no meio de uma caravana de ônibus, do lado da sede da Polícia Federal, e saiu com as viaturas em direção à sede da Polícia Federal. Aí os ônibus já



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanharam ele, já teve um primeiro confronto lá com a Polícia Federal. Aí que a PM foi informada de que estava acontecendo esse fato. Então, o que ocorre?

Num primeiro momento, essa tropa que foi para o... essa tropa que foi lá para o Setor Policial Sul é a tropa do administrativo. Então, essa tropa... é o normal do acionamento ela ir para esse ponto base, e, desse ponto base, partir para o lado crítico. Agora, tiveram tropas que se deslocaram para a Superintendência da Polícia Federal no Setor Policial Sul, sim, porque a primeira informação que chegou para a Polícia Militar é que o fato estava ocorrendo no Setor Policial Sul. Lá onde está, onde é a superintendência. E depois que nós fomos ficar sabendo que era na sede regional, na nova sede lá da Polícia Federal.

Então, de imediato, o que que eu fiz? Eu reforcei o policiamento do Meliá, onde estava o Presidente da República, com as tropas que eu tinha, tropa especializada que eu tinha no terreno, não é? O Presidente Lula, onde ele estava hospedado, reforcei essa segurança com tropas especializadas, com tropa de policiamento de choque, botei lá, desloquei tropas de Gtop, que é o Grupo Tático Operacional, que é a segunda resposta das unidades de área de todo o Distrito Federal – eu desloquei para a sede da Polícia Federal –, e acionei os comandos de policiamento regional para que acionassem naquele momento os seus efetivos, porque a gente não estava nem de sobreaviso. A polícia estava numa rotina normal. Teve a diplomação, a diplomação correu perfeitamente. Quando a diplomação acabou, o Comandante-Geral determinou que estava liberada a tropa, que se seguisse o expediente normal. Só que, infelizmente, a Polícia Federal esqueceu de nos avisar que faria uma prisão no meio de uma caravana de ônibus no centro da cidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, o senhor está dizendo que o efetivo militar que estava disponibilizado era o suficiente?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O efetivo que estava disponibilizado era o efetivo que estava de serviço na rua, de radiopatrulhamento. Era o efetivo que estava...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, Coronel, veja: o dia 12 de dezembro foi o dia da diplomação do Presidente Lula.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Havia, e o senhor sabe, o Brasil todo sabe, qualquer pessoa sabe que, nesse período do mês de dezembro, pós-eleição, desde outubro, novembro e dezembro, havia um clima de acirramento muito grande no Brasil inteiro. E sempre havia, na verdade, informações e relatos de possibilidade de manifestações, ou seja, se você tem no dia da diplomação um ato que é um ato absolutamente, com o nível de impacto político, de fato, muito grande, não é temerário que você continue depois com o efetivo como se fosse um dia normal? O dia 12 de dezembro não era um dia normal, não era um dia comum.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, nós operamos com base em informação de inteligência, não é? A gente não a gente não opera...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, a inteligência também não deu qualquer informação sobre essa possibilidade?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Naquele dia, a informação que a inteligência passava que estava lá no Palácio da Alvorada, a informação que tinha é que eles iam embarcar nos ônibus e seguiriam para o acampamento. Essa era a informação. Mas ninguém sabia que, no meio do caminho, uma equipe da Polícia Federal abordaria aquela caravana, prenderia um índio que já vinha, sexta, sábado e domingo, incitando a manifestação e o levaria para a sede da Polícia Federal há pouco mais de 2km de distância do local onde ele foi abordado.

Então, assim, a gente tem que colocar aqui as informações que havia de inteligência. A informação da inteligência: "Olha, Coronel, o que está se falando aqui é que saindo daqui eles vão para o acampamento, não tem outro local". Eu tinha agente de inteligência acompanhando? Tinha agente de inteligência acompanhando. Já tinha agente de inteligência que já tinha ido para o acampamento para esperar a caravana chegar. Só que, nesse meio do caminho, aconteceu uma coisa de que ninguém havia sido informado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quem era... O senhor fala da agência de inteligência, que é do DOP. Quem é o responsável por essa agência?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Pela agência de inteligência local do DOP o responsável era o Major Verçosa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Major?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Verçosa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Major Verçosa. Ou seja, como o senhor coloca que é ele que tem o contato mais direto em relação ao senhor, ele não passou qualquer tipo de informação desse dia 12?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aí o senhor lembrou, por exemplo: vinha sexta, vinha sábado e vinha domingo com...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Vamos voltar à minha fala, Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele me passou informações a respeito da manifestação que estava acontecendo no Alvorada. E as informações que tinha no Palácio da Alvorada dos manifestantes, de quem estava no carro do som, era de que eles embarcariam nos ônibus e seguiriam para o acampamento. Essa era a informação.

Aí nós concentramos o policiamento para o acampamento, o policiamento que nós já mantínhamos a distância, que era o policiamento diário, juntamente com o policiamento de inteligência, com o policiamento velado, dentro do acampamento.

Não existia nenhuma programação de nenhum ato por parte desses manifestantes em qualquer local, principalmente na sede da Polícia Federal, que sequer havia sido citada como alvo deles, em qualquer fala.

A Polícia Federal nunca foi alvo daqueles manifestantes. A sede da Polícia Federal nunca foi alvo. O alvo deles, a gente sempre soube qual foi. O alvo sempre foi dito por eles que seria a Esplanada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, aí o senhor coloca uma informação que é pertinente. De fato, por exemplo, teve a prisão de um índio. E ele foi para a sede da Polícia Federal. Pareceu-me uma coisa bem anormal. Pelas informações que eu tenho, por exemplo, não era uma praxe. Parece-me que nenhum outro preso na história foi para a sede da Polícia Federal, como nós tivemos o caso específico desse senhor.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Exatamente por isso que a Polícia Militar..

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Coronel, só por um instante.

Para que não haja nenhuma dúvida, combinando aquilo que nós fizemos, as inscrições de novos oradores já estão encerradas há cerca de 10 minutos.

Desculpe, minha Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pois não.

Eu queria fazer esta pergunta para o senhor: foi proposital isso, então, colocar o índio na sede da Polícia federal, até para criar um clima de...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Aí, Exa., eu não posso dizer...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu vou refazer a pergunta: eu não diria "proposital". Mas o senhor não achou anormal, digamos assim, esse direcionamento do índio?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Exa., essa é uma rotina da Polícia Federal.

Eu posso até dizer que eu achei uma descortesia causar uma situação dessa no Distrito Federal sem ter informado os órgãos de segurança pública, mas entrar na rotina da Polícia Federal, no que a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal faz ou em que rotina o delegado faz, dentro a independência dele como presidente do inquérito que apurava os fatos, eu não posso entrar nessa seara. Eu não tenho como dizer dessa seara.

Aí eu vou estar me desdizendo, porque, se eu digo que cada área tem que respeitar a sua expertise, eu também tenho obrigatoriamente que respeitar a expertise da Polícia Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tudo bem.

Na sua fala, o senhor citou, por exemplo, "técnicas de guerrilha" em relação a esses manifestantes do dia 12 de dezembro. E, ao mesmo tempo, vem a sua fala neste sentido: "os vândalos tinham técnicas de guerrilha, a Polícia Militar não tem treinamento de guerra".

O senhor sentiu isto: essas técnicas de guerrilha por parte desses manifestantes?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A gente tem que contextualizar essa fala.

O que acontece? Quando eu falo "técnica de guerrilha", na realidade, a gente tem que pensar que nós estamos falando de uma força de segurança pública. Nós não estamos falando de uma força realmente voltada para combate de guerra. Na Polícia Militar, a gente é formado, se a senhora pegar o plano estratégico da corporação, a senhora vai ver que a Polícia Militar é uma polícia fundamentada nos direitos humanos e fundamentada no respeito à vida, tanto que a regra da Polícia Militar é servir e proteger.

Aí a senhora tem um evento – a senhora tem um evento – com pessoas com técnicas e táticas de guerrilhas explícitas no centro da cidade, com um shopping no horário de movimento, com a cidade no horário de movimento. E a Polícia Militar tem um trabalho... A senhora não está num campo de batalha onde seu inimigo está propriamente ali... O senhor sabe qual é o uniforme do seu inimigo. O senhor sabe qual é a farda do seu inimigo. O senhor sabe qual é a farda em que o senhor tem que atirar. A Polícia Militar, não; a Polícia Militar estava num campo onde tinha criança, onde tinha pessoas saindo de serviço, pessoas frequentando um shopping, pessoas andando na rua, misturadas com pessoas com vestes e características normais de qualquer pessoa fazendo atos de vandalismo. E aí a gente tem que ter um cuidado enorme, enorme, para que a gente não tenha um inocente ferido, para que a gente não tenha um inocente... Eu prefiro infelizmente ter que responder por patrimônio público danificado a responder por uma vida, uma vida de um brasileiro que de repente não tinha nada a ver com aquela situação. Numa ação atabalhoada da tropa de choque, a gente acabava acertando algum inocente. Então, quando a senhora pega essa fala da senhora e fala assim: "Ah, porque não tinha...", não é porque eu não tenho técnica de guerrilha; o problema é o cenário onde eu estou operando. Eu não tenho um inimigo visível para eu poder agir com a minha tropa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro ponto que muito claro ficou para a gente: quem participou desses ataques diretamente do dia 12 estavam hospedados nos hotéis do Setor Hoteleiro. Eles não estavam no acampamento. Um quantitativo muito pequeno estava no acampamento. Quem participou desses ataques do dia 12 estava no Setor Hoteleiro, tanto que, no dia seguinte, o Comandante-Geral e o Secretário de Segurança foram chamados para uma reunião com o Setor Hoteleiro, com os donos dos hotéis, que estavam preocupados com esse vandalismo que ocorreu lá naquele dia, e vários deles – e vários deles – chamaram o Comandante-Geral num canto... Inclusive, depois, pelo que chegou ao meu conhecimento, foi colocada inteligência nesses hotéis, porque eles se reuniam no café da manhã nesses hotéis; eles se reuniam, planejavam as ações do dia, a saída do dia nesses hotéis. Não iam nem no acampamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, essa informação que o senhor traz de que essas pessoas estavam, por exemplo, nessa rede hoteleira é uma informação que o senhor... Na verdade, é fruto de um relatório que o senhor leu ou da própria experiência que vocês tiveram no dia, retratando e acompanhando-os de fato?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – No dia, o que aconteceu? No dia primeiro, a tropa de choque restabeleceu a ordem. Nós estamos falando do dia 12, não é? Primeiro, a tropa de choque restabeleceu a ordem. A tropa de choque, por uma série de fatores que eu já expliquei várias vezes, não prende. A tropa de choque está com equipamento pesado, bernal, escudo, arma de grosso calibre, portando bornais aí com 7kg, 8kg cada bernal. Ele não tem como – ele não tem como – agir numa prisão em que ele entre numa luta corporal, tanto que, se a senhora vir as imagens do próprio dia 8, quem entra em luta corporal com os manifestantes sou eu. Eu saio de trás da linha de choque, com o manifestante que estava agredindo a linha de choque quem entra em luta corporal sou eu e sou atingido por um rojão nesse momento. Exatamente por quê? Porque era um manifestante que estava jogando bomba contra a tropa de choque, estava jogando ferro contra a tropa de choque e a tropa de choque não tinha como partir para cima dele. Então, eu ultrapassei a linha de choque e eu pessoalmente entrei em combate com ele. É a mesma situação que aconteceu na noite do dia 12. Então, quando a gente encerrou a ação de choque, a gente começou as ações de busca e captura com tropa convencional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, por isso se justifica que ninguém foi preso. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O que ocorre? O que eu digo para a senhora? Acabou não prendendo ninguém por quê? Porque o público que estava nisso estava no hotel. Eles simplesmente subiram e foram para os seus quartos. Subiram...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, pelo amor de Deus! As imagens estão aí diante de nós, os carros pegando fogo. O Brasil inteiro acompanhou.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não tinha elemento para prender ninguém nesse dia?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim. O que acontece, Excelência. O problema, eu vou repetir para a senhora, o problema é que a gente tem que perceber que nós não estamos sofrendo um ataque de uma tropa devidamente caracterizada, que a senhora consegue reconhecer no público: "Não, esse aqui é soldado; esse aqui é cidadão". A senhora não consegue. E aí eles fizeram um ataque num momento que tinha um movimento normal. O shopping estava funcionando, tinha gente saindo desesperada de dentro do shopping, correndo. O manifestante joga uma bomba na polícia e sai correndo junto da pessoa que está saindo junto do shopping.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas continuo dizendo para o senhor, é muito incompreensível, inclusive, quando o senhor coloca, por exemplo, que a tropa de choque não prende. Parece uma coisa mais assim conceitual dizer que não prende, até porque a gente tem uma série de vídeos do choque agindo, fazendo a detenção, pegando as pessoas colocando-as, inclusive, dentro de viaturas. Então, parece-me muito vazia, até mais uma questão como se diz, não prende ou prende. De repente, você tem, por exemplo, um efetivo de choque, com um efetivo menor, num momento de manifestação, de um tumulto, eu lhe digo, eu fiquei horrorizada...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É, mas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... porque um ônibus que estava sendo jogado, por exemplo, as imagens, inclusive, não sei se já conseguem colocar, um ônibus sendo jogado, por exemplo, de um viaduto e que, se caísse lá embaixo, fatalmente, nós teríamos mortos. É um fato. E aí, de repente, no meio de um caos desses instalado, você não tem uma prisão. Só depois, lá na Operação Nero, lá na frente, é que se teve uma decretação de prisão para 11 pessoas e que seis foram presas. Veja só o ônibus ali! Eu não posso compreender que o choque não estava ou que a Polícia Militar não tinha elementos para fazer a prisão de ninguém, Coronel.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, a gente precisa entrar em alguns conceitos prévios. Primeiro, por decisão, ainda no Governo Rollemberg, a linha de busca e apreensão do Choque foi extinta, exatamente pela questão de efetivo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, o que o choque faz se ele não prende?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O choque faz a contensão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Gente, pelo amor de Deus, eu não vou aceitar infantilizar os trabalhos da Comissão. Existe uma questão técnica, existe uma questão conceitual que é apresentada, e o senhor, como profissional da área, naturalmente...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Tropa de choque, excelência...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – tem mais informação do que quase todos daqui. Mas a gente precisa, na verdade, compreender da não efetuação de uma prisão de um efetivo que estava lá.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Tropa de choque, excelência, ela faz fase de contensão e faz fase de evacuação, dentro da doutrina de choque. Policiamento, o policiamento ostensivo ele faz as prisões, após a evacuação e a contensão do distúrbio. Agora, a senhora tem que relevar também que as tropas que foram acionadas eram tropas que estavam no patrulhamento diário, não foram tropas que foram destacadas para ir para essa manifestação. A polícia foi pega de surpresa. Os policiais que trabalham na rua todo dia não trabalham de capacete, não trabalham com proteção. O policial estava num policiamento rotineiro e foi deslocado para isso daí. Até o próprio policial para partir para cima de manifestante tacando pedra, bomba, e ele não estava com equipamento próprio. Isso não foi uma ação que foi programada ou planejada para que o policial pudesse estar com exoesqueleto, o policial pudesse estar com capacete. São policiais que estavam no policiamento rotineiro. A tropa que foi acionada, que estava em casa e que chegou já chegou bem depois dos atos de vandalismo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Conclusão: o senhor acha que foi normal então o que ocorreu, não ter havido prisão?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, Excelência, não é normal, porque o ato em si não foi normal. O ato em si não foi normal. Não é um ato normal. É uma coisa que a gente nunca viveu em Brasília. Não é um ato normal o que aconteceu na noite daquele dia 12, não é? E, assim, dizer que foi normal não prender? Não. Não foi normal nada. Nada que aconteceu na noite do dia 12 foi normal. A própria prisão não foi normal. Tanto, assim, que não houve informações de inteligência sobre essa prisão e sobre os fatos que ocorriam, que nenhuma polícia prendeu, não foi só a Polícia Militar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Exato. Inclusive, o seu departamento...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Uma delegacia, uma delegacia foi invadida, e não houve prisão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não, não... Dentro do seu escopo, por exemplo, do DOP, não havia, é bom lembrar, só o choque, não é? Há, na verdade, outros militares.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, é exatamente isso que eu estou falando para a senhora: os outros militares que estavam lá estavam no patrulhamento rotineiro. Eles não estavam equipados para uma turba. Eles não tinham equipamento de proteção individual para encarar uma turba, como se fosse uma manifestação planejada. Não! Eles estavam... Eles estavam no planejamento normal. O cara estava de boné e colete.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tá.

No dia, no dia 8 de janeiro, Coronel, o senhor estava de licença, não é isso? Estava de folga? O termo é "folga" ou é "licença"?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – No dia 8 de janeiro eu já estava...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor estava, do dia 3 ao dia 8, não é isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É. Na realidade, o que acontece? Na Polícia Militar, existe uma previsão legal onde o comandante geral ou o comandante das frações de tropa pode conceder àquele policial que ele entenda que teve uma rotina diferenciada, teve ações diferenciadas, ele pode conceder uma licença recompensa. E exatamente há um ano, exatamente pelas minhas ações à frente do DOP há quase um ano... E eu estou falando de um ano atrás, não é? Eu já comecei no DOP com o Lázaro. Eu já entrei no DOP e, no mês seguinte, peguei 15 dias de Goiás, 15 dias de grota, 15 dias de mato, e disso aí já seguindo para 1º de maio, 6 de setembro, 7 de setembro, movimentação indígena em Brasília, acampamento indígena em Brasília, movimento de caminhões, movimento agro, já, já, já mexendo com Enem, mexendo com uma série de coisas.

No ano seguinte, o movimento não parou. Nós já começamos o ano com grandes movimentos de manifestação no Distrito Federal, tanto de esquerda, quanto de direita, um ano em que o Sete de Setembro teve 1 milhão de pessoas, não é? Foi outro policiamento que fui eu que comandeí. Eu fui o comandante daquele policiamento do dia 7 de setembro, e nada aconteceu. Nós tivemos 1 milhão de pessoas na Esplanada dos Ministérios. Seguindo o Sete de Setembro, a gente já... O Sete de Setembro foi planejado em três meses. Foram três meses de reuniões, de cinco, seis, sete reuniões diárias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Todos os dias eu ia em reunião no CMP, CMD, PE, Secretaria de Segurança Pública, GSI, Presidência da República. Eram todo dia as reuniões planejando o Sete de Setembro.

Saímos do Sete de Setembro, já entramos no planejamento do primeiro turno de eleições. Era reunião da mesma forma: com o TRE, TSE, com Secretaria de Segurança Pública, com primeira, segunda, terceira, quarta fase. Porque o primeiro turno, as eleições... Os senhores têm que entender que, para a Polícia Militar, as eleições não são no dia da eleição; as eleições, para a Polícia Militar, começam no dia em que a urna chega no Distrito Federal. Eu tenho que ter policiamento para escoltar essa urna do aeroporto para onde ela vai ficar – eu boto policiamento onde essa urna vai estar. Depois, essa urna sai de um órgão central e é distribuída nas cidades-satélites. Eu tenho que prever policiamento para esses locais onde a urna está nas cidades-satélites. Depois, essa urna chega, 72 horas antes da eleição, nos colégios eleitorais, eu tenho que ter policiamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. Tudo bem, Coronel.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Então, assim, é um planejamento grande.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu fiz a pergunta... Eu perguntei apenas se ele estava de folga.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu estou dizendo para a senhora, por quê? Eu estava num estado de cansaço, sem condições. Aí o meu compromisso com o Comandante-Geral, porque ele me pediu... Inclusive, as minhas férias já estavam programadas, a um ano antes, para o dia 10 de dezembro, eu entraria de férias. Eu entraria de férias, no dia 10 de dezembro, e só retornaria às minhas atividades, no dia 10 de janeiro, se não fosse um final de semana, porque, se fosse um final de semana, eu me apresentaria na primeira segunda-feira.

Então, de qualquer forma, eu não estaria no dia 8, só que aí o meu compromisso com o Comandante-Geral foi que: "Não, eu fico até a posse, comando a posse, que é o último grande evento que está previsto, é o último grande evento que está no cronograma, e comando. Terminando as ações, em relação ao dia 8... Ao dia 1º de janeiro, eu vou entrar com a minha licença-recompensa; depois, eu entro com a minha dispensa de ano novo; depois, eu entro de férias regulamentares. Positivo?". "Positivo". E foi isso o que eu fiz.

Eu comecei a trabalhar no dia 31. Se os senhores entrarem na minha rede social, os senhores vão me ver, no dia 31, postando um vídeo para todos os policiais, agradecendo aos policiais pelo ano, agradecendo pela redução dos índices criminais, agradecendo aos policiais... Eu, embarcado e fardado, na viatura.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Então, eu saí de licença porque eu estava doente. Eu tirei essa semana para fazer exame médico, e isso está nos autos. Isso está comprovado. Eu estava pré-diabético. Eu passei o Natal trabalhando; eu passei o Ano-Novo trabalhando; trabalhei na posse; trabalhei no dia 2, atendendo à Rede Globo, às 10 para as 6h da manhã; atendi o SBT, às 11h da manhã. Eu só fui para a minha casa, desde o dia 31, eu só fui para a minha casa, no dia 2, ao meio-dia. Então, eu estava extremamente cansado.

Infelizmente, a Polícia Militar ainda é formada por homens que se cansam, que se estressam, que tem um limite. Sabe, a gente não consegue... Eu já estava no meu limite. No dia 2 mesmo, teve vários policiais militares que eu fugi do meu padrão de comportamento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... que eu falei com o policial de forma agressiva.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, eu preciso... Eu não vou ficar aqui a tarde toda, porque eu tenho os colegas aí que querem também questionar. Então, o senhor estava de folga, de licença, nesse período de 3 a 8 de janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A tropa foi colocada – não sei se o senhor tem como me confirmar essa informação –, e a decisão, na verdade, que foi colocada, para uma parte significativa da tropa, é que estaria de sobreaviso. Seria o Klepter Rosa que teria... O senhor tem essa informação para me dar?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E confirmar acerca da decisão de...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu estou meio confuso, assim, na linha da senhora. A senhora me perdoe. Realmente, eu estou confuso. Eu estou tentando fazer uma ligação da minha licença com o sobreaviso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, o senhor não está confuso, não, Coronel. O senhor, na verdade, está querendo criar uma cortina de fumaça, o que a gente não vai permitir.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, eu fiz uma pergunta para o senhor. O senhor passou meia hora dizendo porque o senhor estaria de folga.

O SR. GUSTAVO MASCARENHAS – Excelência, ele está explicando aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Fale com o depoente, por favor, não comigo.

Do período de 3 a 8 de janeiro, o senhor, de fato, estava de folga. A minha pergunta, para o senhor, o senhor nem é obrigado a responder, Coronel.

Eu quero até, a título de informação, a tropa pode ficar de sobreaviso, não é isso? Ela é chamada, mas ela leva um tempo para chegar à determinada ocorrência, quando, de fato, ela é interpelada. A minha pergunta para o senhor é apenas se o senhor tem informação de quem teria saído a ordem para que a tropa ficasse de sobreaviso. É só essa a minha pergunta.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não estou perguntando se o senhor colocou não...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... eu fiquei sabendo disso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Do dia 8...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... depois que eu retornei às atividades, durante o correr, o curso das investigações, mas, a respeito da semana que eu estava de folga, eu não tenho informação nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pronto.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu não tinha naquele momento informação nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não tem problema. Então, o senhor não tem informação de quem saiu a ordem para que a tropa ficasse de sobreaviso. Pronto!

No dia 8, o senhor, então, chega, e o senhor vê – porque nesse período todo o senhor estava em Brasília, não é isso? –...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhora, fazendo exames.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor, na verdade, no dia 8, vem até o local das manifestações.

O senhor foi acionado por quem para chegar até aqui?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu fui acionado, primeiramente, pela assessoria do Governo do Distrito Federal, que me fez uma primeira ligação me perguntando o que estava acontecendo na Esplanada. Aí eu informei para essa assessoria que eu estava de folga, que eu não estava lá. E, aí, esse assessor desligou o telefone, imediatamente ele desligou o telefone e pediu que eu aguardasse.

Nesse meio tempo, o Coronel Paulo José, que estava respondendo pelo DOP, me ligou, já muito nervoso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso por volta de que horas, Coronel?

O senhor tem noção?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Isso por volta de 15h30, 16h.

Isso eu sei que foi logo após a invasão dos prédios.

O Coronel Paulo José me liga me perguntando a respeito de um telefone que ele queria, se eu não me engano do Comandante do Batalhão de Operações Especiais, e aí eu falei: "Paulo, o que está acontecendo?". E aí ele me respondeu: "Naime, pô, o bicho aqui pegou". E falou umas outras palavras que eu não vou repetir aqui. E, aí, em seguida, eu tentei contato com o Coronel Fábio, tentei contato com o Coronel Fábio, o Coronel Fábio não me respondeu. E, aí, eu fiz contato com o Subcomandante-Geral Coronel Klepter, e o Coronel Klepter falou: "Irmão, você está em Brasília?". Eu falei: "Estou". "Você tem condições de ir pra Esplanada?". Eu falei: "Tenho". "Então, vá, porque deu problema".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato a assessoria do Governador me ligou novamente e falou: "Naime, você está em Brasília?". Eu falei: "Estou em Brasília". "Você, então, vá para a Esplanada, assuma a operação, restabeleça a ordem e prenda todos que você conseguir prender". Eu: "Positivo".

Nesse mesmo instante me ligou Fernando Neto, que me foi apresentado... É uma pessoa que eu já conheço há muitos anos, e ele foi ME apresentado durante a transição como um assessor da transição do PT, do Partido dos Trabalhadores. E, aí, Fernando Neto me liga, exatamente porque a gente tinha trabalhado na transição algumas demandas para a Polícia Militar do Governo de transição, foi feito a mim pelo Fernando Neto. E o Fernando Neto me liga e fala: "Coronel, o senhor está na Esplanada?". Eu falei: "Fernando Neto, estou deslocando". "Então, vá e me mantenha informado, por favor, que eu vou manter o Governo informado do que está acontecendo".

E foi exatamente o que eu fiz: fui para a Esplanada, mantive contato com o Fernando Neto.

Chegando na Esplanada, Fernando Neto que me informou: "Ó, foi decretada a intervenção. O interventor é o Dr. Cappelli. Estou te passando o número do Dr. Cappelli". Ele me passou o número do Cappelli. De imediato, eu liguei para o Cappelli, que não me atendeu, e eu mandei uma mensagem para o Dr. Cappelli: "Dr. Cappelli, eu sou o Coronel Naime, estava de férias, sou o Chefe de Operações da PM, já estou no teatro de operações e estou à sua disposição". E não recebi resposta dessa mensagem.

E aí foi assim que eu fui para a Esplanada. Eu não apareci na Esplanada, eu fui convocado para ir à Esplanada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, a partir das 16h, aproximadamente, então o senhor já estava com a atribuição de fazer o acompanhamento de todo o funcionamento da tropa. É isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, só que aí a partir das 16h, Excelência... Eu estava de férias, eu tinha que me fardar, acionar uma viatura, me buscar, eu moro em Vicente Pires, aproximadamente 30 ou 40km de distância da Esplanada. Os meus motoristas, a minha viatura que me atendia, o chefe do DOP, estava no 10º Batalhão, que fica na divisa do Sol Nascente. Então, essa viatura se deslocou do 10º Batalhão, me pegou em casa, já devidamente fardado, já aguardando a guarnição, e aí eu cheguei na Esplanada dos Ministérios por volta de 17h40.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. Mais um tempo em que você, na verdade, poderia ter outras mobilizações via telefone, não é?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É, Excelência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Até porque você tinha comunicação para fazer isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... por via de telefone não tinha mobilização a ser feita porque a tropa já havia sido deslocada pelo Subcomandante-Geral, já tinha saído dessa situação de sobreaviso e já tinha sido acionada e já estava, inclusive, deslocando para a Esplanada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor disse lá na Câmara que o correto ou havia tido um combinado de que a tropa deveria estar, naquele momento, de prontidão, e não de sobreaviso.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É, o que eu falei na Câmara Legislativa é que o normal da Polícia Militar, quando nós temos ciência desse tipo de evento, é que a tropa fique de prontidão, e não de sobreaviso. Agora, a senhora precisa lembrar os relatórios da própria Agência Brasileira de Inteligência, do qual eu tomei conhecimento depois que eu já estava preso.

A Agência Brasileira de Inteligência veio, na segunda-feira, num grupo do qual a Polícia Militar nem a Secretaria de Segurança Pública trabalhava, ela já vinha dizendo que o acampamento estava desmobilizando, que só tinham poucas barracas, que só tinham 500 pessoas, que continuava o desmonte do acampamento, que as estruturas estavam sendo desmontadas, que o acampamento estava arrefecendo... Esse era o clima. Essa era a informação que estava rodando dentro das agências de inteligência.

No sábado, dia 7/3, é que foi criado um grupo com o nome de Asbin, Cibin, alguma coisa assim, e, nesse grupo, estava o Centro de Inteligência do Comandante-Geral, estava a Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública e estava a Inteligência do Comando de Policiamento Regional. E, nesse grupo, a Abin começou a passar informes de chegada de ônibus, de incitações... Isso no sábado dia 7. Começou a passar informações de chegada de ônibus, de começar incitações, dentro do acampamento, de invasão de prédio público, de incitações de invasão de prédio público... Só que, percebam, nesse grupo estava o Centro de Inteligência do Comandante-Geral, estava a Inteligência do CPR, subordinada ao DOP, mas não colocaram o DOP. O DOP não foi colocado nesse... O Núcleo de Inteligência do DOP não foi colocado nesse grupo.

E aí o que me causa estranheza é que, no dia 7, às 10h da manhã, a Abin informa claramente que estava confirmado, que tinha uma confirmação de invasão de prédios públicos, e isto foi relatado nesse grupo. Isto foi relatado nesse grupo, às 10h da manhã.

Então, os senhores precisam ver onde essa informação chegou. Se essa informação chegou a nível de Secretário e Comandante-Geral, eles não tomaram as providências, porque, minimamente, o Gabinete de Gestão de Crise tinha que ter sido acionado nesse momento, ou se as Inteligências não passaram essas informações para o Secretário. E aí o que causa estranheza é que, nos relatórios que têm das mensagens... E o próprio Secretário relata que ele passa praticamente a tarde inteira informando ao Governador que estava tudo bem, que estava tudo certo, que estava tudo monitorado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Qual Secretário?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O Secretário que estava em exercício, o Fernandes.

O SR. GUSTAVO MASCARENHAS (*Fora do microfone.*) – O Fernando. O Fernando.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Fernando, não é? O Secretário Fernando.

Então, causa estranheza ter uma informação dessa tão precisa às 10h da manhã da Abin, e o Secretário sequer acionou o Gabinete de Gestão de Crise.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Às 10h do dia 7 ou às 10h...?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Às 10h do dia 8. Às 10h da manhã do dia 8 tem uma informação da Abin dizendo claramente as incitações à invasão de prédio público, dizendo claramente que seriam invadidos, e aí me causa estranheza... Algumas coisas me causam estranheza. Primeiro, por que é que nesse grupo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quando você fala desse grupo, Coronel, o senhor está falando de grupo inclusive de WhatsApp?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Era um grupo de WhatsApp. Aí, assim, o que me causa estranheza desse grupo é que fizeram um grupo de inteligência, botaram a Secretaria de Inteligência, que é o órgão central...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês diz "fizeram esse grupo", mas esse grupo não já existe há um bom tempo, o grupo de Whatsapp?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhora. O grupo de que vão falando aqui, de que passaram o tempo todo falando, foi o tal do "Perímetro" e o tal do "Difusão", que são outros grupos, quando, na realidade, as informações de inteligência estavam rolando era nesse grupo "Sisbin", do qual faziam parte.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Que foi um grupo mais recente.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Ele foi criado no dia 07/03/2023, só que eu não estava... 07/01, senhores, desculpem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Em 07/01.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Em 07/01/2023.

O que é que acontece? Nesse grupo estava o centro da inteligência da segurança pública, que era a Subsecretaria de Inteligência, inclusive a Subsecretária Marília estava nesse grupo, juntamente com toda a sua equipe da Subsecretaria de Inteligência. Estava nesse grupo o Chefe da Inteligência da Polícia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Militar, o Coronel Reginaldo, e estava nesse grupo o Chefe da Inteligência do Comando Regional, que era o Tenente Júnior.

Então, o que é que ocorre? Não colocaram o departamento.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Quem do Governo estava no grupo...?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Do Governo Federal eu não me recordo de cabeça, Deputado, mas, pelo que me informaram, pelo que chegou ao meu conhecimento nesse período em que eu estou preso, existe no relatório da Abin o relatório de todos os grupos que receberam essa informação às 10 da manhã.

E, aí, eu vou falar especificamente a respeito da segurança pública. E, aí, o que é que os senhores têm que avaliar? Ou as agências de informação não passaram isso para o Secretário nem para o Comandante-Geral, ou passaram isso para o Secretário e o Comandante-Geral, e eles ficaram inertes, não tomaram providência, porque tiveram cinco horas para tomar providência a partir do momento que esse grupo recebeu essa informação.

E o que eu acho mais interessante: colocaram o subordinado, colocaram o superior, mas não colocaram o DOP. No momento em que não colocam o DOP dentro disso aí, eles cegaram o Chefe do Departamento de Operações, que era o Coronel Paulo José, e cegaram o Subcomandante-Geral. Por quê? Porque a agência de inteligência da PM, o CI, é subordinada ao Comandante-Geral. Ela não se reporta ao Subcomandante-Geral. Então, nesse momento, eles cegaram todo o braço operacional.

Então, das duas, uma: ou as inteligências não informaram os seus chefes, ou o Dr. Fernando, o Coronel Fábio Augusto e o Coronel Casimiro, que era o chefe do Comando de Policiamento Regional I, tiveram ciência às 10h da manhã de que haveria tentativas de invasão e de depredação do patrimônio público, e não tomaram providência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Essa informação...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não tomaram providência alguma.

Outro ponto: sobre a manifestação, está todo mundo dizendo que não houve plano de operações. Havia plano de operações sim! A Polícia Militar do Distrito Federal tem um plano de operações próprio para manifestações. Manifestações é o dia a dia da Polícia Militar do Distrito Federal, não tem dia no DF em que não tenha manifestações.

Nós temos o Plano de Operação 002, de 2020, que é o plano de operações em manifestações. E, se os senhores tiverem acesso a ele, os senhores vão ver que o Coronel Paulo José seguiu esse plano com as informações que ele tinha na sexta-feira, de que seria uma manifestação com baixa adesão e baixa agressividade; isso está relatado no relatório da reunião da Secretaria de Segurança Pública às 10h



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da manhã da sexta-feira, e ele foi com esse planejamento, e ele não recebeu nenhuma outra informação diferente disso. Foi a partir daí que ele fez o planejamento.

Então, o plano de operações existe sim. O plano de operações é o Plano de Operação 002, de 2020, do Departamento de Operações, que tem, inclusive, uma matriz de risco, e nessa matriz de risco a gente coloca a quantidade de público, as informações da inteligência sobre o *animus* desse público, sobre o que está sendo... E é a partir dessa matriz de risco que a gente determina se esse policiamento vai ser da unidade de área, do comando regional ou do departamento.

Aí vem a pergunta: mas por que é que foi feito um plano específico para a posse? A posse não era manifestação; a posse era um evento, um evento que ocorre de quatro em quatro anos. Sete de Setembro não era manifestação. Sete de Setembro era um evento com data certa, com cronograma. É diferente de manifestação.

Esse plano de operações alcança desde a manifestação de dez pessoas na beira de uma estrada queimando pneu a uma manifestação maior do que a do dia 8. O problema foi que as informações de inteligência não chegaram ao chefe de departamento, que não foram relatadas ao chefe de departamento. Mas houve as informações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Coronel, a gente já está com duas horas da inquirição da Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu vou finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se o senhor puder ser mais conciso, eu lhe agradeço, porque já é bastante tempo...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... e, obviamente, ainda temos aqui quase 30 oradores inscritos. Portanto, seria bom...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero finalizar, Presidente, apenas para fechar essa parte em relação a esses informes.

Nesse período, Coronel, o senhor naturalmente estava de folga, quando o senhor cita o dia 7, em que houve os informes a partir da 10h da manhã. Muito embora o senhor estivesse de folga, o senhor está trazendo informações que são muito pertinentes, que datam exatamente do momento em que o senhor não estava presente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo o DOP não estando nesse grupo de WhatsApp que foi criado, ele recebeu, de alguma forma, ao longo das horas, após as 10h da manhã, algum tipo de informe, algum tipo de notificação para que pudesse providenciar alguma estrutura?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu fico meio sem jeito de responder, porque a senhora já até falou que eu estou fazendo cortina de fumaça, mas o problema é que a senhora me faz perguntas que me obrigam a contextualizar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, tudo bem, eu sei, mas é porque a gente... A questão não é nem contextualiza; a questão é realmente de *time*. O Presidente acabou de colocar em relação ao resumo, não é?

A minha pergunta é só essa, porque o senhor está falando de uma forma muito enfática.

São muito importantes as informações que o senhor traz do dia em que o senhor estava de folga. Então, eu queria que o senhor tivesse também a mesma firmeza em relação a essa informação que eu lhe solicito.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Então, eu preciso explicar para a senhora que a minha vida, como Chefe do Departamento de Operações, iniciava todos os dias às dez para as quatro da manhã e encerrava todos os dias à 1h30 da manhã, durante dois anos nessa pegada. Então, quando eu saí de férias...

Se eu não silenciasse os grupos da Polícia Militar, eu iria continuar trabalhando, eu não iria parar. Então, todos os grupos que se referiam à Polícia Militar, no período em que eu estava de férias, estavam silenciados.

Eu não estava acompanhando o grupo da Polícia Militar. Os meus filhos do meu primeiro casamento estavam na minha casa havia quase 30 dias. Eu iria entregá-los para a mãe no dia 10. Se eu não tivesse tirado aquela semana, eu não teria ficado minuto nenhum com meus filhos nas férias que eram pertinentes a mim. Então, eu tirei aquela semana exatamente para tratar da minha saúde, cuidar da minha família, dar atenção para os meus filhos, porque já tinha dois anos que a gente não fazia uma viagem de férias. Então, todos os grupos de WhatsApp estavam silenciados, eu não estava acompanhando. Isso estava a cargo do Chefe de Operações do Departamento, que estava me substituindo, e ele mesmo falou que ele não recebeu as informações, e fica claro que ele não recebeu, quando a gente vê os grupos: ele não estava nem nos grupos Perímetro e Difusão, dos quais tanto falaram, e muito menos nesse grupo Sisbin, em que não colocaram o DOP. O DOP não foi colocado, de forma que cegaram o DOP e cegaram o Subcomandante-Geral.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, o que é que acontece? Eu não estava acompanhando nada de polícia. Eu estava cuidando da minha família, estava cuidando da minha saúde, eu estava totalmente fora do sistema. As poucas pessoas que me ligaram eu mandei ligar para o Coronel Paulo José.

Eu tive o cuidado, no dia 2 de janeiro, quando eu entrei, de soltar uma circular para toda a Polícia Militar e para todo o GDF, informando que o Coronel Paulo José, a partir daquele momento, estava respondendo pelo Departamento de Operações até o dia 14 de fevereiro, quando eu retornaria para planejar o Carnaval de Brasília. Seria meu último ato como Chefe do DOP, porque a minha ideia era planejar o Carnaval e entregar o cargo, porque eu estava extremamente cansado e eu acho que a minha missão já estava mais que bem cumprida à frente do departamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O.k., Coronel. O.k., Coronel.

Só queria colocar para o senhor o seguinte, mais uma vez: eu fiz a pergunta referente ao dia em que o senhor estava de folga, porque, anteriormente, o senhor falou de forma muito enfática do que ocorreu naquele dia, muito embora o senhor estivesse de folga, o que é referente a esses informes que, aliás, são muito importantes.

Eu acho que é um dado altamente pertinente, sobre o qual nós precisamos nos debruçar daqui para frente.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas eu quero finalizar com a minha pergunta final acerca de um dado, e aí o senhor me confirma e me diz o porquê disso: o senhor assumiu, em julho de 2018, Coronel, a presidência da Associação de Oficiais da Polícia Militar do DF. Confere?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

No período em que o senhor foi presidente, a associação recebeu, naturalmente, repasses do Governo Federal. Não é isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Hã?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A Asof nunca recebeu repasses do Governo Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não?

Mas veja só... Nós temos aqui um dado... O que V. Sa. coloca... Lembrando que V. Sa. está na situação aqui de testemunha...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então não pode, na verdade, mentir.

No Siafi, nós temos, entre 2017 e 2021, repasses que foram feitos à associação, e, de 2017 a 2021, consta um aumento de até dez vezes mais: de R\$361 mil, em 2017, foi para R\$3,3 milhões, em 2021.

A partir de 2020, houve um acréscimo não só no montante, como também na quantidade de repasses do Governo Federal para essa associação, a qual o senhor presidia. Por que é que teve esse aumento tão grande aqui?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, tem algum dado equivocado.

Os repasses do Siafi que são feitos para a associação são feitos porque todos os associados descontam em folha. É feito o desconto em folha dos associados, e a arrecadação da Asof não passa de R\$38 mil mensais.

Nós nunca recebemos repasse nenhum do Governo Federal, muito menos nesse montante. A Asof, hoje... Com esses repasses, a Asof deve ter em conta, praticamente, acho que R\$200 mil ou R\$300 mil aplicados, tem um carro e uma sede.

A Asof nunca recebeu esses valores de R\$3 milhões aí do Governo Federal, e os repasses que tem de Siafi é exatamente porque todo associado desconta em folha, e, a partir do momento do desconto em folha, o Siafi passa para a conta da associação, devidamente autorizado o desconto em folha pelo associado. Por isso que tem repasse do Siafi, mas do Governo Federal...

A Asof nunca recebeu nenhum repasse do Governo Federal. E as contas da Asof estão à disposição, os lançamentos da Asof estão à disposição. Nós não recebemos nada, nada que não fosse contribuição do próprio associado.

Nunca entrou nenhuma verba na Asof que não fosse contribuição do seu próprio associado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero finalizar fazendo uma pergunta para o senhor acerca de...

Aliás, Presidente, eu acho que algo que a gente precisa considerar muito aqui nesta Comissão são, exatamente, os sigilos bancários, porque o que o Coronel coloca está totalmente na contramão de dados dos quais eu tenho relatórios. Inclusive, deixarei consignado no nosso relatório final que são os dados aqui do Siafi, não são criados. Estão aqui de uma forma absolutamente clara.

E quero finalizar, Coronel, lhe fazendo a pergunta seguinte: de todas as autoridades que foram presas, o senhor é o único que continua preso. Com os outros houve algum tipo de medida judicial que favoreceu, na verdade, o fato de eles saírem dessa situação de restrição de liberdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta para o senhor, e eu queria que o senhor colocasse aqui para a gente de uma forma muito clara, porque esta Comissão inclusive fará a busca que é em relação aos sigilos bancários: não houve, em nenhum momento, conversações ou trocas ou até mesmo algum tipo de envolvimento financeiro de sua parte com pessoas hoje que são investigadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal ou da Polícia Federal como possíveis financiadores desses atos do 8 de janeiro?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhora. Não há...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor tem alguma dificuldade de colocar à disposição desta Comissão o seu sigilo bancário?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O meu sigilo já foi quebrado pela Polícia Federal. Meu sigilo tanto telefônico, telemático quanto bancário já foi quebrado pela própria Polícia Federal e está à disposição da senhora, está à disposição da CPMI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito bem, porque nós fizemos a...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não tenho nenhum depósito de ninguém coligado a nada, as verbas que entram na minha conta são todas identificadas, com fonte de origem e destino, feito no Sistema Financeiro Nacional, e todas são devidamente justificadas. Não tem nenhuma... Ou é salário da Polícia Militar ou é de alguma empresa da minha própria família ou de algum dinheiro que eu recebi de uma pequena propriedade que meu sogro tem, onde crio umas poucas cabeças de gado, que, de vez em quando, vende uma ou duas, e ele me remete um dinheiro para eu depositar na minha conta, referente a 20, 30 cabeças de gado que tenho com ele, e não tem nada de financiador nas minhas contas.

Até, se a senhora pegar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor tem alguma operação financeira no Mato Grosso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Se a senhora pegar a minha conta, a senhora vai ver que é uma conta de assalariado, com empréstimo, com suprimimento de conta...

Operação no Mato Grosso, que eu me recorde, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Em Mato Grosso, o senhor não tem nenhum tipo de negociação financeira no estado?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – No Mato Grosso, não. No estado, negociação... Assim, é difícil a senhora me falar, assim, de forma genérica...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tratativa econômica, porque o senhor falou possivelmente em algumas empresas, enfim...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É, porque o que é que acontece... A empresa H&F, que é uma empresa da família da minha esposa, porque eu tenho um filho com hidrocefalia e síndrome de Chiari, que piorou muito nesses meses que eu estou preso, e a família sempre fez doações para mim, para ajudar, no corpo de pessoas que têm que trabalhar junto desse meu enteado, para que ele tenha uma vida minimamente normal. Isso tem um custo alto, e a família ajuda. Então, eu recebo todo mês uma doação da empresa H&F, que é da família, que entra na minha conta. E a H&F tem postos de serviço no Mato Grosso.

Então, se a senhora está falando da H&F, da H&F vai ter movimentação, mas H&F não tem nada a ver com movimento político-partidário, não tem nada a ver com isso. Inclusive hoje os dois primos da minha esposa que comandam a empresa, que dirigem a empresa, são petistas conhecidos. Nas redes sociais deles tem colocações de PT o tempo inteiro.

Então, assim, a empresa não tem nada a ver com essa situação. Então, se a senhora fala Mato Grosso de forma genérica, se for da H&F, alguma transferência da H&F que tem posto, tinha posto no Mato Grosso, realmente entrou, mas é uma empresa da família da minha esposa que faz doações para auxiliar o nosso filho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada, Coronel.

Presidente, só para lembrar: quando ele coloca que estão à disposição, ele coloca naturalmente à disposição, mas, do ponto de vista formal. Não estão ainda à disposição desta Comissão, e eu pediria à V. Exa. que a gente pudesse fazer essa solicitação, porque eu acho que é um dado absolutamente compatível. Ele já está colocando à disposição, e a gente também pode fazer essa solicitação de forma direta. Aliás, isso aqui também é um inquérito.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passamos agora à próxima etapa da nossa reunião.

Falarão agora os autores dos requerimentos, destacando que são autores de requerimentos o Senador Izalci Lucas, o Delegado Ramagem, o Deputado Rubens Pereira Júnior, que também está aqui entre nós, o Deputado Rogério Correia, o Deputado Nikolas Ferreira, Marco Feliciano, o Senador Eduardo Girão, o Deputado Duarte.

Com a palavra o primeiro autor do requerimento, o Senador Izalci Lucas. *(Pausa.)*

Na ausência do Senador Izalci Lucas, passamos ao próximo, o Deputado Delegado Ramagem, pelo tempo de dez minutos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Presidente, cumprimentar a Mesa e demais Parlamentares. Coronel Naime, nós agradecemos o seu comparecimento e a vontade livre de depor.

Coronel Naime, qual a sua experiência atuando em policiamento de manifestações e em controle de distúrbios civis?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Excelência, a minha primeira unidade, ainda aspirante a oficial, foi a antiga Companhia de Policiamento de Choque, unidade em que eu servi na função de comandante de pelotão, fui comandante de companhia, depois fui chefe da seção de pessoal, fui chefe da seção de planejamento, fui depois subcomandante durante dois comandos. Inclusive, um dos comandos foi durante a Copa das Confederações, com todas aquelas movimentações que houve no Distrito Federal.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem, Coronel. Vasta experiência em manifestações aqui no DF.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Em sua experiência, cerca de quantos manifestantes se encontravam na Esplanada dos Ministérios no dia 8 de janeiro?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu só vi através de imagens. Eu só vi através de imagens do que veio na imprensa, mas eu acredito que algo assim... Eu não me sinto seguro de dizer o número exato.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Mais ou menos. Foram 500, 1 milhão, mil, 5 mil?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu acho que em torno de 10 a 12 mil pessoas.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito diferente das manifestações anteriores em que cerca de 500 mil pessoas, até 1 milhão se apresentavam. E nessas grandes manifestações ordeiras, pacíficas, não houve qualquer invasão, depredação ou quebra de patrimônio público.

O senhor já informou que estava afastado, de licença no 8 de janeiro. Também não estava no momento das reuniões preparatórias e dos planejamentos anteriores à possibilidade do 8 de janeiro.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não senhor, Excelência. Eu tomei conhecimento do planejamento só depois que eu fui preso.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – No 8 de janeiro, Coronel, os batalhões especiais como Bope, Choque estavam de prontidão ou de sobreaviso, conforme foi levantado, inclusive, pela Relatora?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, de acordo com o Plano de Operações nº 002, o Coronel Paulo José colocou à disposição do 1º Comando de CPRM frações do efetivo do Patamo, que é o Patrulhamento Tático Móvel, que é o choque móvel, que nós chamamos de choque leve, juntamente com tropas da Rotam. Por quê? Porque, de acordo com o Plano de Operações nº 002, com as informações que tinha de inteligência e com a matriz de risco que foi feita, seria o nível de policiamento de responsabilidade do Comando de Policiamento Regional.

A partir daí, o que o chefe do DOP faz? O chefe do DOP fez a matriz. A matriz indicou que o nível do policiamento que estava de acordo com as informações de inteligência era um nível de comando regional, ele só repassa ao chefe do comando...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Perfeito, coronel, então houve uma fração do efetivo completo...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Existia.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – ... do choque do Bope que estava de sobreaviso.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É, o que eu estou tentando explicar para o senhor, Excelência...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – É porque eu tenho que controlar o meu tempo, senão eu perco as perguntas. Peço desculpas.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu só pediria para o senhor...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – O senhor poderia explicar a diferença de sobreaviso para prontidão, rapidamente?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O efetivo de sobreaviso permanece em casa; o efetivo de prontidão permanece no quartel.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – O de prontidão chegaria em quanto tempo, o choque Bope ou o efetivo completo?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Quarenta minutos.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Imagino, como estavam em sobreaviso, que ainda teriam que se dirigir a seus batalhões, suas unidades, se equipar, saída, ou seja, de sobreaviso, eles não atenderiam a demanda que aconteceu no 8 de janeiro.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Nós passamos por um tempo de duas horas e meia a três horas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – O.k. Como foi colocado até pela Relatora, e a oposição também bem conhece, nós sabemos que foi o Coronel Klepter que deu a ordem, a determinação de colocar essas tropas, esses batalhões de sobreaviso. Qual era a função do Coronel Klepter no início de janeiro até 8 de janeiro?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O Coronel Klepter era o Subcomandante-Geral.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Subcomandante-geral. Qual a posição dele, o cargo, a função dele agora?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Hoje ele é o Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Quem o promoveu a Comandante-Geral?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O Dr. Ricardo Cappelli.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Ricardo Cappelli, o interventor o promoveu, a pessoa que colocou as tropas todas de sobreaviso, e não de prontidão. Ricardo Cappelli, antes de ser interventor, trabalhava em que ministério?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, que eu tenho conhecimento, no Ministério da Justiça.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Zero dois do Ministério da Justiça do Sr. Flávio Dino.

Por que foi que os requerimentos do Sr. Cappelli não foram aprovados nesta CPMI?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O senhor está perguntando para mim?

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Certo. É porque nós... Eu sei que o senhor não sabe, mas nós aqui sabemos o porquê.

O senhor, mesmo de licença, o senhor vestiu a sua farda e foi à Esplanada tentar evitar que manifestantes invadissem e depredassem patrimônio público. Onde estava o Coronel Klepter?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Ele estava no Gabinete de Gestão de Crise, na Secretaria de Segurança.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Ele chegou na presença de quem ao "teatro de operações"?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Juntamente com o Dr. Cappelli.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – O senhor declarou que a entrada nos prédios públicos no 8 de janeiro foi fácil e diferenciada. Isso, comparado a diversas manifestações. Portanto, clara omissão. Qual é a atribuição, a obrigação e a responsabilidade da Polícia Militar do Distrito Federal diretamente aos prédios dos três Poderes, inclusive internamente?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, a Polícia Militar, a responsabilidade dela é somente nas vias do Distrito Federal, e isso se restringe aos acessos à via N1, N2, S1, S2, falando-se em questão de Esplanada. E eu cito para os senhores historicamente, eu operando de choque, inclusive na época do Movimento Passe Livre, eu lembro que o Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros era o Presidente desta Casa e ele mesmo deu a determinação de que a Polícia de Choque não podia entrar no Congresso, pois nós não temos jurisdição aqui dentro. A jurisdição aqui é da Polícia Legislativa. Então a Polícia Militar age dos limites do Congresso para fora. E todas as vezes em que a Polícia Militar, houve alguma intervenção, que eu estava à frente, que nós entramos aqui no Congresso, foi com autorização do Presidente da Casa. E eu, por várias vezes, já presenciei fatos de manifestantes invadirem a chapelaria, a tropa de choque da Câmara Legislativa, desculpa, da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal conseguir conter, ali na chapelaria, enquanto a Polícia Militar se reorganizava e retirava essa tropa de volta para as vias. Só que dessa vez, assim, realmente foi impressionante como foi fácil adentrar os prédios públicos.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Impressionante como foi fácil adentrar os prédios públicos.

Os três prédios, dos três Poderes, pertencem à administração pública federal ou distrital?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Os três prédios pertencem à administração pública legislativa federal, ao Judiciário Federal e ao Executivo Federal.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem, Coronel.

Então, o senhor não estava trabalhando no momento do 8 de janeiro – nem no planejamento –, o senhor vestiu sua farda e foi para a frente, tentar ajudar os colegas no trabalho. O senhor não estava nos grupos que recebiam as ameaças – as notícias de ameaças e alertas do perigo de invasão –, em grupos federais ou distritais, e a Polícia Militar do Distrito Federal não tem qualquer atribuição perante os três prédios públicos dos três Poderes.

Então, Coronel, o senhor está claramente indevidamente preso, enquanto outras autoridades deveriam estar no seu lugar...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – ... ou foram promovidas.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – ... ou foram promovidas.

Muito obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Após a palavra do Deputado Delegado Ramagem, passo a palavra ao Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, hoje, ajude-nos a entender o braço militar da tentativa de golpe.

Coronel Naime está aqui como testemunha, e ele pode trazer várias informações para confirmar se houve, ou não, participação ou omissão de diversas autoridades, especialmente da Polícia Militar do Distrito Federal, que contribuíram para a tentativa de golpe.

Senão vejamos: Coronel Naime, eu sei que V. Exa. já explicou de passagem, mas eu gostaria que V. Exa. reforçasse: a segurança, na Praça dos Três Poderes, de uma forma geral, é feita pelo Sistema de Segurança do Distrito Federal, especificamente pela Polícia Federal do DF?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – O senhor pode repetir a pergunta? Porque eu não entendi.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – A segurança – a garantia de segurança – na Praça dos Três Poderes é feita pela Polícia Militar?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A garantia na P3P – na Praça dos Três Poderes –, ela é feita pela Polícia Militar.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu lhe pergunto não especificamente na Praça, mas...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Nas vias de acesso.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – ... eu digo respeito é a quem está vindo lá do acampamento, se deslocando por toda a Esplanada, algumas pessoas armadas inclusive, com rádio de comunicação, preparando uma tentativa de golpe de Estado durante todo esse percurso. Cabia à Polícia Militar fazer não a escolta deles, mas fazer o devido acompanhamento para, eventualmente, poder agir.

E V. Exa. pode responder essa pergunta com tranquilidade, porque o senhor era o Chefe do Departamento Operacional da Polícia Militar...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – De folga.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – ... ações como essa o senhor já viu diversas vezes. Inúmeras. Correto?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor. Só vale esclarecer que eu era o Chefe do Departamento de folga.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, eu estou dizendo em relação às outras...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Porque é essa a narrativa do seu chefe que eu estou preso há cinco meses.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, a minha pergunta é para comparar com os outros atos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu pediria... se o Sr. Presidente puder acrescentar um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – V. Exa. tem mais um minuto, Deputado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu agradeço.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, com torcida assim, vai ter que dar mais tempo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu pediria respeito por parte dos Parlamentares.

Brincar, dizer que um Congressista vai chorar no momento de ouvir uma testemunha?

É uma falta de respeito com o colega Parlamentar! Eu pediria respeito!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sr. Presidente, eu queria continuar.

A competência, portanto, era da Polícia Militar.

Não adianta ficar nervoso, mas nós queremos entender o perfil dessas pessoas que estavam ouvindo, e o senhor pôde acompanhar não na vinda, porque o senhor estava de folga, mas depois. E o senhor disse, em outros depoimentos, que havia, inclusive, pessoas com técnicas de guerrilha participando dessa movimentação.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Isso é provado pelas imagens que a própria imprensa colocou.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito. Reparem que aqui cai uma narrativa de que era uma manifestação das velhinhas de 90 anos de idade. Não, não era! Era algo organizado, financiado e com algumas pessoas que tinham, inclusive, técnicas de guerrilhas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço uma pergunta a V. Sa.: o senhor consegue identificar, com base no que o senhor já viu nas investigações diversas, qual era o objetivo dessas pessoas?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Você pode repetir a pergunta porque eu não consegui...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – O senhor consegue informar qual era objetivo dessas pessoas?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, Excelência. Eu não tenho como informar qual é o objetivo dessas pessoas, até porque...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito. Então, eu mudo a pergunta. O senhor conhece que, dentro desses manifestantes, havia um Movimento Tomada do Poder?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Fiquei sabendo, posteriormente, através da mídia.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito.

Vejam, então, Sras. e Srs. Parlamentares, qual era o movimento que participava desse comboio, dessa movimentação: Movimento Tomada do Poder. Tomada do poder, se fosse antes da eleição, podia dizer que era um grupo de oposição que queria disputar eleição para poder vencer as eleições, mas tomada do poder uma semana após a posse presidencial só tem um nome: é tentativa de golpe de Estado.

Por isso que o destino dele não era o Palácio do Planalto, não era, o destino dele era a sede dos Três Poderes constituídos, o destino desses golpistas era a sede do Poder Executivo, o Palácio do Planalto; era a sede do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal; e era a sede do Congresso Nacional, Câmara e Senado. Apenas em tentativa de golpe de Estado é que o ataque é contra os três entes dessa forma organizada.

Mas se não, sigamos. Nós já sabemos, então, de quem era a competência, nós já sabemos o perfil dessas pessoas e qual era o objetivo, mas nós temos que saber ainda mais.

No dia 6 houve uma reunião, ou pelo menos um diálogo, entre o Ministro da Justiça Flávio Dino e o Secretário-chefe da Casa Civil, Gustavo. O senhor ficou sabendo, posteriormente, que teve essa reunião com cobranças?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Então vou lhe informar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa reunião subiu-se o tom e disse: "Olha, os atos do dia 8 podem ser acima do que está na expectativa". E aí houve uma ordem, por parte de Paulo José, Coronel, para dobrar o efetivo. V. Sa. teve essa informação?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Consta, em vários depoimentos, que, ainda no dia 6, foi dada uma ordem clara: "Dobre o efetivo para se preparar para o dia 8 de janeiro". Só que, infelizmente, essas ordens foram ignoradas pelo Major Flávio Alencar.

E o Flávio Alencar, Sras. e Srs. Parlamentares, é um que está preso também e que, na interceptação telefônica dele, consta a seguinte mensagem: "E só deixar invadir o Congresso Nacional". O Flávio Alencar, que ficou responsável por dobrar o efetivo, é quem dizia: "É só deixar invadir o Congresso Nacional".

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Pois não.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Se o senhor me permite uma colocação. Quando o senhor fala de Coronel Paulo José, o senhor está falando de Departamento de Operações.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Quando o senhor fala de Major Flávio Alencar, o senhor está falando do 6º Batalhão – Unidade de Área.

As ordens do DOP não são dadas diretamente ao comandante de área. Ela é dada ao Comando de Policiamento Regional. Então, se o Coronel Paulo José deu essa ordem, ela foi dada ao Comandante de Policiamento Regional, Coronel Casimiro.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito.

A pergunta que eu faço...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – E não ao Major Flávio Alencar.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – A pergunta que eu faço a V. Exa. é: houve a dobra efetiva do efetivo ou não?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu não participei do planejamento.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós concluímos, Coronel Naime, é que na verdade o que foi feito foi pedir para a raposa tomar conta do galinheiro; foi pedir para os golpistas aumentarem o efetivo, quando na verdade o intento dessas pessoas era permitir a tentativa de golpe, era tentar de fato dar um golpe de Estado.

Mas não para por aí. Além de não garantir o efetivo, houve um verdadeiro apagão no dia 8 de janeiro. E dois fatos corroboram o apagão no sistema de segurança do Distrito Federal. Um é que recai ainda o direito da dúvida, que são as férias coletivas. Nesse período, V. Exa. estava de férias. Justificado. V. Exa. tem o direito da dúvida. Mas não apenas o senhor estava de férias. Outros sete coronéis da Polícia do Distrito Federal também estavam de férias nesse período. E o Secretário de Segurança, que era Ministro da Justiça até um dia atrás, também estava de férias nos Estados Unidos. Uma férias, como a de V. Exa., é razoável – V. Exa. tem o direito da dúvida –, mas, além das suas férias, sete férias, dos outros coronéis que deveriam estar comandando, e mais o Secretário de Segurança, que havia sido Ministro da Justiça nos atos do dia 12 e do dia 24 e, ainda assim, resolveu na primeira semana entrar de férias?! Além das férias coletivas, houve um apagão, quando, ao invés de garantir a tropa de prontidão, permitiu apenas a tropa de sobreaviso. E V. Exa. já deixou bem claro o *delay* entre as duas operações: a tropa de prontidão estaria aqui de imediato; a tropa de sobreaviso demorou, e demorou bastante.

Sabe quando cessou essa situação de ilegalidade? Sabe quando? Somente após a decretação da intervenção federal. Somente após o Presidente Lula assinar o decreto de intervenção federal, nomeando o Sr. Ricardo Cappelli, e ele tomando a frente para garantir a desocupação dos prédios públicos, foi que se cessou a omissão no sistema de segurança.

O que eu quero que esta Comissão investigue é se esse apagão foi culposo ou criminoso, se foi uma coincidência ou se foi algo premeditado. E, lógico, não é V. Exa. sozinho que vai esclarecer isso, mas é indispensável que esta Comissão apure o apagão que aconteceu no Distrito Federal justamente nesse período.

Tenho ainda mais duas perguntas ou dois fatos para poder ouvir V. Exa.

Falamos do dia 8. Eu tenho que voltar um pouco até os acampamentos. V. Exa. poderia confirmar se é uma frase sua – ou próxima –: "o epicentro golpista eram os acampamentos"?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu sei que a pergunta do senhor foi direta, mas eu, infelizmente, preciso falar, porque o senhor trouxe alguns dados incorretos. O senhor apresentou alguns dados que não são corretos.

Primeiro. Quando Ricardo Cappelli chegou à Esplanada, eu já havia desocupado os três prédios, eu já seguia com a manifestação para a rodoviária, não existia mais nenhum prédio invadido, não existia mais nenhuma perturbação aqui na área. A PM já havia reocupado a área com a tropa convencional e seguia com uma linha de policiamento convencional a mais ou menos uns 4km de distância da minha linha de choque, que seguia à frente, fazendo a evacuação do último público que tinha, quando, na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rodoviária, nós prendemos mais 50 manifestantes e, depois, antes do acampamento, nós prendemos mais 50 manifestantes.

Outro ponto: as férias da Polícia Militar são programadas com um ano de antecedência, e, então, os oficiais que estavam de férias já tinham férias programadas há um ano de antecedência. Eles não saíram de férias, as férias da polícia são devidamente programadas, até porque a legislação da Polícia Militar proíbe que o 01 e o 02, como nós falamos no linguajar militar, estejam de folga – os dois – ao mesmo tempo. Então, o que ocorre? Se o 01 estava de férias, o 02...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... era um oficial tão competente quanto ele e estava lá na missão. Então, não é verdade essa história de que houve férias coletivas.

Outro ponto...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, férias coletivas houve, inclusive por parte do Sr. Secretário de Segurança, que havia acabado de deixar o Ministério da Justiça.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Infelizmente, do Dr. Anderson eu não posso fazer qualquer argumentação, mas sobre a Polícia Militar...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito. Meu tempo está concluindo, eu só queria poder reforçar com V. Exa...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... mas eu não posso deixar, Excelência, que o senhor traga dados errados...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, a questão é: as férias coletivas houve.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... principalmente a respeito do Major Flávio. Por quê? Nós estamos num sistema militar...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – O Major Flávio... Se V. Exa. me permite, eu estou concluindo o tempo. Foi pego no WhatsApp dele: "é só deixar invadir o Congresso Nacional". Em relação a isso, V. Exa. não tem como defendê-lo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, mas não é isso...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Só para poder concluir, V. Exa. afirmou que "o epicentro golpista eram os acampamentos"? É uma pergunta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a última pergunta que eu faço a V. Exa. é se, no dia 12, no dia da diplomação do Presidente Lula, V. Exa. reforçou a segurança no hotel do Presidente, porque havia risco de que houvesse uma tentativa de invasão do hotel do Presidente da República?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Esse...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. responde oportunamente, porque o tempo do Deputado já se esgotou, e nós temos aqui uma regra de que são dez minutos, contando o tempo dele e do depoente. Então, passamos ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro Sr. Jorge Eduardo Naime, bem-vindo aqui a esta Casa e obrigado por, mesmo numa situação de enfermidade, o senhor ser um brasileiro com disposição a falar a toda a nação.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Graças e paz, Pastor!

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – A todos nós.

Vendo o seu histórico profissional, Sr. Jorge, eu não encontrei nenhuma mácula que pudesse manchar a sua digníssima trajetória, a sua vida na majestosa Polícia Militar do Distrito Federal. A nenhum processo respondeu antes desse, nunca foi condenado em nenhuma corregedoria. Isso mostra que sempre honrou a farda e os princípios que são preceituados pela PM do Distrito Federal.

É uma pena que o senhor hoje esteja preso, e o Coronel G. Dias, por exemplo, esteja solto, pois contra o senhor não existem provas concretas de que retardou a operação, de que prevaricou para que os manifestantes pudessem atuar com tal vandalismo, mas já contra o ex-Chefe do GSI essas provas parecem ser cristalinas. Elas existem, foram divulgadas amplamente pela televisão, elas são espalhafatosas.

Como leitor da Bíblia – e o senhor também o é –, eu lembro-me do que foi dito pelo grande Profeta Habacuque. Ele, diante da injustiça que vislumbrava e da violência que existia sem a justa providência dos magistrados do seu tempo, afirmou: "Por isso, a lei se enfraquece, e a justiça nunca prevalece. Os ímpios prejudicam os justos, e assim a justiça é pervertida". Habacuque, Capítulo 1, versículo 4.

Infelizmente, isso se tornou real no nosso país, pois pessoas impiedosas prejudicando gente que nunca cometeu um malfeito, que nunca cometeu crime e que é acusado sem provas cabais, tornando, assim, a lei frouxa, fraca, e a justiça, facciosa... É nítida a omissão do Governo Federal, das autoridades de Justiça que o compõem, mas o que se enxerga é um direcionamento de responsabilidade para a V. Sa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor afirmou, na sua oitiva da CPI aqui do Distrito Federal, que não participou do planejamento de segurança para conter os ataques do 8 de janeiro, porque estava de licença. Ora, se não participou pra que tal planejamento acontecesse, por que o senhor está preso? Não há prova suficiente da sua autoria ou coautoria, o senhor não concorreu pra que nenhuma infração penal fosse ocorrida.

O senhor ainda afirmou que a manifestação no dia 8 era com um ânimo tranquilo e de baixa adesão. O senhor recebeu essa informação?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Não, senhor. Eu fiquei sabendo disso depois que eu já estava preso, com a leitura dos relatórios que foram incluídos no meu inquérito.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor ligou pro Coronel Reginaldo, Chefe da Inteligência da PM do Distrito Federal, e ele informou que a Abin não enviou nenhuma informação sobre os atos do dia 8. Isso procede?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor, Excelência. De forma muito triste, eu declaro isso aqui, porque depois fica claro, com as outras informações que eu recebi, que, inclusive, o próprio Coronel Reginaldo estava num grupo que recebeu informações privilegiadas sobre o dia 8.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Isso é bom que fique claro aqui, pois a Abin, segundo as informações, havia mandado informações pra várias agências sobre os atos do dia 8 de janeiro, entre o dia 7 e o dia 8.

O que se percebe, então, é uma injustiça, pois o senhor, mesmo de licença, tendo sido substituído dias antes pelo Coronel Paulo José Ferreira... Isso procede?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, Excelência.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – No dia dos atos do vandalismo, se prontificou a ir à Esplanada dos Ministérios, prendeu manifestantes e chegou até a ser ferido por um rojão. Isso também procede?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, Excelência.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – A injustiça ocorre pelo fato de que quem deveria estar preso não está e de quem deveria estar solto. Quem se omitiu, não comunicando à PM do Distrito Federal dos atos que iriam ocorrer, deveria estar preso, pois o senhor asseverou que a Abin não comunicou nada à Polícia do Distrito Federal, mesmo ela dizendo que enviou comunicação para várias agências sobre possíveis atos que ocorreriam nos dias 7 e 8 de janeiro. Foi isso o que eu entendi. Procede?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, o que ocorre? No dia em que eu declarei na CPI, eu ainda não tinha tido acesso aos meus autos, meus advogados não tinham tido acesso a nenhum dos inquéritos nos quais eu estava incluído. E aí, depois que eu depus na CPI, através da própria mídia, através da imprensa, através dos documentos que nos foram colocados, essa versão aí meio que não procede. Tem documentos comprobatórios dentro dos processos, que comprovam que o Chefe da Inteligência da Polícia Militar, a Chefe da Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, Dra. Marília, bem como o Chefe da Inteligência do Comando de Policiamento Regional, Tenente Junior, receberam informações diretamente da Abin de forma privilegiada. E o que me causa estranheza: não colocaram o DOP nesse grupo, o que causou um apagão total tanto no departamento quanto no Subcomando-Geral, que não tem qualquer ligação com o Centro de Inteligência, que é ligado diretamente ao Comandante-Geral.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Vamos precisar investigar isso com muito afinco.

Eu só espero que esta CPMI traga fatos que levem à Justiça, de fato, todos aqueles que, de fato, têm algum tipo de culpa nesse cartório.

Eu cito aqui uma frase do grande Montesquieu: "A injustiça que se faz a um é uma ameaça que se faz a todos". Hoje, pode não ser que eu esteja sendo injustiçado, mas a injustiça que é feita contra vários brasileiros que estão presos injustamente é uma ameaça feita a todos nós de uma possível injustiça que possa acontecer.

Eu tenho aqui algumas perguntas para o senhor a mais daquelas que eu fiz. A primeira é esta: o senhor, em algum momento, deixou de agir ou retardou alguma ação que a sua função exige que seja realizada para que os vândalos atuassem no dia 8 de janeiro?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, se fosse pra retardar a tropa, se fosse pra dar fuga, eu podia simplesmente ter desligado o meu celular, não ter atendido ninguém e ter ficado em casa.

Num segundo momento, no momento em que eu fui atingido pelo rojão, eu podia ter deitado no chão e pedido socorro médico, deslocado pro hospital, e estava tudo certo, mas, não, eu continuei à frente das tropas. Mesmo ferido, continuei com a minha tropa seguindo em frente.

Causa-me estranheza eu ser acusado de retardar a tropa pelo interventor, uma vez que eu nunca estive em nenhuma linha sozinho com ele. Todas as vezes em que o interventor esteve comigo em linhas, tinha superiores hierárquicos meus com ele, tanto o Comandante-Geral como o Subcomandante-Geral. Então, se eu estivesse fazendo um ato desse de retardar a tropa, tanto o Comandante-Geral como o Subcomandante-Geral deveriam ter me dado voz de prisão imediatamente, o que não fizeram, o que comprova que profissionais, com experiência em segurança pública com mais de 30 anos, não perceberam, em momento algum, que eu estava atrasando tropa. E a gente não entende de onde o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor interventor, com a experiência que ele tem dentro do mundo jornalístico, sem nunca ter operado em segurança pública, tirou que eu estava dolosamente atrasando tropas.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor assevera que o serviço da inteligência do Distrito Federal não foi comunicado pela Abin sobre os possíveis riscos dos atentados aos Poderes?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu não posso reafirmar isso agora devido a informações extraoficiais que eu venho recebendo, durante esses cinco meses que eu estou preso, da minha própria defesa, pelo que eu tenho visto pela própria imprensa, mas eu peço encarecidamente a esta CPMI que peça os relatórios da Abin e veja a respeito do grupo Sisbin, que foi criado no dia 7 de janeiro de 2023. E, a partir daí, a segurança pública começa a ser informada diretamente pela Abin do cenário que estava sendo formado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor chegou a prender manifestantes? Se sim, quantos?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu prendi aproximadamente 450 manifestantes.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor pode dizer se todos estavam envolvidos diretamente ou o senhor prendeu alguém que não estava em estado de flagrante delito?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, todos de que eu efetuei a prisão estavam dentro de uma das três características da prisão flagrante: ou estava numa situação que conduzia a dizer que ele tinha cometido crime, ou ele foi pego cometendo crime, ou ele tinha indícios de cometimento de crime. Foram as pessoas de que eu efetuei a prisão. Inclusive, foi um dos meus motivos de repreensão, com a ordem que eu recebi, quando eu cheguei à rodoviária, para efetuar algumas prisões, que eu não efetuei, porque eu, nitidamente, vi que eram moradores de rua, eram usuários de droga, eram pessoas que estavam saindo do serviço ali da pastelaria, do Conjunto Nacional, naquele horário, e não eram pessoas que tinham ligação com a manifestação. E, por isso, eu não efetuei essas prisões, mas de todos que estavam devidamente caracterizados, que tinham ligação nós efetuamos prisão. Inclusive, na própria rodoviária e, inclusive, antes de chegar...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... à coisa... Foram centenas de prisões que eu efetuei na noite do dia 8.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Para encerrar, a minha última pergunta. Ela é bem pessoal, e o senhor fique à vontade se quiser ou não responder. O senhor se sente injustiçado? O senhor se sente como o bode expiatório do que aconteceu no dia 8 de janeiro?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Totalmente, Excelência. Eu não fiz nenhum ato; muito pelo contrário. Eu pensei que eu ia receber um elogio pela minha ação e recebi foi uma prisão. Eu larguei minha família, larguei minha esposa, larguei meus filhos. Hoje, eu tenho um filho doente, em casa, que sofre de uma onicofagia severa, com Síndrome de Chiari; o médico já falou que, por conta desse estado de estresse a que ele foi submetido, ele vai ter que ser submetido novamente a uma cirurgia no cérebro, porque eu sou a referência paterna que ele tem, eu sou o pai dele, sou eu que cuido dele desde os quatro anos de idade, e o menino sofrendo em casa, a minha família sofrendo, a minha esposa sofrendo. E eu, hoje, digo para o senhor... Eu sou instrutor de vários cursos na polícia, eu não sei como eu entro hoje num curso e ensino para o aluno o que é dever funcional, o que é senso militar, o que é respeito, o que é hierarquia, o que é disciplina. Eu, simplesmente, com a injustiça que eu sofri, não tenho mais como falar para um aluno levantar uma espada e dizer para proteger a sociedade mesmo com o risco da própria vida, porque ele vai acabar sendo preso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Sr. Coronel.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Muito obrigado, viu, Coronel?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o próximo orador inscrito, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente Arthur Maia. Parabéns pela sua condução, mais uma vez!

Quero cumprimentar aqui o Sr. Jorge Eduardo Naime. Seja bem-vindo ao Senado Federal – e seus advogados!

Eu quero começar com uma frase que é de Martin Luther King, um grande humanista, pacifista da humanidade, que disse o seguinte: Uma injustiça em algum lugar é uma ameaça à Justiça em todo lugar. É isso que a gente está vendo no Brasil. E ficou muito evidente, pelo menos para mim, o que está acontecendo aqui: que esta CPMI não pode se negar a ouvir pessoas, Sr. Presidente, importantíssimas para que a gente possa fazer uma autópsia sobre o dia 8 de janeiro. Eu faço uma figura de um cadáver que está na sala, que o Governo Lula sequestrou e quer colocar apenas as pessoas para efetivar, confirmar a sua narrativa, e não quer absolutamente que especialistas possam fazer a autópsia do outro lado.

Ficou muito evidente aqui a necessidade de se ouvir pessoas-chave do Governo Federal, porque eu tomo a liberdade de corrigi-lo, Sr. Jorge Eduardo Naime: pelo que os colegas Senadores Amin e Marcos do Val colocaram – porque faziam parte dessa Comissão de Inteligência do Congresso Nacional –, foi desde o dia 6. Não foi da véspera, sábado, não. Desde o dia 6 é que os alertas ao Sisbin chegaram para 48 órgãos federais, dizendo que o objetivo era destruir, sim, fisicamente, a Praça dos Três Poderes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe do trabalho reconhecido nacional e internacionalmente da Polícia do Distrito Federal, e eu quero, neste momento, fazer aqui algumas perguntas, inclusive – já que foi voltado um pouco. Eu gostaria de saber... Porque o senhor já relatou ter participado de diversas manifestações na Esplanada dos Ministérios. Deve se recordar da manifestação que ocorreu no dia 24 de maio de 2017, quando a Esplanada virou um palco de uma batalha durante uma manifestação. Inclusive, os manifestantes mais ligados à esquerda levaram bombas de fabricação caseira ao evento, sendo que uma dessas bombas explodiu e mutilou a mão de um estudante universitário cooptado pela esquerda para manifestação. Houve procedimentos no trio elétrico que acompanhava a manifestação, com os seguintes exemplos de citação – abro aspas aqui –: "Nós vamos ocupar o Congresso!" – fecho aspas, e abro aspas de novo –, "Esse Governo não tem legitimidade!" – fecho aspas. Em 2017, naquele dia, chegaram à capital federal mais de 800 ônibus. Os Ministérios da Fazenda, Planejamento, Agricultura foram incendiados; quatro ministérios foram alvos de depredação, bem como o Museu da República e a câmara metropolitana. À época dos fatos narrados, a PMDF e as Forças Armadas atuaram com êxito na retomada da manutenção da ordem, da prestação e da proteção do patrimônio público. Foram presas nove pessoas. Eu pergunto. Os fatos que ocorreram no ano de 2017 e no ano de 2023 são similares? Houve emprego de tática de guerrilha – que já foi falado aqui, – o *modus operandi* dos vândalos era o mesmo? Por que, em 2017, os manifestantes de esquerda não foram presos e, em 2023, foram? Por que há diferença num procedimento de um evento e no outro?

Senhor, eu queria só pedir aqui para a assessoria para poder olhar para... O.k., agradeço.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Excelência, nas tropas de choque, nós temos alguns procedimentos lá que são padrões, inclusive, o comando da unidade, nós seguimos ele pela antiguidade dos operadores de choque. Em 2017, eu deveria ter sido o comandante do Batalhão de Choque, entretanto o Governador Rodrigo Rollemberg resolveu tirar todos os tenentes-coronéis da frente de comandos de batalhão e passou os comandos para majores. Então, em 2017, por essa decisão do Governador, eu estava servindo o Estado-Maior da Polícia Militar, como chefe da sessão de projetos institucionais. Então, deste evento, especificamente, eu não participei. Eu só tive conhecimento dele através da mídia e da imprensa, e, pelo que eu tive conhecimento através da mídia e da imprensa, realmente foram fatos da forma que o senhor está narrando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito. Então, vamos para o dia 8, que é o dia que a gente está analisando especificamente aqui. O senhor entrou em confronto, estava até de folga, mas fez questão de servir de ajudar a conter. Eu lhe pergunto: o senhor tem experiência – está muito clara a sua experiência, o seu histórico... Os manifestantes que o senhor viu... o confronto em que o senhor entrou foi lá fora ou foi dentro aqui do Congresso Nacional ou de algum outro prédio público?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu não estive dentro de nenhum prédio público. Eu já...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Foi lá fora?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... assumi a tropa em cima da cúpula do Congresso Nacional onde foi a minha primeira atuação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá. Foi aqui em cima então.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu lhe pergunto: o senhor tem experiência de manifestação, olhou as máscaras, olhou algumas pessoas que estavam diferentes, o padrão era o mesmo, ou tinha gente com táticas, com planejamento que o senhor vê que têm uma formação maior para esse tipo de depredação?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, é muito difícil dizer para o senhor, especificamente, se tem tática ou treinamento, mas que eles tinham uma organização, isso era claro. Eles tinham uma organização, eles tinham uma linha de ataque, eles tinham uma linha para destruição, tinham bomba, tinham coquetel *molotov*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Era a maioria dos manifestantes ou uma parcela específica? Porque na maioria a gente vê pessoas, senhoras, senhores...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, é inegável que tinha, e eu mesmo vi várias senhoras, vi várias pessoas de idade ali no meio do flagrante, que, infelizmente, a gente teve até que prender, porque estava no flagrante delito, estava ali naquele momento, junto daqueles atos ali. A gente não tinha como elaborar, naquele momento da prisão, como polícia ostensiva, qual era a participação: se era de autoria, se era de coautoria, qual que era a participação dessas pessoas. Mas para a gente que estava operando no terreno, na forma até de se movimentar, a gente via que eles tinham uma organização e que tinham *modus operandi* coordenado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Mas esses agressivos eram a minoria em relação às pessoas que estavam...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eram a minoria em relação a todo o resto do público.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Isso é importante, isso é muito importante. Eu lhe pergunto: por que o Ministro da Defesa José Mucio Monteiro não determinou a desmobilização do acampamento na Praça dos Cristais, em frente ao quartel general, tendo em vista que, por força legal, as Forças Armadas são subordinadas a ele?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, o senhor está falando de uma semana em que eu estava de folga.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O senhor não sabe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu realmente fiquei sabendo de informações a respeito disso só durante esses cinco meses de prisão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá.

Por que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva não determinou a desmobilização do acampamento na Praça dos Cristais, tendo em vista que, por força constitucional, é a autoridade suprema do comando das Forças Armadas?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu também não tenho essa informação, Excelência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O senhor tem informação de alguma reunião do Ministro da Justiça, Flávio Dino, ou do Sr. Ricardo Cappelli, enquanto Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, pra tratar das operações na Praça dos Três Poderes, considerando os dados de inteligência que alertavam para um agravamento da situação?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Como eu já disse anteriormente, Excelência, nessa semana que antecipou esses fatos aí, eu estava de férias, eu estava totalmente fora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... e eu não tenho conhecimento a respeito disso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – E por que que o senhor pediu a dispensa como recompensa nesse período? No seu entendimento, o fato de estar em gozo de dispensa como recompensa no período em que ocorreram os atos o exime da responsabilidade pelo ocorrido?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, é uma folga legal, prevista em legislação, a que nós, policiais militares, temos direito. E eu estava dentro de um exercício, de uma atividade, de uma folga legal, devidamente requerida em processo SEI e devidamente deferida, dentro do prazo legal. E, além disso, como eu havia trabalhado mais de 24 horas ininterruptamente no dia 2, eu já teria...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ...por força de legislação, direito a 72 horas de folga.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá.

E o senhor é próximo do Sr. Fernando Neto, militante do PT do Distrito Federal e ex-Secretário de Estado do Governo do Distrito Federal, na pasta da Juventude?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O Sr. Fernando Neto, eu o conheço desde adolescente, eu o conheço antes mesmo de ele entrar no Partido dos Trabalhadores. E aí eu estive com ele. Inclusive eu trabalhei no Governo PT, em Brasília, fui Subsecretário de...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Certo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ...Administração Geral na pasta do Turismo.

E o Fernando Neto, eu o conheço desde adolescente. E aí a gente... Ele foi me reapresentado numa reunião do governo de transição na Secretaria de Segurança Pública, com um dos assessores da transição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá.

A quem cabe colocar os gradis de segurança na frente dos prédios dos Três Poderes pra conter os manifestantes? Os gradis foram colocados?

E a última pergunta, nos dez segundos que eu tenho: o senhor acha que aquelas pessoas que estavam ali, a maioria, como o senhor disse, de idosos, senhoras, senhores, tinham condição de dar um golpe de Estado?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Conforme foi com o último orador inscrito, a mesma regra vale para o Senador Girão. Peço desculpas, mas é a regra que estamos estabelecendo pra todos.

O próximo orador inscrito é o Deputado Duarte, e, não estando presente, eu passo a palavra ao orador seguinte, que é justamente o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu vou começar por onde a Relatora começou, mas, primeiro, dizer ao Coronel Naime que foi boa a sua decisão de colaborar com a CPMI, porque, com isso, o senhor tem o direito também de se defender, de colocar suas posições e tornar mais claro pra CPMI o que nós estamos.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Sim, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, foi bom que o senhor tivesse recuperado da depressão e pudesse aqui nos agradecer aí com suas palavras e esclarecimentos.

Mas eu começo por onde a Relatora começou: o dia 7 de setembro de 2021. E o senhor mesmo comentou, em uma das perguntas da Senadora, que havia ali um atrito explícito na sociedade entre Governo Federal e Supremo Tribunal Federal – isso era público; toda a população sabia.

E, nessa ocasião, por exemplo, antes disso, o Sr. Jair Bolsonaro – eu vou colocá-lo aqui, porque, na minha tese, ele é o autor intelectual dessa tentativa de golpe; e é isso que eu vou buscar comprovar nesta CPMI –, ele disse o seguinte: "Eleições no ano que vem serão limpas. Ou fazemos eleições limpas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil ou não temos eleições". Isso foi no dia 8 de julho. Quando foi no dia... já em agosto – estou soltando aqui algumas frases –, mas ele disse: "A hora dele [Moraes] vai chegar porque ele está jogando fora das quatro linhas da Constituição. Não dá para continuarmos com um ministro arbitrário, ditatorial" – 5 de agosto de 2021).

No dia 6 de agosto, no calor do momento em que ele estava cumprimentando apoiadores em Joinville, ele disse: "Aquele filho da puta do Barroso [isso o Presidente da República]!".

Depois, no calor do movimento também, 28 de agosto, ele disse: "Temos um Presidente que não deseja nem provoca rupturas. Mas tudo tem um limite em nossa vida. Não podemos continuar convivendo com isso" – Jair Bolsonaro, em 28 de agosto.

E ele continuou fazendo essas ameaças. Mas, no dia 1º de setembro – e aí já estava próximo do 7 de setembro – ele disse: "Com flores não se ganha guerra. Se você fala de armamento, se você quer paz, se prepare para a guerra" – Presidente Jair Bolsonaro, 1º de setembro de 2021.

E, depois, no dia 7 de setembro, aí já aqui em Brasília, falando para os apoiadores – lembremos que ele fez um ato aqui e outro em São Paulo –, aqui ele disse: "Ou o chefe desse Poder [Fux, ele falava do STF], enquadra o seu ministro [se referindo a Moraes] ou esse Poder pode sofrer aquilo que nós não queremos".

Fez uma ameaça explícita ao STF no dia 7 de setembro. Talvez isso explique por que as pessoas estavam tão nervosas e queriam invadir, como V. Exa. disse, o próprio STF. Você comprova isto – o senhor –: que eles tentaram invadir o STF no dia 6 e no dia 8.

E ainda no dia 7, já em São Paulo, ele diz: "Alexandre de Moraes, esse Presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou. Saia, Alexandre de Moraes. Deixa de ser canalha, deixa de oprimir o povo brasileiro" – 7 de setembro de 2021, Jair Bolsonaro.

Esse era o Presidente que atritava com o Supremo e fazia ameaças claras. De quê? De que ele não respeitaria o processo democrático. Então, é neste cenário que nós estamos discutindo.

Fica aqui – eu não vou fazer uma pergunta para o senhor, porque todos sabem: quem eram essas pessoas que estavam no acampamento, no quartel; depois, no dia 12, no dia 8? Eram evidentemente bolsonaristas. Foram fazer o quê, sejam senhoras ou seja esse grupo mais aguerrido? Foram dizer que as eleições tinham sido fraudadas.

É claro que isso não é uma pergunta, porque estava nas faixas que eles carregavam e nas intenções com que eles chamaram os atos tanto do dia 12 quanto do dia 8, quanto também do dia 24 – aí não foi um ato, mas uma tentativa de colocar uma bomba para explodir o aeroporto de Brasília. Então, esse era o contexto que acontecia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu faço algumas perguntas. No acampamento. O senhor disse que tentou retirar esse acampamento e foi impedido pelo Exército. Foi o General Dutra que o senhor escutou... que veio uma ordem para que isso não acontecesse, confirma?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois bem, o Exército Brasileiro também precisa responder a isso.

O senhor acha que se esse acampamento tivesse sido retirado dali naquela data, se eu não me engano dia 29, o contexto do dia 8 seria outro?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Bem provável que sim, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Bem provável que sim.

Isso é importante. O Exército não permitiu que a Polícia Militar retirasse de lá. E o senhor deu o nome do General Dutra...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, Excelência.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – que estava sob o comando do General do Exército, do comando do General do Exército, que também era, evidentemente, bolsonarista e acompanhou a eleição e o resultado das eleições ao lado do Sr. Jair Bolsonaro, como isso também foi várias vezes colocado.

Mas, saindo então do acampamento, eu perguntaria ao senhor: no acampamento que o senhor conhecia, havia lá infiltrados petistas que estavam lá insuflando ou eram aqueles que realmente queriam que as eleições fossem anuladas, que denunciavam o processo eleitoral no Brasil?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, o acampamento não dá para eu dizer para o senhor se tinha petistas, se não tinha, se tinha... Eu sei que tinha muita gente exaltada, tinha muita gente com o discurso incitando ali aquelas pessoas a atos contra o resultado eleitoral. Até complementando a pergunta do Deputado, que eu não pude responder, do Deputado Girão, não é? O que a gente percebe... Senador, desculpa, Senador. O que a gente percebe ali, no dia do dia 8, é uma coisa que a gente chama em operações, que é o efeito manada, não é? Poucas pessoas fazem o ato de agressão, e as outras pessoas, no momento de euforia, simplesmente acompanham.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Exatamente.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Tem gente que entrou aqui dentro do Congresso só para tirar foto, só para dizer que estava aqui e não fez nenhum ato acompanhando – não é – pessoas mais agressivas, que à frente daquela turba foram.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Agradeço, Coronel Naime. Tenho a mesma opinião do senhor. É óbvio, ali é o efeito manada. Mas tinham muitos preparados, como o senhor disse, que tinham técnicas, inclusive, de enfrentamento. O senhor chamou de turba, então havia ali estes que estavam muito treinados.

Depois eu queria que o senhor pudesse... Eu não vou colocar agora, senão eu perco o meu tempo. Mas se o senhor conhece os "kids pretos", se o senhor já ouviu essa expressão.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Negativo. Não, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É bom que depois a gente examine o que são esses "kids pretos" que foram denunciados também como agentes que estavam naquele processo e eram treinados para atos exatamente de guerrilha. E eles vinham de CACs e outras organizações que eram de atiradores. Isso é uma denúncia séria feita pela imprensa, que depois, na CPMI, nós vamos ver.

Mas eu concordo com o senhor: havia ali o efeito manada, mas havia aqueles que sabiam o que estavam fazendo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Havia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não eram apenas senhoras idosas que foram ali e encontraram tudo aberto.

Eu costumo dizer também que o principal responsável disso é quem foi fazer, quem chamou, quem pagou, quem foi fazer o ato. Pode ter havido falhas no comando da Polícia Militar, pode ter havido falhas, pode ter havido omissões. Isso é normal que haja em qualquer guerra, em qualquer ato. Atos, falhas são possíveis. Agora, quando você substitui a falha e quer colocar o responsável na falha e não em quem fez, aí já é má-fé.

Por exemplo, uma pessoa entra e assalta um banco, vai com metralhadora, atira e sai de lá correndo. Depois, ela é pega e vai presa. Quando ela é presa, ela pede para abrir um inquérito para saber por que o vigilante dormiu. É claro que essa pessoa atua de má-fé, porque ela fez aquele ato de invadir o banco. Então, é evidente que perdoar quem fez esse ato não pode ser – e colocar a culpa no vigilante – o ato central, embora ele possa ter culpa, possa ter falhado etc. Mas é bom que a gente faça essa diferença, porque senão acaba prevalecendo uma tese completamente esdrúxula de que o problema não foi esse histórico que eu comecei...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... lá do dia 7 de setembro de 2021, que tinha um Presidente que, desde lá, falava que as eleições não iam ser válidas. Aliás, um Presidente que amanhã



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provavelmente ficará inelegível, exatamente porque ele fez ou quis fazer com que as urnas eletrônicas no Brasil, o processo democrático fosse desmoralizado. Provavelmente ele se torna inelegível no país.

Então, havia um processo. E o processo o senhor colocou aqui muito bem. Gostei muito do depoimento que o senhor deu. Ele foi muito claro. Houve, sim, um acampamento. Ali era uma incubadora de atos e esses atos saíam dali. Houve também pessoas com má-fé, que agiam com violência; e havia essa turba, que foi usada exatamente para tentar fazer com que o processo democrático fosse destruído no Brasil.

A ordem vinha de cima: do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Se o guarda do Bope tivesse servido água para os bandidos...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu não dei aparte. Por isso que começa mal. É porque não tem educação, não respeita os outros.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado André, por favor. Por favor...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, para uma questão de ordem, rapidamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu queria ver se continuasse ali...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Para uma questão de ordem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – É questão de ordem ou pela ordem?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Qual é o artigo? Qual é o artigo?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – É porque, Sr. Presidente, nós, pela segunda vez...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Só um minuto. Questão de ordem tem que ter artigo.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para questão de ordem.) – A questão de ordem é a seguinte: a Relatora, pela segunda ou terceira vez...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Pera aí, gente! Pelo amor de Deus! São dez falando de uma vez só...

Questão de ordem tem que ter artigo.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Sr. Presidente, onde está a Relatora? É porque ela faz as perguntas dela e ela sai da sala.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Aí eu não sei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Questão de ordem tem que ter artigo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado Filipe, ela chamou o Presidente...

Ela chamou o Presidente...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – É o art. 131, do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – É só para explicar para vocês aqui.

Obrigado.

Ela chamou o Presidente, porque precisava falar reservadamente com o Presidente, e eu, como 2º Vice-Presidente, assumi. Então, na verdade, não sei nem onde ela está nem o que está falando, não é?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A única coisa que a gente sabe é que ela vai fazer o relatório...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Vai fazer o relatório sem estar aqui dentro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Por que não perguntou sobre o Presidente também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Obrigado, Deputado.

Deputada Jandira Feghali.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado, por favor.

Deputada Jandira.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Presidente, cumprimentando V. Exa. e os demais colegas, cumprimento também o depoente.

É muito importante nós ouvirmos aqui alguém da corporação da Polícia Militar, porque, de fato, aqui nós estamos tentando investigar a omissão.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Só um minutinho, Deputada.

Por favor, reponha o tempo da Deputada Jandira, que começa do zero aí.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Nós estamos aqui investigando neste momento a omissão das forças de segurança do Distrito Federal. Tem muita gente aqui interessada na omissão; pois nós estamos exatamente neste capítulo da omissão, que é interesse de todos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo aqui duas linhas de raciocínio, que vêm acompanhando aqui desde a instalação desta Comissão: de quem foi a omissão? Na medida em que existiram atos e atentados de golpe neste país, a tentativa aqui é dizer que a omissão foi do Governo que estava entrando; e a outra é de dizer que a omissão, de fato, existiu, mas principalmente das forças de segurança do Distrito Federal, que é exatamente onde eu me somo.

E aqui o depoente vai dizendo claramente – e, para mim, isso demarcou bastante no depoimento dele – dois aspectos fundamentais: o primeiro deles é o papel do acampamento e da proteção do Exército a este acampamento – e num acampamento em que, segundo ele próprio diz e outros depoimentos, ações eram planejadas e existia a chamada máfia do Pix, financiado claramente de fora; e o segundo é como a PM do Distrito Federal atuou em vários momentos.

E eu quero, inclusive, aqui voltar rapidamente para o dia 12, Dr. Naime, porque a prisão do Cacique Serere não se deu por acaso. O Cacique Serere, em vários momentos e muito amigo e eleitor do Sr. Bolsonaro, tirando fotos com ele, fazendo vídeos com ele, dizia o tempo todo que o Presidente Lula não subiria a rampa; fez, por várias vezes, convocações de pessoas armadas para impedir a diplomação dos eleitos, ou seja, para o dia 12; fez muitas agressões ao Ministro Alexandre de Moraes; inclusive, fez invasão do Aeroporto Internacional de Brasília. Então, esse Sr. Cacique Serere, eleitor e amigo do Sr. Jair Bolsonaro, tinha este comportamento.

Neste momento, eu gostaria, Presidente, de não ter comentários aqui atrás, porque não ajuda, tira a concentração...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Srs. Deputados, Deputado Filipe, Deputado André, por favor, vamos cooperar com os trabalhos.

Deputada Jandira.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Eu estou conversando com ele.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, você está falando alto e eu estou ouvindo o que o senhor está falando. E não gosto do que o senhor está falando aqui atrás de mim. Então, não é bom.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Por favor... Por favor, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Atrapalha e eu gostaria que desse o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputada Jandira.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Dá mais um minuto pra ela.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tem que dar um minuto mesmo. Está atrapalhando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Vai, Deputada, mais um minuto.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, e você me respeite, Abílio. Me respeite porque eu não estou aqui pra brincar. Você não é membro da CPI e fica o tempo todo aqui fazendo provocação.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Gente, pelo amor de Deus...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Gente, Deputado Abílio, Deputado André...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Eu não estou fazendo nada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Espere aí, gente, pelo amor de Deus.

Deputada Jandira...

Mais um minuto pra Deputada Jandira.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Então, aqui existe um aspecto que eu gostaria de abordar. Aqui existe uma hierarquia, de fato, na PM, como em qualquer organização militar. Disciplina e hierarquia são pilares das corporações militares. Então, aqui existem nomes de vários coronéis, majores, etc., enfim. Mas quem era o Comandante da Secretaria de Segurança Pública?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – A senhora se refere a quando? No dia dos atos ou antes dos atos?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – No dia dos atos.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – No dia dos atos, era o Dr. Fernando, que substituiu o Dr. Anderson Torres, que se encontrava, inclusive, já fora do Brasil.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sim, mas... Exatamente, mas quem era o Comandante da Secretaria de Segurança Pública era o Sr. Anderson Torres, certo?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, na grande realidade, aí nós temos a questão da substituição legal, não é?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sim, mas o Comandante, a partir do dia 2, era o Sr. Anderson Torres, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O Secretário nomeado, sim.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sim, nomeado, que estava até o dia 6 na cadeira de Secretário de Segurança Pública.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Aí eu não sei dizer à senhora, porque eu estava de licença, não é? Eu não sei se ele participou de reunião, eu não sei se ele estava na cadeira, eu não sei.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele entrou de férias no dia 9. Ele viajou no dia 6, mas, até o dia 6, ele era Secretário de Segurança Pública. O senhor não sabe nem isto: quem era o Secretário de Segurança até o dia 6?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu estava de licença, Excelência. A senhora está falando de um período de transição, não é? Eu sabia que o Secretário Anderson havia assumido a pasta, mas dizer pra senhora se ele ficou até dia 6, dia 5, dia 7, dia 8, não sei.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor não sabe. O senhor não sabe quem era o Secretário de Segurança Pública até o dia 6.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não foi isso que eu disse à senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, o senhor acabou de dizer que não sabe. O senhor acabou de dizer que não sabe. Eu estou perguntando: até o dia 6, era o Dr. Anderson Torres? Eu estou perguntando sim ou não?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Até o dia 6?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não sei.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não sabe. Está acabando de dizer.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Quem era o Secretário eu sei. Eu não sei se ele estava na função. São duas coisas distintas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, não são duas coisas distintas.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu estou falando com ele. Vocês vão responder por ele?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Ele está conversando com...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu estou conversando com o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – ... o depoente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Vocês vão responder por ele?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Por favor, por favor, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu estou vendo que aqui na CPI tem pessoas que sempre respondem pelos depoentes. Não sei se o senhor já percebeu isso. Está difícil aqui. Tem pessoas que respondem pelas pessoas que vêm depor na CPI, sempre tem, em todos os depoimentos.

Porque, na ordem de chamada aqui, das ordens aqui em relação ao efetivo que estava na rua, nós temos aqui vários depoimentos. Por exemplo: Coronel PM Jorge da Silva Pinto, que é ex-Coordenador de Assuntos Institucionais da Inteligência, diz que todas as informações foram repassadas para o então Secretário-Executivo Fernando Oliveira e compartilhada com Anderson Torres. O senhor sabe dessa informação?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu sei, das informações que me chegaram, que o Coronel Henrique, que é o Coronel a que a senhora está se referindo, fazia parte do grupo Sisbin, ele fazia parte e ele realmente teve informações privilegiadas da Abin. E o normal seria ele passar à Dra. Marília, que era a Subsecretária, a chefe da seção, e que essa passasse a informação ao Secretário em exercício ou à autoridade competente. Assim como o Centro de Inteligência da PM também fazia parte do Sisbin, também recebeu informações privilegiadas da Abin, e a obrigação disso aí era ter passado ao Comandante-Geral essas informações, que mudam completamente o cenário do que foi feito de planejamento na sexta-feira pelo DOP.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Exatamente. É aí que eu quero chegar, porque existiam, nas redes sociais, centenas de *cards* sobre tomada do poder, 7 e 8 de janeiro, uma centena de convocações nas redes sociais. A inteligência pelo Sisbin informa, há uma confirmação aqui de que houve a informação ao Sr. Fernando, que era o substituto de Anderson Torres, e também ao Anderson Torres, mesmo em viagem. E aqui há inclusive uma outra informação. O senhor mesmo diz que, no mínimo, às 10h da manhã do dia 8, a própria Abin reitera a informação à Polícia Militar. O senhor confirma isso novamente?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Confirmo, Excelência. E foram cinco horas que poderiam ter mudado completamente o policiamento, alterado totalmente o policiamento e ter minimamente evitado o que aconteceu naquela tarde.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ou seja, um cenário claro de omissão do Comando da Polícia Militar do DF, porque a inteligência informou.

Aqui há também uma informação do Sr. Marcelo Casimiro Vasconcelos, que informa que a abertura da Esplanada dos Ministérios veio do Coronel Paulo José.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, primeiro que o Coronel Paulo José, que me substituía como DOP... Eu não posso dizer se essa ordem veio dele, mas, pelo próprio PRTI, que é o protocolo de ações integradas, a competência de abertura ou fechamento da Esplanada é do Secretário de Segurança, não é do chefe do DOP. Então, assim, se eles com certeza...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ou seja, quem está falando a verdade, se é o Casimiro, se é o Paulo José ou se é o Comandante, a gente não sabe.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A gente não sabe.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor se relacionava bem com o Coronel Kepter?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Coronel Klepter?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Nós somos da mesma turma, não é? Mas, como eu já vi em outros depoimentos aí oficiais da minha turma, que estão comigo há 30 anos, que disseram que tinham o mínimo de relacionamento de urbanidade comigo, eu já não sei nem dizer para a senhora, porque eu virei o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É. Eu sou o patinho feio. Ninguém quer ser meu amigo, ninguém quer estar próximo de mim.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está bem. Está bem.

Eu vou interrompê-lo, porque eu preciso...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Está todo mundo solto, e eu preso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Porque parece que não há uma relação muito tranquila entre o senhor e o Coronel Klepter. Eu estou falando isso porque o senhor está fazendo críticas, e é importante saber dessa relação.

Uma outra coisa que declara que... uma atuação leniente da PM no processo é que, no trajeto entre as ruas, quer dizer, as vias até a Esplanada e a Praça dos Três Poderes, houve porte de arma, agressão a policial, furto de chaves de motos da PM e extravio de munição. E não houve nenhuma mudança de comportamento ou de planejamento da Polícia Militar. O senhor sabia disso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tá.

Tenho dois minutos apenas aqui.

Uma outra questão que chama atenção é que em todos os PAIs, não é? Quer dizer, PAI, o planejamento de ação da Polícia Militar, de 7 de setembro em diante, quer dizer, todas as manifestações que aqui existiram, exceto no 1º de janeiro, que foi a posse do Presidente Lula, todas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elas... a ementa do planejamento era assim: "Promover ações de segurança pública a fim de assegurar o direito constitucional à livre manifestação". Era assim. Só na posse é que havia "promover um ambiente pacífico e seguro, zelando pela integridade física e patrimonial das pessoas, bens públicos e privados, além das edificações e estruturas próximas ao evento". Essa diferença é por quê?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Porque...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Em todas as outras manifestações do, vamos dizer assim, dos bolsonaristas era "livre direito à manifestação". Por que essa mudança de...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O problema é que a senhora está tratando duas coisas diferentes como se fossem iguais. Uma é manifestação; outra é um evento específico.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Uma era manifestação – manifestação é uma coisa. Um evento de posse é um evento, é outra coisa, é outro planejamento, são outros órgãos envolvidos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E não há orientação para preservar patrimônio, mesmo que haja manifestação, não existe isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A preservação de patrimônio, ela é intrínseca, não é? Ela está intrínseca dentro da própria... do art. 144 da Constituição, onde se preveem as missões da Polícia Militar.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Outra coisa, Dr. Naime: o senhor falou que a intervenção não teve nenhuma ingerência na paralisia dos problemas aqui na Praça dos Três Poderes. Do que eu possa me lembrar e das informações que eu tenho do relatório de 60 páginas da intervenção – e eu estudei as 60 páginas –, a intervenção mobilizou o Centro de Operações Táticas da Polícia Federal, ela mobilizou a própria Polícia Federal, ela mobilizou a Força Nacional, além de parte da Polícia Militar, que ali foi puxada pela própria intervenção. Portanto, dizer que a intervenção não teve atuação na paralisação daquelas manifestações não me parece correto, não é? Obviamente que o senhor...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, o tempo se concluiu, para respeitar os colegas também.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ah, desculpe eu não vi que tinha acabado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – É findo o tempo da Deputada Jandira, mas eu lhe dou mais 30 segundos por causa das conversas paralelas que houve aí.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tudo bem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, apenas para dizer que nós precisamos ter acesso ao sigilo...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente, todo mundo ganhou um minuto. É justo que ela ganhe um minuto.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... telefônico e telemático, porque eu queria ver se, de fato, houve mensagens ao Dr. Cappelli, do Dr. Naime, porque eu não sei se houve. E também é importante dizer que foi a intervenção do Governo Federal que de fato teve ação contundente e concreta no impedimento das manifestações e na retirada deles da Praça dos Três Poderes.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (*Fora do microfone.*) – Eu tenho direito a resposta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Para respeitar, como os outros oradores, estão encerrados os 30 segundo.

A palavra é da Deputada... da Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Comandante Naime, eu vou lhe dar 2 minutos do meu tempo para o senhor responder à pergunta anterior.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Bom, senhores, o primeiro fato que nós temos que ficar esclarecidos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputada Jandira, ele está lhe respondendo. A Senadora Damares cedeu um minuto para ele lhe responder.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Primeiro que nós estamos tratando de coisas distintas. Manifestação não é um evento. A posse era um evento. Manifestações, a gente tem no Distrito Federal todos os dias e já tem um plano de operações exatamente para isso.

E aí o segundo ponto eu vou reafirmar para a senhora, Deputada: quando o interventor chegou à Esplanada, os prédios já estavam desocupados, a Polícia Militar já havia reocupado a Esplanada e o interventor começou a dar ordens a partir aproximadamente da Catedral pra frente, quando já tinha linhas de policiamento convencional e linhas de choque, sendo que o interventor não ficou comigo em momento algum, em alguma linha, sozinho. Todas as vezes em que ele esteve na linha comigo, ele estava com superiores hierárquicos meus, e, se eu tivesse agido de forma a retardar a tropa, os meus superiores, que têm uma experiência muito maior em segurança pública, teriam que ter tomado providências, e não tomaram, exatamente porque não houve. Mas, repetindo à senhora, quando o interventor chegou, os prédios já haviam sido desocupados, a Esplanada já estava retomada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, não dá para ele me responder e eu não poder ter réplica. Aí fica difícil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Não, não, não, não... Senadora Eliziane, está encerrado. Está encerrado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele respondeu a mim, não é?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – A Senadora Damares foi elegante...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele respondeu a mim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – ... ela foi elegante e lhe deu um minuto.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Mais um minuto para a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Está encerrado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ela não me deu um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Está encerrado.

A Senadora Damares tem a palavra.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ela deu um minuto a ele.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Está encerrado.

A Senadora Damares tem a palavra.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ela deu um minuto a ele, não a mim.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Coronel, eu estou recebendo muitas mensagens aqui. O Brasil inteiro admirado com o seu preparo. O senhor é o retrato...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado, por favor...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, mais um minuto para a Senadora Damares. Está sendo atrapalhada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Por favor, por favor, por favor, vamos fazer silêncio. A Senadora Damares tem a palavra. Mais um minuto para ela.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O Brasil inteiro está impressionado com o seu preparo. E o Brasil, que não conhecia de fato a PMDF, está vendo como esta PM é preparada. E aqui, Coronel, eu preciso dizer que eu sei, sim, que a nossa tropa está com a autoestima lá embaixo, ela não está bem, porque o seu Comandante-Geral foi preso – está solto agora – e um Coronel com 30 anos de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço... Gente, eu tenho aqui o currículo para quem não tem do Coronel Jorge Eduardo Naime. Vejam a qualificação deste homem. Um homem que salvou vidas por mais de 30 anos, um homem que tem uma história na nossa comunidade está preso. E aí, Coronel, pelo que eu sei, o senhor não sabe por que está preso. E aqui a gente tem um indício de violação de direitos humanos, mais uma. Que fique registrado na Secretaria da Mesa mais um indício de violação de direitos humanos.

Pelo que nós vimos no seu depoimento anterior lá na Câmara, o senhor disse que pode ter sido por causa de sua ex-esposa ter dito que o senhor fugiria, uma fofoca de um problema conjugal. O senhor confirma isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Sim, Excelência. Inclusive a PGR faz o embasamento do meu pedido de prisão preventiva com as notícias que foram veiculadas no *Metrópoles* da minha ex-esposa, com a qual nós temos um relacionamento conflituoso até hoje. Eu já estou casado novamente há dez anos, e ela não consegue transcender essa questão, não é? Inclusive o meu sigilo telefônico está quebrado. Eu gostaria que esta CPI tivesse acesso às imagens e aos vídeos que ela rotineiramente mandava no meu celular particular, porque eu não vou entrar nesse ritmo aqui. Por várias vezes, se utilizou de uma lei importante para este país, em que a gente vê cada dia mulheres morrendo por violência doméstica – ela se utiliza dessa lei –, para tentar me prejudicar de forma leviana, sendo inclusive, por várias vezes, apontada pelo Ministério Público por denúncia caluniosa. E aí eu já até sei que ela mandou mensagens para vários Senadores aqui pedindo para vir ser ouvida, para manter esse discurso dela de vilipendiar a minha imagem, mas o que diz por mim é a minha ficha, o que diz por mim é o meu trabalho, o que diz por mim é o amor dos meus filhos em casa, do meu filho que está doente porque eu não estou lá.

Porque se eu fosse o pai que ela tenta retratar que eu sou, eu garanto que meus filhos estariam aliviados de eu estar preso, e não estariam passando mal em casa.

Então, eu gostaria de deixar bem claro que o motivo que me fez ser preso é um absurdo, porque, inclusive, a minha reserva no clube de férias dos oficiais da PM foi feita com o presidente do Clube dos Oficiais da PM, que era oficial da Corregedoria. Então, a própria Corregedoria tinha ciência de pra onde eu estava indo.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Coronel, obrigada pela resposta. Que o Brasil veja no que está se baseando a prisão de um coronel da PM, uma PM que não tem diálogo cabuloso com o crime organizado...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Se a senhora...

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – ... uma PM que faz muito pelo nosso Distrito Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Se a senhora me permitir, a segunda acusação é exatamente essa do Dr. Capelli no sentido de que eu retardei tropa e dei fuga pra bolsonaristas dentro do cenário que estava naquele dia. Se a senhora pegar as informações da própria Abin, a senhora vai ver que tem uma mudança de cenário às 15h e, depois, tem uma mudança de cenário às 18h, quando a Polícia Militar começa a recuperar terreno, começa a desocupar os prédios e começo a mostrar que é exatamente o momento em que eu chego e reorganizo as tropas da Polícia Militar, os comandos que estavam aqui, e começo a operar junto à tropa de choque.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Coronel, nós temos o organograma da Polícia Militar do Distrito Federal. O senhor está aqui. Se o senhor estivesse... Se não estivesse de férias, o senhor estaria aqui. Existe uma hierarquia.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Positivo.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k.?

Então, o senhor, sozinho, não estaria contendo – sozinho – o que aconteceu na Esplanada naquele dia. A responsabilidade não é sua. É isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Naquele dia, na Esplanada, de acordo com o Plano de Operações 002/2020, da Polícia Militar, pela matriz de risco que foi feita com as informações da reunião de sexta-feira às 10h da manhã, na Secretaria de Segurança Pública, a responsabilidade do policiamento era do 1º Comando de Policiamento Regional, a comando do Coronel Casimiro.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Inclusive, vale ressaltar que eu não participei dessa reunião. Eu tomei conhecimento da ata dessa reunião quando... No período em que eu estou preso.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Mesmo se o senhor estive aqui em exercício, o senhor não seria o responsável, mas eu queria que o senhor reafirmasse: aquela informação, às dez da manhã, não chegou ao DOP?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Aquela informação das dez da manhã não foi repassada. Inclusive, me causa estranheza o DOP... Uma vez que a inteligência regional estava no grupo, por que a inteligência do departamento não estava no grupo? Por que quiseram tanto cegar o departamento? Por que quiseram deixar... O departamento, inclusive, assim... O subcomandante ficou às escuras, porque o Centro de Inteligência dá informação pro comandante-geral, não pro subcomandante. Quem leva, normalmente, as informações pro subcomandante é a agência do DOP, né? Então, que fique claro isso.

E outro ponto: eu não fiz crítica alguma ao Coronel Klepter. Eu estou trazendo aqui fatos, fatos que aconteceram, que não têm fundamento de crítica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Coronel, eu quero observar mais uma evidência de violação de direitos humanos. E eu quero que o senhor confirme o que o senhor disse ou o senhor não fale mais sobre isso. Lá na Câmara Legislativa, o senhor falou que a ordem expressa era levar todos para a Papuda e não pra Polícia Federal?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, o que aconteceu? Eu estava no acampamento, eu coordenei as operações juntamente com o comandante geral que estava lá na área. Isso é uma coisa que a gente tem que deixar claro. Dentro da hierarquia militar, tem o comandante designado pra aquela operação. Se um mais antigo pisa no cenário, ele automaticamente é o comandante, ele automaticamente assume o comando da operação, né? Inclusive, o Coronel Fábio foi advertido – foi alertado por mim, desculpe –, várias vezes, que deveria manter a posição dele, que é política.

O comando geral da corporação é uma posição política, é o cara... é quem é responsável pelas articulações políticas da corporação, não é operacional, e eu já tinha advertido ele algumas vezes para que ele não estivesse no cenário de operação. E ele continuava a teimar em ir, inclusive dando ordens fora da cadeia de comando, que foi uma das coisas que deu problema. E, aí, a gente com esse problema de tempo, eu não vou conseguir explicar pros senhores, mas se eu tiver oportunidade, eu explico pros senhores sobre essa quebra de comando.

E aí o que houve? Voltando à pergunta da senhora. Eu saí do acampamento com a ordem de levar os manifestantes para serem cadastrados na Superintendência da Polícia Federal no Setor Policial Sul. Quando eu cheguei na Superintendência da Polícia Federal, os delegados foram... Acho que os delegados que estavam lá foram meio que surpreendidos com a minha notícia de que tinham 40 ônibus chegando às dependências da Polícia Federal. E aí eu comecei a caminhar com eles dentro da Polícia Federal, procurando um local aonde pudesse colocar aquelas pessoas, eram 40 ônibus cheios. E aí eles me mostraram auditórios que tinham 50 lugares, me mostraram salas e eu falei: "Cara, não tem a menor condição de vocês colocarem nesta sala um público que tem gente hostil no meio, não tem como. Na hora em que chegar aqui, já começa o problema, na hora em que entrar na Federal já vai ser um baque pra eles". Porque o Exército colocou eles dentro dos ônibus dizendo que eles seriam somente cadastrados. E eu comecei a procurar esse local lá.

Quando eu estava lá, um dos delegados que me acompanhava...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... virou pra mim e falou assim: "Olha, decidimos que vai pra Papuda".

Nesse momento, eu liguei pro Coronel Klepter. Falei: "Klepter, eu recebi a informação aqui que vai pra Papuda. Confirma pra mim, por favor, com o secretário se essa informação é real". Porque o Klepter estava o tempo inteiro com o interventor. Eu perguntei: "Confirma pra mim se essa informação



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é real porque eu estou vindo com 40 ônibus. E, aí, o que eu vou fazer? Eu vou pedir para o Coronel Edvã, que está comandando a escolta, que venha na velocidade da via e venha respeitando os sinais". Para que, se mudou o local, eu possa mudar a trajetória da escolta, porque Papuda e Setor Policial Sul, para quem não conhece Brasília, são extremos, são rotas diferentes. E, aí, nisso, o Klepter não me respondeu.

Foi quando o Dr. Cappelli chegou, com o Klepter, e me perguntou por que eu cheguei e a escolta não chegou. "Doutor, não chegou porque nós estamos na dúvida se vinha pra cá ou pra Papuda".

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – E aí o interventor brigou comigo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir que a senhora conclua porque já passou o tempo...

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Não, não, eu ganhei mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A senhora quer mais um minuto?

Então, eu vou lhe dar, a senhora tem mais um minuto.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Que a Relatora anote, crianças seriam levadas pra Papuda, um presídio de segurança máxima.

Nós vamos encaminhar esta Comissão também para apontar as violações de direitos humanos das autoridades que mandaram prender manifestantes, que isso fique consignado.

Coronel, eu tinha muita pergunta, mas não tenho tempo. Só vou dizer o seguinte, a Polícia Militar do DF é a melhor polícia militar do mundo. Que o senhor fique bem, isso vai passar, reparações serão feitas. Que Deus abençoe o senhor e a sua família.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Senador Magno, Relatora, Coronel Naime, primeiro queria agradecer, Coronel, pela sua disposição de estar aqui durante esse tempo.

O senhor estava com... de atestado médico, mas está aqui respondendo, colaborando, lhe vejo nesse momento aqui numa condição muito mais de testemunha do que de investigado, porque o senhor



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem contribuído muito com as suas respostas. E eu queria, antes de tudo, contextualizar – o senhor gosta de contextualizar antes das respostas e eu também acho isso importante.

A gente está numa CPMI que busca preencher algumas lacunas. É óbvio, e o senhor como policial há tanto tempo, com tanta e larga experiência, sabe que aconteceu um crime; houve uma série de crimes durante esse tempo. E eu queria perguntar ao senhor o seguinte: o senhor é um dos poucos que ainda está preso, neste exato momento. Se o senhor classifica – e já colocou aqui – que está preso injustamente, quem deveria, neste momento, estar preso no seu lugar, na sua opinião?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Excelência, vai depender muito da análise dos relatórios da Abin. Vai depender muito da amplitude a qual alcançou os informes da Abin. Se os informes da Abin morreram no grupo Sisp, quem deveria estar respondendo é quem estava no grupo Sisp. Agora, se os informes saíram do grupo Sisp e chegaram às autoridades, quem deveria estar preso são essas autoridades que tiveram as informações e não tomaram providências.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Quais autoridades o senhor fala que poderiam estar fora desse grupo, por favor?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Bom, para mim é difícil fazer essa afirmação...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Não precisa dizer o nome não, não estou pedindo nem...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Mas aí eu vou estar fazendo uma especulação, não é?

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Certo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu peço a esta CPMI, encarecidamente, que os senhores analisem com muita atenção, mas muita atenção, os relatórios da Abin, porque eles foram extremamente... Eles mudaram minha opinião a respeito de muitos fatos e a minha opinião em relação a muitas pessoas.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Então, dentro da própria corporação – para a gente não ir para outra esfera –, teria outras pessoas, dentro da Secretaria de Segurança Pública ou da própria Polícia Militar do Distrito Federal, que deveriam estar presas neste momento no seu lugar?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu não gostaria de especular sobre isso, até porque eu vou estar falando de superior hierárquico; mas isso, os senhores, tendo acesso aos relatórios da Abin, os senhores vão chegar às mesmas conclusões que eu cheguei.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

Eu queria passar logo para uma outra etapa. O senhor está aqui hoje, praticamente, porque estava de licença durante esse período, sendo que a sua licença vem com uma série de coincidências:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras licenças, as próprias férias do então Secretário de Segurança Anderson Torres... E eu nunca vi, na minha vida, alguém ser empossado no dia 2 e já ter direito a férias antes de um ano trabalhado. Qualquer trabalhador neste país tem que ter um ano de trabalho para poder gozar de férias; o Sr. Anderson Torres foi nomeado no dia 2 de janeiro, e, no dia 6, 7, 8, enfim, qualquer um desses dias, quase com uma semana de serviço, já iria gozar de férias.

Então, houve uma série de férias, licença-prêmio... O senhor se arrepende de ter tirado a licença nesse momento?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, com toda a sinceridade, eu permaneci a semana inteira em Brasília. Eu permaneci a semana inteira. Inclusive, na minha quebra telefônica, os senhores vão ver que, durante a semana, eu falei com o Coronel Klepter, eu falei com o Coronel Paulo José, estive fazendo exames médicos, estive à disposição a todo o tempo, e eu realmente preferiria que eu tivesse sido convocado durante a semana, porque...

Agora, quando os senhores pegarem os relatórios da Abin, os senhores vão ver que, durante a semana, não haviam informações do que ocorreria no sábado e no domingo. Até sexta-feira, por volta de 18h38, é a hora em que sai o primeiro relatório da Abin realmente mais incisivo, mais dizendo que "Olha, preste atenção!". Aí, no sábado, sábado o dia inteiro, os relatórios da Abin... Até domingo, dia 8, às 10h da manhã, que é o relato mais importante da Abin...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... que naquele momento tinha que ter sido acionado o Gabinete de Gestão de Crise.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas, Coronel, então as suas férias foram só uma coincidência com as férias da cúpula?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, olha o que acontece...

Eu não posso falar a respeito da Secretaria de Segurança Pública...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tá.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... mas sobre a Polícia Militar, todo mundo que estava de férias vinha no mesmo ritmo que eu vinha de manifestações.

O nosso grande evento – o último evento – era a posse. Estavam todos comigo na posse. Tanto que, se o senhor perceber, o Comando de Policiamento Regional 1 não estava de férias, o coronel continuava lá comandando o Comando de Policiamento Regional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O coronel que me substituiu é um coronel com 30 anos de serviço, da minha turma, que tem a mesma, quase a mesma experiência que eu, porque é difícil a gente dizer que as pessoas têm experiências iguais.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Só para a gente ganhar tempo. Está respondido, eu me sinto satisfeito.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Só para fechar, rapidamente: as férias da PM são programadas com um ano de antecedência.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

O senhor fala, em relação aos acampamentos que estavam em frente ao QG do Exército, que tinha pessoas suas, do seu setor de inteligência, avaliando aquela movimentação.

Que tipo de informações chegaram para o senhor?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Para mim, chegava, normalmente, informação assim: "Coronel, eles estão reunidos no café da manhã, vão pro Palácio da Alvorada agora de manhã"; "Coronel, agora de manhã eles não vão sair, vão permanecer no acampamento, devem ir pro Palácio da Alvorada depois do almoço"; "Coronel, eles estão aqui, tem gente desmontando barraca, tem ônibus que está saindo".

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas, Coronel, tem denúncias de roubos, prostituição, violência. Alguma vez alguém da sua inteligência chegou com essas informações?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Isso aí chegou pra mim em reuniões da Secretaria de Segurança Pública, através de informações da Polícia Civil, devido aos registros na Polícia Civil do Distrito Federal.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas ninguém da sua inteligência, então, que estava lá, infiltrada, não conseguiu detectar nada disso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, não presenciou.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas teve o B.O. na Polícia Civil?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Mas teve o B.O. da vítima na Polícia Civil.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Quem é que comandava então – o senhor tem informação – a chamada máfia do Pix, do acampamento?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não sei, Excelência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só ouvi essa história, foi retratada por líderes, numa reunião que nós tivemos na Secretaria de Segurança Pública, de um evento que eles queriam fazer na Esplanada dos Ministérios, coisa de 15 dias, 20 dias, antes da posse do Presidente.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O senhor conhece Cláudio Mendes de Santos ou Cláudio Santa Cruz?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Major Cláudio Santos. Ele foi Oficial da Polícia Militar, serviu comigo no ano de 1999 na Companhia de Policiamento de Choque e, depois, a gente não serviu mais, ele entrou para a reserva e eu nunca mais tive contato com ele.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Ele era uma dessas lideranças lá do acampamento?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Pelas informações que eu tenho hoje, de inteligência, ele era uma dessas lideranças no acampamento.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Eu só acho que eu não escutei, mas acho que o senhor respondeu. Quem é que estava nesse grupo do WhatsApp do Sisbin, por favor?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – No grupo do Sisbin estava o chefe do Centro da Inteligência, isso de acordo com o relatório...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O senhor sabe os nomes das pessoas?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Coronel Reginaldo.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Certo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Coronel Reginaldo, pelo Centro de Inteligência da Polícia Militar; o Tenente Júnior, pelo Comando de Policiamento Regional Metropolitano 1; a Dra. Marília, Delegada da Polícia Federal, chefe da Subsecretaria de Inteligência; o Coronel Jorge Henrique Pinto; e o resto da seção de inteligência lá da secretaria, que eu não me recordo os nomes.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Então esse grupo era formado basicamente por pessoas do Poder Executivo do Distrito Federal, é isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor.

Eu estou narrando para os senhores do grupo do Executivo local, mas esse grupo era composto por outros membros do Governo Federal, inclusive, se eu não me engano, o GSI.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – O Secretário de Segurança estava nesse grupo?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor. Só estava a Dra. Marília.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maior autoridade da Secretaria de Segurança Pública que estava nesse grupo, de acordo com o relatório, era a Dra. Marília.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Qual era o cargo dela mesmo, Coronel?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Subsecretária de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – E, já chegando ao final, quais foram as medidas que o senhor tentou adotar para desmobilizar o acampamento e que foram proibidas pelo Exército naquele momento?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, já nos primeiros dias do acampamento, a gente tentou colocar policiamento lá. O Exército tomou a frente e disse que faria o policiamento com a própria Polícia do Exército. Então, nós ficamos mais...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas o policiamento é a proteção, não é a desmobilização?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, o policiamento é a proteção.

E aí nós ficamos mais com policiamento do perímetro. Nós ficamos cuidando da Via N1, Via S1, Rainha da Paz, área do Cruzeiro, aquela região.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas o senhor tentou desmobilizar o acampamento em algum momento?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Na grande realidade, Excelência, nós temos ali uma servidão. Então, ali é uma área sob jurisdição das Forças Armadas. Qualquer ação do Governo do Distrito Federal ali...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas tentou?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu fiz. Nas vezes que foi planejado com o Exército...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... nós fizemos alocação de tropa. Colocamos tropas. Eu coloquei 450 policiais lá à disposição.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Então não foi desmobilizado porque o Exército não permitiu?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Todas as vezes que nós fomos lá – eu fui, se eu não me engano, eu fui umas três vezes –, todas as vezes, no momento da operação, nós recebemos uma... Aliás, minto, teve uma vez que foi na madrugada, na noite do dia anterior, eu recebi a ligação da Coronel Cintia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo que era para desarticular tudo, que não haveria operação no dia seguinte. E numa das vezes, no momento que ia começar a operação, foi tudo desarticulado.

O Exército pegou os servidores da Agefis, do DF Legal, tentaram entrar com os servidores e, novamente, os servidores foram escorraçados lá de dentro do acampamento e o Exército não fez nada para, inclusive, defender esses servidores públicos.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Obrigado, Coronel.

Eu espero que o senhor, sendo inocente mesmo, como o senhor mostrou, possa provar a sua inocência e sair da prisão ou, se o senhor for culpado, possa continuar lá e pagar pela sua pena.

Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passamos ao próximo orador inscrito, o Senador Jorge Seif.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Sr. Presidente, o senhor conseguiria dar a lista, por gentileza, das inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – A lista das inscrições, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Depois temos o Pastor Henrique, Deputado Filipe Barros, Senador Fabiano Contarato, Deputado Mauricio Marcon, Deputado André Fernandes, Senador Magno Malta, Deputada Amanda Gentil, Deputado Eduardo Bolsonaro, Senadora Soraya Thronicke e Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E, ao final, como não membro, aliás, com assiduidade e muita disciplina... (*Risos.*)

... registro aqui que também está inscrito o nobre Deputado Abilio Brunini, para nossa alegria.

Passamos agora ao próximo orador inscrito, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Uma boa tarde para o senhor. Senador Magno, Senadora Eliziane, Coronel Naime, uma boa tarde. Obrigado pelo senhor ter decidido por depor, nesta tarde, para todos nós, para esclarecermos alguns fatos.

Estou com o currículo do senhor aqui na mão. O senhor é um homem experimentado, conhece de segurança pública, tem muitos cursos, tem qualificação, conhece o DF, conhece as hierarquias, conhece



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os procedimentos, não só na Esplanada dos Ministérios, mas conforme sua formação e ampla experiência na área de segurança pública.

O senhor sabe também que existe aqui dentro desta CPMI dois esforços: um esforço da esquerda é, realmente, isentar completamente o Poder Executivo das ações do dia 8 de janeiro, como se eles fossem vítimas, como se eles fossem enganados, como se eles não soubessem de nada, mesmo com tudo que nós já vimos na imprensa, como, por exemplo, fraudes, supressões no relatório enviado ao Senado Federal, que é um desrespeito a esta Casa Legislativa; por outro lado, colocar toda a culpa na Polícia Militar do Distrito Federal, como se vocês realmente tivessem total e irrestrita responsabilidade sobre o 8 de janeiro, como se a segurança da Esplanada dos Ministérios, da Praça dos Três Poderes e do Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal não tivessem outras atribuições.

Então, quero perguntar para o senhor. Eu tenho conhecimento de que existe um protocolo, desde o tempo do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Houve uma reunião de forças, todas as forças de segurança – Ministério da Justiça, Exército Brasileiro, Força Nacional e Polícia Militar do Distrito Federal. Eu quero saber do senhor: realmente existe um protocolo de defesa em casos, como houve no dia 8 de janeiro, de manifestações ou invasões? Quem são essas forças envolvidas na proteção da Esplanada dos Ministérios e de todos os prédios dos Poderes da República, por gentileza?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Excelência, existe o PrTI, que é o Protocolo de Táticas Integradas, do Governo do Distrito Federal, devidamente aprovado. Quem é o responsável de acionar o PrTI é o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. Compõem as ações dentro do PrTI: a Polícia Militar do Distrito Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o Detran, a Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados, a Polícia Legislativa do Senado Federal, o GSI, juntamente com os órgãos do CSA do Presidente da República – o Comando Militar do Planalto e, se eu não me engano, também a Polícia do Exército.

Devem ter outros órgãos dentro do PrTI, mas que eu não me recordo neste momento. Mas esses que eu estou falando para o senhor são os que eu recordo.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Então, o que o senhor está me dizendo é que a segurança da Esplanada dos Ministérios e dos três principais prédios dos Poderes da República não é uma atribuição exclusiva da Polícia Militar do Distrito Federal, senão uma responsabilidade compartilhada com outras polícias e forças policiais. É isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Até porque, Excelência, como eu disse anteriormente, a Polícia Militar do Distrito Federal não tem jurisdição dentro do Congresso, dentro do Palácio do Planalto nem dentro do STF, porque cada um desses Poderes tem a sua própria polícia, que tem a sua jurisdição territorial dentro dessas Casas.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Excelente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo ao senhor, eu queria confirmar se a folga que o senhor tirou no dia 8 de janeiro foi concedida pelo Coronel Klepter dentro dos ditames legais ou se foi uma deliberação, uma folga que o senhor mesmo se deu, ou se o senhor fez alguma coisa de forma ilegal por conta própria.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor.

A folga, ela foi... Uma semana antes, eu conversei com o Coronel Klepter.

Primeira coisa, Excelência, se o senhor me permitir tomar o tempo do senhor, a gente precisa esclarecer a Súmula 475 do STF, que diz que os atos administrativos podem ser revistos a qualquer tempo pelo administrador. Eles podem ser revistos de forma parcial ou de forma total.

Então, o Coronel Klepter havia realmente baixado uma determinação que não houvesse férias, dispensas naquele momento, mas isso – essa norma dele – visa o grosso da tropa. Porque, pro senhor ter uma ideia, no dia da posse, eu tinha 2.921 policiais militares aplicados no dia da posse. Só tinham dois coronéis comandando.

Então, quer dizer, o efetivo de coronel para um policiamento desses, de acordo com o que nós temos de limiar de comandamento, é muito ínfimo. Então, não faz diferença um coronel. Faz diferença entrar um grupo grande de praças, um grupo grande de tenentes, um grupo grande de capitães, porque eu não vou ter quem comandar.

Então, a norma do Coronel Klepter, apesar de ser genérica, ele visava a esse efetivo. Ele não está falando de chefe de departamento, não está falando de coronel, de diretor de polícia; ele está visando ao efetivo ali, à massa do operacional, para ele ter a massa na mão. E ele não cometeu nenhum ato... Ele reviu o ato dele, de forma parcial, abrindo exceção para a minha pessoa, até pela condição clínica que ele já via. E isso foi tudo feito dentro do SEI, com requerimento, com publicação em boletim da Polícia Militar do Distrito Federal, com circular informando todas as autoridades da minha substituição. Foi tudo feito dentro dos trâmites legais.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Uma semana antes, o senhor falou?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Uma semana antes eu conversei com o Coronel Klepter, aí ele falou: "Não..."

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Não, mas essa determinação...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Essa determinação...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Quando é que saiu isso oficialmente, então? Uma semana...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu entrei...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Porque o meu tempo já está em quatro minutos, e eu tenho algumas questões também importantes para perguntar ao senhor.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu entrei com o requerimento na segunda-feira, assim que eu saí do serviço, para cumprir essa dispensa recompensa, no dia 3, não é? E saiu publicado no boletim, sem qualquer restrição, com efeitos retroativos inclusive, no dia 5.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Está o.k.

O senhor deve conhecer um pouco de história mundial, de golpes de Estado, não é? Eu posso citar para o senhor, por exemplo, que em 53 Fidel Castro, para iniciar o golpe contra o Governo de Fulgencio Batista, ele, com milhares de homens, centenas, dezenas, talvez milhares de homens, tentou invadir um quartel, e ali iniciou então a Revolução Cubana ou revolução castrista. Em 92, Hugo Chávez também liderou milhares de homens na tentativa de golpe militar contra Carlos Andrés Pérez, também com homens fortemente armados, com lideranças etc. etc. Ontem, o mundo assistiu à preocupação do Presidente da Rússia Putin por o Comandante Wagner estar liderando 25 mil homens fortemente armados, realmente ensejando um golpe contra o Governo da Rússia.

Aí, o senhor veja: Anderson Torres estava de férias nos Estados Unidos. E, ao contrário do que alguns pensam aqui, ele participou da transição do Governo, então por isso ele conseguiu as férias dele, porque ele já tinha deixado a Polícia Militar do Distrito Federal organizada, depois da eleição de outubro, quando Ibaneis Rocha se reelegeu. O senhor estava de folga, e tinha uma pessoa substituindo-o. O senhor pode me dizer qual é o nome dessa pessoa?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Coronel Paulo José Bezerra.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Muito obrigado.

E nós também sabemos que o Presidente Bolsonaro estava nos Estados Unidos já desde dezembro.

Então, a primeira impressão, contradizendo as narrativas aqui ditas de golpes de Estado e comparando golpes de Estado em outros países, eu pergunto para o senhor com muita sinceridade: pelo que o senhor estudou, pelo que o senhor participou, pelo que o senhor investigou, pelo que o senhor conheceu dos acampamentos... Nós não tínhamos uma liderança formal, nós não tínhamos uma liderança política. O George Washington, que está preso por ter tentado explodir um caminhão de combustível – é o que em princípio as investigações falam –, ele disse aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – ... expressamente que não havia nenhuma liderança nem do Presidente Bolsonaro nem dos membros do Executivo nem de nenhum Deputado dito bolsonarista.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preste atenção à pergunta que eu vou fazer ao senhor, porque ela é muito séria e muito grave: de acordo com esses paralelos internacionais de golpe de Estado, de acordo com o que o senhor viveu nesses dias que, inclusive antecederam o dia 8 de janeiro, o senhor caracterizaria como uma tentativa de golpe de Estado as manifestações com depredações no dia 8 de janeiro?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, mesmo com todo o respeito que eu tenho às colocações do senhor, achando que são colocações bem pertinentes, eu aqui estou como uma autoridade de segurança pública, não é? E aí eu fazer inferências pessoais a respeito de um fato que comoveu o país inteiro, eu acho que eu seria um pouco, um tanto leviano, e nós temos investigações em curso a respeito disso. Então, eu prefiro não me pronunciar a respeito dessas colocações, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Coronel; obrigado, Senador.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Para interpelar.) – Eu queria aqui, muito brevemente, dizer e eu sempre tenho seguido aqui na CPMI essa orientação que Dr. Ulysses Guimarães deu e que ensinou a todos de que presidente deve ser sempre um grande mudo e eu tenho buscado ser sempre um grande mudo, mas eu realmente tenho uma questão a fazer e, como eu não fui contemplado aí na minha indagação pelos meus colegas, eu queria perguntar ao Coronel o seguinte: nós sabemos que o art. 3.591 do Código Penal é uma inovação trazida pela Lei 14.197, de 2021, que traz o crime de abolição violenta do Estado democrático de direito.

Foi uma longa discussão pra chegarmos a esse conceito, porque havia muito receio de se colocar na legislação brasileira alguma coisa que fizesse menção à Lei de Segurança Nacional, que foi a lei mais repressiva da ditadura. Mas, na verdade, aquelas pessoas que estavam ali na frente dos quartéis exigiam, pediam, de maneira objetiva, a intervenção das Forças Armadas para impedir a posse de um presidente democraticamente eleito.

Eu não votei no Presidente que ganhou a eleição, eu votei no segundo turno em Jair Bolsonaro. Votei, com muita honra, na Senadora Soraya Thronicke, do meu partido, no primeiro turno, com muita honra, Soraya; e, no segundo turno, votei no Presidente Bolsonaro.

Perdemos a eleição, faz parte do jogo, botei minha viola no saco, paciência. É isso aí. Jogo democrático é isso. O Presidente Lula passou a ser o meu Presidente, como Presidente de todos os brasileiros. Mas houve esse grupo que foi pra frente dos quartéis, no Brasil inteiro, e pediam intervenção militar, uma intervenção que só poderia, portanto, ser violenta – porque senão não seria feita na porta dos quartéis, onde estão as Forças Armadas do nosso país –, para que as Forças Armadas saíssem dos quartéis e impedissem que o Presidente eleito tomasse posse.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso foi considerado pela Polícia Militar um crime para que houvesse uma ação da Polícia Militar no sentido de desmobilizar esses acampamentos ou a ideia da desmobilização decorria apenas, como colocou aqui alguém antes de mim, que era por conta de prostituição, assaltos, badernas e outras coisas que estavam acontecendo nesses depoimentos? Qual era a posição de V. Exa., enquanto militar da Polícia Militar do Distrito Federal? Qual era o entendimento que V. Exas. tinham? Qual era a leitura que V. Exas. faziam em relação a este, ao meu ver, evidente crime que estava sendo cometido, crime de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Excelência, nós temos que partir da premissa que as polícias militares são polícias ostensivas e polícias preventivas, não é? Nós não somos polícias repressivas, nem polícia judiciária. A nossa função é a prevenção do crime, a nossa função é a da prevenção através da ostensividade. Então, a Polícia Militar tem como base ter um policiamento ostensivo. Então, nós vimos aquele acampamento como uma necessidade de policiamento ostensivo, de monitoramento de inteligência, de monitoramento do movimento daquele público ali, para onde ia, para que a gente evitasse até problemas como ocorreram no próprio dia 12, que não foram... Não tem nada de: "Ah, foi uma coincidência". Infelizmente, foi uma coisa de que a PM não foi informada a tempo de promover um policiamento. E o acampamento a gente via dentro das nossas atribuições.

Essas atribuições de ver o cometimento do crime ali, de investigar, de ver se estava caracterizado, isso exacerba as funções de polícia ostensiva, isso ultrapassa as funções da Polícia Militar. E a segurança pública é um organismo, ela é feita de polícias ostensivas, de polícia repressiva, de polícia judiciária, de polícia judicial. Então, assim, cabia aos outros órgãos. E eu acredito que os outros órgãos da segurança pública do DF estavam se atendo a essa linha do senhor, que é uma linha que não compete à Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Passamos agora ao próximo orador inscrito, o Deputado Pastor Henrique Vieira.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite, coronel! Obrigado por sua presença.

Segundo o art. 144 da Constituição Federal, está escrito que a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar do DF estão subordinados ao Governador do Distrito Federal. O senhor depoente tem consciência deste artigo?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Excelência, só repetir, por gentileza, porque a defesa me chamou...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Pode recompor o meu tempo? – porque senão sou prejudicado pela distração do depoente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vou anotar: 30 segundos a mais para o Pastor Henrique.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – E tudo bem, eu sei que acontece. É só para ser justo no tempo.

Art. 144 da Constituição Federal: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal estão subordinados ao Governador do Distrito Federal. Correto?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Decreto Distrital 40.079, de 2019: estão subordinadas à Secretaria Executiva de Segurança Pública a Subsecretaria de Operações Integradas e a Secretaria de Inteligência. Eu só li um trecho do decreto, está correto?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A Subsecretaria de Ordem Pública e a Subsecretaria de Inteligência são subordinadas à Secretaria de Estado de Segurança Pública.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Perfeito.

Art. 39 do Decreto Federal 10.143, de 2020, sobre o departamento de operações: ele tem como responsabilidade policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. Eu também só li trechos do artigo, está correto?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Está correto, Excelência. Só que, depois essas competências são destrinchadas no Decreto 10.442, de 2020.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Perfeito.

Do ponto de vista constitucional e legal, a segurança pública do DF está toda determinada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Agora eu vou fazer uma afirmação, e se houver algum erro nesta afirmação, peço que o depoente me aponte.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Pois não, Excelência.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Vou ler paulatinamente: apenas dentro dos prédios, a segurança passa a ser da Guarda Presidencial, da Polícia Judiciária do STF e das Polícias Legislativas. Portanto, se a Polícia Militar evitar a chegada/invasão dos prédios, estas demais forças policiais sequer seriam necessárias. Correto ou incorreto?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Correto.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Correto. Então, o depoente acabou de dizer publicamente, concordou com a seguinte afirmação: apenas dentro dos prédios, a segurança passa a ser da Guarda Presidencial, da Polícia Judiciária do STF e Polícias Legislativas. Portanto, se a Polícia Militar evitar a chegada/invasão dos prédios, estas demais forças policiais sequer seriam necessárias.

Seguindo no meu raciocínio...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Só...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Preciso terminar o meu raciocínio. Depois eu te passo.

Em novembro de 2016... Qual é a tese que eu quero apresentar? Mudança drástica de padrão no funcionamento do sistema de segurança pública do Distrito Federal. Vou dar aqui um exemplo: Agência de Notícias da Câmara, um evento em 2016, manifestação com relação à reforma da previdência – repara que não era ninguém pedindo golpe de Estado, intervenção militar; uma manifestação que você pode concordar ou discordar, mas é justa ou legítima, democrática... Porque a gente não pode naturalizar: ah, era um acampamento. Pedindo o quê? Golpe. Beleza, tudo bem. Não, desde o início foi absurdo, tudo foi absurdo. Nessa manifestação – vou abrir aspas aqui para o jornal –:

"O protesto seguia pacífico até que um pequeno grupo de manifestantes virou um carro estacionado na rampa próxima ao gramado do Congresso.

Com o apoio de helicópteros [no plural] e da cavalaria, a PM reagiu com gás de pimenta e bombas de efeito moral, como gás lacrimogêneo. Pouco depois das 18h, a multidão se dispersou da frente do Congresso".

Simples assim.

Há uma tentativa de abstrair tudo: acampamento golpista, Presidente que não reconhece resultado eleitoral, toda a mobilização em torno de uma tentativa de golpe. Daí eles se deslocam com prerrogativa constitucional, e o depoente concordou com a minha frase. E agora a culpa é porque lá na sede dos três prédios não houve ali no limite... Em 2016, colocaram helicópteros. Não estou dizendo que concordo; só estou dizendo que há prova de mudança drástica de padrão no funcionamento do sistema de segurança.

Mas tem mais um detalhe: no dia 7 de janeiro, Flávio Dino oficiou formalmente o Governador do Distrito Federal, dizendo dos riscos do dia 8. E, se eu entendi bem, o depoente vai corroborando a tese de que as informações de fato existiam. Pois bem, o Ministro da Justiça tem um ofício, que é documento público, ao Governador do Estado, Sr. Presidente, documento público. E a Força Nacional – atenção a isso, sociedade brasileira e Srs. Parlamentares! –, a Força Nacional só pode entrar em ação com a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anuência do Governador, que não deu anuência. Em que momento a Força Nacional entrou, segundo documentos? E o depoente pode discordar. Daí vai ter um conflito de fonte e, se for mentira, tem responsabilização por isso. Só entrou após a decretação da intervenção.

Portanto, eu tenho dificuldade de entrar nessa tese de que não havia informação. Aliás, o próprio depoente, várias vezes, disse que as informações estavam disponíveis. Mas, ora, Sr. Coronel, se as informações estavam disponíveis e, segundo com o que V. Sa. concordou comigo, a prerrogativa legal de competência era da Polícia Militar de impedir esse deslocamento... Se há a informação e se há a competência da PM, então, só tem uma conclusão: chegamos a uma palavra dita, muitas vezes, aqui, omissão. Mas é preciso complementar: omissão de quem se havia informação da PM e se a competência legal era dela? Omissão de quem, se Flávio Dino, no dia anterior, oficiou o Governador do Distrito Federal? Omissão de quem, se o Secretário de Segurança Pública...

Isso tem que ser dito, porque tem coisas que são de materialidade de prova e tem coisas que são de bom-senso. Como é que o Secretário de Segurança Pública viaja seis dias depois de tomar férias?

Mas eu tenho mais uma pergunta para o senhor.

Tomar posse e, logo depois, tirar férias.

Uma pergunta: há relação, no seu entendimento, entre os acampamentos e o que aconteceu no dia 8 de janeiro, mesmo que indireta? Sim ou não?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, o primeiro ponto...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Peço que seja objetivo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu preciso, depois de tudo que o senhor afirmou...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não quero que volte ao anterior. O senhor concordou comigo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu preciso voltar.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Vai discordar do que o senhor disse?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu preciso voltar, porque, depois do que... Com a primeira frase, o senhor pediu para concordar. Depois, o senhor fez uma série de afirmações.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu vou autorizar... Eu vou autorizar até um minuto e meio para que eu possa ter a fala final.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Então, assim, primeiro...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Em um minuto, por favor, respeitosamente.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Primeiro, o que que acontece? A responsabilidade da Polícia Militar é nas vias de acesso à Esplanada.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Exatamente. É verdade.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O gramado do Congresso Nacional, a guarita ali da Presidência, dali para a frente, é responsabilidade do órgão de polícia do...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Mas eles chegaram até ali com facilidade.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Outra coisa: nós temos um...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sim ou não?

Chegaram ali com facilidade.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Chegaram. Sim – sim. E isso...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Quem tinha a responsabilidade de impedir isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Quem tinha a responsabilidade era a Polícia Militar.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – A Polícia Militar do DF.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Infelizmente...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Ela tinha informação sobre esse movimento, sim ou não?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu cheguei...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu não estou perguntando sobre o senhor. Sobre a instituição. O senhor acabou de dizer...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim.

Eu não tenho como, eu não tenho como fazer uma pergunta, uma resposta para o senhor sem contextualizar o que é que o senhor está me perguntando...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu também contextualizei.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Mas o senhor quer que eu diga sim ou não. Não é sim ou não.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – De quem era a competência?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Existe um plano integrado de ações dentro daqui. A competência... A competência vai até. A competência não é. A competência da Polícia Militar vai até.

Então, quer dizer que, se eu entrar com uma ação no tribunal e eu for condenado, a competência do tribunal é, a partir dali, não tem mais recurso? Eu não tenho direito a outra esfera? O outro plano tem...

Não existe isso, Excelência.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Confesso que não entendi nada.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O que acontece: a responsabilidade da Polícia Militar vai até o prédio. Se a PM falhou, o mundo acabou... Se a PM não teve condições de segurar, o mundo acabou...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Tudo bem. Não, tudo bem. Mas o.k. Chegar até o prédio de quem era a responsabilidade?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A PM falhou. E está claro por que a PM...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – O plano integrado era responsabilidade de quem?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – E está claro, pelo que eu já disse para o senhor aqui, que a PM falhou, porque ela fez um planejamento subestimado por conta de que as informações que foram dadas sexta-feira eram diferentes das informações que tinha no domingo, 10 da manhã. E ninguém chegou ao DOP, e ninguém chegou à Coordenação de Operações as informações das 10 horas da manhã.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Então, houve uma falha dentro do sistema interno da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não. Houve uma falha no sistema de inteligência do Distrito Federal.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Que é responsabilidade de quem? (*Pausa.*)

Que é responsabilidade...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Da Secretaria de Segurança.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... que era de quem?

Eu estou plenamente satisfeito.

Pode encerrar meu tempo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Mas aí o senhor quer que eu responda pelo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É, eu não vou responder pelo Secretário. Eu respondo pela PM.

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não.

Mas não estou pedindo para V. Sa. responder pelo Secretário.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Aliás, nem pela PM, porque eu estava de folga.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não, não... Em 50 segundos, só uma última pergunta então. Sobre o acampamento. O senhor disse, em determinado momento, que havia a identificação de crimes dentro do acampamento, por exemplo: estupro, tráfico de drogas, fora incitações. Eu entendi bem ou em determinado momento o senhor disse, na sua primeira fala, que no final de dezembro, perto da posse do dia 1º, o Presidente Jair Bolsonaro falaria aos manifestantes?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Isso daí é uma coisa que aconteceu.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Que aconteceu, mas já era fato público de todos os crimes que aconteciam dentro desse acampamento?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Esses crimes estavam em registro na Polícia Civil e eram discutidos na Secretaria de Segurança.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Certo. E o Presidente Bolsonaro ia se dirigir para falar para eles?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Aí eu não sei da correlação de uma coisa com a outra.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Estou plenamente satisfeito.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não sei se o Presidente sabia disso.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – É, talvez ele não soubesse.

Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Filipe Barros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, pela ordem. Senadora Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Relatora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – É só a título até de informação, em cima do que o Deputado Henrique questiona ao depoente.

Eu vou apenas ler, Coronel, aqui no plano de ação integrada, que foi no Protocolo de Ações Integradas nº 2, que trata exatamente dessa ação, quando fala das competências da Polícia Militar do Distrito Federal – e eu vou ler exatamente como está no plano –: "Manter reforço de efetivo nas adjacências [...] [e] perímetro interno dos prédios públicos de toda a extensão da Esplanada dos Ministérios, Congresso Nacional e Praça dos Três Poderes, bem como na Estação Rodoviária de Brasília", ou seja, o que o Deputado afirma é o que consta aqui no plano de ação integrada sobre a competência da Polícia Militar do DF...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – O que a senhora tem que entender, Excelência.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Exatamente, foi feito na reunião do dia 6 exatamente.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Exatamente. Então o que a senhora tem que entender é exatamente isto: se a informação do dia 6 era que a manifestação ia ser tranquila, a polícia ia cumprir isso daí com 300 policiais. Se a informação fosse "não, vai ter invasão", a polícia ia cumprir isso aí com 2 mil policiais. É essa diferença que tem que ser entendida. A Polícia Militar cumpriu a sua missão, só que ela não teve informação para ela colocar o efetivo necessário para o que ia acontecer. Foi isso que aconteceu. Então, o PAI diz: "Manter policiamento", o policiamento estava lá, mas não era suficiente para a situação que se apresentou. Mas a Polícia Militar não deixou de apresentar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Mas esse é o ponto central...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Ligue o microfone.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas esse é o ponto central. Quer dizer, havia uma responsabilidade, não havia era efetivo, o volume era baixo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Exatamente, e não havia efetivo porque não havia informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ou seja, a responsabilidade da Polícia Militar de ter mandado mais efetivo para atuar na data específica não foi cumprida.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não foi cumprida porque não havia informação de inteligência que justificasse mais efetivo.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – A inteligência teve 5 horas para passar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Teve 5 horas a informação para a PM, para a gente tirar o sobreaviso, virar prontidão e colocar o pessoal na Esplanada e não fez nada. E eu estava de dispensa em casa, almoçando com a minha família no restaurante. Exatamente, sem noção alguma do que estava acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. Só para reforçar mais, quando o Coronel Casimiro coloca que inclusive nessa na documentação, que é exatamente na reunião do dia 6, que é a nota da ata, diz o seguinte o próprio Coronel Casimiro: "Solicitou também que seja realizado o reforço das portarias e da segurança dos prédios federais, que circulam áudios em redes sociais de possibilidades de invasão de prédios públicos, que não pode descartar, que é preciso ficar bem atento aos eventos", ou seja, o Coronel Casimiro fez exatamente essa advertência de forma textual.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Pois é, o que me causa estranheza, Excelência, é que ele faz essa advertência de forma textual e ele não fala que ele recebeu essa informação da Abin pra que ele desse mais fidedignidade à informação que ele estava dando. Porque, se a senhora ler esse mesmo relatório, a senhora vai ver que essa informação é contraditada pelo secretário. Que o secretário diz que...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, só pra entender, a Relatora voltou a inquirir o depoente?

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Ela pode.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só pra saber...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Relatora a qualquer...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Você não é o Presidente. O Presidente é o Deputado Arthur Maia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Me respeite, você me respeite. Estou falando com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, a Relatora a qualquer momento, de acordo com o Regimento Interno, pode solicitar informações.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Foi um questionamento apenas pra eu ficar ciente aqui, acompanhar e fazer as minhas anotações.

Obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado. Agora está explicado.

Ainda quer falar?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Você me respeite! Você me respeite! Você me respeite! Enquanto você estava falando, eu não falei nada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – É você, que usa o nome de pastor sem ser pastor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos manter... Vamos manter a ordem.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Vamos parar. Eu pediria aos Deputados que a gente prossiga aqui.

A Relatora está com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Eu queria só pra deixar claro, Coronel, o seguinte: que o fato de ele não fazer referência à Abin, nós temos alguém que tinha uma responsabilidade sobre isso e ele faz a advertência clara.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Sim, Excelência, mas aí é o que eu estou dizendo pra senhora. A responsabilidade existe, tá. Mas como eu vou agir na minha responsabilidade, eu dependo de informações da inteligência. Eu não vou chegar a uma retirada de invasão no Sol Nascente com 2 mil policiais, mas eu vou cumprir a minha responsabilidade? Vou, porque eu tenho a informação de inteligência do que está me esperando lá. Agora, a grande realidade é que a Polícia Militar não chegou a quem deveria ter chegado. E aí esta CPMI precisa apurar isto: até onde chegaram essas informações. Não chegaram as informações que foram colocadas pela Abin, de forma que a Polícia Militar pudesse prever a sua responsabilidade à altura do que ia acontecer. A Polícia Militar nunca deixou de cumprir a sua responsabilidade. O policiamento estava no local. O policiamento estava no local.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Filipe Barros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para interpelar.) – Agradeço a presença do Coronel Naime e já faço a primeira pergunta.

Como já foram feitas várias perguntas e respostas e muita coisa já foi esclarecida, eu peço respeitosamente ao depoente que tente ser o mais breve possível.

O senhor ocupou cargo de confiança no ex-Governo Agnelo Queiroz?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Sim, senhor. Fui Subsecretário de Administração Geral da Secretaria de Turismo, durante dois anos.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A qual partido ele era afiliado? A qual partido o Governador era afiliado?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Era do Governador Agnelo Queiroz, do PT.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Do PT?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então, posso concluir que todos os cargos que V. Exa. assumiu, na sua longa carreira na Polícia Militar, foram graças à sua capacidade técnica, porque fez parte deste governo, do governo passado, do PT. Então, sempre as escolhas em seu nome foram com base em sua capacidade?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu participei de praticamente todos os Governos do Distrito Federal, independentemente de partido. Inclusive, no Governo Rollemberg, eu participei; participei no Governo Arruda e sempre fui pela capacitação técnica.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito.

As suas férias foram deferidas no dia 5 de janeiro, pelo Coronel Klepter?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A minha licença recompensa foi deferida a contar de 3 de janeiro, publicada no dia 5.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Pelo Coronel Klepter?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Pelo Coronel Klepter

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – O Coronel Klepter é que autorizava outras licenças como essa e férias?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Depende a quem o senhor está se referindo. Por exemplo, o Comandante do CPME, que estava de férias regulares, tirou férias que já estavam programadas há um ano. Então, não precisa de autorização.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito. Mas a sua foi o Coronel Klepter?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Mas a minha tem que ser porque ele era meu superior imediato.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito.

No dia 6 de janeiro, nós tivemos a reunião para a organização do Plano de Ações Integradas. Estão aqui nas minhas mãos a ata e o resultado dessa reunião.

E aqui eu quero inclusive fazer uma sugestão muito respeitosamente à Relatora, que ela possa ler o documento na íntegra. Não adianta receber apenas dossiês já prontos e ler frases isoladas, nós precisamos ler o documento na íntegra.

Por exemplo, nós temos aqui, na ata da reunião, a informação que eles tinham: informou que houve uma diminuição do número de pessoas no acampamento do SMU, mas que não é possível determinar o alcance dos movimentos, que existe preocupação quanto às caravanas, mas que inicialmente a informação da inteligência é que a adesão do movimento é baixa, mas que é preciso estar atento para que não haja um aumento da adesão e surpreender IOAs. Essa era a informação que a polícia tinha.

E aí tem o plano B da polícia junto com os demais órgãos, órgãos inclusive do Governo Federal, que estavam presentes nessa reunião. Qual que era o plano B? Que, se houver maior adesão de ônibus ou caminhões, outras providências serão tomadas, como o fechamento da Praça dos Três Poderes, solicita também que seja realizado o reforço das portarias e da segurança dos prédios federais, ou seja, tem a informação A, que é de acordo com a informação que se tinha, e aí o plano B: "Olha, se tiver um aumento do número, nós temos que tomar outras medidas". E aí o documento, nobre Relatora, passa a identificar as responsabilidades de cada órgão, inclusive e principalmente da Polícia Rodoviária Federal. Por exemplo, se houvesse esse aumento do número de manifestantes, o trânsito deve estar atento para a identificação de todos esses ônibus que chegavam. E essa seria uma responsabilidade da PRF. Isso está aqui nessa ata. A PRF é subordinada a quem, Coronel Naime?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Ao Governo Federal.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Governo Federal.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Ministério da Justiça.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia seguinte a essa reunião... Essa reunião foi do dia 6, às 10h da manhã. No dia seguinte, no dia 7, V. Exa. disse aqui que a Abin cria um grupo de WhatsApp chamado Sisbin e notifica algumas pessoas da Polícia Militar sobre a mudança do entendimento que eles tinham.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Do cenário.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Do cenário que eles tinham. A Abin é subordinada a quem, Coronel Naime?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Governo Federal, Excelência.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Ao Governo Federal.

No dia 8 de janeiro, dia das manifestações, então, V. Exa. já estava de licença na sua casa, com sua família, como já foi bem explanado aqui...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Se o senhor me permitir...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Claro.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Existia um outro grupo chamado Consisbin, da Abin, que integrava praticamente todas as forças, menos o GDF, todas as forças federais estavam nele. E ele já existia há mais de ano. E ele, desde segunda-feira, já vinha informando que o acampamento estava desmobilizando, que o acampamento estava acabando, e aí somente no sábado que esse cenário muda.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito. No dia...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Só para auxiliar o senhor, no dia 7 é que é formado o grupo Sisp, que é esse que eu falei Sisbin, que não é Sisbin, é Sisp, Siisp, né, que era coordenado pela Subsecretária de Inteligência e que a Abin estava nele, além de outros órgãos.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – E a Abin que alimentava as informações e o alertas?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – E a Abin que alimentava as informações e o alertas. Agora, eu não sei se desse grupo esses alertas foram passados aos tomadores de decisão.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A Abin que é subordinada ao GSI, cujo Ministro estava dentro do Palácio do Planalto num dado momento, como revelou as imagens da CNN. Fique claro e registrado isso.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu vou registrar, Excelência, mais uma vez: os senhores precisam ter acesso aos relatórios da Abin.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito. No dia 8 de janeiro então nós tivemos a manifestação. Foi o Coronel Klepter que tomou a decisão da tropa ficar em sobreaviso e não acautelada?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu vou ser muito leviano de responder isso diretamente, assim, "ah, foi o Coronel Klepter", não é?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Mas ele era o responsável pela operação no dia?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Na grande realidade, o responsável pela operação no dia era o Comando de Policiamento Regional Metropolitano.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Cujo responsável era...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Era o Coronel Casimiro. E ele era o responsável, não é? Feliz ou infelizmente, o Comandante-Geral foi para o teatro de operações, não é? A partir do momento em que o Comandante-Geral pisa no teatro de operações, ele é o comandante, não é? Mas a responsabilidade de planejamento, a responsabilidade de mobiliar a Esplanada, pelas informações de inteligência que tinha até o momento do planejamento... E aqui cabe ressaltar aos senhores que o expediente da Polícia Militar, administrativo, dos planejadores, de quem planeja, na sexta-feira, é matutino, é de sete da manhã às treze, porque nós empregamos esse efetivo administrativo normalmente na sexta-feira à tarde para reforçar o policiamento. Então, esse planejamento que foi feito logo em seguida à reunião, ele dava que, pelo volume, pelo que estava sendo relatado, seria do comando regional.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Sim, mas a minha pergunta é: no dia 7, a Abin notificou a Polícia Militar de que houve uma mudança de cenário.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A Polícia...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No dia 7, quem era o responsável pelas operações? Era o Klepter?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – No dia 7?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Exatamente.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – No dia 7, as informações que foram passadas nesse grupo Sisp, elas foram repassadas à Subsecretária de Inteligência, que deveria, em tese... deveria ter informado ao Secretário de Segurança, e foram repassadas ao Coronel Reginaldo, que era o Chefe da Inteligência da PM, que deveria ter passado ao Coronel Fábio Augusto, que era o Comandante-Geral, e não ao Coronel Klepter.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito.

No dia 9 de janeiro, o Coronel Klepter é promovido a Comandante-Geral e, no dia 10, V. Exa. é exonerado pelo Sr. Ricardo Cappelli, então interventor. Então, fica claro, nobre Relatora, que o interventor federal... Ele simplesmente tirou, Senadora Damares, algumas pessoas da secretaria e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promoveu justamente aquelas pessoas que eram os responsáveis, os verdadeiros responsáveis pelo dia 8. Isso está cada vez mais claro.

Mas agora, Coronel Naime, eu gostaria de abordar rapidamente, nesse pouco tempo que me resta, sobre o dia 12, porque V. Exa. disse aqui do contexto – 12 de dezembro –, do contexto da prisão do índio Sererê. Nós sabemos que o Ministro Alexandre de Moraes havia determinado a mudança da diplomação, da data da diplomação do Presidente Lula, do dia 19 para o dia 12. E V. Exa. relata que a Polícia Federal parou o ônibus em que o índio estava, entra dentro do ônibus, retira o índio lá de dentro e segue para a Polícia Federal, fazendo com que o ônibus e os demais presentes ali fossem atrás do índio, para a sede da Polícia Federal. É isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, excelência, positivo.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – V. Exa. relata também que as pessoas tinham técnicas de guerrilha. É isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Quando eu cheguei ao teatro de operações, isso já era por volta de 19h, 20h, porque eu já me encontrava no lado oeste da cidade, eu entrei na linha de choque, não é? E, com a linha de choque, eu pude perceber que não era uma, uma movimentação comum.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Você tinha já presenciado manifestações com esse mesmo teor? Movimentações que eu digo de pessoas de direita, não é? Do Sete de Setembro, manifestações na época pelo *impeachment* da Dilma, havia pessoas com essas características no passado? Sim ou não?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu não sei precisar. Eu particularmente não vi.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito.

É de se supor, inclusive, que, no dia 12, como nós tínhamos aqui a diplomação do Presidente Lula, estavam nos hotéis adeptos do Partido dos Trabalhadores, para acompanhar a diplomação do Presidente Lula.

Eu quero finalizar deixando uma pergunta: será que é por isso que este Plenário rejeitou os Requerimentos 183 e 351, que pediam o nome e a relação de todos os hóspedes nos hotéis de Brasília do dia 10 ao dia 13?

Porque o Coronel Naime disse aqui categoricamente que os responsáveis pelo dia 12 não estavam no acampamento; estavam nos hotéis. E este Plenário, através da articulação do Líder do Governo, Senador Randolfe Rodrigues, rejeitou os requerimentos de informação em que nós solicitávamos a relação dos hóspedes em Brasília do dia 10 ao dia 13. Nós iremos reapresentar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero parabenizar V. Exa. pela condução desta CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – ... ao passo que parabenizo também a atuação da minha querida Senadora Eliziane Gama e agradeço o comparecimento do Coronel Naime.

Eu queria iniciar a minha inquirição com a afirmação que eu abstraí do depoimento do senhor. Eu pediria que o senhor prestasse atenção, por gentileza, porque que eu estou falando com o senhor.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Eu estou tentando localizar o senhor no plenário.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Aqui, aqui, por gentileza.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu estava tentando localizar o senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu li o depoimento que o senhor prestou na Câmara Legislativa e o senhor diz textualmente que tem certeza de que o acampamento contribuiu para os atos do dia 08/01, sendo o epicentro dos atos do dia 12/12 e do dia 08/01. O senhor também aqui afirmou que, nas vezes em que tentou operar a desmobilização do acampamento, houve resistência por parte do Exército. O senhor confirma isso, não é isso?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Esses acampamentos estão ali desde o dia 2 de novembro. Quantas vezes a PM tentou desmobilizar os acampamentos?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu não sei precisar ao senhor, mas assim...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Uma, duas, três, dez?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu acho que umas três ou quatro vezes.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – O que o senhor fez para cumprir a função constitucional, que é da Polícia Militar, para cumprir com a desmobilização?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Toda vez em que eu fui solicitado, em que houve planejamento, eu coloquei tropa à disposição, escalei efetivo, coloquei os meios de logística, todos em condições de desmobilizar.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Mas não desmobilizou?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Toda vez não desmobilizei porque houve um enfrentamento do Exército.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O senhor falou aqui que o senhor não sabe por que o senhor está preso. Eu vou falar por que o senhor está preso. Porque o Código Penal é claro. No art. 13, §2º, alínea "a", ele diz que a omissão é penalmente relevante quando a gente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado. E digo mais: muito me admira o senhor falar que tem 30 anos de polícia, porque eu também sou policial, sendo que o próprio Código de Processo Penal é claro, no art. 301, quando diz: "Qualquer do povo poderá [...]", quer dizer, é faculdade para a população, mas a autoridade policial e seus agentes deverão prender quem quer que se encontre em estado flagrancial, e o senhor não fez isso. A Polícia Militar do Distrito Federal não fez isso. Ela foi omissa. O senhor sabe qual é a distância entre o acampamento lá em frente ao QG e aqui, o gramado? O senhor sabe qual é a distância?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, o senhor está narrando...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu só estou perguntando objetivamente: o senhor sabe qual é a distância entre o acampamento e até aqui, onde aconteceu o ato golpista?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – São 7,4km.

Você sabe quanto tempo que dá para você caminhar do acampamento até aqui? Uma hora e trinta e seis minutos. Uma hora e trinta e seis minutos, cuja competência era da Polícia Militar, e o senhor fala aqui que presenciou e sabia que tinha prática de crime dentro do acampamento, o senhor falou que foi o epicentro do que aconteceu. O que a Polícia Militar fez? Preste atenção. O que a Polícia Militar fez? Escoltou os criminosos por 7,4km, por uma hora e trinta e seis minutos, sem fazer absolutamente nada. Foi isso que o senhor fez. Foi isso.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu, não, Excelência, porque eu estava de férias. Não fui eu que fiz.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Claro. Coincidentemente ou não, dez comandantes estavam de férias...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É... Eu...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Inclusive, inclusive o Anderson Torres.

É óbvio, claro... Querer atribuir isso ao PT? Avisar... As imagens falam ali. Um bando de bolsonarista.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Por gentileza, o senhor respeite. Vocês não têm respeito na Câmara dos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Abílio, Deputado Abílio, eu não... Não, não, não queime a minha língua, Deputado.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Espere aí...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu... Eu...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – A verdade dói, não é, Deputado? A verdade dói, não é?

Mas eu... É técnica. Sabe o que é que é? Técnica do investigado de querer atrapalhar. Como tem Parlamentar aqui que é investigado, que nem deveria estar nesta Comissão, isso é técnica para obstruir o trabalho da CPML, o que eu tenho fé em Deus que não vai acontecer. Agora, querer atribuir essa responsabilização? O senhor não sabe por que o senhor está preso? Eu falo para o senhor: abolir a ação violenta do Estado democrático de direito; dano qualificado; golpe de estado; associação criminosa; incitação ao crime. Quem, de qualquer forma, concorre para o crime, incide nas mesmas penas a este cominadas na medida de sua culpabilidade. A sua omissão é penalmente relevante. O senhor afirmar que, lá no acampamento, tinha prática de crime, e o senhor não fez nada; falar que teve resistência do Exército e senhor se acovardou, se apequenou e nada fez? E, depois, veio escoltando? Eu acho que a Polícia Militar até serviu lanche para os criminosos. Isso... Isso não fere... Isso não é nada razoável.

Eu queria perguntar agora objetivamente ao senhor: o senhor acha que o atentado à bomba no aeroporto influenciou de alguma forma o planejamento no dia 8? De alguma forma? Porque, se teve atentado à bomba, quer dizer, chama-se a atenção. De alguma forma aquele atentado influenciou no planejamento?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O senhor está me perguntando de um planejamento que eu não participei, então eu não sei dizer se...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Mas o senhor tinha conhecimento?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... se foi ou não. Não, eu não tinha conhecimento. Eu estava de férias.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Mas o senhor tinha conhecimento... A segurança pública...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Agora, eu vou dizer pro senhor: o senhor fez uma série de informações inverídicas.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Não, não. Por gentileza, o senhor se limite a responder quando ao senhor for dada a resposta. Olha só...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Olha só, por gentileza...

Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Pois não, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu acho que eu tenho que refrescar a memória do policial. Ele não sabe o que é segurança pública.

O art. 144 da Constituição Federal determina quais são os órgãos de segurança pública.

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Não, esperem aí.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Mantenha o respeito, Presidente.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, senhores, todos...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – É questão de respeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Todos, até agora, falaram o que quiseram.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – E perguntaram com respeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Todos falaram o que quiseram e não houve interferência por parte de ninguém.

O Senador Fabiano Contarato está fazendo a sua oratória. Ele tem todo o direito, ele tem todo o direito de falar, dentro da sua prerrogativa parlamentar, aquilo que ele desejar. O depoente vai responder aquilo que não o incriminar, aquilo que não tiver nenhum problema. E assim será com o Senador, como foi com todos.

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu peço silêncio. Faltam poucos oradores aqui para concluirmos a nossa reunião. E eu peço ao Senador que conclua e reponho mais um minuto de tempo para o Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES. Para interpelar.) – Eu só queria saber o seguinte, depoente: familiares do senhor participaram de movimentos em defesa de uma intervenção militar?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Nenhum familiar do senhor teria participado desses movimentos?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Perfeito.

O senhor falou também que não havia consenso entre as autoridades de diferentes órgãos sobre a amplitude dos atos.

Eu queria saber do senhor qual era a estimativa de público da Polícia Militar do Distrito Federal para os ataques do dia 8? Qual era a estimativa de público?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu não participei do planejamento.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – E o senhor não sabia?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Mas a função da Polícia Militar é o policiamento ostensivo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Não, o senhor não...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não entendi.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – A Polícia Militar ficou... O senhor ficou, o senhor foi até... Tentou desmobilizar os acampamentos. O senhor não falou que tentou?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Mas isso...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – E que teve resistência?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... dias anteriores...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Para o senhor entender que o comportamento do senhor foi relevante por atos antecedentes. Não é simplesmente tirar folga no dia e falar: "Eu vou me eximir de responsabilidades".

Essa foi a responsabilidade do senhor...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A minha...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – ... e eu espero que o senhor seja responsabilizado, sim, porque essa omissão do senhor vai ficar na conta, porque a sua missão é penalmente relevante, sim.

Como que o senhor tenta desmobilizar um acampamento, é resistido pelo Exército e nada faz?

O senhor não fez nada?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Fiz, sim, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Não fez.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Fiz, sim, senhor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Porque senão teria feito a desmobilização.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu fiz e está na mão da Senadora.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Mas desmobilizou?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, o senhor está colocando na responsabilidade individual de uma pessoa uma ação de instituições.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – De que o senhor faz parte.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Que eu faço... Sim, eu sou um membro. Eu sou um membro.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – De que o senhor faz parte.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O senhor... Parece que o senhor desconhece... Parece que o senhor...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu quero saber o seguinte, se não tinha consenso... O senhor não sabe... O senhor não sabia...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O senhor está querendo dizer que se um membro do Congresso erra, o erro é do Congresso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Eu não estou falando isso, eu estou falando que o senhor...

(Tumulto no recinto.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O que o senhor está falando? Então, o senhor explica porque eu não estou entendendo o que o senhor está explicando.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Que bonito, não é? Que bonito, não é?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É, eu estou tentando entender a explicação do senhor porque se o senhor me fala que um erro do pessoal...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – O nível desse...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... de uma pessoa do Congresso não é um erro do Congresso... Entendeu?

Qual foi o meu erro? O meu erro foi colocar 450 policiais militares à disposição do Exército?

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – O senhor escoltou.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu não escoltei ninguém, eu estava de férias, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – A Polícia Militar...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O senhor está faltando a verdade. O senhor está faltando a verdade.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – A Polícia Militar do Distrito Federal escoltou os criminosos por 7,4km, e o senhor nada fez.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu estava de férias, Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pela ordem, a atitude do Parlamentar é lamentável (*Fora do microfone.*).

Ele fica filmando o colega numa situação constrangedora...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu queria registrar isso também.

O Deputado Abilio nem é membro, ele nem é membro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, Presidente, vamos botar ordem nos trabalhos.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – O Deputado Abilio nem é membro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele nem é membro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Esse Parlamentar nem é membro desta Comissão e vem para cá todas as vezes criar uma instabilidade com os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora... A filmagem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vamos assegurar ao Senador, que é delegado...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – É absurdo, é absurdo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... ao Senador, que é Delegado de Polícia, participar desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Senador está fazendo a inquirição dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É inadmissível isso! Não, Presidente, não, Presidente!

Isso aqui não é uma casa, isso aqui não é um espaço que as pessoas podem fazer o que quiserem não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, conclua a sua fala, Senador Contarato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso aqui tem norma. Isso aqui tem um critério de organização.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Censura.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Contarato, por favor, conclua a sua fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Não, Sr. Presidente, eu agradeço, eu vou concluir...

Já irei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pelo amor de Deus! É uma tentativa de desmoralização dos trabalhos desta Comissão.

Então, o Senador coloca... O Deputado ali, que nem é membro desta Comissão, vem para cá e fica estrangendo o colega.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não basta concluir a fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É uma falta de respeito ao colega que integra esta Comissão.

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu peço que o senhor pare de fazer a filmagem do seu colega, até porque...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, Duda Salabert vive me filmando na Comissão e nunca foi chamada a atenção.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Me filma também e nunca foi chamada. Agora, porque ele está filmando não vai poder... Que é isso, Presidente?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Nunca foi chamada a atenção.

Aí agora o Deputado Abilio... Está parecendo até que ele é o Filippelli aqui da CPMI.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É o tempo inteiro fazendo chacota com os colegas.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Quem cobra educação tem que ter educação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Há uma tentativa aqui de um grupo que tenta o tempo inteiro...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Façamos o seguinte...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... desestabilizar.

O que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Façamos o seguinte, nesta Comissão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não tem o mínimo de respeito pelos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Façamos o seguinte: nesta CPMI... Façamos o seguinte, nesta CPMI, eu sei que muitos Deputados e Senadores estão interessados uns nos discursos dos outros, vamos nos valer da filmagem oficial da Casa. Então, quem quiser depois pegue o discurso e assim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Manda o assessor filmar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos dar prosseguimento, porque a gente precisa...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, só para deixar claro que o fato de ele não ser membro desta Comissão não o impede de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não tira nenhum direito dele.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Até porque eu estou para lhe dizer que ele tem estado mais presente nesta Comissão do que a própria Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não tira. Agora, para vir criar problema, Deputado? Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Todos os Deputados e Senadores que estão aqui no Plenário têm direito de participar da sessão. A única diferença é que o não membro usa apenas três minutos, mas os direitos são todos iguais, conferidos pelo povo brasileiro.

Por favor, Senador Contarato, por favor, conclua a sua fala.

Mais um minuto para o Senador concluir a fala dele.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Sr. Presidente, mais uma vez, obrigado.

Para mim, isso não é nada... Isso é esperado, esse tipo de comportamento, porque são Parlamentares que concorreram para esse crime, são Parlamentares que instigaram. Então, devem ser responsabilizados.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Ô Presidente, pelo amor de Deus, está atribuindo crime aqui!

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Então, é natural esse tipo de comportamento. E eu queria apresentar a esses Deputados o que é o conceito de autor, coautor e partícipe, partes de crime.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Qual foi o meu crime, Senador?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – "Quem, de qualquer [...] [forma], concorre para o crime incide nas mesmas penas[...]". Vai estudar direito penal, Deputado!

Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente, ele continua gravando.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, muito obrigado.

Vamos passar para o próximo orador inscrito, o Deputado Mauricio Marcon.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Presidente? Presidente?

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Olha, primeiro, eu queria lamentar a fala do colega, que atribuiu crime a todo mundo que não concorda com ele, numa clara demonstração do regime que ele defende: comunista, ditatorial! A Senadora quis cercear o direito do colega de filmar o que o outro está fazendo aqui. A gente é filmado a todo momento, Senador! E, aliás, sobre a fala do Abilio, eu quero lhe dizer que ele está mais presente nesta CPMI do que a senhora, e, enquanto o nosso depoente estava aqui – e a senhora lutou para que ele estivesse aqui –, a senhora estava lá fora conversando com alguém. Então, a gente tem que manter o respeito de todo mundo aqui, se a gente quer respeito também. Porque vir aqui acusar – e agora sair também, dando risadinha –, acusar o Parlamentar de que participou de crime, que diga qual é o crime!

Beijão para o senhor também, até mais.

Bom, voltando aqui. Primeiro, quero agradecer a sua participação aqui, Coronel Naime. Olha, o senhor é um preso político, isso ficou claro para mim. Eu queria lamentar. Eu imagino o que o senhor está passando: cinco meses, estando de férias, no claro gozo do seu trabalho, e o senhor falou aqui, por horas, o que o senhor fez até aqui.

Mas, se o senhor me permite, o senhor é o terceiro depoente que veio a esta Comissão até agora, e está 3 a 0 para a oposição. Sabe por quê? Porque nós defendemos a verdade. E por mais que tentem enrolar, criar tese furada – o Armagedom – de que o senhor estava de férias, mas o senhor tem culpa... Eu não sei de onde é que tiram esses negócios. Porque é tipo: "Eu estou de férias. Ah, mas o meu cachorro mordeu alguém que está lá em casa, eu estou na praia. Não! A culpa é minha. Tudo é meu".

Agora, eu quero dizer para o senhor o seguinte – eu tenho umas imagens aqui, se eu puder passar –: o senhor deveria estar recebendo uma medalha desta Casa. Uma medalha, sendo honrado. Mas o senhor está preso, enquanto quem deveria estar preso está comandando aqui no Distrito Federal. Eu vou passar um vídeo, e me digam quantos homens que criticaram esse Comandante fariam o mesmo que ele fez no ato aqui.

Por favor, o vídeo.

Prestem atenção, daqui a uns cinco segundinhos vai estar ele ali, defendendo o patrimônio público de forma muito corajosa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Esse é o senhor?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Sim, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – É o senhor ali defendendo prédio público?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – O que é que um homem desses merece? Merece cadeia? Merece ser achincalhado por quem, na realidade, está tentando esconder alguma coisa aqui? Ou merece uma medalha?

Pode passar a foto, por gentileza.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Olha o caso de omissão que ele está fazendo: no gozo de suas férias, honrando a farda que veste, saiu de casa e foi botar a vida dele em risco para defender o patrimônio público.

Esse na foto é o senhor, Coronel Naime?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Tá. Obrigado.

Agora vamos ver o que aconteceu com a perna desse cidadão ao defender o patrimônio público.

Essa é sua perna, Coronel Naime?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor, Excelência.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Tem mais uma foto. Essa também.

O quê que aconteceu para o senhor estar assim? Levou um rojão na perna?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Tá.

Então agora eu queria pedir que os Parlamentares de esquerda que acusaram esse cidadão, que honrou a farda que tem por 30 anos, que trabalhou em vários governos, inclusive de esquerda, se quiserem pedir desculpa a ele, eu dou aqui um minuto, porque o fiasco que vocês fizeram aqui é memorável.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é um homem de respeito, que está preso como preso político, porque é um bode expiatório. É só isso.

E o senhor, caro Coronel Naime, é só a pontinha do *iceberg*, porque tem mais mil e poucas pessoas que foram presas injustamente.

Como o senhor bem falou aqui, não era a maioria que estava quebrando, não era a maioria que estava destruindo, eram grupos organizados.

O senhor reafirma isso? Que dava para presenciar que era algo organizado e pensado o que aconteceu nos atos do dia 8, que o senhor viu?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, se o senhor me permitir...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Permito.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... até respondendo o senhor.

Eu acho, sim, que foi algo organizado. Aqueles atos ali foram pensados. E eu me sinto extremamente desonrado aqui pelas falas do Senador e eu queria devolver para ele.

Os atos públicos, os atos do acampamento, foram públicos. Então, se cabe a qualquer um do povo prender, por que o Senador não saiu da sala dele, foi lá e prendeu? Se é tão fácil... (*Palmas.*)

... se é tão simples.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não, ele não teve nem coragem de ficar aqui escutando o senhor. Não teve nem coragem de ficar aqui escutando o senhor.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Infelizmente nós temos instituições...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... nós temos instituições envolvidas nisso. Eu tenho o meu limite da minha autoridade...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – A Senadora não quer que o senhor fale, mas eu lhe dou cinco minutos se o senhor quiser...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – ... eu tenho o limite da minha autoridade e eu não podia agir contra superiores hierárquicos, contra superiores hierárquicos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se era tão simples prender, todos do povo podiam prender, por que o Senador não prendeu? Por que o Senador não saiu e prendeu?

Os atos eram públicos. Eram públicos.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Para as pessoas saberem, em casa, contextualizando neste momento: a Senadora, Relatora, que não queria que o nosso depoente falasse agora, queria cortar a palavra dele...

Então, se o senhor quiser falar a qualquer momento que eu estiver falando, aqui o senhor vai ter respeito. Coisa que o senhor não teve até agora da Justiça brasileira, e um dia, como a Senadora Damares falou, eu tenho certeza que a sua história vai ser reescrita, porque as imagens falam muito mais que narrativas, e ficou claro que o senhor deveria estar sendo honrado aqui.

Mas eu quero pedir para o senhor: qual é o crime que o leva à cadeia? Se o senhor puder me especificar, qual é o crime que está te colocando há cinco meses atrás das grades, enquanto muitos marginais estão soltos por aí?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu realmente, até o momento, eu não sei.

Apesar de eu ter sido acusado nesta CPI aqui, CPMI, de ter cometido atos que eu não cometi, agi sempre nos limites da minha autoridade, fiz o que me foi determinado.

Estão esquecendo que existe uma cadeia de comando e que eu não sou o dono da Polícia Militar, nem sou o dono da Justiça brasileira. Mas eu acredito no Poder Judiciário, eu acredito que as investigações vão chegar ao fim, e me estranha muito que chegaram em conclusões, em 30 dias, que a Polícia Federal, mundialmente conhecida pela sua eficiência, não conseguiu chegar em cinco meses.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Muito bem.

Para contextualizar, o Senador queria que o senhor mandasse prender um general do Exército – que teoricamente disse que estava defendendo os acampamentos. Queria que o senhor mandasse prender um general, e vocês imaginem o caos que ia acontecer.

Aqui quem quis entender, que tem dois neurônios funcionando, Coronel... A gente entendeu a história. Ficou claro que o senhor estava de férias. O senhor fez o seu trabalho, o senhor honrou a sua farda. No meio das férias, o senhor saiu de casa, tentou impedir o que estava acontecendo. Eu quero saber do senhor, qual foi o erro que permitiu que isso acontecesse? A questão de inteligência, a gente já sabe que desde a sexta-feira a Abin já tinha informado aos órgãos de segurança que isso poderia acontecer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero ouvir do senhor, quais foram os erros e, se tivesse havido uma cadeia de comando correta, informação correta, passada pelas pessoas corretas, isso teria acontecido, poderia ser evitado ou era inevitável que acontecesse?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Se a cadeia de comando, Deputado, tivesse sido cumprida, o próprio Comandante-Geral teria me determinado voltar ao trabalho naquela própria semana, coisa que não aconteceu. Eu só fui acionado no domingo, já às 16h.

O que aconteceu ali? O que aconteceu é que as informações não chegaram. Eu vou repetir, os senhores precisam ler com muita seriedade os relatórios da Abin, porque ali é esclarecedor, ali está bem claro quem teve informação, quando teve, como teve e o que procedeu.

Eu acho um absurdo as informações que estão nesse relatório e o chefe que estava em exercício na Secretaria de Segurança Pública passando mensagem para o Governador de que estava tudo tranquilo. Para mim, ou ele foi enganado ou ele dolosamente enganou o Governador. Passou informações erradas para o Governador – passou informações erradas para o Governador!

Outro motivo que eu relevo a isso, infelizmente, foi o descrédito da nossa Casa Militar. A nossa Casa Militar hoje está desacreditada, não tem um coronel à frente dela, um coronel que realmente saiba exercer a função de um Chefe de Casa Militar, e a inteligência da Casa Militar, que daria informação pura para o Governador, está desarticulada. E esse foi mais um dos motivos que o Governo recebeu as informações com precisão, porque quando os senhores lerem os relatórios da Abin, os senhores vão ver que as informações foram passadas para esse grupo Sisp-DF, elas foram passadas com precisão e com o tempo possível para que fosse refeito o planejamento feito na sexta-feira.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Coronel, para encerrar, quanto tempo faz o senhor não vê a sua família, seus filhos?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Pois não, Excelência. Pode repetir por gentileza?

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Quanto tempo faz o senhor não tem contato com seus filhos, com a sua família?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu não tenho contato com meus filhos desde que eu fui preso, dia 7 de fevereiro de 2023.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Eu queria aproveitar, como um Deputado eleito pelo...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – ... povo, e pedir desculpa para o senhor pelo que a justiça tem feito com a sua família, com o senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, ficou muito claro que o senhor é um injustiçado, o senhor fez o seu trabalho ao longo dos 30 anos, inclusive recebendo medalhas, e o que a gente viu aqui é uma pessoa, um preso político, que está sendo usado para esconder fatos que esta CPMI espero que mostre.

Então, fica aqui a minha palavra de consolo ao senhor e à sua família e dizer que, da justiça de Deus, eu tenho certeza que o senhor vai ser absolvido e a glória vai chegar à sua vida, porque o senhor é uma pessoa de bem, como a gente pode ver aqui.

Fica aqui os meus sinceros sentimentos por esse afastamento que ninguém vai lhe devolver, não tem dinheiro que devolva, por uma política podre que está lhe usando para tudo isso. Então, aqui a minha palavra de consolo e que o senhor possa estar livre e junto à sua família o quanto antes.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, o depoente claramente se emocionou. Eu não sei... talvez seja o caso de a gente suspender enquanto ele...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, V. Exa. está correto. Eu vou suspender por cinco minutos, pois o depoente precisa se ausentar da Mesa.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado.

(Suspensa às 19 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Retomando os nossos trabalhos, eu devolvo o tempo do Deputado André Fernandes. Que comece a recontar o seu tempo de dez minutos.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Também agradeço ao Coronel Naime por estar contribuindo com esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tendo em vista que, já no início dela, foi lido que V. Sa. poderia...

Vou só mudar de cadeira, aqui, pra eu ficar vendo...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Só estou tentando achar o senhor...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – É porque a Jandira estava na minha frente.

Pronto, resolvido – pra não pedir pra ela sair do meio, pra ser elegante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comandante, obrigado por estar ajudando, cooperando com esta CPMI, com esta Comissão. No início da sessão, foi falado que V. Sa. poderia ficar, em alguns momentos, calado, para não se autoincriminar, e até agora não se negou, não negou a resposta a nenhum desses Parlamentares.

Estamos aqui para investigar. O escopo dessa CPMI é investigar todos os atos de ação e omissão do dia 8 de janeiro – todos os atos de ação e todos os atos de omissão.

E eu estou tentando ver aqui onde V. Sa. se enquadra dentro desse escopo, porque, pelo que se sabe – estão querendo que eu... –, como se sabe, o senhor não ajudou, não cooperou, ou nem sequer participou daquelas... e eu estou falando aqui do lado dos vândalos. Não era um daqueles vândalos que estavam fazendo aquele quebra-quebra. Mas V. Sa. também não era um daqueles que estavam ali servindo água para quem estava invadindo, depredando patrimônio público.

E eu estou até agora, Sr. Presidente, tentando entender onde é que o Naime – Coronel Naime – se encaixa, aqui, nessa CPMI.

Agora, tem coisas importantes que chegaram aqui através dele.

Primeiro que ele não estava no dia; estava de folga do dia 3 ao dia 8 – dias antes. Outra pessoa estava no seu lugar. E aí – só para rapidamente quem está assistindo entender – outra pessoa estava no lugar dele.

A informação que ele estava recebendo... E esta CPMI recebeu hoje os relatórios da Abin. E é importante, Sr. Presidente, que ainda hoje seja decidido como é que a gente vai fazer para ter acesso. Mas até então os relatórios que estava recebendo é de que seriam movimentações tranquilas, pacíficas. Mas, quando teve o informe de que haveria manifestações com quebra-quebra, com invasão, com até supostamente pessoas armadas, criaram um grupo, no qual o Coronel Naime não estava presente. Colocaram quem estava acima dele, colocaram quem estava abaixo dele, e ele ficou de fora. Bom, está de folga, não está sabendo o que está acontecendo, porque no dia 5 ele não estava ali participando das reuniões, no dia 6 não estava participando das reuniões, no dia 7 também não estava. E aí, quando fica ciente do que está acontecendo, vai lá enfrentar vândalos. E eu sou bolsonarista, agora, quem atira pedra, pimenta, ferro ou seja lá o que for contra a polícia para mim é bandido. E, para defender a sua tropa, entrou até em luta corporal com aqueles vândalos, se feriu – foi mostrado aqui publicamente.

Agora, o que me causa estranheza é que parece que é um jogo que vai além do que o povo pode imaginar, vai além do que a gente está simplesmente perguntando. Quem se beneficiou com a saída do Coronel Naime do seu posto? Quem está se beneficiando com a prisão do Coronel Naime, que até hoje, cinco meses...

O senhor já foi denunciado?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Não, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não.

Cinco meses preso, e até hoje não foi sequer denunciado. Não foi ainda denunciado. Agora, com quem estava abaixo ou quem estava acima não aconteceu nada. Enquanto ele estava sendo preso, e nem estava em Brasília... Aliás, nem estava em serviço, perdão. Nem estava em serviço, estava de folga. Quando fica sabendo, volta, liga para Cappelli. Ele não atende. Deixa mensagem...

O senhor deixou mensagem também?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Mandej, via WhatsApp, mensagem para ele...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – E tem registro dessa mensagem?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor. Na minha quebra de sigilo tem.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Tem registro dessa mensagem.

Houve resposta?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não houve resposta.

E daqui a pouco uma pessoa que estava com o Cappelli assume qual posto?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Comandante-Geral.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Comandante-Geral.

Esse... Esse não está preso, Sr. Presidente! Esse não foi preso. Esse não está há meses sem ver os seus filhos. Não; esse, não! Esse não teve o seu sigilo quebrado. Jamais! Aliás, é amigo do amigo do rei. Parece, Sr. Presidente, que conseguiram emplacar uma pessoa do alto escalão aqui no Distrito Federal. E aí eles são bons nisso. Eles são bons em pegar uma pessoa e jogar assim como isca, até porque, quando apareceram as imagens do ex-GSI do Lula, quem foi que automaticamente assumiu o posto? Cappelli? E eles vão tomando o poder e eles vão pegando pessoas e vão jogando como se fossem um joguinho ali, um dominó, um xadrez.

Eu fico revoltado, porque, mais uma vez, Sr. Presidente, poderíamos aqui estar ouvindo pessoas que estavam emitindo esses alertas; poderíamos aqui hoje estar ouvindo a Abin; poderíamos hoje aqui estar ouvindo quem de fato estava no comando no momento em que o senhor Naime não estava em serviço; poderíamos aqui estar ouvindo o Cappelli, que, no alto momento de tensão, não atendeu uma ligação, não respondeu uma mensagem para uma das pessoas mais importantes da Polícia Militar naquele momento; poderíamos aqui estar ouvindo quem estava servindo água, água para os invasores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, neste momento, fica assim com a cabeça confusa. Como é que alguém que está em luta corporal com vândalo é preso? E quem está servindo água para vândalo não é investigado, sequer investigado? E aí vão falar das competências. Não, mas por quê? Não chegaria até lá se não fosse a Polícia Militar. Tudo bem. Se a Polícia Militar nem existisse, eles poderiam chegar lá e não entrar nos prédios. Eles poderiam chegar lá e nem entrar nos prédios!

Por que é que esta Comissão, com o trabalho do Governo, evitou que fosse aprovado aqui o plano de guarda do dia 7 e do dia 8 de janeiro, lá na Presidência da República? Por que é que esta Comissão trabalhou para derrubar – e eu peço desculpas aos demais, quando eu falo Comissão, eu estou falando da maioria, que é para ser um instrumento da minoria, mas que a maioria, que é governista, trabalhou para derrubar –, por que é que esta Comissão trabalhou para derrubar as imagens do Ministério da Justiça? Se Flávio Dino estava dizendo que colocaria a Força Nacional para atuar no dia 7, por que não colocou? Ah, mas a Praça dos Três Poderes compete ao GDF? Sim. Mas os prédios federais competem ao Governo Federal. Por que não foi usada a Força Nacional? Por que quem estava servindo água não foi preso? São as perguntas que o povo brasileiro faz neste momento.

Coronel Naime, eu não fiz muitas perguntas, mas eu peço desculpas pela injustiça que foi feita com o senhor.

E eu deixo aqui claro para todo o Brasil que eu estarei, após esta sessão, me reunindo com o máximo de Parlamentares possível para juntos assinarmos um pedido de revogação da sua prisão.

Que Deus o abençoe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, "e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará". Quando você tem ao lado a verdade, e isso deveria ser o norte de qualquer investigação, mas aparentemente não é desta CPMI, onde, inclusive, os Deputados falam abertamente, no início dos seus discursos, que têm aqui a tese já montada de que Bolsonaro é o mandante, e a partir daí tentam colocar diante de todas as suas medidas... Eles só tomam não é de 3 a 0, como está acontecendo aqui, agora, não: é de 7 a 1, todo dia. Viram chacota, viram meme na rede social, determinadas perguntas.

O Coronel de férias sai das suas férias para entrar em ação no 8 de janeiro... O Senador Contarato anteriormente aqui falando que a culpa é de V. Sa. por omissão. Eu me pergunto: vai ser o primeiro caso na história do Brasil em que ocorre a omissão de alguém que estava em férias e atende a um chamado de outras autoridades para ajudar no 8 de janeiro. E ainda diz – não é? –, levanta o nariz, empina o nariz para querer dizer que quem sabe de polícia é ele e não V. Exa. Eu aproveito aqui, a exemplo de outros



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas, para pedir, em nome deste Parlamento, daqueles que ainda têm um bom-senso, desculpas a V. Exa. por ter que ouvir esse determinado tipo de coisa.

A esquerda é psicopata, ela vive dentro do seu mundo com seus valores. Ela não tem qualquer compaixão de chegar na frente de V. Exa., que aqui demonstra em seu depoimento, com sigilo quebrado, coloca à disposição outros e outros sigilos, e a esquerda, ainda assim, vem e fala que – com outras palavras – torce pela prisão de V. Sa.

Assim eu começo aqui algumas das minhas indagações, prezado Coronel.

Desde quando iniciaram os alertas? O senhor tem ciência desde quando se iniciaram os alertas da Abin sobre possíveis manifestações violentas?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Excelência, isso começou a partir das 18h38 do dia 6 – 18h38 é o primeiro alerta para aquele primeiro grupo, Consisbin, que era a Abin, com vários órgãos do Governo Federal. E aí, logo na sequência, no dia 7, logo pela manhã, eles criam esse grupo Ciisp, e aí começam os alertas sobre chegada de ônibus, quanto às... falando sobre as incitações, sobre as falas. E aí, no domingo, dia 8, às 10h da manhã, é divulgado nesses dois grupos, tanto no Consisbin, como no Ciisp...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – V. Exa. estava nesses grupos?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor.

Eu fiquei sabendo isso porque chegou ao meu conhecimento através da minha defesa.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Perfeito.

No dia 8 de janeiro, então, houve algum alerta mais, digamos assim, com mais energia da Abin?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Na minha avaliação, o alerta da Abin das 10h da manhã já era para que acionasse o gabinete...

Para ser sincero para o senhor, no dia 7 o secretário já deveria ter acionado o gabinete de gestão de crise e já deveria ter começado a reavaliação dos planos, devido à quantidade de ônibus que estavam chegando ao Distrito Federal. Mas, às 10h da manhã do dia 8, pra mim ali era a hora decisiva para o gabinete de gestão de crise ter sido acionado, a Subsecretaria de Inteligência ter soltado um novo relatório de inteligência, inclusive com análise de risco, e que tivessem sido acionados os gabinetes de crise setoriais, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Detran, e todos os planejamentos tivessem sido revistos, e mais tropas tivessem sido colocadas, para evitar o fato que ocorreu.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – V. Sa. tem ciência de quem teve acesso a esses alertas da Abin?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Pelo que eu consegui ver dentro da segurança pública do Distrito Federal, teve ciência o Centro de Inteligência da Polícia Militar, através do Coronel Reginaldo; a Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, estando desse órgão todos os servidores mais a Subsecretária Marília e o Coronel Jorge Henrique Pinto; e mais a inteligência local do Comando de Policiamento Regional Metropolitano I, na pessoa do Tenente Júnior.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Aí incluso o Subcomandante Coronel Klepter . Correto ou não?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Não, senhor.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O Coronel Klepter não fazia parte desse grupo; fazia a inteligência do Comandante-Geral, Coronel Reginaldo.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Além dessa autoridade, V. Exa. tem ciência de alguma autoridade do Governo Federal que estivesse recebendo esses alertas da Abin também?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu não sei citá-los, mas com certeza existia. Existem, inclusive, alertas lá que constam, segundo informações que chegaram pra mim, no número pessoal do próprio Ministro do GSI.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Então, ao menos aparentemente, o GSI estava ciente de todas essas movimentações e não somente o Governo do GDF. Correto?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Perfeito.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – O Governo Federal já vinha tomando ciência desde a segunda-feira, dia 2, mas, durante a semana, todos os relatórios que são enviados são de arrefecimento do acampamento. E aí, curiosamente, da sexta pro sábado, os senhores vão ver lá nos relatórios, da sexta pro sábado, o cenário muda completamente.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Perfeito.

Eu tenho uma entrevista aqui do *Poder360*, de 23 de abril, que diz aqui que Ricardo Cappelli, que é o braço direito de Flávio Dino – se não fosse, não teria sido nomeado interventor aqui do DF e tampouco o substituto do GSI, vale lembrar, sem qualquer tipo de experiência na área de segurança pública... Ele fala mais ou menos o seguinte aqui:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cappelli comparou o GSI a um “automóvel” para culpar o Governo anterior [abro aspas]: “Se o GSI não funcionou adequadamente [...] a responsabilidade é de quem dirigiu esse automóvel durante 4 anos [...] entregou ele avariado e entregou ele para o General Gonçalves Dias, que dirigiu ele por apenas 6 dias. De quem é a responsabilidade pelo carro ter pifado no dia 8 [de janeiro]?”.

Eu pergunto a V. Exa., enquanto militar: V. Exa. já foi escusado de alguma atribuição por ter assumido há pouco tempo aquele posto?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Então, na vida militar, sempre foi, ainda que de folga, imperativo da atividade funcional de militar não reclamar do serviço, mas, sim, se for de sua responsabilidade, assim fazê-lo. Correto?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Positivo.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Eu falo isso por quê? Porque é estranho... Estranho, não, não é? Quem conhece um pouquinho da esquerda sabe que é normal. A esquerda tenta se esquivar da responsabilidade, passando às outras pessoas. Mas vale lembrar aqui, como está falando o Coronel Naime, que os relatórios da Abin não são apenas do dia 8, mas, sim, anteriores, o que demonstra que o Governo Federal, suas autoridades deveriam estar sentadas aqui e não V. Exa.

Concluindo aqui a minha parte nessa inquirição, pergunto a V. Exa. se foi relatado algum... registrado algum disparo de arma de fogo por conta dos manifestantes no dia 8 de janeiro.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Nem por conta dos manifestantes e nem por conta da ação da Polícia Militar. É uma coisa que me causa muita estranheza, não é? Todo mundo bate no peito aí e diz que não houve mortes no dia 8 de janeiro, mas se esquece que não houve mortes graças à atuação da Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Perfeito.

E ainda aqui vale lembrar uma matéria da *Folha de S. Paulo*, de 2009, que diz que o então Presidente Lula – fazendo referência a seus primeiros mandatos e não de agora – foi quem retirou as câmeras do Palácio do Planalto. Se não fosse a atuação do então Presidente Temer, a gente não teria câmeras dentro do Palácio do Planalto. Isso aqui também é de se trazer a essa CPMI. Veja só, quem é que quer esconder a verdade e quem é que faz mutreta e não quer ser visto por câmeras?

Continuando aqui na sequência de perguntas, o senhor tem ciência de que Ricardo Cappelli caminhou pela Esplanada, ordenando prisões?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Ele fez isso após os atos conflituosos ou quando o conflito ainda estava ocorrendo?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Ele fez isso quando a gente já estava com a tropa de choque já na altura da Catedral, já seguindo pra poder fazer a contenção e a prisão dos últimos presos na Rodoviária e já seguir pro SMU pra tentar desarticular o acampamento.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – V. Exa. tem alguma notícia de que ele tenha seguido alguma técnica ou alguma prisão em flagrante de pessoas que ainda estivessem cometendo algum tipo de delito?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – V. Exa. já chegou a ver em alguma história aqui no DF, diante da sua larga experiência aqui, na atuação de policiamento, em Brasília, a prisão de mais de 1,5 mil pessoas num único ato?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – V. Exa. sabe que anteriormente nós ouvimos aqui Sr. George Washington, que está sendo acusado por colocar uma bomba perto do Aeroporto de Brasília e ele foi aqui condenado – uma condenação célere –, ele foi condenado por dois crimes: o art. 16 da lei 10.826 e o art. 251, combinado com o 252 do Código Penal. A pena máxima...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – ... desses crimes pode chegar a 16 anos. Comparado aos crimes a que os manifestantes de 8 de janeiro estão respondendo – e aqui eu vou citá-los –: art. 62 do Código Penal, concurso de pessoas; 163, crime de dano; 286, incitação ao crime; 288, associação criminosa; 359-L, abolição violenta do Estado democrático de direito; 359-M, golpe de estado e mais quatro artigos da Lei de Terrorismo, o que facilmente leva às penas máximas a serem mais do que o dobro deste homem que colocou uma bomba num caminhão de tanque combustível perto dos arredores de Brasília. Eu pergunto a V. Exa. se já viu na sua história aqui em Brasília a imputação de tantos crimes – total de dez crimes – em alguma manifestação ou protesto ocorrido aqui no DF.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Não, senhor.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Muito obrigado, Excelência. Estou satisfeito, só para corroborar aqui a diferença de tratamento e a total parcialidade para aqueles que querem perseguir pessoas por acreditarem que elas sejam a favor do Presidente Bolsonaro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, Coronel Jorge Eduardo Naime e seus causídicos, boa noite. Quero começar lamentando aqui. Essa testemunha não é testemunha de Jair Bolsonaro ou de Lula. Eu não sei se uma fala dessa atrapalha... Na verdade, não é que eu não sei, não, eu acredito. Atrapalha um depoente que tem fatos relevantes para nos trazer. Quando ele é abraçado aqui por uns e rejeitado por outros, quem perde é o depoente. Lamento, mas lamento mesmo que a parte ideológica, a cegueira ideológica ainda domine esta CPMI. Não dá para cantar vitória quando acontece uma fala desse nível.

Enfim, vamos aos fatos. E eu até gostaria, eu acho que não ficou muito claro, Sr. Presidente que os primeiros minutos do depoente seriam para ele se defender. Tanto que eu havia separado aqui. Nós temos vídeos mostrando-o numa situação de prender pessoas, temos fotos, ele foi atingido, temos exame de corpo de delito, temos uma série de documentações. Eu fui até o Presidente da CPI do Distrito Federal, Chico Vigilante, e lá eles abriram e deixaram disponível toda a documentação, quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo telefônico e tudo mais. Então nós precisamos nos ater aos fatos, absolutamente aos fatos, sob pena de sermos injustos. Tanto se fala aqui em Deus, em justiça, e aí a gente está vivendo mais um momento que não se coaduna com essa vertente.

Então nós temos aqui várias provas. Eu não sei se valeria a pena, porque eu quero lhe dar a chance de responder, inclusive, a questões que eu acho que o nosso amigo, Senador Fabiano, não estava muito focado na questão dos fatos, principalmente porque, até o dia 31 de dezembro, todos nós brasileiros, então, deveríamos ser presos por omissão, aqueles que tinham o dever. Não poderia sobrar ninguém na PM, ninguém na Polícia Civil, ninguém em lugar nenhum de segurança, porque seria o dever, porque isso vinha sendo tolerado no país inteiro. E acredito que muitos não agiram, como é o caso do senhor, que poderia dar voz de prisão. Eu poderia dar voz de prisão em qualquer pessoa que estivesse ali com uma faixa de intervenção militar. Não existe intervenção militar constitucional. Então, todos nós deveríamos dar voz de prisão pra qualquer um.

Então, por favor, o senhor não foi até o momento denunciado. São cinco dias tanto no Código de Processo Penal quanto no Código de Processo Penal Militar, prorrogáveis por mais cinco. E o senhor não tem ainda nem... O senhor não foi denunciado como incurso em nenhum tipo penal. Isso me causa estranheza.

E aí nós temos, sim... O senhor da PM estava com as suas férias já organizadas e todos da PM ali também há mais de um ano. Mas o Sr. Anderson Torres, não. Estava trabalhando há um mês na transição. Quem é que adquire? Quem é que consegue adquirir prazo aquisitivo para as férias? Ninguém. Só o Sr. Anderson Torres. Só ele. Vamos colocar aqui cada um no seu devido lugar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando nós estamos trabalhando dentro de uma linha, que é a linha que nós devemos trabalhar aqui, que é a de procurar os culpados – culpados... Então, quando nós temos a condição de, na frente do senhor, que deve ter muito pra nos contar, nós fazemos essa... Assistimos a uma verdadeira balbúrdia e não aproveitamos o momento para inquiri-lo.

Então, eu já estou muito convencida em relação às imagens, aos vídeos que estão na mídia. Então, eu iria passar, mas vou perder tempo com isso.

Também pelo seu ofício ao Fábio Augusto Vieira, Comandante-Geral da Polícia Militar, no dia 29 de dezembro, está disponível para todos aqui. Quem não leu, me desculpem, que leiam agora. Eu tenho cinco, seis cópias aqui disponíveis. E o senhor diz, na penúltima linha, que "é a segunda vez que o Exército Brasileiro nos convoca para tal missão e cancela a operação após os recursos terem sido desdobrados no terreno".

Eu não sei... Tem bolsonarista achando que o senhor é bolsonarista, os outros achando que o senhor não é. Não é essa a questão. Eu acho que o senhor teve um trabalho institucional condizente com a sua obrigação. E eu gostaria de saber... Quero que seja oficiado à Justiça, ao Ministério Público por que que não ofereceu denúncia ainda? Quero que sente aqui alguém do Ministério Público competente para que nos explique por que é que não cumpriu com o art. 79 do Código de Processo Penal Militar.

Enfim, outra coisa, pedi para o Presidente os arquivos desses grupos de WhatsApp e tudo que veio. Já está disponível. Está disponível? Porque eu não soube da disponibilidade e me preocupa se não tivermos acesso aos autos que correm sob segredo de justiça porque aqui há investigados investigando ainda. E eu exijo o meu direito de acesso a todos os documentos, os que estão em segredo de justiça, porque ainda é inaceitável que estejamos nessa situação.

Pois bem, gostaria de saber: em todas as reuniões aqui, Coronel Naime, falava-se em crianças presas, em quantas crianças foram presas, o senhor prendeu alguma criança?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Senhora, que eu me recorde não, Excelência. Que eu me recorde... Até porque a condução... A minha atribuição começou depois que o acampamento foi conduzido para dentro dos ônibus.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O.k.

O senhor disse que prendeu... Foram 1.406 presos no dia 8. O senhor disse que prendeu 450 adultos, não é?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, senhora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Porque crianças não podem ser presas. Mas essas crianças... Bom, eu não vi ninguém reclamar disso hoje. O dia em que estava o homem que prendeu 450 pessoas, ninguém perguntou sobre criança – ninguém perguntou.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu particularmente não efetuei nenhuma prisão de criança.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Então isso é outra questão.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Apreensão, no caso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Então eu gostaria de oportunizar para o senhor a condição de falar algo que não ficou ainda esclarecido no dia de hoje. Eu tenho 2 minutos e 47 segundos. Eu gostaria... Eu tinha muitas perguntas, mas muitas foram esclarecidas, eu estou convicta. E gostaria que o senhor, se puder, indique mais assertivamente pessoas... O senhor já falou, tem muitos nomes aqui guardados, não precisa repetir, mas faltou algo – para que eu possa depois terminar – que o senhor gostaria de esclarecer e não foi possível?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Excelência, eu vou só reforçar: os senhores precisam ter acesso aos relatórios e aos alertas que a Abin fez desde o dia 2 de janeiro, nos quais a Abin relatava um arrefecimento do acampamento até a sexta-feira, às 18h38. E os senhores precisam ter acesso aos relatórios, aos alertas da Abin do dia 7 e do dia 8.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Então já requisitei aqui, Coronel...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Inclusive a própria Abin, coincidentemente – já que aqui a gente não aceita coincidências –, a própria Abin começa a relatar que a PM retoma a Praça dos Três Poderes e começa a retirar e começa a afastar para a rodoviária às 18h, sendo que eu cheguei à Esplanada às 17h40.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O.k.

Eu estou absolutamente convencida, porque eu me ative aos fatos e irei me debruçar sobre isso.

Gostaria de pedir aos colegas que não é porque bolsonaristas abraçaram o depoente de hoje que não levem em consideração os fatos de que nós já temos provas em vídeos, em imagens, em documentos. O senhor, na minha opinião, foi diligente o suficiente. Apenas nós estamos preocupados, inclusive, com questões como a do George Washington, que confessou um crime – confessou – e hoje teme pela sua vida.

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Eu acredito. Então é importante que possamos separar o joio do trigo. E iremos nos debruçar... Caso o senhor tenha ainda alguma informação para dar posteriormente, ainda é cabível, é óbvio, porque nós estamos em busca da verdade real.

No mais, desejo que o Ministério Público se explique em relação ao processo do senhor, que é um réu preso, e que o senhor consiga, como todos os outros, inclusive Anderson Torres e os demais, porque não vi ninguém mais preso na situação do senhor, que o senhor consiga pelo menos responder em liberdade àquilo que o senhor sequer sabe.

Então muito obrigada pela sua presença. Que Deus realmente o abençoe é o meu desejo.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora.

Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Faltam quantos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Falta apenas o Deputado Abílio.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sr. Naime, fato é que seis meses... E começo com uma parte significativa, mais uma vez, da fala da Senadora Soraya, em que tanto o Código Penal quanto o Código Militar, são cinco dias apenas. O senhor está preso há seis meses sem saber o porquê.

Sr. Presidente, existem coisas absolutamente interessantes. Na verdade, há um drama, um embate ideológico. E, se o embate ideológico toma corpo, nós não chegaremos à resposta de que a sociedade precisa. Mas esse embate ideológico existe porque essa CPMI foi pedida e assinada por nós. E quem não a assinou a tomou. E, em tendo essa maioria por causa da sua ideologia, que construíram a narrativa desde lá de trás... Por exemplo, eles querem trazer um enredo até chegar ao autor intelectual, Jair Messias Bolsonaro. Aqui me bate uma tristeza muito grande, Senador Jorge Seif, porque Bolsonaro combinou isso com todo mundo, que ele ia viajar na hora que tudo acontecesse, a irmã Ilda ia assumir, mas nem eu fiquei sabendo disso. Não fiquei sabendo, o cara não falou com ninguém.

Mas essa narrativa ideológica, por exemplo, quando o Lula foi preso, acampamento nunca foi crime. Curitiba tinha um acampamento, e, na visita, eu me lembro do Deputado Lindbergh, quando ele foi lá com o Requião, com tantos outros... E deviam ir mesmo, porque você, quando acredita numa pessoa, anda com uma pessoa, você é leal na vida e na morte, nada de crime nisso. Por que incriminar as pessoas que acreditam no que acreditam? Agora, a lacração é assim: se você não acredita, não bate palma e diz que está bonito o que ele está falando? Ele não quer nem te ouvir! Ele não quer nem te



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvir! Eu escuto. E eu acho que essa lealdade, essa natureza de quem tem lealdade ao que crê, com quem anda e com quem fala é absolutamente importante.

Ele ficou preso mais de um ano. Eles celebravam Natal lá em frente, aniversário dele. E daí? Ao sair dali, eu tenho um discurso do Senador Lindbergh incitando uma guerra civil, um movimento civil fazendo um discurso assim que, se o Supremo tivesse que prender alguém por causa de ataque à Suprema Corte... Eu estou com um discurso aqui. Podia usar meu tempo para ler. Eu tenho um discurso aqui que eu até ia ler como se fosse meu; no final eu ia dizer que era de quem? Do Senador Randolfe, falando da Suprema Corte.

Essa história de atacar a Suprema Corte, quando você se refere a um Ministro, você atacou a Suprema Corte. Quando você faz uma referência à sua crença, é um ataque à Constituição. Inversão de valores! A razão pela qual me leva à consciência de que o nobre coronel que aqui está depondo – e eu o chamo de nobre, até porque o termo "excelência" é para quem tem um bóton, seja de Senador, seja de Deputado Federal, mas o coronel... Ninguém chega a coronel também num paraquedas caindo do céu... São as razões pelas quais V. Sa. está preso. Eu digo razões pelas quais até porque, depois de cinco dias, ninguém mostrou as razões pelas quais, seis meses se passaram e não existem as razões pelas quais, mas, no meu entendimento, o fato de ser ascendido a um poder maior até onde era o seu posto por aqueles que deveriam ter cumprido o seu dever e não cumpriram e V. Sa. estar preso, isso me dá o convencimento exatamente dessa omissão que nós estamos procurando. "Ah, estamos querendo chegar ao autor intelectual do chamado golpe?!".

Um dia eu vi uma entrevista do Gabeira, o Gabeira dizendo: "Essa história de golpe militar em 64, nós também queríamos a mesma coisa [o Gabeira fala], porque a gente queria a ditadura do proletariado. Nós não queríamos a ditadura dos militares".

Hoje se quer a ditadura do proletariado, Deputado Marco Feliciano, e esse cerco está se fechando, ele está se fechando. É uma nova mudança. Não, é Lula que entra, e sai Bolsonaro, mas é mudança de regime mesmo. Dentro da mudança de regime, aí você tem um jornalista que é interventor e, no dia em que vier depor, tem duas vertentes a favor dele: uma é que ele não tem a obrigação de informar a fonte, porque ele é jornalista, aí já se protege; a segunda... Eu não sei se eu estava atrapalhando vocês aí; vocês reclamam dos meninos, mas atrapalham a gente também.

E aí eu estou convencido de que ele tem uma vertente que é jornalista, a segunda vertente é que, por ser um homem de confiança do Ministro da Justiça... E, assim como o senhor diz que organizou suas férias, eu também organizei as minhas. Nós precisamos trazer o Ibaneis aqui para saber o que ele organizou com o Anderson, porque, se o Anderson saiu de férias, é porque tinha um ano de serviço prestado já dentro do ministério ou com Polícia Federal. Quem sabe qual o acordo que ele fez com o Ibaneis para sair de férias é o Ibaneis. É o Ibaneis. Não é que ele entrou, trabalhou seis dias e saiu de férias. De longe, longe, essa ilação é muito fraca, ela é até deprimente, ela é frágil demais. Ninguém



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa ter argumento ou capacidade de entrar na mente dos outros para destruir uma narrativa tão fútil, tão pequena e tão desnecessária. Há um ano de trabalho e, como ele aceitou: "Olha, eu posso assumir o ministério, eu vou assumir aí a segurança pública, mas eu vou sair de férias"... Eu sei lá o que que aconteceu.

Agora, quando você vê Parlamentares aqui citando coisas que estão em quebra de sigilos, citando até conversa de WhatsApp em processos que estão sob segredo de Justiça, é assustador. Aqui tem Deputado, desde a semana passada, que está dando como certa a perda dos direitos políticos de Jair Bolsonaro. Eles já sabem o resultado. A gente já sabe a intenção, nós também sabemos, porque não há qualquer crime em que haja amparo legal ou constitucional que possa amparar uma ilegalidade para não mais disputar um processo eleitoral para o cidadão Jair Bolsonaro.

Mostro ao senhor, como Senador da República, o processo de *impeachment* de Dilma, que nunca foi um golpe, mas essa narrativa sempre sai, sempre sai, e Lula já disse ultimamente que quem faz a narrativa primeiro ganha, quem tem as pernas curtas sai mais cedo, quem chega na frente bebe água limpa. Seria, mais ou menos, uma coisa assim: faça uma boa narrativa e saia na frente, que você ganha. Isso é uma narrativa. Todo mundo sabe que houve um processo. Todo mundo sabe que a Lei de Responsabilidade Fiscal é para ser cumprida e foi quebrada. Mas, aqui dentro desta Casa, na hora de votar o *impeachment* por conta de quebra, de crime de responsabilidade fiscal, o Ministro Lewandowski pegou a página da Constituição que diz que é inelegível quem é impedito e rasgou, dentro desta Casa, que até hoje não se dá ao respeito.

Esta Casa não se dá ao respeito. O povo que cobra do Supremo precisa começar a cobrar de Pacheco. Esta Casa recebeu hoje mais um ditador esquerdista com um tapete. Eu repudio, no meu próprio nome, porque sou Senador da República.

Eu tenho algumas perguntas que eu gostaria de fazer ao senhor, e vou ver se consigo fazer isso em um minuto que eu tenho. Onde estava o batalhão presidencial no dia 8?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Excelência, eu não tenho essa informação.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A informação que se tem exatamente nesse... que chegou para a minha defesa é que existe um relatório do responsável por esse policiamento no qual ele relata que manteve o policiamento de um domingo normal.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Quero comunicar, nos meus 46 segundos, que vou oficial de novo, Sr. Presidente, até porque nós conhecemos o fato determinado desta Comissão.

G. Dias não veio aqui ainda, e o jornalista também não veio aqui, interventor, porque eles estão protegidos, e o senhor está desprotegido. É prova muito cabal e muito contundente de que é necessário



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que os ouça ou nós não vamos responder à sociedade, vai ficar, de fato, na narrativa. Nós temos que pedir que abra todos os sigilos de todos os inquéritos do dia 8. Temos que insistir nisso toda sessão pra poder dar clareza a um processo em que nós temos centenas de mulheres, centenas de homens presos após 81 dias. E o Dr. Zanin, que agora se tornou Ministro, foi quem mais peticionou contra os 81 dias quando alguém era preso pela Lava Jato.

É triste ver gente aqui que se elegeu com o discurso da Lava Jato usando o nome do Moro – usando o nome do Moro –, do Dallagnol, usando a Lava Jato pra ganhar mandato, e hoje nós vemos sentados aqui cuspidos no prato que comeu e criminalizando quem nenhum crime cometeu.

Que Deus te dê graça, misericórdia, porque todo sofrimento é o prenúncio de uma grande vitória!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

A Relatora quer usar da palavra?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente (*Fora do microfone.*) ... Pronto.

Na verdade, alguns colegas fizeram referência à nossa intervenção, e achei melhor não falar até pra poder, agora, nessa parte já final dessa oitiva, fazer apenas alguns pontos ao depoente que eu julgo muito importantes, não é?

Eu acho que o depoente traz aqui pra esta Comissão informações, Presidente, que vão nos ajudar muito no processo de investigação, sobretudo quando fala desse grupo que foi criado no dia 8, no dia 7, e que recebeu informações ainda na manhã do dia 8, vindas inclusive da Abin, sobre a iminência real desses atos realmente de vandalismo no entorno da Praça dos Três Poderes.

E, aí, só reafirmando inclusive o que o Coronel, Major Silva Pinto, que era Coordenador de Assuntos Institucionais da Subsecretaria de Inteligência fala, basicamente, aqui, o que o Coronel Naime coloca: que todas as informações foram repassadas ao então Secretário-Executivo Fernando Oliveira e compartilhadas em grupo de mensagens do qual fazia parte o Secretário Anderson Torres.

Então, o que o Coronel coloca é exatamente isso, quer dizer, houve... E, aí, é uma linha que nós estamos também estudando, que é a questão da omissão, ou seja, houve... A Secretaria de Segurança Pública tinha as informações do serviço de inteligência, não apenas no âmbito da secretaria, mas, também, no âmbito do órgão federal, e não proporcionou, não fez o direcionamento do efetivo necessário para a proteção da Praça dos Três Poderes. Inclusive, o volume de militares foi de algo em torno de 200. São bem controversos aí os números, mas foram 200 ou foram 300, onde basicamente todos eram alunos, que não teve uma retaguarda de outros mais veteranos pra fazer, de fato, esse acompanhamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro ponto também importante, que eu quero ressaltar aqui, é a posição do Coronel quando ele cita a obstrução de militares das Forças Armadas em relação à desmobilização dos acampamentos.

E aí, Presidente, muito importante, nós já aprovamos, se não me foge à memória, a convocação do General Dutra, e eu acho que o depoimento de hoje reforça a necessidade de a gente poder recebê-lo exatamente pra entender o nível de responsabilidade na obstrução dos trabalhos dos militares aqui do Distrito Federal, que, aliás, deixou todo esse efetivo policial praticamente de sobreaviso, que poderia estar de prontidão pra fazer o atendimento de forma imediata.

Mas eu quero finalizar...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Me concede um aparte, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu já vou finalizar porque eu estou falando, inclusive, de um ponto específico que V. Exa. colocou.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não, só o primeiro ponto.

A fonte do documento que V. Exa. citou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, é a CPI daqui do Distrito Federal.

Depoimento dele, do Coronel Jorge da Silva Pinto, foi feito exatamente aqui e está aqui. V. Exa. pode, inclusive, buscar essas notas taquigráficas também, tem acesso.

Mas eu queria, só pra finalizar, Coronel, pedir aqui, perguntar pro senhor, porque esse vídeo é um vídeo que é muito forte, que mostra exatamente a ação do choque dentro das... dentro aqui do Senado Federal, em que nós temos, por exemplo, a chegada dos manifestantes...

Vocês podem soltar pra mim?

Você tem a chegada dos manifestantes, os manifestantes chegam...

Vejam, e vão subindo ali no Salão Branco.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Veja, e você tem ali em cima, Coronel, o choque.

Veja como...

Veja como, na verdade, estavam aqui ó...

E olha só, você tem militares fazendo acesso pra que eles tivessem... pra que eles seguissem subindo a escada, que tinha acesso ao Salão Verde e também aqui ao Salão Azul.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E eles subiam.

E, neste momento... E, neste momento, eu queria pedir que passassem...

Olha, eles estavam na lateral do acesso, Senadora Soraya.

Eles não estavam numa posição de obstrução da chegada dos manifestantes. Eles estavam numa lateral e, nesta lateral, que vem exatamente naquele acesso ali na Secretaria de Comunicação, se não me foge a memória, e fazendo acesso pra que subissem. E, lá, na parte de cima, olha a situação que estava a polícia, que estavam os membros, os integrantes da Polícia Legislativa do Senado! Estavam, na verdade, recebendo inclusive a bomba de gás lacrimogênio, que foi desferida pelos militantes, pelos manifestantes que vieram aqui. E eles estavam...

Solta para mim o segundo vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E eles... Veja só, olha como eles estavam lá dentro. Neste exato momento, os militantes estavam nessa ação contra os policiais da Polícia do Senado Federal.

Então...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não. Por favor, vou finalizar meu raciocínio.

Então, nesse momento aqui, olha só, a polícia, dentro do Senado Federal. Eles estavam aqui recebendo a bomba de gás lacrimogênio, que foi jogada pelos manifestantes, e estavam inclusive recebendo bastante água ali, e os policiais do Senado, de uma forma absolutamente aguerrida ali, firmes e aguentando, tentando impedir a subida e o acesso desses manifestantes em relação ao Salão Azul, especificamente ao Plenário do Senado Federal, que eles acabaram na verdade subindo inclusive por outros acessos e chegaram até este presente... à situação que o Brasil inteiro acompanhou.

Então, eu queria saber do senhor... É bem verdade, o senhor não estava lá na atividade, o senhor estava de folga, mas o senhor tem a responsabilidade como um todo, e a posterior nós tivemos, e precisa haver ações referentes a processo de investigação, a processos na verdade administrativos, porque esses militares claramente, claramente ajudaram, contribuíram para o acesso desses manifestantes aqui nessas áreas do Senado Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria saber do senhor como é que foi essa abertura dessa investigação, o que o senhor tem do ponto de vista de inquérito voltado para esses militantes integrantes do choque, do batalhão de choque.

Aí, para finalizar, Presidente, eu quero deixar aqui um vídeo, o terceiro vídeo, porque são vídeos bem curtos, mas eu acho que é pertinente e eu preciso deixar registrado aqui nos anais desta Casa, sobretudo para o nosso relatório, porque isso aqui é um depoimento absolutamente forte, Deputada Jandira Feghali, que é de uma mulher que integrava... Só um minutinho – que integrava a polícia do Senado Federal e a fala dela é absolutamente forte, eu gostaria que os senhores acompanhassem.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É isso, Presidente. Eu quero só finalizar.

O senhor, diante da sua responsabilidade administrativa em relação ao DOP, qual a providência, de forma mais direta, que o senhor, como Coronel, tomou em relação a esses militares do choque, que claramente contribuíram para a subida desses manifestantes aqui para dentro do Congresso Nacional?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Excelência, eu queria, primeiro, com a vênua da senhora, se a senhora me permitir, fazer-lhe duas perguntas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu não vou lhe responder, porque você está sendo ouvido por esta Comissão e eu gostaria que você me respondesse de uma forma... Nem tem mais tempo, Coronel, porque o tempo está avançado e V. Exa. demora muito na sua resposta.

Então, responda de uma forma clara para mim: qual a atitude que o senhor tomou em relação a estes integrantes do choque que facilitaram ou permitiram a subida?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu não tinha, não cabia a mim. Primeiro, porque eu fui exonerado no dia 9. Eu participei do evento no dia 8, participei das prisões e do acompanhamento da escolta, porque, na realidade, quem efetuou as prisões foi o Exército Brasileiro, juntamente com o interventor, e eu só fiz a escolta daqueles ônibus para a Superintendência da Polícia Federal. Depois, eu nem participei do encaminhamento desses ônibus lá para a Academia da Polícia Federal, não fui eu mais, porque tive um problema doméstico, tive que ir em casa, um problema sério em casa, que inclusive virou um inquérito policial, desse dia, e eu não participei desse encaminhamento para a Academia da Polícia Federal. Quando eu me apresentei na Academia de Polícia Federal, o Subcomandante Geral já dispensou o meu serviço, já me mandou embora, e, no outro dia, informou-me que eu estava exonerado.

Então, assim, eu não participei desses atos aí, não estive nesses atos aí, não sei o que aconteceu aí, não foi ordem minha. E vou dizer para a senhora: o mesmo cenário que essa policial passou aí, eu também passei, e eu passei queimado, com queimaduras de segundo e terceiro grau, e eu não larguei a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha tropa em momento nenhum. E eu garanto para a senhora que essa policial não está presa, eu estou. (*Palmas.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quero só finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só uma última pergunta, só uma última pergunta, Presidente; só a última pergunta. O senhor confirma que hoje há um procedimento em nível de Ministério Público que faz um acompanhamento acerca de uma possível fuga sua?

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Só se meus advogados sabem disso, porque eu não sei. Essa questão da fuga já foi mais que batida e rebatida, não é? Essa pretensa fuga minha para a Bahia. Quem mora em Brasília normalmente foge para a praia, é o normal do cidadão brasiliense. Eu estava em férias com a minha família, e a minha fuga era para o Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal na Bahia. E a reserva eu fiz com o presidente do clube, que era da Corregedoria, e eu estaria no clube acompanhado de vários outros oficiais que passavam férias lá. Então, assim, eu tento entender que fuga é essa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas só para deixar claro...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – E outra, esse argumento, esse argumento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... a ação...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – É a minha vez, Senadora, de falar? Não, mas esse argumento não é meu, esse argumento é do Ministério Público.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas esse argumento não é meu, esse argumento é do Ministério Público.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Sim, eu estou tentando esclarecer.

O SR. PEDRO AFONSO FIGUEIREDO DE SOUZA – Pela ordem. Só para esclarecer, Excelência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu queria falar para o advogado para falar com o seu cliente, por favor. E ele fala comigo.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Esse é o procedimento, Presidente. O rito é esse. O advogado fala com o seu cliente, ele senta e fala conosco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, pela ordem...

Deixe-o esclarecer. Ele está tentando esclarecer, Senadora.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – E esse ponto, inclusive pelo próprio Ministério Público... Foi afirmado, da última vez que eu vi, que esse ponto já está superado. Esse ponto já foi superado e esse ponto traz um conflito pessoal meu com a minha ex-esposa, de muitos anos, no qual ela – vou repetir – usa uma lei extremamente importante para o nosso país, que é a Maria da Penha, que salva vidas, ela usa de forma ilegal, de forma a querer me acusar, a criar situações...

Isso já trouxe reflexos inúmeros na minha carreira. Eu fiquei um ano e meio afastado de função, fiquei sem porte de arma, por acusações dela de estupro da minha filha, por acusações de violência doméstica, que ela nunca comprovou... Inclusive, esses processos demonstraram a denúncia caluniosa dela.

E ela não aceita a separação. Se os senhores pegarem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, não é o tema deste debate. Eu acho que está muito claro...

(Manifestação da plateia.)

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A fuga...

Não foi a senhora que perguntou da fuga?

(Manifestação da plateia.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, ela perguntou...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – A senhora não perguntou da fuga?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente...

O SR. JORGE EDUARDO NAIME – Eu estou respondendo sobre a fuga.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos ouvir aqui... O Coronel está com a palavra.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Garanta a palavra do depoente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pessoal, eu estou garantindo aqui a palavra do depoente. A Relatora perguntou a ele sobre essa fuga, e ele está respondendo, e a palavra está com ele.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – E aí, se os senhores... Está autorizado por mim hoje: se a Polícia Federal não fez a quebra das conversas dela, está autorizado por mim. Os senhores vão ver que ela, insistentemente, envia ao meu celular, mesmo sabendo que eu estou casado... E eu estou falando aqui hoje porque a minha esposa tem ciência e minha própria esposa viu essas mensagens. Ela envia insistentemente vídeos pornográficos dela, envia *nudes*, uma série de coisas dentro do meu celular, tentando reativar esse relacionamento, que não tem o menor cabimento.

E a gente aqui, do outro lado, por conta dos meus filhos, para tentar minimamente um relacionamento, que eu não tenho os meus filhos privados, que ela saiu de Brasília por dois anos com meus filhos e privaram o meu convívio com meus filhos por dois anos, a gente mantém, tenta ter com ela um relacionamento mínimo, para que não atrapalhe a minha convivência com os meus filhos e com ela.

Então, esse é o enredo da fuga.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos passar agora a palavra ao último orador inscrito, o Deputado Abílio Brunini, por três minutos.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

Bom, meu nome é Abilio, um não membro da CPMI, que sempre está presente, ao contrário da advogada do PT e a Relatora, eleito pelo povo de Mato Grosso, exercendo os deveres de um Deputado Federal. Dever meu. Tá?

Eu não entendi o motivo pelo qual a esquerda ficou irritada quando a direita parabenizou o Coronel por prender vândalos. A direita parabenizou por prender vândalos, e a esquerda ficou irritada.

Ao que me parece, está muito claro aqui que os verdadeiros culpados esperaram o senhor ficar de férias, sabendo que ficaria, esperaram o Anderson Torres ficar de férias, sabendo que ficaria, e, dentro de um grupo, organizaram a tomada do comando da Polícia Federal do Distrito Federal; um cara que aceitou a Polícia Militar do Distrito Federal, um cara que aceitou, provavelmente, fazer parte do plano, para que o interventor ventríloquo pudesse nomeá-lo como comandante.

Está muito claro que tem pessoas que aproveitam para puxar o tapete e aproveitam para criar oportunidades para fazer isso. Só pro senhor ter ideia, às 10 da manhã do dia 8, tinha no grupo do WhatsApp a informação de que haveria invasão aos prédios públicos, informação vinda da inteligência. E



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que eles fizeram? Não informaram a polícia. O que eles fizeram? Não informaram a polícia, para criar as obstruções necessárias. E aí você vê um desvio de atenção. Passa vídeo disso, vídeo daquilo, mas o importante é que, se cinco horas atrás do momento, tivesse o plano certo nada daquilo tinha ocorrido.

(Soa a campainha.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – E o senhor disse bem claro: eu nunca vi facilitar tanto, nunca vi facilitar tanto. Facilitaram porque era o que queriam. O ventríloquo tinha interesse nisso! Só pode, só pode! E aí, infelizmente, o senhor tem uma ex-mulher chata pra caramba, que foi lá e prejudicou o senhor. Meus sentimentos pela sua ex-mulher, parabéns para os seus filhos, parabéns para a sua esposa, parabéns pela sua posição diante da Polícia Federal, da Polícia Militar do Distrito Federal. O senhor tem muito a orgulhar sua família. Parabéns!

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vejam bem, nós temos agora aqui... Descumprindo inclusive o rito procedimental que nós combinamos, o depoente falará por mais cinco minutos, que é o tempo de que ele dispõe. Depois, a Deputada Jandira Feghali usará o tempo, também combinado, pela Liderança do Governo por cinco minutos. Depois o Senador Girão usará também o tempo destinado à oposição, de acordo com o nosso acordo de procedimentos, por cinco minutos. Em seguida, nós vamos encerrar a sessão.

Por favor, Coronel Eduardo Naime.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não seria melhor que o depoente, depois de ouvir as outras manifestações, da Deputada Jandira e do Senador Girão, que ele encerre a reunião?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Os dois oradores que estão inscritos não podem mais fazer inquirição. Foi o acordo de procedimentos. Eles vão falar, mas sem o direito de fazer inquirição. Então, é razoável que os Parlamentares encerrem esta sessão.

Portanto, eu vou passar a palavra para o Coronel Eduardo Naime; ele vai usar os cinco minutos a que faz jus. E, depois, aos dois Parlamentares.

Por favor, Coronel.

O SR. JORGE EDUARDO NAIME (Para depor.) – Bom, senhores, boa noite.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente eu queria dizer aos senhores que eu vim nessa Casa hoje mesmo doente, mesmo com o meu psicológico afetado após cinco meses de prisão, eu vim em respeito a essa Casa, em respeito, até onde eu sei, à Casa do Povo, por pessoas que foram eleitas pelo povo brasileiro. Eu só sou Coronel da Polícia Militar, eu só sou militar e Oficial da Polícia Militar porque eu sou um cidadão brasileiro e eu gostaria muito que os meus direitos e garantias constitucionais previstos na lei fossem obedecidos. Eu estou há cinco meses preso. Eu não tive garantias constitucionais.

Lamento que o Senador que conhece tanto direito não está aqui pra ele diferenciar o que é direito e garantia, porque a garantia é indissociável. Eu não posso relegar a minha garantia; o Estado me garante mesmo que eu não queira. E eu não tive as minhas garantias condicionais preservadas, da ampla defesa, do contraditório, do juízo natural, nenhuma dessas até agora foi respeitada. Eu sou preso há cinco meses. Eu sou um profissional que tem 30 anos de Polícia Militar, a minha ficha fala por mim de tudo que eu já fiz pela sociedade.

Durante o período eleitoral, eu sempre me mantive numa posição neutra. E os próprios Parlamentares do Distrito Federal são testemunhas de que todas vezes, durante o período eleitoral, que seus chefes de gabinete, os seus chefes de campanha, sejam de esquerda, de direita, de centro, o que for, me ligaram e pediram apoio da Polícia Militar, eles foram prontamente atendidos. Todos, de Senador a Deputado Distrital, de esquerda, de direita, de centro, o que for, sempre que me ligaram e pediram o apoio da Polícia Militar, a Polícia Militar chegou. Fosse no policiamento de uma carreata, fosse no policiamento na hora de pagamento de cabo eleitoral, fosse em um momento em que o candidato estivesse se sentindo inseguro, a Polícia Militar chegou – quando eu não cheguei pessoalmente –, quando eu não cheguei, pessoalmente.

Eu nunca tive nenhuma posição político-partidária durante as minhas ações do DOP. As minhas redes sociais estão aí para os senhores verem se eu, em algum momento, nas minhas redes sociais, defendi A, B, C ou D. Eu sempre fui um policial militar íntegro – íntegro –, a minha história conta isso. E hoje eu sou o único preso. O que estava de férias, o que não estava respondendo pelo departamento.

A gente tem que entender que não existe letra vazia na lei. Se a lei diz que há impedimentos legais e se a lei diz que há substituições para desimpedimentos legais, é porque há! Não existe letra vazia na lei e eu não estava na frente do departamento quando esses fatos aconteceram.

E vou mais além para os senhores. Eu podia muito bem ter desligado meu telefone nas primeiras imagens que eu recebi da televisão. Assim que eu vi, que eu comecei a ver as imagens, eu podia... "Vão me ligar." Desligava o telefone e eu tinha justificativa para não vir, porque eu estava de dispensa regulamentar. Mas mesmo assim, eu vim. Eu vim porque eu fui convocado para vir e o meu dever, como militar, me obriga a vir. Eu me coloquei em risco, me coloquei, deixei minha família, fui atingido, com uma nova oportunidade de ter deitado no chão, falado que estava machucado, ter entrado dentro de uma UTI móvel do Samu, ter ido para o hospital e ter saído do cenário como herói ferido, ido para o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospital, mas, mesmo assim, eu continuei comandando as tropas até que o último manifestante foi retirado da Esplanada, até que o último manifestante que quis permanecer na Esplanada e enfrentar as forças de segurança fosse preso.

A Polícia Militar do Distrito Federal, no dia 8 de janeiro, cumpriu com a sua missão. Agora, não cumpriu com a efetividade com que ela deveria ter cumprido, porque as informações necessárias para um bom planejamento e as informações necessárias para que essa polícia pudesse cumprir o que ela faz, há mais de 50 anos, há mais de 60 anos, nesta cidade, não chegaram.

Peço aos senhores, mais uma vez, encarecidamente, que leiam os relatórios da Abin! Ele vai esclarecer tudo sobre o que foi falado aqui hoje. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Coronel.

Com a palavra a Deputada Jandira Feghali, por cinco minutos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sr. Presidente, eu agradeço o deferimento do tempo, primeiro, porque nós estamos no seio de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e eu considero que esta Comissão tem que ter um tratamento muito sério do que significou um processo e um planejamento de golpe de estado no Brasil. É por isso que nós estamos aqui. É por isso que nós estamos aqui.

Eu estou no meu 8º mandato no Congresso Nacional e eu, assim, sinto dizer que eu nunca vi uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito aplaudir depoente, fazer defesa de depoente, desrespeitar a Relatora, ficar dando gargalhada da fala de outros Parlamentares, fazendo filmagens do tipo que está se fazendo aqui e ficar fazendo brincadeira e desrespeito com o colega que está do lado. Eu nunca vi isso acontecer. Eu acho isso profundamente desrespeitoso, desqualifica esta Comissão, cria embaraços para uma Comissão que, aos olhos da sociedade, inclusive, precisa ser respeitada, qualificada. As pessoas precisam acreditar no trabalho que a gente está fazendo.

Não é possível aceitar que uma Relatora, mulher, Senadora ou Deputada seja desrespeitada da forma como nós estamos vendo aqui. Então é muito ruim viver num ambiente desse tipo, vir para esta CPMI para ver Parlamentar gargalhando do lado de quem está falando, fazendo gozação com a fala do colega. Discordou? Se inscreva e discorde, intervenha, faça a sua intervenção. Mas o grau de desrespeito que eu estou vendo aqui, eu nunca vi. Eu já participei de várias CPIs, no Parlamento brasileiro, e V. Exa. também. É muito ruim ver isso acontecer da forma como eu estou vendo aqui.

O depoente que está aqui hoje é um militar que está preso. Obviamente que o Supremo Tribunal Federal decretou sua prisão por alguma razão, a investigação deve estar em curso. Nós não temos aqui todos os dados da sua prisão e as razões da sua prisão. Então, eu respeito o Supremo Tribunal Federal e não vou dizer que ele está preso por acaso, porque alguma razão deve existir, as acusações estão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

postas, o devido processo. Nós não tivemos acesso a todos os dados para dizer que não tem nenhuma razão para a sua prisão ocorrer. Eu não posso dizer isso. Se ele teve acesso ou não teve, ele tem dois advogados sentados aqui, deve ter um corpo de advogados que o defende. Então, nós não podemos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Três, quatro, cinco, não sei quantos são. E eu dispenso, inclusive, a interferência de quem está atrás de mim.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, eu estou dizendo...

É que eu não tinha visto. Desculpe-me. Eu não tinha visto. Então, a advogada que está presente aqui...

Então, eu penso que nós não devemos ficar incidindo sobre o processo da prisão desta forma, porque se o Supremo Tribunal Federal tomou essa decisão, deve ter razões para isso.

Agora, eu quero extrair do depoimento dele coisas muito importantes que ele disse aqui hoje e eu quero extrair sobre a ótica daquilo que nós estamos investigando, da omissão. Ficou claro: ele toda hora pede para a gente olhar os relatórios da Abin. E é correto porque ele diz: "A Inteligência informou". Então, teve omissão da Polícia Militar sim. Ele diz: "Os acampamentos tinham elaborações de golpe e o Exército impediu de a gente retirar". Então, essa convivência acampamento Exército nós temos que investigar sim.

Agora, não é possível que alguém queira fazer analogia entre esses acampamentos que pediam, que exigiam intervenção militar, que falavam de golpe, que desrespeitavam os resultados da soberania popular do voto, com o acampamento solidário que se fez para Luís Inácio Lula da Silva preso. É um absurdo fazer essa analogia aqui. Nenhuma vez aquele acampamento de Lula pediu intervenção militar ou que se desrespeitasse o Governo em curso.

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Era um acampamento solidário para quem estava preso ilegalmente, para quem estava preso sem provas.

E a vida está mostrando isso. Vejam o destino do Sr. Dalagnol. Vamos ver o destino do Sr. Dalagnol, vamos ver o que está aparecendo do juiz parcial que fez a condenação. Da Ministra Dilma foi arquivada o processo, porque nenhuma prova teve contra ela. Nós sabemos que aquilo foi um processo montado, um julgamento político. Não se faz isso, não se recuperam inverdades aqui para poder justificar posições.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero dizer que nós temos que levar isso aqui com seriedade, com clareza dos nossos objetivos. Nós estamos aqui para investigar um processo golpista. Aqueles atos tiveram claramente objetivos e foi um processo. Então, nós temos que investigar aquelas manifestações dentro de um processo que se construiu negando a legitimidade e o resultado das eleições.

É assim que eu quero me comportar dentro da CPI, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputada Jandira Feghali.

E eu tenho, como Presidente dessa Mesa, dessa Comissão, buscado, e penso que tenho conseguido, claro que eu não posso controlar a vida de todos, mas temos sim mantido a ordem e o respeito. E particularmente em relação à Relatora. Eu sou um homem que prezo muito o respeito às mulheres. Muito, Deputada. Pode ter certeza disso. Se tem uma coisa que eu prezo muito é o respeito às mulheres. Aprendi com minha mãe. E sempre tive, apesar de não ter uma irmã dentro de casa, nós somos dois homens... Eu e meu irmão e meu pai. Mas sempre respeitei e respeito muito e valorizo muito as mulheres.

No meu gabinete, a maioria são mulheres. Eu jamais permitiria que a nobre Senadora Eliziane Gama, uma mulher do mais alto gabarito e da mais alta estirpe e qualidade política, fosse desrespeitada.

Eu passo a palavra agora ao Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – MUITÍSSIMO obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Sr. Jorge Eduardo Naime pela coragem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Cada bancada, de Oposição e de Governo, ao final tem direito a cinco minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Cinco minutos. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, a Deputada Jandira usou pela...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu queria reiterar aqui, cumprimentar o Coronel Naime pela coragem de vir aqui e se posicionar no momento difícil. Só o senhor sabe o que o senhor está passando, longe dos filhos, longe da família, injustiçado. É isso que a gente está vendo no Brasil hoje. Para mim é muito claro que o senhor é um preso político de uma autocracia que manda e desmanda no Brasil hoje em dia. E a gente está vendo vários exemplos.

O senhor falou uma palavra-chave durante oito vezes, eu anotei oito vezes – e eu quero concordar com a Deputada que me antecedeu – sobre a omissão no caso do relatório da Abin. Gente, é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chave esse relatório da Abin. Ele vem sendo falado aqui por colegas Senadores que chegaram no dia 8, que vieram correndo para Brasília, como o Senador Marcos do Val; Senador Esperidião Amin, que participou dessa Comissão Parlamentar e que fala que ali está o esqueleto de onde a gente deve fazer investigação. Mas a omissão não pode ser seletiva! A omissão tem que ser no todo. Quem errou por omissão. Se foi a Polícia Militar do Distrito Federal, nós vamos atrás. Agora me parece que 48 órgãos do Governo Federal, do Governo que já tinha assumido, Governo Lula, recebeu esses alertas. E o que é que fez? O que é que fez?

Eu digo isso, Senador Jorge Seif, porque eu fui candidato a Presidente do Senado. Em 8 de dezembro, eu estava lançando a candidatura lá fora, aqui na Esplanada. A dificuldade que eu tinha diariamente para vir trabalhar nesse período... Vocês não estavam aqui ainda, quem chegou agora no mandato. Era difícil, Senador Magno Malta. Tinha que rodar. Era uma segurança fechada aqui na parte interna.

O senhor que é Senador, foi Senador várias vezes aqui, viu esses prédios serem incendiados. Protestos. Não sei como é que era naquela época, agora eu sei uma coisa, tinha uma fila de Parlamentares, Deputados e Senadores do PT, com poucos dias, indo soltar as pessoas lá. Cadê os direitos humanos? Onde é que estão os direitos humanos para uma pessoa que está seis meses presa, sem ter direito a acesso aos autos para se defe... Isso é uma vergonha, rapaz! Esta CPMI está sendo ótima, está expondo...

Por mais que o Governo Lula tenha sequestrado uma maioria, um instrumento típico, histórico, da oposição, para sabotar, para boicotar esta CPMI...

Cadê G. Dias? Está claro que G. Dias tem que vir. E tem que vir logo! A gente só está ouvindo um lado, Sr. Presidente. Tem que agora ouvir o outro. Não pode esperar mais.

Cadê o fotógrafo da *Reuters* naquele ensaio fotográfico para sair bonita a quebra do Palácio do Planalto? Cadê as imagens pedidas pelo Deputado Filipe Barros, a relação da hospedagem, já que hoje ficou claro pelo Coronel que as pessoas do dia 12...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... estavam todas hospedadas aqui na rede hoteleira?

O Deputado entrou, e nós vamos entrar, reforçar, com esse pedido, para saber onde está a relação das pessoas...

Será que não foram as mesmas pessoas que quebraram aqui dentro, com táticas de guerrilha, com treinamento? Vamos ticar um a um. E, para isso, precisamos das imagens do Ministério da Justiça.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nestes 30 segundos que faltam, eu quero dizer que estou convencido – e é uma questão de humanidade, de justiça, independentemente se é oposição e situação, e eu faria com qualquer um que fosse de esquerda – de que a gente precisa assinar o requerimento, e esse requerimento não é só da Comissão não, Deputado André Fernandes. Tem que ser o requerimento para todos os Senadores e Parlamentares.

O direito ao devido processo legal está sendo rasgado do Brasil! Um homem que tem família, que está aí, que foi para o *front*... Estando de folga. De férias.

Deus abençoe esta nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Girão.

Eu gostaria de registrar, além da presença do Dr. Gustavo Mascarenhas, o acompanhamento do depoente pela Dra. Clara Mascarenhas, Iuri Cavalcante Reis, Rodrigo Costa Castro e Pedro Afonso Figueiredo de Souza, todos meus colegas advogados.

Quero finalmente colocar em votação...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, pela ordem, só um minuto... Abilio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pela ordem, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Pela ordem. Claro. Pela ordem.

Assim que o senhor concluir – eu não sei se depende da autorização do senhor, por ser o Presidente da Comissão –, eu acho que deveria, se o senhor puder permitir, pelo menos por uma questão de direitos humanos, que o Coronel pudesse dar um abraço na sua esposa antes de seguir o caminho, porque ele ainda está conduzido pela polícia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro. O Coronel poderá cumprimentar aqui a sua esposa estando conosco, desde que não haja uma objeção com a ordem judicial.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Até porque... Não sei se a polícia fará objeção a isso, mas está há cinco meses sem sequer a ver...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Sem problema. Sem nenhum problema.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação a Ata da 5ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, que se realizará no dia de amanhã, 27 de junho de 2023, às 9h da manhã.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 42 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Marcos Rogério, Sergio Moro, Eliziane Gama, Rogério Carvalho, Eduardo Girão, Magno Malta, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Cleitinho, Duarte Jr., Amanda Gentil, Evair Vieira de Melo, Josenildo, Rafael Brito, Aluisio Mendes, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Pr. Marco Feliciano, Nikolas Ferreira, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali, Aliel Machado, Carlos Veras e Pastor Henrique Vieira, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Davi Alcolumbre, Cid Gomes, Omar Aziz, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Damares Alves, Carlos Sampaio, Duda Salabert, Paulo Magalhães e Rodrigo Gambale. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Oitiva de Jean Lawand Junior. Finalidade: Depoimento de Jean Lawand Junior, Coronel do Exército. Oitiva do Jean Lawand Junior, em atendimento aos requerimentos 983/2023, 984/2023, 986/2023 e 988/2023. Resultado: Oitiva realizada. 2ª Parte - Deliberativa. Finalidade: Deliberação sobre o termo de acesso à documentação sigilosa da CPMI8. Resultado: Aprovado o termo de acesso à documentação sigilosa da CPMI8. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta 7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de janeiro de 2023, na sede dos Três Poderes da República, em Brasília.

Antes de... A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Jean Lawand Junior, Requerimento 984, de 2023, convocado na condição de testemunha.

Esclarecimentos.

A Comissão foi notificada da decisão da Ministra Cármen Lúcia em medida cautelar, Habeas Corpus nº 229.635/DF, que deferiu parcialmente o pedido da defesa e garante ao Sr. Jean Lawand Junior, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI de 8 de janeiro: a) o direito de ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei 8.906, de 1994; b) o direito de não ser obrigado a produzir prova contra si, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado a responder a perguntas que possam incriminá-lo, sendo-lhe, entretanto, vedado faltar com a verdade relativamente aos demais questionamentos não inseridos nem contidos nesta cláusula.

A decisão proferida no Habeas Corpus 229.635/DF não exime o depoente de prestar o compromisso.

Antes de chamar o depoente, eu gostaria de colocar aqui, informalmente, sem que seja necessário lista de oradores... Eu gostaria de discutir aqui com os nossos membros da Comissão sobre os documentos sigilosos que já estão chegando a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Existe aqui no Senado um sistema que é próprio para armazenar documentos sigilosos. Existe esse sistema aqui no Senado. Esse sistema foi usado, inclusive, na última CPMI, ou melhor, na última CPI, a CPI da Covid – foi usado esse sistema. Entretanto, não deixa de ser um sistema falho, porque ele constitui um sistema em que você, quando abre, há uma marca d'água em todo o fundo do documento, dizendo ali, indicando ali quem é que está fazendo aquele acesso. E esse sistema permitiu que houvesse alguns vazamentos.

Eu penso que esse assunto de vazamento ou não vazamento é uma questão muito da ética parlamentar de cada um. E obviamente que nós entendemos que esta Presidência tem que confiar em todos os Deputados e Senadores que fazem parte da CPMI e em que todos prezarão pela sua responsabilidade ao tratar esses documentos.

De qualquer forma, eu pretendo, ainda assim, fazer dois tipos de... separar esses documentos em dois tipos de documentação. Todos aqueles documentos sigilosos que chegarem à CPMI que não sejam



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enviados pelo Supremo Tribunal Federal nós colocaremos nesse sistema – todos. Os documentos que vierem com origem do tribunal, do Supremo Tribunal Federal, eu pretendo colocá-los na sala-cofre que o Senado disponibiliza para a CPMI. Fica bem embaixo aqui desta sala. É uma sala, obviamente, que tem características de um cofre, em que esses documentos podem ser guardados. Isso já aconteceu em outras CPMIs onde nós... em que foi utilizada essa sala.

No caso da utilização dessa sala, qualquer Parlamentar que quiser ter acesso aos documentos naturalmente vai ter que se dirigir até essa sala, sem portar celular nem máquina fotográfica, e vai poder acessar os documentos.

Então, nós faremos esta divisão: documentos que vierem do Supremo ficarão na sala-forte; documentos que não vierem do Supremo ficarão nesse sistema próprio para documentos sigilosos.

Além disso, há um outro assunto, há uma outra questão referente ao acesso a esses documentos, e eu queria ouvir aqui a opinião de todos porque é uma questão procedimental que eu acho que deve ser compartilhada com todos os colegas: a possibilidade ou não do acesso de assessores. Eu estava conversando há pouco aqui com a assessoria, e o Senador Moro também estava participando da conversa. A minha ideia é que seja autorizado o acesso de um assessor por Parlamentar – apenas um, não mais do que um – para poder acessar esses documentos. E, naturalmente, a responsabilidade do assessor será idêntica à responsabilidade do próprio Parlamentar. Eu acho que um assessor é suficiente para o acesso a esses documentos.

Então, essa é uma colocação. Se todos concordarem, nós vamos adotar.

O Deputado Aluisio Mendes tem algo a falar.

Pois não, Deputado.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria... *(Fora do microfone.)* Está desligado aí, eu acho.

Eu queria saber: os dois documentos, os dois tipos de documento são sigilosos, tanto os que vierem do Supremo quanto de outras fontes. Por que esse tratamento diferenciado: um na sala-cofre e o outro com acesso pelo sistema digital? É apenas pra entender, porque os dois documentos têm caráter sigiloso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou explicar. Eu vou explicar, Deputado Aluisio Mendes.

Olhe só, esses documentos que vêm do Supremo estão todos eles extraídos de processos judiciais. Ao processo judicial, eu, como advogado, tenho muito respeito, porque é uma situação em que a pessoa que está sendo ali julgada não é inocente nem é condenada, ele está sendo julgado, quer dizer,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele ainda é inocente, mas pesa sobre ele uma acusação – ele é inocente até o trânsito em julgado, mas pesa sobre ele uma acusação. E, muitas vezes, a divulgação de dados de um processo tem um peso muito negativo para alguém quando ele é divulgado, ele é publicizado ainda no decorrer do processo e, ao final, a pessoa vem a ser inocentada.

Então, eu, na verdade, ao fazer essa diferença, estou praticamente dizendo assim: olha, tem documentos sigilosos e documentos ultrassigilosos – eu estou assumindo isso. Os documentos ultrassigilosos são esses que fazem parte, que estão sendo extraídos de processos que estão na Suprema Corte. E esses eu pretendo colocar na sala-cofre, porque eu acho que, aí, há uma segurança ainda maior. Os outros, como documentos da Abin, por exemplo, vão ficar no sistema. Aliás, esses documentos da Abin, por sinal, já têm vazamento pra tudo que é lado. Isso já está... Quem acessar a internet já vai encontrar esses documentos. Então, praticamente, nem são mais sigilosos do ponto de vista material. Mesmo é esta a razão, Deputado: eu estou assumindo que esta Presidência está considerando que tem documentos sigilosos e outros que são ultrassigilosos. Essa é a resposta.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – É apenas, Presidente, porque, sem dúvida nenhuma, se cria uma dificuldade a mais pros Parlamentares. O acesso via sistema digital é mais fácil que esse acesso à sala-cofre. E eu, particularmente, acho que nenhum dos dois impede o vazamento. Depende do caráter, como o senhor disse, de cada um e da seriedade cada Parlamentar, mas os dois permitem vazamento. Você pode entrar na sala-cofre, copiar o que está no documento e fazer o vazamento, não é? Então, eu não acho que isso vai evitar os vazamentos, mas vai dificultar, sem dúvida nenhuma, o acesso dos Parlamentares a esse tipo de documento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou atuar, meu caro amigo Deputado Aluisio Mendes, eu vou atuar de uma forma objetiva no sentido de facilitar esse acesso à sala-cofre. A sala-cofre tem uma porta... *(Pausa.)*

Vai ter no Prodasen também uma sala específica pra a gente poder acessar esses documentos. E, na sala-cofre, em frente à sala-cofre, vamos botar também lá um local onde o Parlamentar possa fazer a leitura, etc., porque, vejam só, eu reconheço que a pessoa pode copiar, mas convenhamos que há uma diferença grande entre alguém tirar uma fotografia e mostrar esse documento existe e simplesmente dizer que ele existe. Então, dentro desse sentido, eu gostaria, dentro dessa linha de muita moderação em que estou conduzindo esta CPMI, que os senhores acatassem essa orientação nossa de ter a sala-cofre para os documentos provenientes não vou nem dizer do Supremo, que vierem do Poder Judiciário, e outros para os documentos que não tiverem essa origem.

Quanto à ideia de um assessor por Parlamentar... Porque há quem diga que não deve ter nenhum...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – Eu sou dessa teoria. Eu acho que deve ser só para os Parlamentares, como já funcionou em outras CPIs.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – Não existe isso...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Parece que há aqui um consenso, exceto o Deputado Aluisio Mendes, de que tenhamos um assessor por Parlamentar. Então...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. *Fora do microfone.*) – Parlamentar membro da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Membro da Comissão, naturalmente. Aliás, só têm acesso aos documentos os Deputados membros da Comissão, Deputados não membros não têm acesso a documento sigiloso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não têm! Isso não é uma deliberação desta CPMI, isso é uma regra que prevaleceu sempre. Só têm acesso a documentos sigilosos membros da Comissão, titulares e suplentes. Isso aí não se discute.

Então, a nossa querida Relatora já está aqui entre nós, sempre pronta aqui para iniciarmos o nosso depoimento.

Eu solicito que seja trazido aqui o depoente, o Sr. José... É "lauandi" ou "lavandi"?

O SR. RUYTER DE MIRANDA BARCELOS (*Fora do microfone.*) – É "lauandi".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É "lauandi".

O Sr. Jean Lawand Junior, por favor. (*Pausa.*)

Bom dia, Coronel. Pode sentar-se aqui. (*Pausa.*)

Coronel Jean Lawand, V. Exa. foi convocado a depor nesta CPMI em função de mensagens telefônicas que foram encontradas no celular do Tenente-Coronel Mauro Cid, e o senhor está aqui na condição de interrogado e de testemunha. Essa foi a deliberação da...

Eu pediria silêncio!

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Essa foi a decisão proferida pela eminente Ministra Cármen Lúcia. Então, neste momento, eu vou ler aqui o juramento para o senhor responder, e, em seguida, iniciaremos a inquirição.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sendo assim, a partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que "fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito" constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos.

Eu passo a palavra à eminente Relatora da CPMI...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, sim, perdão, desculpe, falha minha.

Aqui, nós fizemos um acordo de procedimento entre os pares de que todo depoente... O senhor tem direito... Como todo depoente, o senhor tem direito a uma fala inicial de 15 minutos; depois dessa fala, nós faremos as inquirições, de acordo com a ordem estabelecida – primeiro, a Relatora, depois os autores dos requerimentos e depois os demais Parlamentares. Depois da Relatora – que não tem tempo fixo –, em relação aos demais Deputados: eles falarão cada um por dez minutos, inquirindo V. Sa.; o tempo de resposta de V. Sa. conta no tempo do Parlamentar – portanto, ele que determina o momento em que estiver satisfeito com a sua resposta, podendo interromper o depoente –; e, ao final, V. Sa. tem direito a falar mais cinco minutos para colocar qualquer outro ponto que tenha faltado na sua fala e que o senhor ache necessário.

Então, passo inicialmente a palavra a V. Sa. pelo prazo de 15 minutos.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, bom dia; Srs. Parlamentares, bom dia, demais presentes.

Gostaria, nas minhas palavras iniciais, de apresentar aos senhores quem é o Coronel do Exército Brasileiro Jean Lawand Junior.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou filho de refugiados sírios que chegaram ao Brasil na década de 50, motivo para mim de muito orgulho. Cresci numa família simples, mas consegui êxito na vida. Eu sou pai de família, sou cristão, tenho uma esposa fantástica, Sra. Rosana, que agora deve estar nos acompanhando. Tenho três gêmeas, trigêmeas, de 9 anos, são minha bênção. E minha família é e sempre será o meu esteio. Amo-as de todo o meu coração e sem elas não imagino a minha vida.

Minha vida militar começou como soldado. Incorporei no Exército Brasileiro na mais baixa patente, no 12º GAC, em Jundiaí, e ali começou o gosto pela carreira.

Naquele ano, em 91, me destaquei como praça mais distinto, que é aquele que se destaca durante o ano de instrução. Naquele ano, fui promovido a cabo. Tudo no intuito de mostrar aos senhores a dedicação ao serviço, a fazer as coisas bem-feitas e o amor a este Brasil.

Consegui, com muito esforço, ser aprovado na Escola de Formação de Oficiais, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas. Fiz a EsPCEx, fiz Academia Militar, fiz os cursos para formação de oficial, sou oficial de artilharia, me formei em 1996, e sempre, sempre, com dedicação, com amor à carreira, jurando defender este país, morrer por ele, proteger sua integridade, sua honra e suas instituições.

Durante a carreira, assumi algumas funções importantes, porque passei por um seletivo crivo para poder assumi-las. Fui instrutor da academia militar, por três anos. Fui instrutor da escola de cadetes, escola pela qual passei, por duas vezes, e numa delas tive a oportunidade – como já foi veiculado na mídia – de receber as mulheres combatentes do Exército Brasileiro, as primeiras mulheres; pra mim foi uma honra participar desse processo muito exitoso. Eu participei também de uma missão de paz da ONU, fui Observador Militar no Sudão, ocasião na qual eu pude entender a sistemática daquele complexo órgão e entender, valorizar ainda mais o nosso país. A gente conhece um país da África em guerra, a gente vê como o nosso país é abençoado, como é um país que tem futuro e que merece ser valorizado. Eu comandeiei... como Comandante, fiz a Escola de Comando e Estado-Maior; também obtive bons resultados, me destaquei. Comandeiei o 6º Grupo de Mísseis e Foguetes, uma unidade tradicional da nossa artilharia, moderna, que trabalha com o material Astros, um material nacional. E, coroadando a minha carreira, digamos assim, eu fui selecionado pra ser o Adjunto do Adido Militar do Exército Brasileiro em Washington, missão essa também bastante criteriosa, o que mostra que a minha vida profissional foi exitosa. Atualmente, ocupo uma posição totalmente burocrática no Escritório de Projetos do Exército: eu sou Supervisor do Programa Astros, porque tenho experiência na área, trabalhei com o material, e a minha missão é, de uma mesa com computador, comandar quatro subordinados pra fazer esse programa progredir e o Exército crescer.

Eu quero dizer aos senhores que minha carreira foi exitosa não só no campo cognitivo, a minha carreira foi exitosa no campo disciplinar. Eu jamais fui punido na minha carreira, eu jamais incitei qualquer subordinado contra o superior, eu jamais provoqueei qualquer tipo de ilegalidade ou discórdia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro do Exército Brasileiro, jamais feri os nossos pilares – a hierarquia, a disciplina –, jamais incentivei qualquer subordinado a fazê-lo. Hoje venho aqui pra responder às perguntas dos senhores a respeito das mensagens trocadas com o Cid – Tenente-Coronel Cid –, mas afirmo aos senhores que em nenhum momento eu falei sobre golpe, em nenhum momento atentei contra a democracia brasileira, em nenhum momento eu quis quebrar, destituir, agredir qualquer uma das instituições, porque isso não faz parte do que eu aprendi durante toda a minha carreira, toda a minha vida. Falo isso aos senhores do fundo do meu coração. Aquelas mensagens – eu vou explicar cada uma delas – foram mensagens trocadas no privado, mas o mais importante, e eu preciso que V. Exas. considerem isto, é a minha essência; é aquilo que eu fiz a minha vida toda, como um pai de família, como um bom militar, como aquele que quer o bem do Brasil e aquele que, por ter uma família... por vir de uma família síria, por ter trabalhado num país como o Sudão e saber como o nosso país é abençoado, como o nosso país é promissor, como ele tem futuro, eu sempre me propus, me dispus a vida toda a lutar por isso.

É isso que eu acredito, é isso que eu passo pros senhores agora como palavras iniciais, e me coloco a partir de então à disposição de V. Exas. pra responder às perguntas que forem necessárias, relativas às mensagens trocadas com o Tenente-Coronel Cid.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Coronel.

Apenas retificando, eu disse que V. Exa. está aqui na condição de testemunha. Claro que, de acordo com a decisão da Ministra, V. Exa. não é obrigado a produzir provas contra si.

Eu passo agora a palavra à eminente Relatora da CPMI, a nossa Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores colegas da mesa, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, defesa que está aqui presente, Coronel Lawand...

Coronel, o senhor fez, nessa primeira leva, a exposição da sua carreira. E, exatamente pela exposição que o senhor fez inicialmente, nos causa, assim, muito espanto quando você se debruça sobre o conteúdo que foi obtido das mensagens divididas, passadas, entre o senhor e o Mauro Cid, que foram obtidas pela Diretoria de Inteligência da Polícia Federal.

Naturalmente, esse é o ponto específico que motivou a sua convocação a esta Comissão. Em função disso, eu vou já iniciar, me atendo a esse volume, na verdade, de mensagens que foram compartilhadas, divididas, entre o senhor e o Mauro Cid.

Pelo conteúdo das informações, a gente percebe que havia uma certa – digamos – proximidade pessoal entre o senhor e o Mauro Cid. Eu queria que o senhor iniciasse falando exatamente dessa sua relação e, ao mesmo tempo, também me confirmasse: o senhor foi professor dele, é isso? Do Mauro Cid?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Senadora, fui instrutor dele na academia.

Ele era cadete do último ano, e foi ali que eu conheci o Mauro Cid.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso tem quantos anos?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Isso foi em 2000.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Em uma das mensagens, Coronel, o senhor diz o seguinte: "Preciso falar contigo para confortar a revolta que está em todos nós". O senhor fala, portanto, da revolta, naturalmente já após o resultado do processo eleitoral.

E o senhor cita "todos nós". Quem mais? Quais outros colegas, por exemplo, do Exército, que compartilhavam juntamente com o senhor desse sentimento de revolta?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sra. Senadora, essa revolta... Todos nós brasileiros. Todos nós brasileiros.

Eu vou explicar para a senhora o porquê. Mensagens foram trocadas entre mim e o Coronel Cid, foram colocadas no relatório da Polícia Federal, a Polícia Federal deu interpretação às mensagens, mas eu vim aqui dar a real interpretação, a minha interpretação.

Quando eu digo revolta... E, antes dessa revolta, há uma frase minha: "Nós precisamos saber o que está acontecendo, nos ajude". O país, após o pleito eleitoral, com a vitória do Presidente Lula, gostemos ou não, o país passou a ter ideias antagônicas, havia dois grupos disputando, uns acreditando que a eleição foi legítima, outros não.

Mas as pessoas estavam... Foram às ruas, foram à frente dos quartéis para pedir intervenção militar. As pessoas estavam insatisfeitas. E aquela comoção do país todo dividido – e aí não eram só as pessoas que estavam nos quartéis em todo o Brasil –, era a sociedade brasileira dividida em opiniões acerca de: "O que vai acontecer?", "O que vai ser agora?", "Como foi o pleito?".

Então, isso tudo... A gente vê naquelas pessoas a insegurança trazida por aquilo, que podia levar a alguma convulsão social, a alguma revolta, a algum problema na segurança; foi o que eu falei. Porque as pessoas estavam querendo entender como é que aquilo terminaria, como é que aquilo seria dissipado. A ideia minha, desde o começo, desde a primeira mensagem com o Tenente-Coronel Cid foi que desse... que viesse alguma manifestação para poder apaziguar aquilo e as pessoas voltarem às suas casas e seguirem a vida normal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Essa manifestação é da parte de quem? Que houvesse alguma manifestação para apaziguar os ânimos, é da parte de quem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Então, da parte do Governo àquela época formado. Essa é a minha opinião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Do ex-Presidente Bolsonaro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, a minha intenção... O ex-Presidente Bolsonaro tinha uma liderança sobre a população, pelo menos seu eleitorado. O Presidente Bolsonaro... Após o resultado das eleições, houve uma iniciativa de paralisação de caminhoneiros no país, em vários estados. E o Presidente Bolsonaro solicitou a todos eles que cancelassem, que impedissem aquilo. Eles voltaram ao trabalho, desimpediram, liberaram as rodovias. Então a minha intenção sempre foi alguma atitude – daquela época do Presidente – para que aquelas pessoas que estavam há quase um mês – porque a primeira mensagem foi tocada dia 30 de novembro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – ... voltassem às suas casas, voltassem à normalidade. O Brasil precisava progredir. O Brasil precisava ir. O Brasil precisava avançar, voltar à sua normalidade, essa foi minha intenção.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, veja, essa sua colocação é uma colocação que é absolutamente normal, digamos assim – não é? –, por parte de um militar: estar conversando com um ajudante de ordens. Mas, por exemplo, nesse mesmo dia, inclusive, o senhor faz referência, por exemplo, a uma situação que fica meio instável, porque você diz: "Olha, aqui é seguro". Em uma das mensagens o senhor fala assim: "Aqui é seguro". Parecia, na verdade, que aquele telefone pelo que você estava conversando, alguém poderia ter grampeado – inclusive o telefone do próprio Mauro Cid. Então, "Olha, não dá para conversar com esse telefone, vamos conversar por esse outro. Esse aqui é seguro", não me parece uma conversa republicana, porque, quando você conversa de uma forma absolutamente sem nenhum tipo, por exemplo, de coisa que tenha malícia ou crime ou algo criminoso, você não precisa de um telefone para dizer: aqui é seguro ou não. Por que que o senhor buscava sempre um instrumento mais seguro para poder falar de forma mais deliberada?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Então, Senadora, eu entendo a senhora, mas era uma pergunta... Eu queria privacidade para falar com ele; um sentimento meu, era uma coisa minha com ele, mesmo que fosse uma conversa tranquila. Quando eu converso com minha esposa, por exemplo, eu não quero que as pessoas saibam o que eu estou falando com ela. É isso. Eu queria privacidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor há de convir comigo que há uma relativa diferença – não é? –: você tratando de uma questão pública; de uma questão íntima, por exemplo, familiar, que todos nós, na verdade, temos e merecemos a nossa privacidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu concordo com a senhora, Senadora, mas acontece que eu volto a frisar: foram mensagens trocadas em caráter privado entre Jean Lawand Junior e o Cid, e eram conversas que eu queria manter ali, entre nós, apenas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu queria pedir, inclusive, aqui... Nós temos... É para estar o vídeo. Eu queria que passasse aqui um ponto principal acerca dessas suas conversas, Coronel, para eu poder me debruçar sobre esse conteúdo.

Alguém pode soltar o vídeo para mim, por favor?

Enquanto colocam o vídeo, Coronel, o senhor, na verdade, colocava... Inclusive em algum momento você falou: "Estou angustiado, preciso conversar", enfim. O senhor acreditava que, por exemplo, o Mauro Cid levaria essas suas colocações, essas suas, digamos, orientações ao ex-Presidente Bolsonaro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sra. Relatora, eu não posso dizer por ele. Eu não sei... Eu não sei, não posso dizer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor dizia sempre, ao longo de todo o processo de conversação, o senhor sempre se referia, por exemplo, ao ex-Presidente colocando de forma muito clara a necessidade de o Mauro Cid levar esse conteúdo até...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Como eu falei para a senhora, como minha intenção era que o Presidente desse uma ordem, uma manifestação, uma fala de apaziguamento, eu acredito que chegaria até ele essa manifestação, no intuito de apaziguar a nação, voltar todo mundo às suas casas, e o país prosseguir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na sua perspectiva, então, o Presidente Bolsonaro, se tivesse adotado uma postura diferente da que adotou – o ex-Presidente Bolsonaro –, precisamente no mês de novembro e no mês de dezembro, poderiam ter-se evitado tantos atos que ocorreram no Brasil? Nós tivemos, por exemplo, 12 de dezembro, em que houve uma série de manifestações, ônibus queimados; e eu cito, de uma forma muito mais clara, e que foi terrível no Brasil, que foi o ato do dia 24, de terrorismo. Essa passividade que o senhor coloca por parte do ex-Presidente da República pode, na sua opinião, ter contribuído?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Senadora, eu não atribuo ao Presidente Bolsonaro esses atentados; o que eu atribuo ao Presidente Bolsonaro é que uma palavra dele, a capacidade que ele tinha de liderança sobre a nação, uma palavra dele, uma manifestação dele faria com que aquelas pessoas que estivessem nas ruas, há muito tempo, fora de casa, em situações precárias, retornassem aos seus lares e continuassem as suas vidas. Eu não posso dizer que um fato isolado ou outro aconteceu devido à não manifestação do Presidente. Isso eu estaria conjecturando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Alguém pode soltar o vídeo para mim, por favor?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Em um dos trechos dessa conversa, o senhor coloca o seguinte – porque na verdade são vários trechos para além desse, e já me debruço especificamente sobre o ponto desse vídeo –, o senhor diz o seguinte: "Ele tem que dar a ordem, irmão. Não tem como não ser cumprida". Mais adiante o senhor diz: "De modo próprio o Exército Brasileiro nada vai fazer porque será visto como golpe; então está nas mãos do Presidente".

O senhor poderia explicar a razão pela qual entende que o golpe seria legitimado se viesse pelas mãos do então Presidente?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sra. Relatora, em nenhum momento eu falei "golpe". Eu falei "ordem". "Ordem", volto a dizer à senhora, é manifestação.

Em nenhum momento eu quis atentar contra a democracia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – Está escrito "golpe" aqui.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, em nenhum momento eu escrevi "golpe". Em nenhum momento eu escrevi "golpe". A mensagem em que está escrito "golpe" não é minha. Foi recebida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, está aqui. Ela está na p. 30. Eu estou aqui com a documentação da Polícia Federal.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Em nenhum momento eu falei "golpe", Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Está muito claro, General.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Em nenhum momento eu falei golpe. O que eu quis dizer foi a ordem para que o Presidente da República apaziguasse o país. Foi a única manifestação minha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor diz aqui, General, veja bem. O senhor diz que era... se via, pelas mãos do Presidente da República, que, se o Presidente da República não estivesse à frente, então poderia parecer como golpe, ou seja, se o Presidente da República tomasse uma medida, seria legitimado. Eu quero que o senhor me explique qual a lógica disso.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, isso está na *Veja* ou ela recebeu algum relatório a que os demais membros da CPI não tiveram acesso? É informação privilegiada?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente... Presidente, eu não admito ser interrompida.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Questão de ordem, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não; deixe-me falar.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Está tendo informação privilegiada do Ministério das Justiça e da Polícia Federal, de onde é?

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não pode fazer isso, Sr. Presidente.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente, desculpe-me. Eu estava lendo aqui...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – A fonte, Sr. Presidente!

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tem que respeitar a Relatora.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – A fonte, Sr. Presidente!

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Já está tumultuando.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Já está a Relatora falando, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Já está tumultuando.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Se os membros da CPI não têm o diálogo na mão...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, isso é questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A única pessoa que pode falar é a Relatora e o depoente nesse momento. Então, eu vou insistir. A gente tem mantido aqui uma ordem muito boa nesta CPMI.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Volte ao assunto, Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A gente sabe que não tem nenhuma flexibilização desta Presidência para que as pessoas interrompam quem está falando, e eu insisto que mantenhamos esse mesmo clima, por favor.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, mas a fonte é a Polícia Federal? É um sigilo a que a gente não tem acesso?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado André Fernandes...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só a fonte! Só a fonte!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado André Fernandes, V. Exa., quando falar...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só a fonte!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não tem o direito de fazer esse tipo de interrupção, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Ela não pode falar a fonte?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não pode fazer essa interrupção, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não pode fazer essa interrupção.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Informação privilegiada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu insisto que V. Exa. não faça essa interrupção.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Isso é obstrução de CPI. Tem obstrução de justiça e tem obstrução de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério, da mesma forma, quem toma conta da Presidência sou eu. Então, eu quero pedir que todos se mantenham calados para que a Relatora proceda à sua inquirição. Todos terão a palavra. Na hora de falar, cada um exija a fonte, reclame do que achar que está errado, mas, por enquanto, quem está com a palavra é a Relatora Eliziane Gama.

Por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu vou ler mais uma vez aqui o que consta no documento 30, que é público. É bom os Parlamentares se debruçarem mais antes de virem para a Comissão, sobretudo o Parlamentar que questiona. Isso é um documento público, e basta fazer a pesquisa que V. Exa. chegará aqui com a devida informação. Na verdade, está muito claro: "Ele tem que dar a ordem, irmão. Não tem como não ser cumprida. De modo próprio, o Exército Brasileiro nada vai fazer porque será visto como golpe. Então, está nas mãos do Presidente".

O que eu quero colocar, o que eu quero que o senhor coloque para a gente é que, da forma como o senhor conversa com o Mauro Cid, o senhor leva a crer que, se a atitude fosse comandada pelo Presidente da República, ela seria legitimada. Então, eu quero que o senhor me explique, até porque o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor tem conhecimento nessa área, até porque é um profissional da área, é um militar de carreira, então me explique como seria legitimado se fosse o Presidente ou o então Presidente da República que tomasse a decisão em relação a essa intervenção?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Sra. Relatora, eu queria só complementar, responder o que a senhora falou do golpe. A única mensagem em que aparece a palavra golpe não é mensagem minha, foi uma mensagem por mim recebida, e eu, em nenhum momento, disse golpe; em nenhum momento eu disse.

Então, eu não consigo prever, imaginar como seria um golpe, porque, em nenhum momento, eu previ esse golpe. A minha missão, a minha intenção foi sempre fazer com que o Coronel Cid entendesse que viria uma manifestação do Presidente e aquela manifestação faria com que as pessoas retornassem às suas casas, o Brasil seguisse, prosseguisse. Em nenhum momento, eu defendi o golpe, Sra. Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na mensagem, de forma muito clara, o senhor disse que, se não viesse pelas mãos do Presidente, que seria, mas que, se viesse pelas mãos Presidente, teria uma legitimidade.

No dia 1º de janeiro, Coronel, o senhor diz ao Mauro Cid: "Então, ferrou. Vai ter que ser pelo povo mesmo". O que seria isto: "Vai ter que ser pelo povo mesmo"?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Vai ter...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pode explicar pra gente?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Posso explicar pra senhora, perdão. Vai ter que ser pelo povo mesmo é: o povo que vai ter que se conscientizar de que não haverá nenhuma manifestação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por favor.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – É o povo...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu insisto, eu insisto que a gente mantenha a ordem aqui na CPMI. O depoente está respondendo à Relatora, todos vão ter direito a falar, todos vão ter direito a inquirir o depoente, mas eu peço que a gente mantenha a ordem, por favor.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Posso continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Relatora, então, vir pelo povo: é o povo que vai ter que se conscientizar de que não haverá nenhuma ordem presidencial, de que não será atendido naquilo que pleiteia e que terá que retornar pra suas casas e fazer o Brasil continuar. Essa foi a minha intenção nessa frase.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Me desculpa, Coronel, mas não tem sentido, considerando o conteúdo das suas mensagens. Mais uma vez, eu quero colocar aqui o que o senhor digita no seu telefone: "Então, ferrou. Vai ter que ser pelo povo mesmo", o senhor fala isso no dia 1º. Na sequência disso, doze dias depois, você tem uma... nós temos aqui em Brasília uma manifestação destruidora onde carros foram quebrados, queimados, destruídos, houve tentativa de invasão à sede da Polícia Federal ainda com o povo, os manifestantes. Então, na sequência, no dia 24, a gente tem um ato terrível, que foi um ato de terrorista, tentativa clara de destruir – um caminhão com 65 mil litros de combustível nas proximidades do aeroporto de Brasília. E, aí, nós temos, no dia 8, o que culminou com a invasão à sede dos três Poderes. Ou seja, o senhor diz no dia 1º de dezembro: "É, vai ser pelo povo mesmo", e, na sequência disso, você tem três grandes momentos na história brasileira, tristes, e que se sucedem, na verdade, a uma colocação que o senhor coloca pra ele. Foi coincidência isso?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu acho que foi coincidência, Senadora, pelo seguinte: a minha opinião era o Jean Lawand conversando com o Cid. Eu expressei minha opinião: "Agora o povo é que vai ter que retornar". Eu não tinha como influenciar o povo. Isso é muito importante, Srs. Senadores, Deputados, que entendam isso. A minha função é uma função burocrática. Eu tinha quatro subordinados. A única coisa é que eu tinha contato com o Cid pra entender o que estava acontecendo. Eu não tinha nem motivação, nem capacidade, nem força pra fazer qualquer atentado e muito menos motivar as pessoas a fazê-lo. Eu, sim, Senadora, concordo que isso foi uma coincidência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, deixa eu falar aqui uma coisa pro senhor, com a devida tranquilidade e com o devido respeito: o senhor não pode infantilizar esta Comissão. Aqui, como se diz no meu Maranhão, o mais besta conseguiu se eleger Deputado Federal e Senador e Senadora. Então, as colocações que V. Exa. coloca aqui são totalmente incompatíveis com o conteúdo de mensagem que o senhor próprio escreveu!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sra. Relatora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aí, vamos, então, mais na sequência...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sra. Relatora, sobre a questão da...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vamos, então, mais na sequência...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Só uma questão de ordem, Sr. Presidente. Não vou atrapalhar a Relatora...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – É só para dizer que, na qualidade de testemunha, ele está sob juramento e tem que falar a verdade. Se não falar a verdade, se ele não quiser falar, que ele não fale, mas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado. Obrigado, Senador.

Pode continuar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – No dia 12, ou melhor, no dia 2 de dezembro – do 12 – e também no dia 7 de dezembro, o senhor fala com Mauro Cid para o ex-Presidente da República comandar... E aí, então, o senhor diz: "Se a cúpula do Exército Brasileiro não está com ele, de divisão para baixo, está". E aí, então, o Mauro Cid responde para o senhor: "Muita coisa acontecendo, passo a passo". O que era isso?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Senadora, eu acredito que isso era minha opinião – isso era minha opinião. A minha opinião, porque, como eu disse para a senhora, aguardando uma manifestação do Presidente para que as pessoas retornassem... Essa ordem, manifestação, palavra... Os acampamentos estavam em todo o Brasil. Então, essa manifestação teria que acontecer, esse retorno aos lares, com o apoio de todas as forças públicas, inclusive o Exército Brasileiro. Então, o Exército Brasileiro seria empregado, as forças de segurança pública também, para retirar as pessoas dos acampamentos e levar para suas casas. E, quando eu disse que o Exército Brasileiro... Essa fala foi muito infeliz minha. Quando eu disse que o Exército Brasileiro não faria, eu me equivoquei. Eu me redimo disso, é uma coisa que eu falei errado. É uma opinião minha, mas eu acredito, sim, que, se o Presidente do Supremo desse a ordem para apaziguar o país, o Exército atuaria, as forças de segurança atuariam, o povo entenderia que não haveria nada, como não aconteceu, e retornaria aos seus lares, às suas casas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, na sua lógica, o Alto-Comando das Forças Armadas brasileiras estava a favor daquela situação instável no país?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, não é isso – não é isso. Isso foi uma forma de expressão, Senadora. Eu quis dizer o seguinte: a ordem vai ser cumprida de qualquer jeito. Eu fui muito infeliz nesta fala: Alto-Comando, divisão... Isso eu fui muito infeliz e me retrato aqui. Eu quero pedir desculpas ao Exército Brasileiro, quero pedir desculpas ao povo brasileiro, porque o Exército Brasileiro... Desde que eu entrei, eu sei que ele é disciplinado, ele é legalista, ele cumpre a hierarquia e a disciplina. Isso eu fui muito infeliz. Está o.k.? Opinião minha no calor da emoção, mas eu tenho certeza de que, se a ordem fosse dada, todas as instituições do país colaborariam para que aquelas pessoas voltassem à sua tranquilidade, à sua rotina...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas vamos lá, então, especificamente sobre isso. Quando o senhor disse assim, da divisão para baixo: a cúpula do Exército Brasileiro não está com ele, de divisão para baixo está. O senhor está querendo dizer o quê? Que o senhor errou nessa colocação ou o senhor, na verdade, estava simplesmente dizendo que o Alto-Comando do Exército, na sua lógica de colocação, o Alto-Comando das Forças Armadas brasileiras concorda com a situação de instabilidade; de divisão para baixo, não.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, não. Eu fui muito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aí, eu pergunto para o senhor...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quem, então, nesse Alto-Comando do Exército Brasileiro, com qual deles ou com quem deles ou se com todos eles o senhor tinha maior dificuldade de convencer para o apoio a uma intervenção, a um golpe no país?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sra. Senadora, eu volto a repetir... Me perdoa se eu não fui entendido. Eu... Essa colocação minha foi muito infeliz. Eu sou um simples Coronel conversando num grupo de WhatsApp com um amigo. Não tinha comandamento, não tinha condições, não tinha motivação pra qualquer tipo de golpe. Eu não... Essa observação minha foi muito infeliz, porque eu não tenho contato com ninguém do Alto-Comando. Então, fui infeliz, me arrependo. Já disse isso aqui. A minha intenção é dizer que nessa colocação eu fui muito infeliz; não deveria tê-la feito, está o.k.? E não posso, na minha condição de Coronel, dizer o que pensa o Alto-Comando. O Alto-Comando é o responsável pela condução do Exército Brasileiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor disse isso em uma mensagem.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Mas eu disse para a senhora que eu me equivoquei, eu fui infeliz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Agora outra coisa, Coronel: só para deixar aqui claro, o senhor não é uma pessoa simples, o senhor não é... Não pode nem mitigar, por exemplo, a sua posição. O senhor integra o Exército Brasileiro, o senhor integra o Estado-Maior em uma área que é uma área importante, estratégica, que é exatamente a parte de projetos. Então, o senhor, na verdade, tem uma posição significativa dentro da composição das Forças Armadas brasileiras.

E eu vou seguir aqui ainda com mais questionamentos.

No dia 21 de dezembro, Mauro Cid comunica em mensagem trocada com o senhor da seguinte forma: "O General Heleno esteve aqui". O senhor responde: "Cumpru o que falou que faria. Excelente". O que ele cumpriu? Ele falou o quê?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – O General Heleno me disse uma vez, Senadora, que estaria ao lado do Presidente do primeiro ao último minuto do mandato. E, naquele momento difícil, foi o que ele aconteceu; ele estava junto do Presidente.

A senhora entendeu? Perdão a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você pode repetir essa última...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu vou repetir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... até para eu poder lhe apresentar um documento aqui que é importante?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – O.k.

O General Heleno disse a mim uma vez que ele estaria com o Presidente da República em todos os momentos do seu Governo, do primeiro ao último momento. Naquele momento difícil do Presidente, o Presidente estava triste, estava recluso, estava pensativo. O General Heleno estava com ele naquele momento, e foi isso que eu disse: cumpriu a promessa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas ele foi cumprir a promessa em qual sentido? Em orientar? Em dar apoio ao ex-Presidente?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não. Em estar o tempo todo... Ele falou: "Está aqui". Eu falei: "Ele está o tempo todo...".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quando ele dizia "está aqui", ele estava onde – o General Heleno?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Junto com o Cid. Eu não sei, está aqui. Como o Cid... Eu não... Eu vou conjecturar se eu disser pra senhora. Quando ele fala: "O General está aqui", estava com o Cid junto com o Presidente o tempo todo pra poder apoiar o Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – General... Coronel, deixa eu lhe falar: no dia 21 de dezembro de 2022, consta, colegas Parlamentares e Presidente, na agenda do Presidente da República... Vejam: constam algumas reuniões nesse dia, e às 10h da manhã ele se reúne, numa primeira leva, com o Ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira; na sequência, ele se reúne com o Renato de Lima França, que é Subchefe para Assuntos Jurídicos; na sequência, ele se reúne com Augusto Heleno, o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e depois ele se reúne já com uma parte mais política, que é com o Ministro-Chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, ou seja, ele tem uma sequência de reuniões dentro do Palácio do Planalto com pessoas estratégicas e que são ligadas à área da defesa, à área jurídica e também naturalmente à área militar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso aqui ao qual o senhor se referia?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não tenho condições de dizer, Senadora. Eu não tenho condições de dizer. O que eu sei, o que eu posso dizer para senhora é o seguinte: o General Heleno me disse uma vez que estaria junto ao Presidente o tempo todo. Eu não tenho acesso a essa agenda.

E, com relação à sua fala, Senadora, como a senhora diz que a minha função é de importância, eu queria reiterar, novamente pedir desculpas se eu não fui entendido: a minha função é muito simples. Eu gostaria aqui de apresentar, se a senhora me permitir. Tem uma reportagem que saiu no *site Metrôpoles* do Senador Hamilton Mourão, em que ele fala sobre as conversas entre mim e o Cid. E eu quero citar alguns trechos aqui que são importantes. E a frase mais interessante do Senador Mourão é a seguinte: "Mas quem é o Lawand na fila do pão?". Isso mostra a minha capacidade, a minha – entre aspas – "insignificância" naquele momento para fazer alguma coisa contra o Estado democrático de direito. Ele diz assim: "Agora estava no Estado-Maior, numa função burocrática". E termina, ao final da reportagem: pessoas que discutiam "a possibilidade de golpe com Cid, como o Coronel [...] Lawand, não tinham condições de executar o plano que estavam tramando". Então, não tinha condições.

Eu volto a dizer à senhora, por favor, que a minha função no Estado-Maior, embora ela seja importante para o Exército Brasileiro, a minha função é meramente burocrática, Senadora. Então, eu não tinha nem motivação, nem pessoal, nem material, e não é e não foi essa a minha intenção em nenhum momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, o senhor estava há um ano e seis meses da posição para assumir, por exemplo, a patente de General. V. Sa. não pode na verdade minimizar a sua posição. O seu escritório, o qual o senhor na verdade integrava no Estado-Maior, tem uma função estratégica: a de planejar e coordenar ações de relações institucionais, ou seja, o senhor não pode colocar que a sua posição não tinha qualquer influência. O senhor tinha contato direto com o ajudante de ordens do Presidente da República. A gente vê, inclusive, aqui, no levantamento, ligações dele para o senhor e que o senhor, em alguns momentos, inclusive, nem atendeu. Ele respondia de prontidão um volume de informações que o senhor conversava com ele. Então, quer dizer, o senhor não pode minimizar uma posição sua diante de fatos concretos que estão aqui de posse desta Comissão, Coronel. Quer dizer, as suas falas e os seus posicionamentos se desfazem com as informações que estão diante de nós.

E aí eu queria, na sequência, colocar que o senhor me respondesse o seguinte. O senhor fala, em uma das conversas, o seguinte: "Acaba o Exército Brasileiro se esses caras não cumprirem a ordem do Comandante Supremo". Eu entendo aqui que o senhor deve estar referindo o Comandante Supremo ao ex-Presidente Bolsonaro. É isso?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, é isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Me explique melhor: acaba o Exército Brasileiro?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não. O que eu quis dizer é que qualquer ordem que fosse dada pelo Presidente Bolsonaro para apaziguar o país, como eu falei para senhora – e essa era a minha intenção –, o Exército Brasileiro cumpriria.

Essa mensagem trocada com o Coronel Cid, Senadora, volto a dizer, é minha opinião no WhatsApp. Conversa privada entre mim e ele.

Então, assim, eu fui infeliz em toda a fala, dizendo, mas é que, tomado pela emoção e pelo calor, eu falei: "Tem que ser feita alguma coisa". Se o povo não sair das ruas, nós teremos problemas, inclusive de ordem social. Esta foi a minha intenção: apaziguar o país e voltar para frente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor acredita que, se o então Presidente Bolsonaro determinasse, por exemplo, uma intervenção, o Exército brasileiro cumpriria, prontamente? O senhor diz isso, inclusive, quando o senhor se refere, por exemplo, ao General Rosty. Não sei se é essa a pronúncia correta. Quer dizer, o senhor diz o seguinte, olha, o senhor ainda apontou, nas conversas, o senhor ainda apontou que o Rosty – possivelmente, o General Rosty – teria afirmado que "Se o Exército brasileiro receber a ordem, cumpre prontamente".

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – O General Rosty... Nessa mensagem que foi recebida, o General Rosty está correto. Qualquer ordem que o Exército brasileiro receber ele vai cumprir prontamente. Agora, eu não posso dizer para a senhora que ordem seria dada, porque eu não estou... A senhora pode repetir a pergunta, por gentileza, porque eu perdi o começo dela. Por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele diz o seguinte...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor diz o seguinte, na verdade: "Se o Exército brasileiro receber a ordem..." – e aí é óbvio, pelo contexto aqui, que o senhor se refere ao ex-Presidente Bolsonaro – "... o Exército brasileiro cumpre, prontamente".

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, o Exército brasileiro cumpre qualquer ordem prontamente. Qualquer ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A alta cúpula...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Mas, em nenhum momento, eu disse que seria uma intervenção, um golpe, em nenhum momento. Falei que a ordem que vier, o Exército brasileiro é disciplinado e vai cumprir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor conheceu Marcelino Haddad?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não sei quem é esse cidadão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não sabe.

Em uma das frases, o senhor diz o seguinte: "O Presidente vai ser preso. E, pior, na Papuda, cara, na Papuda".

Por quais razões o senhor temia ali a prisão do ex-Presidente Bolsonaro e que ele iria para a Papuda?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu vou dizer à senhora o seguinte, Senadora: eu temia porque, em primeiro lugar, tudo estava sendo atribuído ao Presidente da República, então qualquer coisa diziam que ele era o responsável. Isso foi um momento de desabafo.

Eu não tenho conhecimento jurídico para dizer como ele seria preso, em que seria preso, mas o meu medo era a coisa aumentar, haver uma convulsão social, acontecer algum problema e aquilo também ser atribuído ao Presidente da República. Por quais motivos? Quanto tempo? Qual seria o crime imputado? Infelizmente, eu não tenho conhecimento jurídico. Isso foi uma mensagem de desabafo com o Cid.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, o senhor conhece o Bedin?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não sei quem é Bedin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não sabe quem é Bedin?

Eu vou pedir uma foto aqui. Talvez o senhor o conheça pela imagem.

Tem essa imagem ali? (*Pausa.*)

Não tem a imagem? Eu estou aqui com uma imagem dele. Deixe-me passar para o senhor, para ver se o senhor consegue reconhecer Argino Bedin.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sra. Relatora. Eu não conheço o Sr. Bedin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, e a empresa Mcam Brasil?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não conhece, Coronel?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, o senhor está aqui como testemunha. O senhor não pode mentir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Mcam Brasil. Não me recordo. Não tenho nenhum contato. Não sei o que é Mcam Brasil. Não conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não conhece o que é a Mcam Brasil? Não conhece essa empresa? Não se recorda?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não me recordo, Senadora, não me recordo. Com toda a sinceridade, não me recordo de Mcam Brasil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E qual a razão de o senhor, na verdade, usar o endereço desta empresa para dizer que esse endereço era o seu endereço?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Em nenhum momento eu fiz isso, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não vou falar aqui o nome do endereço, até em relação à sua proteção.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Em nenhum momento. Em todas as vezes que me mudei – porque militar muda constantemente de endereço –, em todas as vezes eu coloquei meu endereço. Por que eu colocaria o de outra empresa? Em hipótese alguma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não pode dizer apenas a cidade? Não precisa dar o endereço.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não sei da Mcam Brasil. Eu não sei onde é. Eu não sei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não tem nenhuma referência a Atibaia em relação à empresa?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Atibaia... Minha família mora em Atibaia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. Certo.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Mas sempre em Atibaia, quando eu carecia de algum endereço pra alguma documentação que chegasse, era a casa da minha mãe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não era...?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não era.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor continua afirmando... Vou lhe dar mais uma oportunidade de o senhor tentar buscar na sua memória, Coronel. A empresa Mcam Brasil, o senhor não tem nenhum conhecimento da empresa Mcam Brasil?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não tenho nenhum conhecimento, Senadora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O endereço da Mcam Brasil não é compatível com o seu endereço?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Lá em Atibaia?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhora. Não, senhora. Não tenho nenhum vínculo com Mcam Brasil, não sei nem que empresa é essa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero... Inclusive consta dos nossos requerimentos o detalhamento acerca desse seu endereço. É um endereço pessoal, daí portanto a razão de eu não fazer, de fato, essa relação; mas eu vou colocar aqui, até a título de informação aos colegas.

A empresa Mcam Brasil, o endereço desta empresa, que, pelos levantamentos que nós temos, de fato, não é uma empresa de sua propriedade, mas o endereço desta empresa, o senhor utiliza como elementos de informações ao longo de alguns momentos da sua história. Ela tem uma ramificação com uma cadeia societária de empresas, cujo um dos proprietários – desse conjunto de empresas – é o Sr. Bedin, Argino Bedin, e a sua filha Roberta, que, inclusive, hoje, fazem parte do inquérito que tramita no Supremo Tribunal Federal acerca de financiamento dos golpes – das tentativas de golpes – e das outras manifestações referentes aos meses de dezembro e também de janeiro. Nós estamos numa fase de compartilhamento de dados. É muito importante que a gente agilize, inclusive, a chegada dessas informações, pra que a gente possa, de fato, fazer esses cruzamentos.

E já chegando aqui pra parte final, Coronel, nós tivemos ontem aqui a conversa com o Naime, que era ex-Diretor, que é ex-Diretor, na verdade, do DOP, do Grupo de Operações Especiais aqui da Polícia Militar do DF, na qual ele coloca de uma forma muito clara que tentou, por algumas vezes, trabalhar a desocupação dos acampamentos, com a retirada dos manifestantes aqui no QG. Vamos, então, para esta pergunta: o senhor esteve, em alguns momentos, nesses acampamentos?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Senadora, em nenhum momento eu estive nos acampamentos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quando o senhor fala de QG em alguma dessas conversas, o senhor está se referindo ao quartel-general especificamente, não ao acampamento?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Isso, o quartel-general do Exército.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor... O Naime, por exemplo, coloca que teve resistência por parte do General Dutra em relação a essa desocupação. O senhor ouviu falar algo nesse sentido?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não me recordo, Senadora, de ter ouvido falar sobre resistência. Não me recordo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual é a sua relação com o General Heleno? O senhor tem relação próxima com ele?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu conheci o General Heleno quando era adido na França, como Coronel. E quando eu o encontrava, nas formaturas militares, eu ia cumprimentá-lo. Apenas isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Com o General Braga Netto qual era a sua relação?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Nenhuma relação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Com o Anderson Torres?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Nenhuma relação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – As informações acerca da retirada, por exemplo, desses manifestantes... E aí isso foi um fato destacado de uma forma muito intensa nos últimos... durante todo o período do mês de novembro, numa tentativa de desmobilizar, de fato, esses acampamentos. E todas as informações que nós obtivemos, até o presente momento, nos levam, na verdade, a crer que havia militares que estariam ali, de certa forma, proporcionando a proteção e a segurança desses manifestantes nesse acampamento. E aí eu me refiro especificamente ao acampamento aqui de Brasília.

O senhor, naturalmente, dentro desse debate, dentro dessa construção, em algum momento o senhor ouviu algo nesse sentido?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, não tenho conhecimento, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, o senhor não pode assegurar que houve, por exemplo, omissão ou negligência por parte de integrantes do Exército Brasileiro em relação à desocupação desse acampamento.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não tenho conhecimento, Senadora, não posso afirmar nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coronel, o grupo de WhatsApp DOS. O senhor integrava esse grupo? Já ouviu falar desse grupo?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Nunca ouviu falar, Senadora, desse grupo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Em um desses grupos no qual o Cid, no caso o Mauro Cid, estava, havia, por exemplo, militares da ativa e outros integrantes nos quais faziam, na verdade, debates acerca da possibilidade, inclusive, dessa possível implantação, dessa decretação, da GLO. Em nenhum



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento o senhor viu debate e discussão acerca da construção desse grupo de WhatsApp e da presença desses militares em relação a esta defesa?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Senadora, em nenhum momento. Não conheço o grupo, não faço parte dele e não ouvi nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E aí eu quero finalizar acerca da aplicação do art. 142 da Constituição brasileira, em que alguns, com uma visão absolutamente limitada, terraplanista, tentam colocar que as Forças Armadas, pela Constituição Federal, teriam, na verdade, um papel de poder moderador. O senhor comunga com essa mesma ideia?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Senadora, não tenho opinião a respeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pois não, Coronel?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não tenho opinião a respeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não tem opinião.

Muito obrigada, Presidente. Mais uma vez reafirmando que as nossas requisições de documentos sigilosos e de quebra de sigilo nós estamos encaminhando, Presidente, para elucidar essa série, na verdade, de dados e de informações que nós acabamos de colocar como subsídios às nossas interpelações aqui na manhã deste dia.

Ah tá, eu vou ter mais um questionamento final, Coronel. O senhor, inclusive, faz referência a todo seu currículo, a toda sua história. O senhor, na verdade, todos nós sabemos, que tem um currículo considerado um dos currículos melhores do Brasil. Foi, inclusive, considerado 01 em muitas posições de sua carreira. E aí o senhor – eu já coloquei, inclusive, um pouquinho lá atrás –, em um ano e meio, chegaria, na verdade, a um patamar de general, que é um patamar que pouquíssimas pessoas, no Brasil, acabam, na verdade, alcançando. E eu percebi, durante toda a sua exposição aqui, inclusive, que o senhor fica absolutamente desconfortável e tenta até fazer algumas explicações que não se asseguram, que não têm uma sustentação prática.

O senhor se arrepende dessas mensagens que o senhor passou? Não apenas das mensagens, mas das atitudes que o senhor teve durante esse período do mês de novembro e do mês de dezembro, que precederam o 8 de janeiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Senadora, relativo às mensagens que foram trocadas num grupo de WhatsApp, entre mim e o Cid, eu volto a dizer: foram mensagens particulares, tentando entender o que estava acontecendo com o país...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me arrependo de algumas delas, porque eu fui infeliz quando disse que haveria algum tipo de quebra da hierarquia e da disciplina no Exército Brasileiro, o que não aconteceria, mas eu não tenho... porque a verdade é a seguinte: a minha intenção não era fazer nenhum golpe, a minha intenção não era quebrar instituições, não participei de nenhum movimento, não fiz associação criminal, não fiz nada.

A minha intenção foi apenas entender e buscar o melhor para o Brasil. Essa foi a minha intenção.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor, na verdade, estava indicado para ser adjunto do adido do Exército na representação diplomática brasileira nos Estados Unidos da América, nos Estados Unidos.

O senhor... O Diário Oficial da União, na verdade, divulgou aqui a portaria, tornando sem efeito essa nomeação sua. É algo que, naturalmente, impacta – eu acredito – a sua vida e a dos seus familiares também, não é isso?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Afetou muito a gente, mas faz parte. São consequências dos meus atos, mas eu não tenho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perfeito.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu entendo a situação toda, e vamos para frente, bola para frente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Presidente, o senhor me dá cinco minutos para eu poder...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Eu vou suspender por cinco minutos. O depoente pediu para ir ao banheiro.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, não, eu queria só falar, eu queria falar com a Senadora.

É possível falar?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Senadora Eliziane, consultando V. Exa., ele me pediu para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – ... dirigir a palavra à V. Sa. Eu achei que a suspensão...

(*Intervenção fora do microfone.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Só um minutinho, um minutinho, um minutinho. Calma.

Quando ele...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Um minutinho.

Quando ele me pediu cinco minutos, eu achei que, realmente, era para ir... para alguma necessidade fisiológica, mas ele disse que é para se dirigir à Relatora, e eu estou me dirigindo à Relatora para ver se eu concedo cinco minutos a ele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Claro. Ele pode falar.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Senadora, vai ser até menos que isso.

Com relação à empresa que a senhora citou, que eu não conheço...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – ... e de que eu não me recordo, eu coloco à disposição a quebra do meu sigilo bancário, fiscal, telefônico, tudo, porque, realmente, em nenhum momento eu associei um endereço meu a essa... não sei nem que empresa é essa.

É apenas isso. Muito obrigado pela atenção.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Peço à assessoria para oficializar essas quebras de sigilo oferecidas por ele, para que possa ter deliberação desta Comissão.

Após a fala da Relatora, eu passo a palavra aos proponentes desse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Não, os cinco minutos eram para se dirigir à Senadora Eliziane.

Eu passo aos autores do requerimento, e o primeiro inscrito é o Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Magno; Relatora, Senadora Eliziane; Coronel Lawand.

Eu queria, Coronel, primeiro perguntar ao senhor, no seu conceito: o que é um golpe de Estado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – No meu conceito, um golpe de Estado é alguém, algum grupo, alguma instituição, tomar o poder do país sem ter sido eleito pelo voto, pelo pleito eleitoral.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Muito bem. Impedir a posse de um presidente legitimamente eleito pelo povo e tentar perpetuar no poder um Presidente derrotado nas urnas configura um golpe de Estado, dentro do seu conceito.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Perfeito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Então vamos lá.

Numa das suas mensagens, no dia 1º de dezembro de 2022, o senhor deixou claro que o golpismo não se nutria apenas do desprezo pela democracia, também era visto como saída para livrar o ex-Presidente Jair Bolsonaro de responder por crimes que o senhor acreditava terem sido praticados pelo então ex-Presidente, pois em suas palavras, abro aspas: "Ele não tem nada a perder. Ele vai ser preso. O Presidente vai ser preso. E o pior, na Papuda", fecho aspas. O senhor afirma categoricamente que o ex-Presidente seria preso ou será preso. Atribuir a Jair Bolsonaro... O senhor atribuía, nesse momento, a Jair Bolsonaro a prática de quais crimes que ensejariam a ele a sua prisão?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Agradeço, Sr. Deputado Rafael Brito. E eu vou dizer que eu não tenho conhecimento jurídico para saber quais crimes ao Presidente Bolsonaro seriam imputados. O que eu disse e repito é que tudo era atribuído a ele, por tudo diziam que ele era responsável e que, se devido a uma ordem... perdão, se acontecesse alguma coisa com aquelas pessoas paradas na rua – o movimento crescendo, o embate de ambos os lados –, aquela violência com consequências maiores poderia ser atribuída a ele. Que crime seria? Eu não sei.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

Coronel, o senhor fala que a ordem a que o senhor se refere nas mensagens são sempre para apaziguar.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Apaziguar.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – E de que forma uma ordem para apaziguar livraria o Presidente Jair Bolsonaro da Papuda? Eu não estou conseguindo entender com que ordem ele apaziguaria as pessoas, livraria o acampamento e o livraria da Papuda?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não a ordem era a seguinte: era a manifestação como ele fez com os caminhoneiros. Senhores, os senhores estão pleiteando uma coisa que é intervenção militar. Não vai acontecer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas tudo bem, Coronel, deixa eu lhe perguntar mais uma vez e é a última vez.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – De que forma isso, no seu mundo do que o senhor estava pensando naquele momento, livraria o ex-Presidente Jair Bolsonaro ou livraria, no caso de ele ter feito essa ordem, de uma possível prisão na Papuda ou em qualquer outro presídio?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Seria... Ele poderia ser preso por outros motivos, mas não por esse, que é causar... que é evitar que as pessoas dispersassem, retornassem aos seus lares. Iriam atribuir a ele, porque eram eleitores do Bolsonaro que estavam ali. Então, se aquele movimento trouxesse alguma coisa mais complicada, seria mais uma coisa a atribuir ao Presidente Bolsonaro. Então eu falei: era essa, mas o qual seria o crime imputado? Eu não sei, não tenho conhecimento jurídico. É isso.

Respondi sua pergunta?

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Ao fim e ao cabo, ele foi omissos, então, de não ter dado essa ordem de apaziguar.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não posso dizer. Eu não posso dizer isso.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem, mas está dizendo.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, eu não estou dizendo.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Vamos lá.

O senhor, ao retornar contato de Mauro Cid, pede para falar com ele ao telefone de outro número, porque acreditava que aquele número estaria sofrendo algum tipo de interceptação telefônica, que é regulamentada pela Lei 9.236, de 1996. E eu vou ler só um trecho da lei: é uma medida que depende de autorização judicial e só é admitida para fins de provas em investigação criminal e em instrução processual penal, quando houver indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal.

Naquele momento, o senhor acreditava que o senhor ou o Tenente-Coronel Mauro Cid estava praticando algum ato ilícito que caberia uma infração penal dessa forma?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, não acredito, porque na verdade, eu volto a dizer: era uma conversa particular no WhatsApp, em que eu queria privacidade. Quando eu falei eu quero falar num número privado, num número seguro, é para que ninguém ouvisse. Era uma conversa entre mim e ele apenas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Não tinha nada a ver, então, com aquele crime que o senhor achava que o ex-Presidente poderia ser preso? Não tinha nada a ver com isso?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Nessa ligação, não me recordo, eu não me recordo.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

No dia 2 de dezembro... Em outras conversas encontradas no celular do Mauro Cid, o senhor afirma, entre aspas: "Ele tem que dar a ordem, irmão. Não tem como não ser cumprida". Essa certeza de que a ordem do golpe definitivamente não seria cumprida, ela veio de onde? O senhor entende... De onde surgiu essa sua ideia de que se houvesse essa ordem para o golpe, ela seria cumprida?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – A ordem, Deputado Rafael Brito, ela não foi para... Em nenhum momento eu disse: ordem para o golpe. Em nenhum momento eu disse: ordem para o golpe. O que eu quis dizer é ordem para apaziguar, para liberar, para as pessoas voltarem para casa. E quis dizer o seguinte: ele é o Presidente supremo, ele é o Presidente da República, é o chefe supremo das Forças Armadas. A ordem que ele desse seria cumprida por todas as instituições.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem. É excelente essa sua fala, porque o Cid dizia que o ex-Presidente não iria agir, ou seja, não daria sua ordem de apaziguar as pessoas, de trazer as pessoas à "segurança" – entre aspas – porque ele não confiava no Alto Comando do Exército. Então, o Alto Comando do Exército, nesse momento, pela sua afirmação, era contra o apaziguamento do nosso país?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não. Essas são afirmações do Coronel Cid. O Cid é que afirmou. Eu não tenho como confirmar isso ou fazer qualquer conjectura ou juízo de valor disso. O Cid que afirmou.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Eu queria só aproveitar, sabe, Coronel, esse momento das minhas perguntas para o senhor para poder render umas homenagens aqui ao Alto-Comando do Exército, porque, pelo que o senhor disse, pela conversa entre o senhor e o cidadão Mauro Cid, a gente só não vive hoje um golpe de Estado por conta da falta de confiança do ex-Presidente Bolsonaro e de pessoas como o senhor no Alto-Comando do Exército. Então, eu queria aproveitar esse momento pra render essas homenagens.

Mas valos lá. O que o fazia crer, com tanta certeza, que a divisão, e não o Alto-Comando, estava pronta para articular uma tomada de poder ao lado do então Presidente, democraticamente derrotado nas urnas?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Essa frase, eu falei para o senhor, foi muito infeliz. Eu repito que essa frase aí foi muito infeliz e a minha intenção não foi dizer que haveria uma quebra de hierarquia no Alto-Comando do Exército. Eu quis dizer que a ordem que o Presidente desse para apaziguar seria cumprida por todo o Exército Brasileiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Hoje, o Senador Hamilton Mourão, ex-Presidente da República, ex-Vice-Presidente, seu colega de farda, disse que o senhor jogou a própria carreira na latrina ao incitar uma tentativa de golpe de Estado. E eu recebi aqui, Coronel... O senhor me desculpe: ou não compreendeu a frase do Senador Hamilton Mourão, ou usou de má-fé para deturpar a frase. Ele não disse que o senhor era ninguém na fila do pão. Eu vou ler exatamente o que ele falou: "Mas quem é Lawand, na fila do pão? É um Coronel de carreira militar brilhante, foi comandante dos mísseis e foguetes, em Formosa". Ele não disse que o senhor não é ninguém na fila do pão, pelo contrário, ele coloca o senhor como um Coronel brilhante. Então, não é uma pessoa que estava fora da fila do pão ou fora de qualquer outra conversa.

O que o senhor tem a dizer sobre essa frase do Coronel Hamilton Mourão? Oh! Do Senador Hamilton Mourão?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – O que eu entendi dessa frase foi o seguinte, ele fala: Mas quem é... Embora ele seja um Coronel com carreira brilhante, tenha comandado, ele é mais um Coronel na hierarquia do Exército; os coronéis não têm capacidade de fazer qualquer coisa para chegar a um golpe de Estado.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem, Coronel.

Então, vamos lá. Vou para a última, tá? Meu tempo está no final. Eu queria ler algumas mensagens em sequência.

No dia 21/12 o senhor encaminhou a seguinte mensagem: "Soube agora que não vai sair nada. Decepção, irmão. Entregamos o país aos bandidos". Cid Ihe respondeu: "Infelizmente".

"Entregamos o país aos bandidos", eu não entendo como faz parâmetro à questão que o senhor está dizendo de apaziguamento. "Entregamos o país aos bandidos" quer dizer: não acontecerá o golpe de Estado e o Presidente eleito democraticamente, Luiz Inácio Lula da Silva, irá assumir.

Mas, continuando, o senhor coloca aqui: "Peça, por favor, para avisar ao povo que está há 52 dias cagando em banheiro químico, dormindo mal e pegando chuva. Ele merece saber a verdade. Deus apiede esta nação". A sua mensagem nesse dia foi enviada ao povo que estava há 52 dias cagando em banheiro químico e pedindo um golpe de Estado na frente dos quartéis?

(Soa a campainha.)

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – A minha mensagem foi para informar aquele povo de que não adianta mais ficar na frente, porque nada ia acontecer.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem, Coronel. Eu só queria concluir, eu só tenho 40 segundos, e dizer que, após essa sua mensagem, por coincidência, e aqui tem muita coincidência, foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrado um artefato explosivo, tudo combinado dentro desse quartel do Exército e já assumido pelo George Washington, pelo Allan dos Santos. Então, assim, o que eu não posso é achar, Coronel, e esgarçar a minha inteligência acreditando que isso tudo era só uma coincidência. Para mim, cada dia é mais cristalino, cada dia é mais claro que pessoas tentaram articular um golpe de Estado.

E, pelas mensagens, o senhor precisa melhorar um pouco os seus argumentos para se defender melhor delas, porque está muito claro que o senhor era partícipe de toda essa trama e que, graças, como o mesmo o senhor e o Mauro Cid falaram, à falta de confiança do Alto-Comando do Exército, o ex-Presidente Bolsonaro não teve condições de colocar em vigor.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Encerrado o tempo do Deputado Rafael, passo a palavra ao Deputado Duarte.

O SR. DUARTE (PSB - MA. Para interpelar.) – Coronel Jean... Coronel Jean, quero lembrar aqui ao senhor que o Brasil todo está vendo o seu depoimento e que, na sua fala para a Senadora Eliziane, o senhor apresenta aqui quatro possibilidades, e eu quero que o senhor deixe muito claro qual dessas é a possibilidade que de fato ocorreu. O senhor está sob juramento e, se faltar com a verdade, o senhor pode ser o primeiro a receber voz de prisão nesta CPML. Por isso que eu destaco a importância de falar a verdade e não se contradizer, porque foi essa contradição que eu percebi em seu depoimento para a Senadora Eliziane, contradição também que houve na revista *Veja*, que afirmou que, no seu diálogo com o Mauro Cid, que afirmou conhecer, não tinha nenhum indício de golpe, de tentativa de atentar contra a democracia, mas nós percebemos que, sim, há – não de forma subjetiva, mas de forma objetiva.

Ou o Alto-Comando do Exército era omissos contra as manifestações e não impediu o golpe; ou o Alto-Comando estava com os manifestantes no golpe; ou da divisão para baixo, como bem disse o senhor, ia ter que resolver – isso significa que seus colegas estavam apoiando o golpe –; ou o senhor vai desdizer tudo, absolutamente tudo o que combinou com o Mauro Cid e vai se acovardar, como toda a cúpula organizadora do golpe, que tem feito e vai colocar a culpa toda nos manifestantes, nas pessoas que estavam acampadas? Qual dessas quatro alternativas é que de fato aconteceu?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Deputado, não houve golpe. Nenhuma tentativa de golpe. Eu volto a afirmar, quero frisar bem para o senhor isso aí, por favor, e quero que entendam. A minha expectativa era que fosse dada uma ordem para que se apaziguasse o país, para que se voltasse à normalidade, para que as pessoas voltassem para casa e que tudo prosseguisse. Em nenhum momento eu disse que haveria uma tentativa de golpe, de quebra das instituições democráticas ou alguma coisa nesse sentido. Em nenhum momento. O que eu digo ao senhor é que eu não participei de nenhum movimento desse, a minha conversa com o Cid aconteceu no privado e foram mensagens trocadas no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intuito de entender o que estava acontecendo no país e apaziguar o país. Essas são as minhas mensagens.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Se a tentativa era de apaziguar, de pregar a paz, por que falar em códigos? Por que enviar e apagar mensagens? Porque quem prega a paz, quem busca a paz... Eu não vejo, por exemplo, o Papa falando através de códigos, de mensagens subliminares, de grupos secretos.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Deputado, mensagem de WhatsApp. Mensagem de WhatsApp é aquela mensagem que a gente apaga, volta, manda, recebe, deleta, põe foto, tira foto. Era uma conversa privada, eu não posso dar aquilo. Eu queria que os senhores considerassem isso, eu não posso dar aquilo. "Ah, por que você apagou, por que você fez isso?". Não. Eram mensagens com um companheiro, como eu faço com todo mundo que convive comigo. Apago, deleteo, volto, tiro, mando. Mensagem de WhatsApp.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Coronel, o senhor falou que queria a paz, que buscava a paz, mas utilizava códigos e buscava canais seguros para que todos soubessem a sua intenção de paz, e isso é contraditório. Até porque, de acordo com essas mesmas mensagens aqui, no dia 21 de dezembro de 2022, o senhor disse: "Soube agora que não vai sair nada. Decepção, irmão, entregamos o país aos bandidos.". Fecho aspas.

O senhor confirma que essa mensagem foi o senhor quem enviou o WhatsApp para o Mauro Cid?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Foi enviada por mim; ela foi enviada por mim.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Por que decepção? Porque o então Presidente não deu nenhuma ordem?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Para apaziguar o país.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Mas o senhor acabou de falar para a Senadora que ele pediu que desobstruíssem as rodovias. Não é um sinal de paz, de que não vai ter golpe? O senhor está se contradizendo, Coronel.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, mas, em nenhum momento eu falei em golpe.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Coronel, por gentileza, tenha estabilidade na sua fala. Eu quero ouvir aqui um coronel, não um depoente que muda de discurso a depender de quem pergunta e onde fala. Ou o senhor vai querer que eu lhe pergunte pelo WhatsApp e o senhor tenha mais segurança de falar comigo, de se soltar e falar a verdade?

Eu lhe pergunto – o senhor acabou de escrever uma mensagem nesse papel rosa –: o que está escrito aí? Qual é a dúvida na minha pergunta?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Deputado, em nenhum momento eu falo de golpe. O senhor insiste em criar um golpe. O senhor criou quatro alternativas...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Não, eu não criei quatro alternativas. Eu lhe apresentei quatro alternativas diante da mudança de discurso a depender de quem pergunta e onde o senhor fala. E eu estou lhe perguntando: qual dessas alternativas era a sua intenção, Coronel?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Nenhuma das alternativas que levassem ao golpe. Minha intenção não era o golpe. Era realmente apaziguar o país.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Mas o senhor, no dia 21 de dezembro, diante da não manifestação do Presidente para que houvesse uma ação mais ativa no sentido de golpe – porque o Presidente pediu para desobstruir as rodovias, não disse?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Aconteceu sim.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Isso é um sinal de paz, e, ainda assim, o senhor se demonstrou extremamente decepcionado. O senhor disse no dia 21 de dezembro, e o Mauro Cid respondeu: "Infelizmente! Infelizmente! Peça, por favor, para avisarem ao povo, que está há 52 dias" – me perdoe quem está acompanhando, mas foi o senhor que escreveu – "cagando em banheiro químico, dormindo mal e pegando chuva. Ele merece saber a verdade. Que Deus tenha piedade dessa nação", diante da não manifestação para que houvesse o golpe.

O senhor está se contradizendo. Coronel, o Brasil está vendo. As famílias brasileiras estão vendo, a sua família está vendo. Decida qual é a sua posição real, o porquê dessas mensagens. Qual era a sua intenção? Eu lhe dei quatro alternativas diante da sua manifestação. Por favor, me responda.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Deputado, volto a falar com o senhor: as mensagens foram enviadas pelo WhatsApp... Primeiro, com relação ao WhatsApp, o WhatsApp, tudo que a gente fala hoje no WhatsApp pode ser interpretado como uma coisa...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Não. Tudo, não.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – A maior parte das coisas.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Vai depender se o senhor não souber escrever. O senhor é um coronel, o senhor sabe escrever...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não... Sim, sim...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – ... sabe interpretar texto.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Deixe o cara responder!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Eu peço um minuto a mais senhor, Sr. Presidente, porque eu estou sendo interrompido aqui.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Dá dois minutos pra ele aqui porque ele...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – É a regra do, do...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado Abilio... Deputado Abilio, por favor.

Continue, Deputado, por favor...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Presidente, eu peço que as regras...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Toda sessão é assim...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – ... eu peço que as regras...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado Abilio, por favor. Srs. Deputados...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Eu estou sendo interrompido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado, continue. Tem um minuto a mais.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Coronel, com toda a educação, eu lhe peço: as pessoas aqui, a base de oposição ao Governo, o próprio Deputado que me interrompeu vai à tribuna, faz manifestações afirmando que tem pessoas presas injustamente, as sardinhas. E o senhor está aqui tendo oportunidade de nos mostrar quem são os tubarões.

Quem atentou contra a democracia?

O seu silêncio é covarde. Sabe por que, coronel? O seu silêncio é covarde porque o senhor está permitindo que pessoas, entre aspas, "inocentes" estejam presas; quem estava lá, há 52 dias, cagando num banheiro químico. O senhor está aqui deixando que elas estejam presas porque o senhor está protegendo os tubarões.

O senhor é coronel, não tenha medo. O senhor está numa CPMI. A democracia contra que as suas mensagens atentaram lhe garante essa oportunidade de fala, a sua proteção, a da sua família. O senhor é um homem estudado. Proteja esses inocentes que, em tese, estão sendo punidos injustamente. Esse é o seu momento de fala. O seu silêncio não pode ser covarde. O seu silêncio tem que proteger as pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso eu lhe peço: o que de fato aconteceu? Por qual razão, no 21 de dezembro, o senhor se demonstrou decepcionado?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu quero manter o meu direito ao sigilo.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Ah, o senhor vai ficar calado? É um direito que o senhor tem, graças à democracia – mensagem que o seu advogado, inclusive, escreveu num papel: permaneça calado. Lá fora, quem cala consente. Aqui, na Constituição Federal de 88, na democracia, não há essa presunção de culpabilidade diante do seu silêncio, mas leve pra sua consciência, se é que existe. Quando o senhor chegar hoje em casa e for colocar a cabeça no travesseiro, lembre-se de que inocentes podem estar respondendo por algo que foram os tubarões, o alto escalão, aqueles que estavam buscando atentar contra a democracia e tentar trazer a ditadura de volta.

Eu não esperava isso de um coronel do Exército Brasileiro. O senhor envergonha a farda que o senhor utiliza, o senhor envergonha o povo brasileiro. Lamentável! Eu esperava coragem de um coronel que fez um juramento de enfrentar...

Sr. Presidente, mais uma vez, estou sendo interrompido aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DUARTE (PSB - MA) – O Deputado Abilio nem membro é desta Comissão, tem uma postura como...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – É Deputado igual a tu, Duarte.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Ele quer ganhar outro minuto de graça.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Mas aqui eu estou como membro titular, Sr. Presidente. Mais uma vez...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Por favor, por favor...

Por favor, o Deputado Duarte tem mais um minuto.

Deputado Abilio...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Gente, por favor!

Eu tenho que gritar, é? Eu estou na escolinha?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Eu não estou fazendo nada, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Por favor, Deputado Abilio.

V. Exa. tem mais um minuto.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu só queria auxiliar a equipe técnica aqui... Enquanto o senhor pedia ordem – e lhe agradeço –, passou um pouco mais de 20 segundos. Então, eu gostaria que se acrescentasse mais esse tempo à minha fala.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Eu continuo sendo interrompido, Sr. Presidente. Eu preciso inquirir o Coronel Lawand.

Eu não sei o que teme... O que tanto te preocupa, Abilio?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Você quer me perguntar...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Não... Com licença. Está me puxando o microfone.

O que te preocupa? Qual é o nervosismo? Calma... Meu amigo, calma, calma. Respira fundo. Respira fundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Agora eu preciso fazer o questionamento.

Está desesperado aqui. Ainda não consegui fazer os questionamentos...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado Abilio, assim eu vou acabar, de um em um minuto, dando para ele uma hora...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Não... Pode dar uma hora!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Já dei um minuto ali, Deputado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente, está sendo desrespeitoso aqui. Eu estou no meu direito à fala...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado Abilio, deixe prosseguir os trabalhos, por favor. Deixe-me conduzir os trabalhos.

V. Exa. está com a palavra. Seus dois minutos estão acrescentados.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Estou só esperando acrescentar os dois minutos ali, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Já acrescentei. Já foi um, vou lhe dar mais dois.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Mais dois minutos.

Obrigado, Sr. Presidente. Está 1min44, vai para 3min44.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Sim, a gente sabe fazer a conta aqui. Fique tranquilo. (Risos.)

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

É importante, porque, para quem tem dúvida de interpretação de texto e não sabe se expressar no WhatsApp – é o que nós estamos vendo, de um coronel tentar me convencer disso... Então, vamos...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Deputado Duarte... Só um minutinho, Deputado Duarte, só um minutinho. Desculpe interrompê-lo...

Só confira aí, por favor, porque o Deputado Abilio acabou de posicionar o celular em sua direção, e houve um direcionamento ontem de não haver filmagem.

Só conste isso por favor, tá?

O SR. DUARTE (PSB - MA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Pastor.

Mas pode filmar. Quem tem a que temer é você. Eu estou do lado da verdade, com base na lei, defendendo a justiça. Pode filmar e postar nas suas redes, se tiver coragem.

Sr. Presidente, dando continuidade aqui, já que o Coronel não trouxe nenhuma resposta satisfatória, e eu lamento muito, eu vou repetir aqui frases das suas mensagens no WhatsApp.

"Cidão..." – olha o grau de intimidade – "Cidão, pelo amor de Deus, cara! Ele dê a ordem, que o povo está com ele. Acaba o Exército Brasileiro se esses caras não cumprirem a ordem do comandante supremo".

Eu não consigo entender. Eu acredito que o Exército Brasileiro busca a paz. V. Sa., o senhor, fala que acaba o Exército Brasileiro... O Exército não quer paz? O Exército Brasileiro... A sua interpretação é de que o Exército Brasileiro não quer paz?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Ele quer a paz, claro.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – E por que essa mensagem? Por que essa decepção?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, eu já... Eu falei, Deputado, e quero falar novamente, que essa frase minha foi infeliz. Eu quis dizer que qualquer ordem que fosse dada seria cumprida. Essa frase...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Qualquer ordem?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Qualquer ordem.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Até mesmo uma ordem de golpe de Estado?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – De jeito nenhum!

O SR. DUARTE (PSB - MA) – O senhor acabou de falar: qualquer ordem.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não. Ordem legal.

(Soa a campainha.)

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Quando eu entro... Quando eu... Ordem legal, não ordem ilegal. Qualquer ordem legal vai ser cumprida pelo Exército Brasileiro. Foi a isso que eu me referi.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Eu acho que o senhor tem que se organizar melhor, porque, tanto no WhatsApp como agora, o senhor parece tergiversar sobre o que pensa.

Está muito clara para mim a intenção. Não tente me convencer do contrário, sob pena de caracterizar o crime de falso testemunho.

Outro texto da sua mensagem: "Convença o 01 a salvar este país". O Cid responde: "Estamos na luta".

Salvar o seu país é no intuito de paz?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – É no intuito de trazer a paz, de apaziguar o país, porque as consequências poderiam ser...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – E, como seu Presidente foi pra Disney, não trouxe a paz?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não posso... Isso é opinião, eu não posso emitir opinião sobre isso. Eu não vou emitir opinião, Deputado...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Não; poder emitir opinião, pode, não pode é mentir.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, mas não cabe a mim emitir opinião sobre se ele foi pra Disney ou não. Não tem...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Não, não estou perguntando se ele foi pra Disney. Eu estou afirmando. Quando ele foi pra Disney, quando ele foi pra fora do país...

Sr. Presidente, novamente, o senhor está vendo...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – O tempo de V. Exa. se encerrou.

Passo a palavra ao Deputado Rogério Correia.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente, só para concluir!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Eu vou manter a regra. Eu lhe dei três minutos e meio. Fui contando.

Agora, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado.

Senhor depoente Jean Lawand Junior, "convence o Presidente a salvar o país" – seu pedido. E o Presidente não foi convencido a salvar o país? É isso? O senhor disse agora mesmo: "O Presidente não deu ordem para apaziguar o país". O senhor está denunciando o Presidente Bolsonaro na sua mentira. O senhor disse que o Presidente não deu ordem... Isso está aí! Depois, nós vamos ouvir, está nas notas taquigráficas. O senhor disse: "O Presidente não deu ordem para apaziguar o país". E o senhor insistindo pro Presidente apaziguar o país, e ele não quis apaziguar o país. Isso são as palavras que o senhor disse aqui o tempo inteiro. É isso mesmo?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Deputado Rogério, isso era minha opinião. Isso era minha opinião. Eu acreditava que, se viesse uma ordem do Presidente, como aconteceu com os caminhoneiros...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Certo.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – ... o país seria apaziguado. Isso é minha opinião.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E o Presidente não deu a ordem?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Ele poderia... Ele não falou com as pessoas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, o senhor disse: "infelizmente". Está aqui no final...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – É que ele não deu... Ele não deu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não deu a ordem?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não deu. Ele não falou com...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, o Presidente... Olhem o que ele está dizendo – ó os bolsonaristas aí, ó! Hoje à noite, tem lá... O julgamento do Bolsonaro começa hoje. Ele estará sendo julgado por atentado contra a democracia. O senhor sabe disso, porque o senhor lê jornal. E o senhor, aqui, afirmando que o Presidente não deu ordem para apaziguar o país.

Então, fica registrado que isso é o que disse aqui o Sr. Coronel Jean Lawand Junior. O Sr. Lawand Junior não é qualquer coronel, embora coronel já seja algo que nós devemos todos, no Brasil, ter como de alto posto, mas o senhor é Coronel de Artilharia do Exército, ex-Subchefe do Estado-Maior do Exército – ex-Subchefe do Estado-Maior do Exército. E o senhor disse que o Presidente não deu ordem para apaziguar o país, que é o que o senhor queria.

Então, pessoal, uma de duas coisas: ou o senhor realmente está querendo culpar o Presidente pelo que aconteceu depois... E aí veio o dia 12, veio o dia 8, veio o atentado no dia 24, em que queriam estourar um caminhão com querosene pra botar fogo em Brasília, no aeroporto – nós já ouvimos aqui o terrorista... Tudo isso aconteceu, porque o Presidente não deu ordem para apaziguar o país. O senhor ainda disse que eles continuaram na frente do Exército, porque o Presidente não deu ordem para eles saírem do Exército e apaziguar o país. Isso é a denúncia que o senhor está fazendo do Presidente Jair Bolsonaro. Isso é o que a gente vai tirar do depoimento do senhor até agora.

O senhor está vendo que o peixe morre pela boca? O senhor já ouviu esse ditado? Que a mentira tem perna curta o senhor já ouviu? O senhor vai continuar mentindo e culpar o Presidente Bolsonaro? O senhor está mentindo! E eu vou provar que o senhor está mentindo. O senhor é um mentiroso, Coronel! O senhor não está tergiversando, não; o senhor está mentindo!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, Deputado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Me permita dizer...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, veja bem...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E eu vou mostrar por quê...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, por favor!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor disse...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, veja bem. Nós temos aqui mantido um clima de ordem. Obviamente, o depoente está aqui prestando o seu depoimento. Se esta Mesa entender que ele está mentindo, evidentemente, a gente pode até dar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordem de prisão, mas também não é dado a nenhum dos Srs. Parlamentares dirigir ofensas contra quem está depondo.

Então, eu peço que V. Exa., que é um orador brilhante, faça a sua ponderação evitando adjetivos pejorativos seja com quem quer que seja.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, primeiro, repor meu tempo.

Eu não vou responder a V. Exa. por respeito e pra não perder meu tempo, mas isso não é coisa que se faça, não. Eu pediria que o senhor colocasse pelo menos sete minutos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mais um minuto para o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois bem.

Então, eu dizia que o senhor falta com a verdade e vou provar que o senhor falta com a verdade. Olha o que o senhor disse para o Mauro Cid: "Meu irmão, me dá um telefone. Depois eu te ligo, fora do trabalho, sem esse... Fundef tá grampeado, me dá um fixo". O senhor insiste pra ele que pode está grampeado, mas está grampeado pra que, se o senhor vai dizer que era pra apaziguar o país? Pra que que precisa ter cuidado com isso? Não tem lógica. Se é pra apaziguar o país, pra que querer falar em outro telefone? Não é verdade o que o senhor está dizendo.

Depois... Quantas vezes o senhor falou em apaziguar no texto? O senhor disse que não falou "golpe". "Golpe", a Relatora mostrou que o senhor falou pelo menos uma vez em golpe. O resto é tudo conteúdo do golpe. Bem porque o senhor sabe que, no telefone do Mauro Cid, depois, tinha uma garantia de lei e de ordem, um anteprojeto de garantia de lei e de ordem? O senhor acha que isso era o quê? Que ali estava se falando em apaziguar?

Sinceramente, Presidente, ele não fala a verdade. Eu tenho que dizer isso. Eu não estou ofendendo, eu estou afirmando que ele não fala a verdade, porque se ele fala mentira...

Não sou eu que falo isso não. Olha aqui: "[...] [Polícia Federal] diz que mensagem em celulares de aliados de Bolsonaro evidenciam um plano de golpe e prisão de Moraes". Isso no dele, mais no Major Ailton e no Coronel Elcio. Todos três falaram de golpe de Estado lá, insinuaram o golpe de Estado.

Por isso ele não está aqui dizendo a verdade. Se ele estivesse a verdade, ele estaria dizendo que o Presidente não deu ordem pra apaziguar o país, que é a tese dele; que o Presidente Bolsonaro, ao fim e ao cabo, não deu ordem pra apaziguar o país. Mas a ordem que o Presidente não deu foi a ordem para fazer o golpe. Essa ordem ele não deu aqui, embora ele tenha dito que não o fez não porque fosse um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democrata, mas porque ele não confiava no Comando das Forças Armadas, segundo o Mauro Cid disse. Então, o Presidente não deu a ordem para dar o golpe, porque ele que ele não confiava naqueles que eram os chefes nas Forças Armadas; por isso ele não deu a ordem pro golpe. Mas que o senhor diz: "Fale com ele pra manter o rumo, pra ele não se acovardar". Não é palavra que o senhor fala, não é "acovardar", mas o senhor diz: "Vai. Pede pra ele ir em frente, não mudar". "Não mudar" não podia ser pra apaziguar; só podia ser pro golpe. Por isso que eu falo que o senhor mente, e mente escandalosamente; óleo de peroba seria pouco pras mentiras que ele está falando aqui na Comissão.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Aí, Presidente, de novo!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E eu não dou aparte pra esse sujeito aí não.

Outra coisa. O senhor ainda tem coisas estranhas a explicar. A garantia da lei e da ordem que estava lá no telefone do Cid, do Mauro Cid, tratava dos mesmos assuntos que os outros estavam tratando. Então, eu pergunto ao senhor: o senhor disse que do Comando pra baixo todo o Exército Brasileiro, as Forças Armadas estavam com o Presidente. Estavam com o Presidente pra fazer o quê?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Pra receber a ordem de pacificar o país. Pra receber a ordem de que as pessoas fossem pra casa e voltassem à normalidade.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E o Presidente não o fez.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Mas eu não posso julgar pelo Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas o senhor falou "infelizmente"...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Outra coisa: isso é uma opinião minha, Deputado. Deputado, eu queria, se o senhor permitir, falar com o senhor o seguinte: a ordem do Presidente faria com que aquelas pessoas que estavam na rua há quase 60 dias retornassem às suas casas...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Está bom.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – E era uma das formas de apaziguar o país.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Se o senhor vai continuar afirmando que o Presidente não quis apaziguar o país, conste aí uma denúncia que o senhor está fazendo ao Presidente de que ele não quis apaziguar o país.

Mas o senhor disse: "Cidão, pelo amor de Deus, cara. Ele dê a ordem, que o povo está com ele, cara. Se os caras não cumprirem, o problema é deles. Acaba o Exército Brasileiro se esses caras não cumprirem a ordem do comandante supremo. Como é que eu vou aceitar uma ordem de um general, que não recebeu, que não aceitou a ordem do comandante. Pelo amor de Deus, Cidão. Pelo amor de Deus, faz alguma coisa [...]. Convince ele a fazer. Ele não pode recuar agora. Ele não tem nada a perder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele vai ser preso. O Presidente vai ser preso. E pior, na Papuda [...]. Na Papuda, porque até isso aquele filho da puta quer tirar dos caras". O senhor escreveu isso. Isso aqui ele escreveu, Presidente, está aqui, ó: "Na Papuda, porque até isso aquele filho da puta quer tirar dos caras". Quem é o filho da puta que o senhor escreveu?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Ele não precisa reproduzir...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Quem é o filho da puta a que o senhor se referiu?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, ele está usando, lendo o que está no documento. Ele está lendo o que está no documento, um documento oficial.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Peço mais um minuto, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor. Não, Deputado, eu vou ter que dar mais um minuto ao Deputado Rogério Correia, e peço a V. Exa. que fique, que Vossa Excelência fique... Mas já está lido, Deputado. Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois não. Então, quem era o filho da puta a que o senhor se referiu?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não me referi a ninguém, Deputado.

Eu falei... Esse palavrão – esse palavrão – usado no WhatsApp é um palavrão por que a gente reclama, critica. Já chamei meu irmão desse palavrão, para o senhor entender.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Está bom.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Então, assim...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sabe o que eles vão entender aqui? O que eu entendi. Que o senhor está falando isso do Alexandre de Moraes. O senhor vê como é que a enrascada em que o senhor está. O senhor está se referindo aqui ao Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo. Aliás, o senhor não é o primeiro a chamar o Ministro desses nomes, não é? Eu li ontem uma frase do próprio Jair Bolsonaro em que ele se referiu ao Ministro Barroso nos mesmos termos. Então, parece que um ensina o outro. O senhor aprende com o seu mito, o Presidente Jair Bolsonaro. E aqui, então, o senhor fala exatamente do Alexandre de Moraes. O seu caso ainda vai acabar no Supremo, porque, junto com o Alexandre de Moraes, vai estar o caso do senhor, porque o senhor incentivava golpes. Aqui está claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o senhor continua: "Então ferrou", quando o Mauro Cid diz: "Mas o Pr não pode dar uma ordem". Segundo o senhor, uma ordem para apaziguar o país. Aí o senhor fala: "Então ferrou". Uai, se o Presidente não vai dar uma ordem, então ferrou, porque o país vai entrar em guerra? – o senhor estava achando. "Vai ter que ser pelo povo mesmo". Então, o povo tinha que continuar, para poder apaziguar o país nas ruas, mas o senhor sabe que aquele povo não veio apaziguar, não? Ontem veio um coronel aqui que estava com as pernas todas machucadas, porque esse povo que estava no Exército jogou rojão nele. O senhor sabia? O senhor sabia, leu pelos jornais que esse povo estava lá era para fazer quebradeira aqui? O senhor soube das quebradeiras, não soube? Então, veja bem: esse povo não estava nas ruas – para você ver como é que o senhor mente – para apaziguar nada. Esse povo está sendo preso agora. Ontem foi mais um condenado, aquele que quebrou o relógio e que estava com a camisa do Bolsonaro, passou na televisão toda, ele estava com a camisa do Bolsonaro quebrando o relógio de D. João VI. E tinha um outro também que estava com a toga do ministro – com a toga do ministro! –, andando para lá e para cá, e que também entrou agora, vai ser também julgado, é réu. Com certeza não eram infiltrados, estavam com a camisa do Bolsonaro. Eles vieram para fazer isso aqui, Sr. Jean Lawand Junior.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, esse povo não era um povo que queria apaziguar, não. Ou o senhor está mentindo e precisa de óleo de peroba, ou não sei o que o senhor está fazendo aqui.

Olha, sinceramente, eu não sou Presidente, não posso te dar ordem de prisão, mas, se coubesse a mim, o senhor não sairia daqui solto depois dessa mentira, não. Sabe por quê? O povo brasileiro não é palhaço para escutar o senhor – e me desculpem os palhaços, viu? O povo brasileiro não é trouxa, para o senhor ficar aqui insinuando uma mentira dessa e, na mentira que o senhor insinua, o senhor prefere dizer que o Presidente Jair Bolsonaro não queria apaziguar o país, logo ele, em que o senhor votou, a quem o senhor chama de mito, o senhor tinha toda essa paixão por ele. O senhor é um covarde também, porque o senhor prefere culpar o Bolsonaro aqui do que dizer a verdade, que o senhor queria incentivá-lo – que houvesse um golpe de Estado no Brasil.

O senhor deveria sair daqui preso, na minha opinião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu quero dizer ao Deputado Rogério Correia e a todos os demais Parlamentares que, conforme consta da decisão dada pela Ministra Cármen Lúcia, o depoente, como nenhum outro depoente, não é obrigado a formar provas contra si mesmo.

Obviamente, se o depoente, meu caro Deputado Rogério Correia, afirma na direção que V. Exa. coloca a sua fala – e eu entendo a fala de V. Exa. como a fala de um Parlamentar que tem um posicionamento –, ele estaria produzindo prova contra si mesmo. Então, não cabe a mim fazer juízo de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valor e determinar que ele está mentindo e, portanto, mereça ser preso em flagrante delito, na medida em que ele faz uma colocação para não produzir provas contra si mesmo. Então, eu quero deixar clara a postura desta Presidência.

Com a palavra, a nobre Deputada Jandira Feghali.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Respeito a posição de V. Exa. Embora discorde, respeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado. (*Pausa.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sr. Jean...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada Jandira Feghali, só um instante.

Antes de passar a palavra a V. Exa., eu informo aos Parlamentares que foram disponibilizadas, nos computadores de V. Exas., as normas de acesso à documentação sigilosa, para análise e considerações que julgarem pertinentes. Ao final da presente reunião, apreciaremos o documento, buscando um consenso no colegiado. São, justamente, aqueles atos de procedimento que eu tratei no início e que, ao final desta sessão, eu quero colocar em apreciação, no Plenário, para que seja uma decisão oficial do Colegiado.

Pois não, Senador Rogério Carvalho?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para questão de ordem.) – Seria muito importante o senhor ler, para a gente, qual foi a decisão da Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu li no começo da reunião. Eu li a íntegra no começo da reunião.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Mas ele pode ficar calado. Ele pode não produzir prova.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele pode e...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Mas, como testemunha, ele não pode mentir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não pode mentir e, ao mesmo tempo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Ele pode se omitir, mas não mentir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele não pode...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Veja, pela regra, ele pode se omitir – omitir –, ficar calado. Mas não pode mentir, ele não tem o direito de mentir para não produzir provas contra si. Ele não tem essa prerrogativa, porque ele está aqui na condição de testemunha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só uma questão de ordem, para ficar claro para todos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente. Está colocada.

Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. Pela ordem.) – Só para dirimir qualquer dúvida, o senhor poderia disponibilizar, para nós, algumas cópias da decisão da Ministra?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente. Eu vou fazer diferente, Senadora. Eu vou mandar colocar nos computadores, para que todos tenham conhecimento.

Por favor, peço à Secretaria da Mesa que disponibilize a decisão exarada pela Ministra Cármen Lúcia.

Restabelecendo a integralidade do tempo, passo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Pois é, Presidente, eu ia, exatamente, dizer isto ao Sr. Jean Lawand, que ele pode, inclusive, se omitir, mas ele não pode mentir.

Por toda a abertura que ele fez, da carreira dele, obviamente ele é uma pessoa inteligente. Ele não pode nos tratar como idiotas ou como pessoas que não têm inteligência. E, da forma como o senhor está se comportando aqui, o senhor está nos tratando como se nós não fôssemos pessoas inteligentes. Isso não é correto, isto aqui é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Parlamento brasileiro, a instituição mais democrática deste país. E nós não podemos engolir a sua versão, a versão que está sendo posta aqui. O senhor era Subchefe do Estado-Maior do Exército, e, portanto, não era uma pessoa secundária na corporação, nessa instituição, que nós respeitamos, a instituição das Forças Armadas brasileiras.

E o senhor diz o tempo todo que fez mensagem no calor da emoção. Esse calor da emoção durou de 30 de novembro a 21 de dezembro. Haja emoção, não é? Mensagens escritas durante 21 dias e, às vezes, com mensagens... sete, oito mensagens a cada 15 minutos, como nós vimos; sete mensagens apagadas no intervalo de 15 minutos. E o senhor conspirou um golpe de Estado no Brasil. O senhor conspirou. Basta seguir sequencialmente as mensagens que o senhor encaminhou pro Sr. Mauro Cid, o Tenente-Coronel Mauro Cid. Isso é uma clara conspiração de um golpe de Estado, uma insistência pra que um golpe de Estado fosse dado no Brasil. Não precisa... Basta ter um mínimo de inteligência pra perceber o que o senhor tentou fazer. O senhor pode não ter tido força pra isso, mas tentou, porque as mensagens são claras.

E a primeira pergunta que eu faço é da sua última, quase última ou penúltima mensagem. Quando o senhor diz "não vai sair nada [...] entregamos o país aos bandidos", quem são os bandidos, Sr. Jean Lawand?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Senadora Jandira...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Deputada.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Deputada, perdão. Deputada Jandira, como eu falei, essa mensagem foi genérica, eu não me referi a ninguém como bandido, eu não me referi a nenhuma autoridade da República, a nenhum Poder da República, a ninguém. "Entregamos o país aos bandidos" significa "deixamos a situação correr solta, não sabemos o que vai acontecer", porque aquelas pessoas estão na rua, estão clamando, estão pedindo pra poder ter uma solução.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ah, os bandidos eram o povo?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, não é o povo, de jeito nenhum.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então quem era o bandido? "Entregamos o país aos bandidos".

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, é uma força de expressão...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tinha acabado de ter eleição, doutor.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Deputada. Deputada, não... Eu posso responder?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor já respondeu. O senhor já respondeu.

O Sr. Mauro Cid tinha, na sua ação e no seu celular – nós todos aqui sabemos –, um preâmbulo de um ato institucional. Ele, baseado na tese do Sr. Ives Grandra – que não era o Francisco Campos, do Ato Institucional nº 1 –, tentou fazer um *mix* entre os Atos Institucionais nº 1 e o nº 2, porque ia de um golpe de Estado tentando destituir o Presidente eleito até a intervenção no Judiciário, inclusive com a retirada dos Ministros do TSE, com um passo a passo de destituição, ou seja, era um estado de sítio, uma GLO, intervenção no Judiciário. Presidente, era um *mix* do Ato Institucional nº 1 com o Ato Institucional nº 2. E isso aqui estava num passo a passo claro de um golpe de Estado. Isso só não aconteceu porque, segundo o próprio Mauro Cid, Bolsonaro não tinha apoio no Alto-Comando do Exército, mas também não tinha apoio internacional. A própria matéria do *Financial Times* mostra que o Exército americano disse que romperia os acordos de cooperação com o Exército brasileiro. Então, houve uma não sustentação do golpe do Sr. Jair Bolsonaro. E o senhor numa mensagem diz assim: "Diga pra ele não recuar agora". Não recuar significa que avançou. Qual era a ação direta do Sr. Jair Bolsonaro até aquele momento? O senhor sabe dizer?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não sei dizer, Deputada. Eu não sei porque as minhas trocas de mensagens foram com o Cid e aquelas que os senhores viram. Eu não sei o que aconteceu, eu não sabia o que estava acontecendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Se o senhor diz: "Diga para não recuar agora". Não recuar significa que alguém avançou. Avançou até onde?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não sei responder à senhora sobre essa posição.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor não sabe dizer nem a mensagem que o senhor enviou, o significado dela.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Era para dar ordem para que as pessoas retornassem às suas casas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ah, para apaziguar.

O senhor encontrou com o General Édson Skora Rosty, General de Divisão, Subcomandante de Operações Terrestres do Exército Brasileiro. O senhor disse que teve uma longa conversa com ele. Qual foi a conversa que o senhor teve com ele? E disse que foi boa.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Essa conversa não fui eu que tive. Foi alguém que teve. Eu recebi essa mensagem e repassei para o Cid. Embaixo está a mensagem: "Recebi agora de um amigo", que eu nem me lembro quem era.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, o senhor disse que o General Édson Skora Rosty aguardava uma ordem do ex-Presidente, candidato derrotado nas urnas, que uma ação deliberada do Exército seria vista como golpe. Mas o senhor disse que teve uma longa conversa com ele, que a conversa foi boa.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não disse isso, Deputada. O que eu disse foi o seguinte... Embaixo – a senhora observa a próxima mensagem – diz: "Mensagem recebida de amigo do QG". Eu recebi essa mensagem e repassei para o Cid.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor não sabe o conteúdo dessa conversa?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não sei o conteúdo dessa conversa. Não sei nem se ela aconteceu verídica.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E quando o senhor afirma que "dá divisão para baixo, o pessoal está com o Bolsonaro". Qual é a informação que o senhor tem sobre isso?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Essa foi uma suposição, uma opinião minha, que foi infeliz.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ah, uma suposição.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Isso. Foi muito infeliz. Me retratei a respeito dela. E não representa a realidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tá.

O senhor, pelo que tudo diz, apoiava Bolsonaro, que é uma pessoa apoiadora da ditadura, da tortura, do desaparecimento de presos políticos. O senhor também se perfila nessa posição de tortura, de desaparecimento de presos políticos, dos métodos da ditadura militar? O senhor também apoia esses instrumentos?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, não apoio, não apoio. Apoio a legalidade sempre.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – A legalidade sempre.

Quando o senhor diz: "Então, ferrou, vai ter que ser pelo povo". O senhor sabe que esse "vai ter que ser pelo povo"... O senhor sabe que, logo depois que o senhor diz isso, ocorre o 12, na diplomação do Presidente Lula, ocorre o 24, que foi a quase explosão de uma bomba no aeroporto de Brasília, e ocorre o 8 de janeiro. O "vai ser pelo povo" era isso aí, era a tentativa de criar o caos social para que fosse provocada uma garantia da lei e da ordem. Isso significava que "pelo povo" era o caos social, que era, na verdade, a tese, a tese que foi gerada para que se provocasse uma possibilidade de golpe, a partir de uma garantia da lei e da ordem pelas Forças Armadas. O senhor acha que esse "vai ter que ser pelo povo" era por esses métodos que foram feitos no dia 12, com tudo o que aconteceu, no 24 e no 8 de janeiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Deputada Jandira, eu volto a dizer que quando eu falei "pelo povo", era o povo que estava nas ruas e que teria que sair de lá.

Eu não sei... Os atentados que ocorreram no dia 12 e no dia 24, não sei quem os articulou, não sei quem fez, não sei como foram, não participei disso. O que eu sei é... A minha palavra diz respeito ao seguinte: o povo é que vai ter que entender que agora vai ter que se desarticular e voltar para casa. Essas foram minhas palavras.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Coronel, o senhor não acha que a sua versão é completamente incompatível com as suas mensagens?

O senhor não acha que a sua versão aqui é uma coisa absolutamente delirante em relação a tudo que o senhor escreveu nas mensagens com o Mauro Cid?

O senhor não acha que isso não tem nada a ver com o que o senhor está falando aqui?

O senhor acha que, realmente, nós não conseguimos raciocinar? Que esta Comissão aqui é feita de pessoas da 5ª série do ensino fundamental?

Não é possível que o senhor continue negando dessa forma. O senhor, de fato, tem o direito de ficar calado, mas mentir não pode. Isso é um absurdo que o senhor está fazendo aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor fez uma verdadeira conspiração, o senhor insistiu com o Mauro Cid. O Mauro Cid até disse: "não vai dar", ele não tem...

(Soa a campanha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... apoio do alto comando do Exército. Ele não teve esse apoio, senão teria dado o golpe.

Bolsonaro tentou, não conseguiu, e ainda foi fujão – fugiu. Deixou todo mundo aqui ao bel-prazer. Aliás, ele, de fato, não ajudou a apaziguar, porque ele não deu uma palavra para que as pessoas não fizessem o que estavam fazendo.

Ele ajudou o povo a ficar onde ficou, tentando a GLO, o chamado plano C, porque o plano A não funcionou, o plano B não funcionou e o C estava por aí, para tentar fazer acontecer o que ele tentou que acontecesse.

Só que não deu certo, porque teve uma frente ampla de resposta, teve uma frente ampla, democrática, que evitou. Não teve apoio internacional para o golpe, teve apoio para a democracia, e teve um Governo Federal que agiu, decretou a intervenção e não permitiu.

Então, foi por isso que não teve golpe, mas tentaram. E o Presidente Lula, inteligentemente, não chamou a GLO, porque ele sabia o que estava fazendo, porque é um estadista experiente.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada Jandira Feghali.

Com a palavra, o Senador Rogério Carvalho, que também é autor do requerimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todas, aos Senadores, aos Deputados e às Deputadas.

Primeiro, Presidente, eu vejo aqui que o Coronel Jean Lawand tem uma excelente formação. Ele, como disse a Senadora, a Deputada Jandira Feghali, é uma pessoa muito inteligente e capaz de construir narrativas e distorcer ou tentar, de alguma forma, dar outro sentido ao que está escrito.

Mas não é possível mudar o sentido do que está escrito diante do contexto. Existe um contexto todo que ocorreu ao longo desses quatro anos, desde estimular e de homenagear torturadores, comemorar o dia 31 de março como o dia da revolução, comemorar golpe militar, negar a existência de um golpe militar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso aconteceu ao longo de quatro anos, e nós vimos – eu vou repetir –, ao longo desses quatro anos, foram várias tentativas de ataque e ataques às instituições. Houve ataque ao STF, houve uma tentativa não revelada de tentar invadir o STF pelo ex-Presidente, quando o STF proibiu a nomeação de um superintendente da Polícia Federal, quem estava aqui acompanhou a crise.

Então, várias crises ocorreram e várias ameaças à democracia e ao Estado democrático de direito foram perpetradas pelo Governo. E eu fico pensando numa pessoa que viveu no Sudão, que esteve no Sudão, que sabe o que é uma guerrilha, sabe qual é o peso da destruição de um país desagregado... está aqui... Participar de um processo de organização de um golpe de Estado... Porque pelas suas falas – eu não vou repeti-las... As suas falas estão escritas, elas estão escritas, elas estão registradas. As suas falas cobram do Cid, chefe: o ajudante de ordem do Presidente, o homem que faz tudo do Presidente, desde carregar joias até falsificar cartão de vacina; o homem mais próximo do Presidente. O senhor, insistentemente, repetidamente... O senhor tentando que o Coronel... Eu não sei se é coronel ou se é General, o Cid.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Tenente-Coronel Cid – o tenente, muito obrigado... O Tenente-Coronel Cid convencesse o Presidente a dar a voz de comando ao Exército Brasileiro e ainda diz: "Se ele der, e o Comando do Exército Brasileiro não der o golpe; das divisões para baixo, todos vão fazer. E se ele não fizer, já está feito, vai acontecer".

Então nós estamos diante de um Coronel do Exército que, está mais do que claro, participou. E mais: essas três manifestações de V. Sa. aqui comprovam cabalmente a organização de um golpe. Isso... Não precisa o senhor dizer que não, porque tinha, em todos os quartéis gerais, pessoas amotinadas. Havia uma estrutura sendo financiada. Se quisesse apaziguar, era mandar aquelas pessoas irem embora, mas não essas pessoas.

Inclusive no dia 8 de janeiro, o Villas Bôas, o General Villas Bôas se opôs a esvaziar aqui, a frente do quartel general, em Brasília. Se opôs. A filha do General Villas Bôas estava envolvida. A esposa do General Villas Bôas estava envolvida. Então não era algo que partia de um membro do Exército Brasileiro; não foi um, e o senhor era mais um. O senhor era o mais ativo, o senhor era o que mais queria, era o mais desesperado para convencer o Presidente da República a dar o golpe.

O senhor devia botar a mão na cabeça porque o senhor viu o que é um país em guerrilha. O senhor queria que este país fosse submetido a uma guerrilha, porque antes disso o Exército Brasileiro não se posicionou. O senhor era Subcomandante do Estado-Maior e não se posicionou quando o Presidente tirou do Exército o controle de armas. Quando se tira do Exército o controle de armas, está-se colocando à disposição da sociedade, armando a sociedade para, num golpe, ter quem sustente de forma armada. E o senhor vem aqui construindo narrativas sobre algo que está escrito. Veja, aqui não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem ninguém que não consiga saber discernir. Todo mundo aqui tem discernimento. A sociedade tem discernimento.

Olhe, isto são óculos, não adianta dizer que isso é outra coisa. Isto é uma caneta. Isto é uma caneta. Isto é um celular. Não adianta o senhor querer "desfactualizar" a realidade como se ela não tivesse existido! Isso é desrespeitar a sociedade brasileira, o povo brasileiro, é achar que pode chegar aqui e construir uma narrativa doce, meiga, de alguém que não participou ativamente.

O senhor vociferou, o senhor pediu por Deus para que o Tenente-Coronel Cid o atendesse. O senhor pediu por Jesus para que o Tenente-Coronel Cid convencesse o Presidente da República a dar a ordem do golpe. Ele não deu ordem do golpe, mas ele tramou o golpe junto com o senhor! Junto com o Cid, junto com o Villas Bôas, junto com o Heleno, junto com vários, vários que envergonham essa instituição chamada Exército Brasileiro, Forças Armadas do Brasil. Vocês envergonham as Forças Armadas brasileiras. Vocês são o lixo, o lixo das Forças Armadas brasileiras, porque deveriam estar subordinados ao interesse da democracia e do Estado democrático de direito! Vocês urdiram um golpe. E quando o Presidente não deu a ordem, vocês orquestraram...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... o 8 de janeiro para criar o caos.

E vocês defenderam uma tese que não existe na Constituição, do Exército como um poder moderador. Ele nunca foi poder moderador. O Brasil não tem mais poder moderador. Existem três Poderes que se equilibram. Portanto, o que eu quero deixar bem claro: vocês produziram a instabilidade durante quatro anos, vocês planejaram um golpe, vocês são o lixo que destrói a imagem dessa instituição Exército e Forças Armadas do Brasil.

É preciso que a justiça faça uma limpeza, exclua todas as laranjas podres que tentaram um golpe contra o Brasil e contra a democracia, e contra os brasileiros e contra as brasileiras, porque morreria gente inocente, brasileiros e brasileiras, pelas mãos de vocês, que deveriam defender o povo brasileiro e não ir contra o povo brasileiro. Veja o que fez...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Concluindo.

Veja o que fez o general dos Estados Unidos quando o Trump tentou dar o golpe. Sabe o que ele respondeu? "Nós não vamos ser contra e não vamos agir contra o nosso povo. Nós estamos aqui para defender o nosso povo, os americanos." Vocês se colocaram contra os brasileiros. É por isso que V. Sa. merece estar onde está, na berlinda...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rubens Pereira Júnior, por favor.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Esperei o tempo todo seu, mas já acabou e estava dando sono.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – É problema seu!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rubens Pereira Júnior, por favor.

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos ouvir o próximo orador inscrito, Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria registrar que o Coronel Lawand deveria estar aqui como investigado, não como testemunha, porque V. Sa. foi um dos que mais incentivou o golpe de Estado no nosso país, pelo que foi descoberto até agora. E, mais do que isso, a sua narrativa vale muito pouco aqui para esta Comissão, porque aqui o senhor não está falando como testemunha, com o dever de falar a verdade, aqui o senhor deveria estar como investigado, e a sua tentativa de fala está servindo mais como instrumento de defesa no processo judicial do que verdadeiramente para trazer luz sobre os fatos dos acontecidos no nosso país.

O senhor fez um verdadeiro incentivo ao golpe, fez um verdadeiro apelo ao golpe. E aí a gente tem que entender como é que foi essa engenharia do caos. Foram três tentativas – três –, Sr. Presidente Arthur Maia. A primeira, uma tentativa de golpe de Estado através de uma GLO, através do Exército. Essa, Coronel Lawand, foi a que o senhor mais forçou, com o que o senhor mais tentou contribuir. Tivesse tido a primeira, as outras não teriam tido sequer acontecido.

Não aconteceu a tentativa... aliás, a tentativa aconteceu, não aconteceu o golpe de Estado através da GLO; a segunda tentativa de golpe foi através de uma bomba no aeroporto de Brasília, no dia 24 de dezembro, véspera de Natal, feita pelo Sr. George Washington. Objetivo: caos em Brasília para ter uma intervenção militar.

Primeira tentativa: intervenção pelo Exército. Segunda tentativa: uma intervenção a partir de uma bomba no aeroporto de Brasília. Terceira tentativa de golpe: invasão às sedes dos três Poderes da República. Graças a Deus, as três foram fracassadas, mas as três foram tentadas.

Senão, vejamos as suas mensagens, que aqui nenhuma delas foi refutada; todas são verdadeiras.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Cidão, pelo amor de Deus, cara, ele [Presidente Bolsonaro] dê a ordem, que o povo está com ele. Acaba o Exército Brasileiro se esses caras não cumprirem a ordem do comandante supremo." E prossegue: "Ele tem que dar a ordem, irmão. Não tem como não ser cumprida."; "Convence o zero um a salvar esse país. Pelo amor de Deus, Cidão, pelo amor de Deus, faz alguma coisa, cara. Convence ele a fazer, ele não pode recuar agora, ele não tem nada a perder, ele vai ser preso. O Presidente vai ser preso, e pior, na Papuda, cara.". E prossegue: "Se o Exército Brasileiro receber ordem, cumpre prontamente, mas de modo próprio o Exército Brasileiro nada vai fazer porque será visto como golpe. Então, está nas mãos do Presidente da República."

"Se a cúpula do Exército Brasileiro não está com ele, de divisão para baixo, está. Não vai sair nada, entregamos o país aos bandidos."

Coronel Lawand, isso aqui é o que, popularmente, o povo diz: que o senhor foi pego com batom na cueca. O senhor fica inventando histórias fantasiosas, delirantes, em que ninguém acredita. Na sua defesa, o máximo que o senhor consegue é dizer que Bolsonaro foi omissos, é dizer que ele podia ter tentado pacificar o país.

Aqui, de fato, nós temos que concordar nesse ponto. O Presidente Bolsonaro, que não reconhece o resultado da eleição – não reconhece! –, fica omissos, covarde. Poderia ter evitado a tentativa de todos esses golpes se tivesse reconhecido o resultado eleitoral.

O senhor ainda diz: "Olha, a sociedade estava dividida.". Não estava! Não estava! A maior parte da sociedade brasileira aceitou o resultado das urnas. Foi uma pequeníssima parcela da oposição que ficou com chororô de revoltados, que foram fazer orações para pneu, que foram esperar a intervenção de disco voador, que foram planejar golpe de Estado.

E o senhor tenta minimizar: "Ah, mas eu não poderia dar um golpe de Estado". Por isso foi que o senhor foi atrás do seu aluno, do Mauro Cid, que estava colado ao lado do Presidente da República. O senhor sabia qual era o caminho: para dar um golpe de Estado, vou ao Mauro Cid, articulo com ele, convenço-o, faço um apelo em nome de Deus para ele, que ele repassa a mensagem ao Presidente da República.

E, com toda a honestidade, eu não sei – é uma pergunta retórica, não espero resposta de V. Exa. –, se o senhor acredita na sua versão. E não faço essa pergunta porque o senhor tem o direito de não se autoincriminar, mas o seu pedido de desculpa por uma ou outra mensagem em nada lhe exime da sua culpa, da sua responsabilidade. E a sua atuação está tipificada no Código Penal.

O senhor foi descoberto há pouco tempo, a partir da quebra, a partir da interceptação do WhatsApp do Mauro Cid, o senhor não está investigado desde o início. A investigação está em curso e vão lhe tipificar, estou lhe informando agora, Coronel Lawand, no art. 359-L do Código Penal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 359-L. Tentar [tentar, não precisa conseguir, esse tipo penal é satisfeito com a simples tentativa], com emprego de violência ou grave ameaça [é um caso claro], abolir o Estado Democrático de Direito[...]. Pena - [...], de 4 (quatro) a 8 (oito) anos [...]".

Se não for pelo artigo 359-L, é pelo artigo 359-M, que diz:

"Art. 359-M. Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente [eleito]: Pena [...] [desse crime] de 4 (quatro) a 12 (doze) anos" – 4 a 12 anos!

Aqui, Coronel Lawand, ninguém acreditou na sua versão. Ninguém! Repito: acho que nem o senhor acredita nessa versão. O senhor acha mesmo que amanhã o Judiciário vai acreditar nessa sua versão com essa evidência dos fatos do diálogo seu e do Mauro Cid?

A condenação é de 4 a 12 anos, lei essa que alterou o Código Penal, a 14.197 de 2021, sancionada pelo Presidente Bolsonaro.

A história tem uma ironia fina que é impecável.

Uma coisa poderia fazer pra atenuar sua situação: seria a confissão, confessar que, de fato, em um momento sem lucidez, o senhor cogitou mesmo uma tentativa de golpe de Estado, acionando o Mauro Cid para tanto, seu aluno, para ele acionar o Presidente da República, para evitar a posse do Governo legitimamente eleito.

Amanhã o senhor estará sozinho na hora de defender o seu processo judicial. O bolsonarismo já o abandonou. As perguntas deles aqui serão pro senhor: "O senhor conseguiu falar com o Bolsonaro?". O senhor vai responder: "Não". Aí eles vão dizer: "Pronto, o Bolsonaro não tá nisso". E o senhor vai ficar sozinho respondendo a esse processo.

É hora de o senhor pensar na sua família, é hora de o senhor pensar nas suas filhas, é hora de o senhor trazer mais verdade à investigação, é hora de o senhor pensar no senhor mesmo, para o senhor se defender. E isso ajudará, e muito, o trabalho da investigação, é o que eu espero. Do contrário, acho que um dos próximos passos, Sr. Presidente Arthur Maia, é trazer como investigado o Mauro Cid, porque esse diálogo entre os dois... Agora eu quero ouvir o que o Mauro Cid vai falar.

Essa é a fase 1 do golpe. O golpe ia ser perpetrado pelo Exército Brasileiro. Registre-se: por que não foi pra frente? Foi o Bolsonaro que não topou? Não! Nas mensagens, está claro: foi o Alto-Comando do Exército que foi democrático e republicano e não embarcou no discurso de uma parcela golpista existente no Exército...

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – ... parcela pequena, mas existente. E nós queremos apurar pra mandar uma parte pra cadeia e outra parte pra casa, no mínimo, com a aposentadoria ou a reforma.

Mauro Cid tem que vir, até porque, no WhatsApp dele, que se encontra em poder já da Polícia Federal, corrobora a tese de tentativa de golpe, e não a tese de V. Exa., de preocupação com as vítimas e com pacificar o país.

De lá, que foi de onde o senhor surgiu aqui nesta CPMI, consta o texto já da GLO a ser decretada.

Infelizmente, o senhor perde uma gigantesca oportunidade de se defender, de trazer para esta Comissão, com histórias críveis – crível é aquilo que dá para crer... A história que o senhor traz é incrível, fantasiosa, a meu ver, inclusive, mentirosa. Por isso eu queria ouvi-lo como investigado e não como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Aluisio Mendes. (*Pausa.*)

A Mesa informa que, como foi feito nas outras reuniões, nós suspenderemos os nossos trabalhos por uma hora a partir das 13h. Entre 13h e 14h faremos um recesso da nossa sessão para que todos possam almoçar.

Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Coronel Lawand, a sua amizade com o Tenente-Coronel Cid remonta a quantos anos?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Eu conheci o Cid em 2000. Faz 23 anos.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – Vinte e três anos, não é?

Essa troca de mensagens, que hoje é pública, entre o senhor e o Coronel Cid foi feita através de um grupo de WhatsApp ou foi uma troca de mensagens pessoal com o Coronel Cid?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Foi uma troca de mensagens pessoal.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – Tá. E para essa troca de mensagens o senhor utilizou única e exclusivamente um número de sua propriedade com o Coronel Cid?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Positivo.

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – Coronel Lawand, aqui, por mais boa vontade que eu tenha, e aqui eu me posiciono nem entre aqueles que estão na oposição, nem na situação; eu me



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontro aqui naquela coluna do meio, daqueles que querem apurar a verdade... Por mais que eu queira acreditar na sua versão para as mensagens, é muito difícil.

E aqui eu tenho muita pena do senhor, Coronel. O senhor, com uma carreira brilhante como coronel do Exército, 01 em várias turmas que fez, o senhor sabe que o senhor enterrou a sua carreira militar, não é? E fica claro, aqui na troca de mensagens entre o senhor e o Coronel Cid, a sua insatisfação, irrisignação, com o resultado das eleições, o que é justo e o que é natural como cidadão, não como oficial da ativa do Exército Brasileiro.

E, na troca de mensagens – e eu tive o cuidado de ler todas elas, que hoje são públicas –, o senhor claramente mostra a sua insatisfação e, de alguma forma, procura fazer com que o Coronel Cid, dentro dessa linha de pensamento do senhor, leve ao Presidente Bolsonaro essa insatisfação do senhor e – o senhor faz transparecer – de parcela do Exército Brasileiro.

Eu estava conversando com o meu amigo, o Senador Izalci, aqui ao lado, e só quem não conhece o Exército Brasileiro pode imaginar que essa tentativa iria ter algum êxito. Nós temos um Exército Brasileiro que é republicano, que é respeitoso à hierarquia e disciplina e que jamais iria embarcar numa aventura dessa. Mas o senhor e uma meia dúzia de oficiais que não se conformaram com relação ao resultado da eleição... E eu digo aqui mais uma vez: na condição de cidadão, o senhor tinha todo o direito, como quase metade da população brasileira. Uma eleição muito dura, uma eleição que foi decidida por 1 milhão de votos, um milhão e poucos votos, é natural que as pessoas não aceitassem aquele resultado, mas uma coisa é importante: a democracia é o direito da maioria, mesmo que seja por um voto, e grande parcela ou uma pequena parcela do Exército Brasileiro e de alguns oficiais de outros segmentos das Forças Armadas não se contentaram com esse resultado, e é natural que façam isso, na condição de cidadão. Mas, na figura de oficial da ativa, ocupante de um cargo importante dentro da estrutura do Exército, as suas mensagens são de uma irresponsabilidade muito grande.

Mas também fica claro aqui, Coronel Lawand, que a sua tentativa de uma parcela ínfima de oficiais das Forças Armadas não teve eco nem aceitação nem do ex-Presidente Bolsonaro, e em nenhum momento se identifica qualquer mensagem dele ou qualquer sinalização dele que compactuasse com o desejo do senhor, no sentido de que as Forças Armadas agissem contra o resultado da eleição, nem de parte do Alto-Comando do Exército Brasileiro. Então, isso fica claro.

Aqueles que querem imputar ao ex-Presidente Bolsonaro algum tipo de responsabilidade por esses atos que o senhor teve e que essa horda de bárbaros, no dia 8 de janeiro, tentou, através do vandalismo e da depredação, causar uma insegurança jurídica no nosso país, não conseguiram. Não se vê, em nenhum momento, qualquer atitude ou ação do Presidente Bolsonaro ou do Alto-Comando Brasileiro. Então, aqueles que querem pintar com cores nesse sentido, eu acho que não têm encontrado eco até hoje nesta Comissão e em todos os depoimentos que estão sendo tomados aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é muito triste ver um oficial da estirpe do senhor, das qualidades do senhor, embarcar nessa tresloucada tentativa de mobilizar o Coronel Cid ou quem quer que seja nessa aventura de um golpe, porque fica claro, Coronel: a sua versão, aqui, não é possível acreditar nela. Nem – como disse aqui, acho, a minha colega Jandira Feghali – menino de segunda série do primeiro grau consegue entender que as suas mensagens tenham um sentido diferente do que a gente lê. A sua versão, realmente, é aqui muito pouco crível.

Agora, é muito triste ver um oficial com uma carreira brilhante, com um futuro brilhante no Exército, que eu tenho certeza de que se encerrou após a divulgação dessas mensagens, ver enterrar a sua brilhante e exitosa carreira por uma atitude irresponsável, tresloucada e sem nenhuma possibilidade de êxito. Graças a Deus, nós temos, como disse aqui, umas Forças Armadas profissionais, republicanas que jamais iriam embarcar numa aventura dessas. E também aqui quero registrar que o ex-Presidente Bolsonaro também, a despeito de todos os problemas que enfrentou, não embarcou nessa aventura. Não existe um único momento, uma única mensagem, uma única sinalização por parte dele ou do próprio Cid que tenha dado eco a seus anseios, a suas provocações e a seus devaneios.

Então, Presidente, vou encerrar aqui, até porque parte das perguntas que eu ia fazer já foi feita pelos meus colegas, mas é com muito pesar que eu vejo aqui o encerramento, o fim de uma carreira de um oficial do Exército Brasileiro que, em um momento de pouca lucidez, embarcou ou enveredou por uma tentativa de golpe que, graças a Deus, o nosso país e a nossa democracia não comportam mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Aluisio Mendes.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o Deputado Pastor Henrique Vieira.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Coronel Lawand. Peço sua devida atenção.

Em primeiro lugar, não podemos caracterizar essas conversas apenas como opiniões pessoais, espontaneidade de WhatsApp ou emoções momentâneas, que, como a Jandira disse, demoraram mais de um mês. Vamos lá. Um Coronel Subchefe do Estado-Maior, representante do Exército, portanto, há um nível de institucionalidade nesse diálogo. E com quem o Coronel está conversando? Com Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do Presidente da República Jair Bolsonaro. Então, essas conversas podem ser qualquer coisa menos comoção pessoal, situacional, espontaneidade de WhatsApp. Há institucionalidade. Um Coronel conversando com alguém diretamente ligado ao Presidente da República Jair Bolsonaro. Esse é o primeiro ponto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo ponto. No início da sua primeira explanação, o senhor disse o seguinte: existiam pessoas que acreditavam que o resultado das eleições era legítimo e outras que não acreditavam. É uma pergunta rápida: o senhor era de qual grupo? Que considerava o resultado eleitoral legítimo ou ilegítimo? É objetiva a pergunta. Sua opinião: sim ou não?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Como cidadão, sim.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – O resultado eleitoral foi legítimo?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, foi legítimo.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Perfeito. Obrigado. Isso é muito importante para tudo que vem depois.

Nessa conversa, que não pode ser tratada apenas como comoção pessoal, o senhor fala: "Convince ele a fazer. Ele não pode recuar agora. Ele não tem o que perder. Ele vai ser preso". Concordo com a tese que foi colocada aqui. Vamos lá. Se há uma ideia de recuo, ninguém recua se não avançou. Então, há uma ideia de avanço numa tentativa de desrespeitar o resultado eleitoral, que está ligada diretamente a quem? Ao Presidente Jair Bolsonaro.

Mas vamos lá – peço a atenção de todos agora. Mauro Cid, diretamente ligado a Bolsonaro, respondeu o seguinte – vejam se foi isso que ele respondeu –: "Não, Coronel Lawand. Essa hipótese não faz o menor sentido. O Presidente Bolsonaro jamais vai tentar algo contra o resultado das eleições. Não, Lawand, não me mande mais essas mensagens. Como todos sabem, Bolsonaro respeita o resultado eleitoral, e Lula vai assumir". Não seria a lógica do ajudante direto de Bolsonaro rejeitar de imediato? "Isso não faz o menor sentido. Bolsonaro nem cogita tal possibilidade!". Mas não! A resposta de Mauro Cid é: "Mas o Presidente não pode dar uma ordem se ele não confia no Alto-Comando". Então o Presidente cogita o golpe, então o Presidente quer o golpe, então o Presidente está organizando o golpe, e ele não está vendo efetividade. Que o seu depoimento te responsabiliza, lamentavelmente, sim. Mas hoje, na minha opinião, estamos chegando mais perto de um grande arquiteto interessado, conivente, cúmplice, ex-Presidente derrotado, Jair Messias Bolsonaro.

Gente, uma pessoa próxima ao Presidente não rejeitou tal hipótese. Aliás, depois ele vai dizer: "Passo a passo, tem coisa acontecendo", "Estamos na luta", "General Heleno esteve aqui". Em nenhum momento, Mauro Cid rejeitou a tese dizendo: "Olha que absurdo! Bolsonaro jamais cogitaria desrespeitar o resultado eleitoral!".

Eu estou vendo aqui indícios evidentes de consciência, ciência, participação e responsabilidade de Bolsonaro, porque a sua tentativa, como Coronel, de insuflar o golpe está muito evidente. Nem os bolsonaristas vão te defender. Nem o teu mito vai te defender, porque o bolsonarismo não tem pena de ninguém. O bolsonarismo não gosta de ninguém. Infelizmente. Que V. Sa. tenha todo o direito de se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defender dentro de um regime democrático e até mesmo de se arrepender, mas bolsonarismo não tem compaixão nem solidariedade entre si. Esse é um ponto fundamental.

Depois, o senhor diz o seguinte... Só queria pedir um pouco de silêncio só pra eu poder me concentrar mesmo.

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – "Então ferrou, vai ter que ser pelo povo mesmo". Veja: por que seria necessário confiar no Alto-Comando para dar uma ordem de apaziguamento? Não faz sentido, nenhum sentido. Veja, ferrou por quê? O que vai ter que ser pelo povo mesmo?

Então, nós temos agora a seguinte situação – vamos lá! Opção "a": o povo está causando o caos, o Brasil precisa ser apaziguado. Nessa opção que o senhor coloca, nesse lugar, o Presidente Bolsonaro não está apaziguando o povo, não está diminuindo a tentativa de um golpe, e nessa opção os bandidos são os bolsonaristas que estão nos acampamentos insuflando contra a democracia. Não tem o povo no genérico. Aliás, V. Sa. fala em dois lados – eu nem sei se concordo com isso. Teve uma eleição, teve um resultado, oficialmente ninguém questionou, e tem uma parte indo para a rua, tocando o terror e colocando-se contra o resultado eleitoral. Nessa opção, os bandidos são os bolsonaristas, que Bolsonaro não está apaziguando.

Opção "b": os bandidos – eu acho que é isto que o senhor poderia dizer –, na sua visão de mundo, são aqueles que discordam de você, que votaram em Lula – os petistas, os socialistas, os comunistas, os democratas ou qualquer eleitor do Lula – e o próprio Lula. Nesse caso, a opção "b", o senhor participou de uma conspiração contra a democracia e não viu êxito ou efetividade; e, nesse caso, o Bolsonaro também sabe, é cúmplice, conivente, tem ciência e está tentando uma efetividade para fazer isso.

Nas duas opções, tem algo de muito errado na sua participação e do Presidente. Na primeira...

De novo, vou pedir silêncio. *(Pausa.)*

Um minuto, por favor, se for razoável.

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Meu tempo continua contando todo esse tempo.

Não são suposições. Estou me baseando na própria narrativa do depoente, fazendo com firmeza e coragem, porque o que está em jogo aqui é se este país vai ser do Coronel Ustra ou do Frei Tito. Aqui nem sei se é esquerda ou direita. É campo da democracia ou o campo da barbárie, do neofascismo, do autoritarismo, da ditadura, da tortura, do fanatismo religioso, do ódio, do carro-bomba, do negacionismo, da terra plana, do "não tem vírus", do genocídio. Aqui é campo democrático contra a barbárie. E, dentro do campo democrático, cabe muita divergência, porque isso é pluralidade e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democracia. Por isso, a minha firmeza, mas nada contra a sua pessoa, sua dignidade, seu direito de se defender num regime democrático, com a sua integridade física e emocional preservada. A minha firmeza é fruto dessa consciência de uma tarefa histórica.

Não tem duas narrativas aqui; eu discordo dessa tese. Existiu uma tentativa de golpe. O senhor estava conversando com o Mauro Cid, diretamente ligado a Bolsonaro. Foi encontrado no celular dele um texto buscando base jurídica para desrespeitar o processo eleitoral. Ou o Presidente não estava agindo para apaziguar os ânimos dos bandidos, que seriam os próprios bolsonaristas, ou ele estava cogitando e tentando viabilidade para não entregar a Presidência a Luiz Inácio Lula da Silva, eleito democraticamente.

Nesse sentido, essas conversas ganham um teor que não pode ser colocado como opinião pessoal, comoção momentânea, diálogo de WhatsApp; é um coronel conversando com uma pessoa ligada diretamente ao Presidente Bolsonaro.

E eu termino dizendo o seguinte. Vou pegar agora, Rubens, Rogério, algumas expressões do Mauro Cid, dialogando com as suas colocações: "Passo a passo...", "[...] [Tem] coisa acontecendo...", "Estamos na luta!", "Gen Heleno esteve aqui...". Alguém considera a possibilidade de Bolsonaro não saber disso? Eu realmente não acho Bolsonaro uma pessoa inteligente.

(Soa a campanha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – De verdade. Mas não tanto a esse ponto. Pode não ser inteligente, mas não é amador. A sua falta de inteligência contribui para um mundo muito odioso e violento.

Eu duvido que Mauro Cid tenha todas essas falas sem o Bolsonaro ter consciência – aquele que não admitiu o resultado, aquele que entrou com uma ação no TSE pra dizer que o resultado foi fraudado, aquele que viajou para os Estados Unidos –, ou seja, estamos chegando, com consistência, com materialidade, com depoimentos – é Anderson Torres, é Silvinei Vasques, é Coronel do Exército, é o ajudante de ordens –, estamos chegando ao Presidente Bolsonaro. E não é ameaça, não é revanchismo, porque, se a gente não contar essa história e anistiar Bolsonaro, a gente abre espaço para que isso aconteça muito mais vezes na história do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Pastor Henrique.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Senador Marcos Rogério.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, Sr. Presidente, fazer uma fala, e talvez nem faça muitos questionamentos, posto o que vou dizer neste momento.

Eu tenho ouvido aqui a base do Governo muito preocupada em tentar antecipar aquilo que nós da Oposição faríamos no dia de hoje.

Quando eu inaugurei a minha participação nesta CPI, eu deixei clara aqui a minha posição de que não estaria nesta CPI para defender quem cometeu crime ou quem concorreu para o cometimento de crime; defenderia pessoas inocentes. E há muitos inocentes presos, injustamente, neste momento, no Brasil.

Faço uma citação direta ao meu colega Rubens Júnior, porque ele fez uma... ele disse que isso iria acontecer, e, de fato, está acontecendo. E eu tenho um respeito muito profundo ao Rubens Júnior, fomos colegas como Deputado Federal, mas a mesma coerência que eu procuro ter nesta Comissão não vejo na base do Governo. Eu não defendo quem cometeu crime, mas eu esperava dos Parlamentares da base do Governo, no dia de ontem, ao final do depoimento do Coronel Naime, que pedissem a soltura dele. Se são coerentes, deveriam, no dia de ontem, ter pedido, solicitado a soltura do Coronel Naime, preso injustamente. Alguém que atuou, prendeu, enfrentou, se machucou, no cumprimento do dever legal. Não foi isso que vi, no dia de ontem, por parte dos governistas aqui. Não estou fazendo aqui uma afirmação ofensiva ao meu colega Deputado, por quem tenho o maior apreço, e sei que ele é um quadro de excelência naquilo que faz. Ainda que tenhamos divergências do ponto de vista ideológico, mas é alguém qualificado e um operador do direito, por quem tenho a maior admiração e respeito.

Mas, com relação ao Coronel Lawand, que está aqui hoje, eu não sei quem o orientou, mas, de verdade, o senhor não convence ninguém. O senhor apequena a sua história, atrofia o sucesso da sua carreira e tenta impor uma narrativa que não para de pé ao menor esforço. Eu não sei se V. Sa. se convence da versão que está apresentando aqui, no dia de hoje, ou se acha que alguém, ao ler aquilo que está nas transcrições, acredita, sim. Eu tenho aqui as transcrições. Eu confesso que não gostaria de fazer aquilo que já se fez aqui nesta Comissão. O texto, a transcrição é muito clara daquilo que foi dito.

E eu repito aqui algo que já foi dito: como cidadão, V. Sa. ou qualquer outro poderia emitir opiniões, até participar de manifestações pacíficas. Não há nenhum problema. Não há crime em se participar de manifestações que questionem, inclusive, resultado eleitoral. Não há crime. Manifestações pacíficas, legitimadas pela Constituição Federal. Agora, dizer uma coisa no privado... E aí talvez seria o caso de vir aqui hoje e dizer assim: "Olha, eu cometi erros. Acreditei em algo, extravasei a minha opinião. Isso não foi legal, não foi certo".

Mas a gente não olha para os fatos a partir de uma situação isolada. Não há, nesse ambiente, e não houve nenhuma trama golpista. Isso é uma narrativa que os governistas estão tentando impor no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, mas ninguém cai nesse jogo. Nunca vi golpe sem armas, nunca vi golpe sem participação de instituições, de Poderes. Que golpe é esse? Um golpe vazio. Um golpe de narrativa. É isso que os governistas estão fazendo aqui. O que nós temos que fazer nesta CPI, de verdade, é separar joio de trigo; quem cometeu crime e quem não cometeu.

Então, com todo o respeito que tenho à trajetória de V. Sa. – e tenho respeito pela trajetória de V. Sa. –, eu não quero aqui repetir as falas que estão nas transcrições. Eu não preciso fazer isso. Eu sei que talvez isso seja parte de um roteiro preparado pela defesa, mas isso não vai em socorro de V. Sa., posso lhe afirmar com toda a segurança. Posso lhe afirmar com toda a segurança.

Eu quero fazer aqui algumas poucas observações à tentativa de construir uma narrativa que não confere com a verdade, não é boa pra V. Sa. e nem honesta do ponto de vista daquilo que se pensa como cidadão. Mais inteligente, repito, seria ter usado o direito de permanecer em silêncio. Ou ter a grandeza, repito, de dizer que errou: "Acreditei em algo que, na posição em que estava, não poderia ter feito". Agora, cair nessa narrativa que a base governista tenta impor aqui, de que o Brasil viveu uma tentativa de golpe... Onde é que está o golpe? Aqueles que se manifestaram no dia 12 – eu pergunto – estavam nos acampamentos? Estavam acampados, como brasileiros, como patriotas que acreditavam naquilo que estavam defendendo? Não, não estavam. E isso quem diz são os apontamentos da inteligência. E isso quem diz são as autoridades de plantão. Eles próprios dizem isso. Eles próprios reconhecem isso. Mas, na hora de usar o bastão da força, o poder do Estado para reprimir, não fizeram distinção entre criminosos e inocentes. Precisavam de uma narrativa. Precisavam de uma narrativa: colocar todos na cadeia.

Agora, eu pergunto. Prenderam os que estavam aqui em frente ao Quartel-General, mas, no Brasil inteiro, nós estávamos com brasileiros em frente aos quartéis, se manifestando. Repito: pacificamente, democraticamente. Então, não dá para cair nessa narrativa absurda que o Governo tenta vender aqui.

O que nós temos que fazer, Sr. Presidente – acho que este é o papel desta CPI – é aprofundar nas investigações para trazer luz sobre o que de fato aconteceu no dia 8. Quem praticou crimes? Quem facilitou a sua prática? Quem concorreu para eles? Quem induziu? É isso o que nós temos que apurar. E, na hora em que nós conseguirmos aprofundar essas investigações, vai ficar muito claro que quem estava no Palácio do Planalto sabia exatamente o que estava acontecendo e que, por omissão e talvez até ação, tenha estimulado tal acontecimento. Era preciso sair das cordas, era preciso construir uma narrativa que tirasse o foco daqueles que estavam sob questionamento.

Então, o meu papel nesta CPI, Sr. Presidente... Não vou fazer nenhum questionamento ao depoente.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Eu não quero criar uma oportunidade para o agravamento do quadro, mas eu queria dizer que, nesta CPI, com quem quer que seja que se sente nesta cadeira de depoente, a minha posição vai ser a mesma.

Mas eu faço aqui uma nova... uma manifestação. Ontem, eu não consegui chegar a tempo dos trabalhos da CPI e os acompanhei pela TV. Mas, se aqui estivesse ontem, eu faria um apelo pela soltura do Coronel Naime. Eu imagino o que se passa no coração de um servidor público, de um policial que fez o que fez, que cumpriu o seu papel e que hoje está preso. Então, esta CPI tem que lançar luz é sobre esses fatos, é sobre essas condutas, para separar quem praticou crimes, quem facilitou a sua prática, quem concorreu para eles, e também servir de instrumento para afastar injustiça que estejam sendo praticadas, cometidas, contra brasileiros decentes, de bem, e que amam esta pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Coronel Lawand, antes que eu comece a fazer as minhas perguntas, é preciso esclarecer a todo o Brasil que nos assiste que o senhor só está sentado aí nessa cadeira, neste momento, porque o senhor foi uma moeda de troca que o Governo, aqui representado pelos seus Deputados, exigiram para que nós pudéssemos trazer aqui, de fato, o pivô da CPMI do dia 8 de janeiro, que é o General G. Dias.

Já estiveram sentados, aí onde o senhor está, o Coronel Naime, agora está sentado o Coronel Lawand, querem o Coronel Cid, mas nós queremos ouvir não coronéis, queremos ouvir o General G. Dias, que é o pivô da CPMI do dia 8 de janeiro.

O Governo tenta, aqui, fazer uma história, montar um quebra-cabeça em que simplesmente as peças não encaixam. Não sei se o senhor já tentou alguma vez brincar de quebra-cabeça, o senhor tenta uma peça e não tem. Crianças às vezes até cortam um pedacinho para se encaixar.

O Governo tenta fazer isso aqui nesta Comissão, tenta criar uma ordem cronológica juntando o dia 12 de dezembro, em que tivemos, ali sim, um ato, e foi um ato de uma pessoa só, um lobo solitário. No dia 24 de dezembro, também, tivemos aí uma outra tentativa de um carro à bomba também, de um outro lobo solitário... Com o 8 de janeiro, onde nós temos, ainda hoje, no Brasil, presas muitas pessoas que são inocentes.

Então, primeiro, é que o Brasil precisa saber disto: o senhor está aqui como uma moeda de troca. Talvez, se o senhor não estivesse sentado aí, o General G. Dias não viria a esta Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é interessante aqui falar que, inclusive, alguns Deputados que chamaram o senhor de mentiroso, que chamaram o senhor de covarde, se acovardaram em debates, um deles inclusive comigo. Diante do Brasil todo, ele disse que não havia votado contra o convite do General G. Dias, dizendo que o requerimento era dele, ou seja, o requerimento era dele, ele votou contra o próprio requerimento, mas, diante de uma multidão, diante do Brasil todo, ele mentiu para todas as pessoas que ali estavam.

Então, esse é o perfil de alguns aqui: eles o acusam daquilo que eles são, eles o chamam daquilo que eles são e o acusam de práticas que eles praticam.

Eu queria aqui fazer algumas perguntas ao senhor. O senhor pode ser bem sucinto nas respostas.

O senhor pertencia a algum grupo de WhatsApp para promover um golpe de Estado no Brasil?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Não.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor, como militar, deve ter estudado bastante. O senhor, lendo histórias sobre países que tiveram algum tipo de golpe militar, o senhor lembra se, em alguma das histórias que o senhor leu, algum país sofreu um golpe militar sem o uso de arma letal? Sem o uso de bomba, granada, metralhadora, escopeta, revólver, canhão, tanque de guerra?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Isso é impossível. Isso é impossível. Não aconteceu sem apoio de armas letais, bomba. Não aconteceria um golpe de Estado sem isso.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Isso é interessante.

Quero que o Brasil todo escute isso, porque nós temos aqui um militar que está dizendo que, em toda a trajetória de estudo dele, um estrategista, nunca houve um golpe de Estado em uma nação, por menor que fosse, sem o uso de arma letal.

Lembro isso porque as pessoas que estão presas aqui foram presas com as seguintes armas nas mãos: Bíblia Sagrada, bandeira brasileira, e o grito deles era o grito de um hino nacional.

É preciso que as pessoas e o Brasil inteiro saibam disso.

Pois bem, uma pergunta: o que seria preciso para se dar um golpe militar em uma nação?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Deputado, essa pergunta é genérica.

Teria que se ter o apoio das Forças Armadas, teria que se ter alguém com intenção de derrubar a ordem vigente e o apoio das instituições. Tem que ter a necessidade de armas, sem armas não é possível dar nenhum tipo de golpe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Nós já ouvimos aqui, o senhor disse que é preciso ter armas. Nós vimos aqui o próprio Governo falar que sem o apoio de uma instituição internacional, de uma superpotência, não haveria nenhum tipo de golpe.

Então, tudo o que nós estamos ouvindo aqui, Sr. Presidente, é o "se", o "talvez", o "mas", o "entretanto", o "porém" – insinuações –, querendo colocar na conta de pessoas que são inocentes algo que sequer aconteceu, sequer foi cogitado, de fato, que aconteceu.

O Sr. Lawand está aqui porque ele trocou mensagens com o Coronel Cid. Eu também acho que algumas conversas ali foram desastrosas, mas aquilo era no privado. Imaginem se – todos nós que estamos aqui – as nossas mensagens de celular entre amigos fossem colocadas aqui para as pessoas ouvirem. Ia ter gente aqui que ia querer abrir um buraco no chão, Sr. Presidente, se esconder ali dentro pra nunca mais sair, porque o que é falado no privado fica no privado, não é público. Se fosse público, se falaria no microfone.

Duas pessoas estão conversando, dois coronéis. Não há um general de muitas estrelas, não há um engendramento, não há um líder, não há nada, são pessoas conversando no privado, falando amenidades. Transformar isso em crime é crueldade, gente. É crueldade colocar atrás das grades aqueles que falam tanto em democracia, aqueles que falam – que têm que ser libertados – que as pessoas têm que ter liberdade de fala. Mas aqui no Brasil as pessoas não podem fazer perguntas: o senhor está sentado aí porque o senhor fez perguntas a um amigo, ou seja, não se pode fazer perguntas aqui no país. Eu, inclusive, estou com medo de fazer algumas perguntas aqui para o senhor e depois eu ser muito maltratado, mas vamos lá.

Queria saber se, nas conversas do senhor com o Mauro Cid, o senhor disse a seguinte frase: "É uma questão de tempo pra gente tomar o poder. Aí nós vamos tomar o poder, que é diferente de ganhar uma eleição". O senhor disse isso?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Em hipótese alguma.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – É, eu já esperava essa resposta porque quem disse isso foi José Dirceu, em entrevista a um jornal internacional, *El País*, falando sobre nós aqui no Brasil.

O senhor disse ao General Cid: "Somos defensores da unidade nacional na construção de um projeto nacional de desenvolvimento para todos e para todas. [e que] Isso implica [agora], neste momento, ir para as ruas entrincheirados, com arma na mão, se tentarem derrubar o Presidente". O senhor disse isso?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Negativo.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Também acredito, porque essa frase foi dita por Vagner de Freitas, então Presidente da CUT, sobre o nosso país.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor disse: "Nós sabemos que você é nosso inimigo, mas considerando que você, como afirma, é uma boa pessoa, nós estamos dispostos a oferecer o seguinte: um bom paredão, onde vamos colocá-lo na frente de uma boa espingarda, com uma boa bala, e vamos oferecer, depois de uma boa pá, uma boa cova". O senhor disse isso ao Coronel Cid?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor, Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sim, porque isso foi dito pelo Sr. Mauro Iasi, que é um pensador, inclusive filiado ao Partido Comunista do Brasil, e pessoas do Partido Comunista do Brasil estão aqui lhe acusando de tantas coisas nefastas. Isso, sim, é nefasto. Isso aqui que eu li agora é nefasto.

Pois bem. O que eu vejo aqui são narrativas e bravatas; narrativas e bravatas sobre algo que sequer aconteceu. Eu me lembro de, lá na minha infância, no meio da roça, Sr. Presidente Arthur Maia, que uma vez o meu avô me contou a seguinte história. Lá onde ele morava, tinha uma venda e um cidadão chegou naquela venda e pediu um ovo cozido para comer – naquela época ainda se vendia ovo cozido lá dentro daquelas... ficavam junto com as coxinhas ali. Ele comeu ovo e, na hora de pagar, disse que estava sem dinheiro, mas que voltava no final de semana para pagar. Ele não voltou no final de semana, nem no mês seguinte, nem nos meses seguintes. Um ano se passou, dois anos se passaram, e o dono da venda se lembrou daquilo. Não aceitando que aquele homem não voltou sequer para dar uma satisfação, ele contratou um advogado para, então, processar o homem que comeu aquele ovo. Na justificativa – o processo se tornou pesado lá no interior de São Paulo –, o pedido que o homem fazia, como recompensa por aquele ovo que o cidadão havia comido, chegava, assim, a valores estratosféricos, porque, segundo ele, aquele ovo poderia ter gestado uma galinha, aquela galinha poderia ter gerado ovos, aqueles ovos poderiam ter gestado outras galinhas, outras galinhas poderiam ter gestado ovos. Enfim, depois de dois anos, teria sim uma fortuna a ser paga. E, para conseguir um advogado que pudesse defender a causa do cidadão que comeu ovo, não foi fácil. Até que apareceu, naquelas regiões, um jovem advogado corajoso e disse assim: "Eu assumo a causa". Marcou-se o dia do julgamento. Estavam todos reunidos, mas o rapaz que veio defender chegou tarde. Quando ele... O juiz já estava para dizer assim: "Olha, na ausência...

(Soa a campainha.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – ... do advogado que vai defender, eu vou condenar aqui o cidadão, porque o advogado de defesa não chegou a tempo". E chegou ele correndo, esbaforido, suando, e disse assim: "Excelência, o senhor me perdoe, eu cheguei atrasado porque eu estava em casa cozinhando milho para poder plantar na roça". O juiz disse assim: "Mas milho cozido germina?" Ele disse: "E ovo cozido gera galinha?" Resultado da história: o meu cliente deve aqui ao senhor apenas "x".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu conto com isso? Estão-se criando narrativas, falando de coisas que poderiam ter acontecido, mas não aconteceram. Querem criminalizar. Isso nada mais é do que o desespero da esquerda querendo matar politicamente Jair Messias Bolsonaro, o maior líder que este país já teve dentro da sua política, um homem probo, um homem honesto, um homem em que nós confiamos e que hoje deve ser sacrificado. E se for sacrificado, vai gerar muito mais pessoas do que ele já gerou.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (MDB - PB. Para interpelar.) – Presidente, meus cumprimentos. Boa tarde a V. Exa. e à Sra. Relatora Eliziane Gama. Quero cumprimentar o Sr. Lawand; saudar os nossos companheiros Parlamentares Federais, Deputados e Senadores presentes.

Presidente, eu quero, dirigindo-me a V. Exa., renovar aqui o meu apreço, a minha consideração, mas fazer, em palavras iniciais e muito rápidas, a minha discordância, porque entre o não produzir prova contra si e o mentir há uma diferença. E não é uma tênue diferença. O Sr. Lawand não está deixando de produzir provas contra si, ele está mentindo – mentindo. As providências suas cabem evidentemente e tão somente a V. Exa.

No instante em que ele se predispõe, durante a sua fala inicial, às perguntas que lhe foram dirigidas pela Relatora e demais outros e outras integrantes, ele não deixou senão de mentir. Aqui não para crianças do segundo ano. Mas nem mesmo as suas – e não há dúvidas – amantíssimas filhas de 9 anos, Sr. Lawand, o senhor não vai convencer.

De fato, o senhor vai sair daqui – e tomara que saia – livremente, mas de uma forma vexaminosa, de uma forma vergonhosa para todos, para os seus mais íntimos, familiares, amigos; para os da farda, porque quem está a ouvi-lo identifica no senhor não aquele que teve um currículo elogiável, laureado, mas uma pessoa que vergonhosamente se acovardou de dizer o que estava pensando, o que estava urdindo. V. Sa. sabe muito bem disso. O povo brasileiro sabe disso. É vergonhoso. Era preferível que V. Sa. viesse e se calasse, porque diante do silêncio o senhor estaria a justificar a não produção de provas.

Concordo plenamente com o meu companheiro que já se ausentou, Marcos Rogério. É uma inglória atividade para os senhores procuradores e advogados, porque essa é uma defesa insustentável e impossível de se fazer, e sem adentrar, porque não conheço todas as razões que levam à manutenção de centenas de arruaceiros que integraram a verdadeira turba, horda contra a democracia, às nossas instituições. Ainda há espaço para aqueles que covardemente não estiveram senão a estimular a presença dos mesmos nas ruas, incitando-os à quebradeira geral, como V. Sa. o fez.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vergonha a sua presença aqui para falar da maneira como está a expor. E lamento profundamente que fomos citados, e já não posso, não devo... afinal de contas, há de se pedir direito para a fala, sermos comparados a V. Sa. Aqui um companheiro Parlamentar disse que quem dirige a V. Sa., quem diz que V. Sa. está mentindo é porque está mentindo. Não, Deputado, nós não estamos mentindo. E não é a nossa prática, absolutamente, a prática sua, no caso do Sr. Lawand, como a prática de algumas milhares de pessoas que não representam absolutamente os milhões de outros brasileiros que são defensores, sim, das nossas instituições. Deve estar sendo duro para V. Sa., corroído diante da minúscula postura que está tomando.

O senhor utilizou 15 minutos para dizer que é um defensor das nossas instituições. Quando, a não ser outrora? O senhor disse que jamais incitaria inferiores à indisciplina. O senhor instigou a indisciplina no momento em que passou a desconhecer o Alto Comando. Ou não? Sim. O senhor, ao contrário dos Parlamentares que vão querer fazer a defesa do ex-Presidente, o senhor acusa... E aí uma pergunta: no instante em que diz que desejaria simplesmente estimular a palavra de quem estava se omitindo, no caso, o ex-Presidente... no caso, o ex-Presidente estava desejoso era, sim, de fazer a prática golpista, correto?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Eu queria permanecer calado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (MDB - PB) – Pois é, é exatamente isso, porque ele também não o vai defender. Não se sustenta. Se, por um lado, V. Sa. quer ir, não dá certo; por um outro lado, também não, porque muito longe do senhor o desejo da paz naquele instante. Se o senhor queria a paz, Bolsonaro queria a guerra. Se essa fosse a linha verdadeira, que não é, efetivamente não é... O senhor estava com outros, que não quer dizer quais são esses outros, a não ser o homem da mala, o homem das joias, o homem de tantas e tantas outras ações, o pau mandado... me perdoem os que estão a nos ouvir e a nos ver, não é expressão própria de mim e nem dos senhores e senhoras que aqui estão... mas o pau mandado, que vai falar, em um momento ou noutro falará, o que V. Sa. deveria estar a fazê-lo. Mas haverá o seu tempo. E inafastavelmente o senhor será condenado, haverá de ser condenado, porque o senhor levantou-se contra as nossas instituições.

O senhor não tem amor, ao contrário do que diz, nem mesmo às suas ingênuas filhas, que aos nove anos não entendem o seu papelão, mas que, quando crescerem, adultas, estarão diante deste lastimável episódio de um pai, de um homem das Forças, que estava urdindo traiçoeiramente com outros tantos que, igualmente ao senhor, fizeram aquela balbúrdia não do dia 8 – porque nós vamos chegar, até porque a Sra. Relatora, ao contrário, e é bom que a população brasileira saiba, a Sra. Relatora, no Plano de Trabalho, não deixou de mencionar que aqui estará o General G. Dias; aqui estará o Ministro Flávio Dino, ou quem quer que seja –, porque nós vamos chegar a esse dia.

Nós estamos chegando lá, não há razões para que nós tenhamos e aqui nós vamos fazer aquilo que, ao final dessa CPMI, nós saberemos, porque ela nem precisaria existir. E antes de que digam que eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não assinei, subscrevi e fui um dos primeiros a fazê-lo à Senadora Soraya Thronicke, mas é porque a tentativa de se desvirtuar e desviar não chegará. Eu dizia a alguns companheiros: é deprimente, deplorável, chegarmos a essa situação, porque todos nós sabemos o que aconteceu desde o seu início. E o esforço para dizer que o ex-Presidente não participou, ele só não foi – e aí eu quero fazer das palavras do Deputado Rafael as minhas, e vou fazer hoje na tribuna do Senado Federal, por uma questão de justiça, Deputada Jandira e Deputado Rafael –, nós só não fomos a uma situação pior porque o comando, o alto comando das Forças não se permitiu concordar com aquilo que estava sendo tramado dentro do Palácio da Alvorada, dentro do Palácio do Planalto e em meio a essa turbinha que não tem compromisso nenhum com o Exército Brasileiro, que denigra a imagem do Exército Brasileiro. Vou fazê-lo hoje por uma questão de justiça, inclusive me dirigindo ao General Hamilton Mourão. Caso contrário, poderia ser possível que vocês, miúdos diante do Brasil, pudessem generalizar no nosso país uma situação de exceção.

Presidente, não há armas em tentativas, que bobagem se dizer. Olha a pergunta de um Parlamentar: "Que golpe houve?" Aí o senhor vai, trocando a figurinha: "Não, não houve arma". Não houve arma porque não houve golpe, mas a tentativa, a trama foi urdida para que, de fato, as armas aparecessem.

(Soa a campanha.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (MDB - PB) – Então, as minhas palavras...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (MDB - PB) – ... não, você está falando, mas está me interrompendo aqui, por gentileza. Perdoo, sim.

Então, Sr. Presidente, rapidamente, para encerrar, por que nos causa espécie esse tipo de reunião? Eu, sincera e francamente, não é de mim, mas eu lastimo profundamente, ao tempo em que nos é permitido, por força de circunstâncias outras, descobriremos, através dos acessos a essas mensagens, que não são tolices, que não são bobagens, que não são coisas sem sentido. São gravíssimas as trocas de mensagens feitas por você, por V. Sa. e por outros que desejavam, sim, gerar no nosso país não apenas uma instabilidade, mas, de fato, uma quebra e ruptura da ordem institucional.

Eu não sou de desejar mal a ninguém, mas também não sou de dizer que aqueles que querem fazer o mal ou que fizeram o mal passem impunemente. V. Sa. não vai ser, simplesmente pelo pedido de desculpas aqui e acolá, por equívocos aqui e acolá, que haverá de deixar de estar respondendo por seus gravíssimos atos contra a nossa República.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a próxima oradora inscrita, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, caros colegas, povo brasileiro que nos assiste neste momento, toda imprensa brasileira, senhor depoente e seus causídicos, bom dia, ainda é bom dia.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer ao depoente, que é um militar da ativa, é: por que ele não está, qual o motivo de ele não estar fardado no dia de hoje?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Bom dia, Senadora. Eu não estou fardado hoje porque reitero que as mensagens trocadas com o Tenente-Coronel Cid foram do cidadão Jean com o cidadão Cid.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O Exército emitiu alguma ordem para o senhor vir fardado ou não?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, foi a iniciativa minha.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Iniciativa do senhor?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, eu vim à paisana para caracterizar bem que era o coronel.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Nós vamos averiguar.

Cuidado que o senhor pode sair daqui preso no dia de hoje.

Enfim, vamos lá. Pai de família, cristão, família simples. É assim, é assim que muitos começam: Deus, pátria, família. "Eu não queria nada, eu vim em busca da paz." Eu acho que o senhor deveria ser o próximo, deveria receber o próximo Prêmio Nobel da Paz. Incrível a capacidade de V. Exa. de lutar pela paz de um país! Eu estou realmente, assim, emocionada, muito emocionada.

E vamos lá: saibam, Srs. Parlamentares, segundo mesmo a nossa Relatora disse, que aqui não há ninguém que tenha uma capacidade cognitiva medíocre, mas seria importante que os Parlamentares dessem um mínimo, uma estudadinha mínima, uma pesquisada mínima no Google. O Wikipedia diz pra gente o seguinte:

(...) golpe de Estado pode (...) ser dado com violência ou não, pode corresponder aos interesses da maioria ou de uma minoria. O golpe de estado pode consistir simplesmente na aprovação, por parte de um órgão de soberania, de um diploma que revogue a Constituição e que confira todo o poder do estado a uma só pessoa ou organização. (...) Na teoria, o conceito de golpe de Estado surge em 1639 (...) Um golpe de estado costuma acontecer quando o grupo político renega as vias institucionais pra chegar ao poder e apela pra



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

métodos de coação, coerção, chantagem, pressão ou mesmo emprego direto de violência (...) ou não.

Portanto, pode ser dado, sim, um golpe de estado sem o emprego de violência, o que não aconteceu neste país.

Então, assim, nós estamos aqui tentando emitir conceitos fidedignos, conceitos reais, mas tem gente que está tergiversando. Tem gente que não entende que dinamites são armamentos. E ontem o Coronel Naime disse que foram apreendidas, sim, inúmeras armas. Então, como é que não houve, como é que não houve o emprego de violência num crime consumado?

Dias 12 e 24 poderia até ser tentado, mas no dia 8 foi consumado, na minha concepção e na concepção de alguns que vêm estudando, e eu respeito... Eu já passei por várias fases aqui, posso até retroceder ou não e achar que foi uma tentativa, mas para mim foi consumado. Por quê? O primeiro ato, num golpe de Estado, é a tomada dos Poderes. A tomada dos Poderes. E os Poderes foram tomados no dia 8.

Quando o senhor disse que o Presidente recuou e que o Exército brasileiro não iria tomar atitude, o senhor disse o seguinte: "Agora é só pelo povo". E foi aí que vocês incitaram, continuaram incitando, porque o senhor frequentava o QG.

O que é que o senhor fazia lá? Quantas vezes o senhor esteve no QG, por favor?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Senadora, eu trabalho no QG. Não estive nenhuma vez.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O senhor trabalha lá?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu trabalho no QG. Então, todos os dias eu vou para lá e eu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O senhor trabalha lá fora, lá no acampamento? Ou o senhor trabalha dentro do quartel?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Dentro do quartel-general.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Ah, o.k.

O senhor frequentava os acampamentos?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Nenhuma vez.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Nunca?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Nunca.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Muito bom. Muito bom.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é que o senhor está no alto escalão, né? O senhor não frequentava o povão. O senhor não é do povão. Definitivamente, não é. O povo está lá: muitos culpados, muitos inocentes.

E aí eu faço um apelo: que o Presidente Bolsonaro mande o seu Pix para esse povo pagar advogados, porque nem os defensores públicos estão dando conta. Não vou falar mal de defensor público não, mas quem está preso está reclamando do atendimento. Não é igual ao senhor, que tem condições de bancar um advogado... Ou são defensores públicos? Eu não sei...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – São advogados. Então, obviamente, estão recebendo – e devem receber. Mas bem... Muito bem.

Ainda bem que tem gente que colabora com a nossa profissão, para a gente não sucumbir.

Então, respeito muito, mas o Pix deveria ir para esse povo, porque ficam em cima da gente, aqui, pedindo ajuda, ajuda, mas o alto escalão dessa história, quem incitou, não está indo lá ajudar. Nunca vi o Presidente Bolsonaro indo para a Papuda, para a Colmeia, para visitar essas pessoas.

Muito estranho. Muito estranho.

O senhor disse que ficou decepcionado... Com quem o senhor ficou decepcionado? Com o quê? Nas conversas com Mauro Cid... O senhor disse: "Que decepção".

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu vou manter meu silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Ah... Ótimo.

O senhor acredita no resultado das urnas?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, acredito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O senhor queria paz. Por que conversar sobre paz no privado? Por que medo do telefone? Queria um telefonema seguro para falar sobre a paz...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, eu queria conversar com ele uma conversar particular entre mim e ele...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Particular sobre o quê?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Tudo. Vários assuntos. Inclusive aquele que eu estava pedindo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Paz?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – ... que era para apaziguar. Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Precisa falar no privado sobre paz? O senhor tem algo a esconder sobre alguém? O senhor sabe de alguém...

O senhor queria paz, mas, se o senhor queria conversar no privado, o senhor sabia que alguém não queria paz.

"Não recuar agora", o senhor disse. Não recuar do quê? "Diga para o Presidente não recuar agora". Não recuar do quê? De promover a paz?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, eu prefiro permanecer calado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Muito bom. Seu silêncio fala muito alto.

O senhor quer dizer que Bolsonaro não queria promover a paz? O senhor queria? O senhor estava tentando convencer Jair Bolsonaro, a alta cúpula, a promover a paz?

Vocês usaram o povo brasileiro. E é bom que o povo brasileiro acorde e pare de idolatrar ídolos, que serão abandonados igual o senhor. O senhor está abandonado, será abandonado. Mas nós iremos chegar lá. Nós estamos aqui preocupados em encontrar os mandantes e os financiadores desse golpe à nossa democracia. Os senhores deram um golpe de Estado, não conseguiram sustentar, porque, graças a Deus, as nossas forças de segurança retomaram. Não deu certo, porque o início dessa trajetória orquestrada por vocês começava com o povo. O senhor mesmo disse: "Agora, vai ter que ser o povo". E o povo foi usado, o povo foi colocado ali na linha de frente, as senhorinhas, que tantos aqui defendem, choram por elas e clamam pelos direitos humanos... Mas, ontem, aquele que prendeu 450 patriotas ou golpistas... Ninguém perguntou pra ele sobre isso, ninguém perguntou pra ele se ele prendeu algum inocente, se ele prendeu alguma criança, se ele prendeu alguma senhorinha...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Ontem, era o dia!

Portanto, a trajetória de vocês foi tentar, tentar, tentar... Por quê? Porque tem muita coisa escondida aí, era necessário manter o poder, era necessário... E, graças a Deus, vocês que são cristãos, como o senhor disse... Graças a Deus que Deus não ouviu as suas preces! Que Deus bom, patriota, brasileiro! Esse, sim, salvou as nossas famílias, salvou a minha família, salvou o meu filho da bomba de um pacifista, como o senhor!

E, sim, Brasil, é possível dar golpe de Estado sem violência! Não acreditem nessas mentiras e nessa desinformação que está acontecendo aqui! Deem um Google e estudem! Simples assim!

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senadora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o próximo orador inscrito, Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, a democracia brasileira não é frágil como alguns integrantes desta Comissão dizem que é. Eu não creio e não acredito que a democracia brasileira seja tão frágil a ponto de ser abalada por mensagens de WhatsApp.

As tais das minutas de golpe... O que são? Minutas de estado de defesa, que é previsto pela Constituição Federal. Minutas de estado de sítio, que são previstas pela Constituição Federal e que, inclusive, dependem do Congresso Nacional para serem aprovadas. E uma outra minuta de suposto golpe que era uma operação de garantia da lei e da ordem, uma GLO, que são feitas inúmeras por ano, sempre solicitadas – ou quase sempre solicitadas – pelo Presidente da República. No dia 8 de janeiro, o comandante supremo das Forças Armadas era Luiz Inácio Lula da Silva. Se decretasse eventualmente uma GLO, ele comandaria a GLO. Então, que golpe é esse?! Que não contava com apoio internacional, porque saiu matéria, semana passada, que a CIA operou, trabalhou em prol do Lula; saiu matéria, comentário, inclusive, do jornalista Glenn Greenwald.

Portanto, não teria apoio pra um eventual golpe, Senadora Eliziane Gama, da comunidade internacional. Diferente de 64, que teve papel dos Estados Unidos, agora a CIA não apoiaria num domingo, sem qualquer autoridade aqui. O Lula, inesperadamente, estava em Araraquara. Golpe em um domingo? O Coronel Naime esteve aqui ontem, Senadores, Senadoras, Deputadas e Deputados, e disse categoricamente que bastou aproximadamente ele chegar aqui... Em uma hora, ele tinha prendido todo mundo. Então, que golpe é esse?

Ao Coronel Lawand: a imprensa noticiou, desde que as mensagens foram reveladas, que o senhor é Subchefe do Estado-Maior do Exército. Isso procede?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Eu não sou o Subchefe do Estado-Maior do Exército.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Então é *fake news* da imprensa?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Positivo.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Porque a imprensa tem, desde que suas mensagens foram divulgadas, falado que V. Sa. é Subchefe do Estado-Maior do Exército. O senhor não é nunca foi?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não sou e nunca fui.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – *Fake news* da imprensa.

Agora é preciso que a gente entenda o contexto, Coronel Lawand, porque os Chefes de cada uma das Forças emitiram a nota ao povo brasileiro, que foi feita no 11 de novembro, defendendo as manifestações do povo na frente dos quartéis no Brasil inteiro. E não poderia ser diferente, porque a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal prevê a liberdade de manifestação, desde que as manifestações sejam pacíficas. Então, depois dessa nota, nós presenciamos, Deputado Nikolas, que o povo se sentiu seguro e, de fato, foram às ruas se manifestar sempre pacificamente, com o apoio das cúpulas das Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica –, que no dia 11 emitiram a nota ao povo brasileiro.

O povo estava tão na rua, Coronel Lawand, que o Lauro Jardim, jornalista, reportou que foram identificados militares reformados e parentes de militares da ativa. O próprio Ministro da Defesa, nobre Presidente, Ministro Mucio, disse que parentes dele estavam se manifestando nos acampamentos, porque as manifestações eram pacíficas e contavam com o apoio das Forças Armadas do nosso país. O General Dutra disse, na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que impediu a desmobilização, e isso foi reiterado... Inclusive, melhor dizendo, pelo Coronel Naime ontem, que o General Dutra havia impedido a desmobilização, mesmo após o dia 12 de dezembro. Isso foi dito, corrigindo o que eu disse anteriormente, pelo Coronel Naime ontem, na sessão que tivemos aqui da CPMI: que o General Dutra impediu a desmobilização, inclusive mesmo após o dia 12. Pergunto: foi feita, primeiro, a desmobilização dos parentes e dos militares da ativa, permitindo que pessoas estranhas e criminosas restassem nos acampamentos do dia 8 de janeiro? O senhor tem informação disso, Coronel Lawand?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Nenhuma informação, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Às vezes a impressão que passa... Aí eu quero deixar claro aqui, Deputados, que é só impressão. Mas às vezes a impressão que passa é que um segmento, uma ala do Exército se utilizou, Coronel Lawand, da população na rua... E eu estou aqui pra defender o povo que foi pra rua, o povo que, inclusive, parcela está presa ainda. A impressão que passa é que um segmento, uma parcela do Exército se utilizou de estratégias de guerra psicológica, fazendo com que o povo ficasse nas ruas, fazendo com que o povo acreditasse que seria possível algum caminho pra retornar à ordem constitucional e que na verdade essa parcela do Exército se utilizou disso para negociar situações com o Governo, que acabava de ter sido eleito, como, por exemplo, o Ministro da Defesa, que é um Ministro não radical do PT, mas um Ministro que tem um histórico na defesa do diálogo e do consenso.

O senhor acredita que as manifestações foram utilizadas como moeda de troca?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não tenho conhecimento nem como emitir opinião sobre isso.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – No final das contas, Sra. Relatora, o que resta é uma única verdade: o Presidente Bolsonaro, como ele sempre disse ao longo dos últimos quatro anos, sempre jogou dentro das quatro linhas. O Presidente Bolsonaro, nas mensagens que estão no relatório da Polícia Federal, não deu qualquer tipo de ordem fora das quatro linhas da Constituição. O Presidente Bolsonaro é um verdadeiro democrata.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, por falar em democracia, Sr. Presidente, colegas governistas que aqui estão, a história do PT se confunde com a história dos grandes escândalos de corrupção e com histórias de narrativas deles sendo vítimas de supostos golpes. Vejamos! Do mensalão o que o PT diz? "Foi o golpe das elites". Da Lava Jato o que eles dizem, Senador Sergio Moro? Que a Lava Jato teria sido golpe do Judiciário, sendo o Lula condenado em primeira, segunda e terceira instâncias. "O *impeachment* foi golpe do Parlamento!". Parlamento presidido pelo Ministro Ricardo Lewandowski. Quantos Deputados que aqui estão e que já falaram isto, Senador Flávio: "*impeachment* é golpe!"; Da prisão do Lula eles dizem até hoje: "Eleição sem Lula é golpe". Então, o que é golpe para os Deputados e Senadores governistas que aqui estão? E aqui eu quero relembrar aquilo que o ex-Comandante do Exército General Villas Bôas relatou no seu livro e em entrevistas: que, no decorrer do processo do *impeachment* da Dilma Rousseff, ele foi procurado por Parlamentares do PT e questionado sobre um possível estado de defesa. Por essa lógica, Dilma Rousseff deveria estar presa neste momento, porque ela mandou emissários ao então Comandante do Exército questionando-o sobre se ele aceitaria um estado de defesa. Prisão para Dilma Rousseff! Pau que dá em Chico dá em Francisco.

Lembro aqui inclusive que, na Constituinte, o Lula orientou o voto contra, a Bancada do PT votou contra a Constituição democrática de 1988. Quem são eles agora para defender a Constituição Federal? Quem são eles para defender a democracia? Trinta dias atrás, estavam recebendo o ditador, narcoditador venezuelano aqui no Brasil, com honras de Estado, com tapete vermelho. Cuba, Nicarágua... Quem são eles para defender a democracia?

De tudo, Coronel Lawand, eu concordo com V. Exa. em uma das mensagens: "entregamos o país aos bandidos". O Lula é um bandido e um ditador e não merece o cargo em que ele está.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, deixe-me pedir aqui silêncio para eu... Um minuto, por gentileza só para não tirar a linha de raciocínio?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Que recomece o tempo do Deputado. Recomeçou o seu tempo, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, só para iniciar aqui, a gente tem que dizer até como, até qual foi a maneira que a gente chegou neste fato! E isso é importante, ou pelo menos deveria ser, em um Estado democrático de direito.

Estamos, hoje, aqui, falando de uma conversa que o Coronel Lawand teve com o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, Cid. Hoje, todo mundo tem acesso a essa conversa, porque essa conversa estava dentro do celular do ajudante de ordem de Bolsonaro, Cid, e foi vazada pela Polícia Federal. Não pode ser vazada por outra pessoa, ou por outro órgão, ou outra instituição! Era a Polícia Federal que tocava e está aqui o selozinho da Polícia Federal, inclusive, a marca d'água.

Já me causa estranheza esse vazamento seletivo! Daqui a pouco, eu volto a falar sobre a conversa, mas esse vazamento seletivo é muito estranho, porque tem um Coronel falando com o ajudante de ordens, desesperado, e aí eu não sei, e fica impossível de provar se o ajudante de ordem chegou a falar com Jair Bolsonaro.

Eu, como ajudante de ordens de alguém, eu diria assim: "Olha, ele está tentando". Qual é o Deputado aqui que não tem um assessor para dizer o "não"? Ou qual é o Deputado que não tem um assessor para dizer: "Olha, o Deputado vai lutar por isso aí". Tem!

E aqui fica difícil de a gente provar se o Cid chegou a falar com o Bolsonaro, mas nem é disso que eu estou falando ainda. É muito conveniente, Sr. Presidente. Pega uma conversa em que o Cid diz: "Vamos tentar". "Não está fácil". "É arriscado". E a gente não tem acesso à investigação completa ou, pelo menos, a todas as conversas que tem no celular do Cid!

Porque, ao mesmo tempo, em que tinha alguém desesperado, pedindo socorro, poderia ter outra pessoa dizendo: "Isto é uma aberração, o que está acontecendo dentro dos QGs". E o mesmo Cid poderia estar respondendo: "Concordo". O mesmo Cid poderia estar dizendo: "Realmente, é uma cagada o que estão fazendo. É errado!".

Não tem como eu dizer, porque o vazamento foi seletivo. A gente só tem acesso ao que interessa ao Governo e é o que parece!

Aí a gente volta mais: por que é que a Polícia Federal está com o celular do Cid? Porque houve busca e apreensão e ele foi preso. Por quê?! Por causa de uma suposta falsificação no seu cartão de vacina ou no cartão de vacina de Jair Bolsonaro.

Mas dentro de qual inquérito?! Dentro do inquérito das milícias digitais. Senhores petistas também! Um inquérito para apurar milícia digital! Aí sai um braço nada a ver! Opa! Cartão de vacina, prisão, pega e quebra sigilo! Busca e apreensão, pega o telefone! Opa, outro bracinho!

Isso tudo saindo de forma que ninguém entende como é que funciona. Ninguém sabe como é que se dão esses vazamentos. Aí desse bracinho, opa, uma conversa falando sobre uma suposta tentativa de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

golpe, que mais uma vez – eu aqui folheando – não consegui entender a relação disso com o 8 de janeiro. Volto a sugerir: abram uma CPMI ou CPI sobre a suposta tentativa de golpe que aconteceu ainda em 2022 do Exército, ou de parte do Exército. E eu não estou aqui pra defender militar, eu não estou aqui pra defender ninguém, eu estou aqui pra apurar a verdade. A CPMI está querendo saber sobre o 8 de janeiro. E a gente vai tratar com normalidade, a gente vai tratar com normalidade como foi que essas provas chegaram até nós?

Sr. Coronel, sendo bem honesto, eu não acredito muito no que o senhor falou hoje aqui. Mas eu também não posso dizer que é mentira. Não posso. Se alguém quiser acreditar, que acredite. Aliás, tem gente que acredita que o Lula é honesto. Então, isso aí é pessoal. Mas eu particularmente não acredito. Eu acredito, sim, na revolta de um ser humano, de um cidadão com o que está acontecendo com o Brasil. Eu acredito nessa tese. Eu acredito nessa tese em que você vê um bandido chegando ao poder, e, aí sim, faz sentido dizer "entregamos pros bandidos". Eu concordo! O senhor não precisa falar, eu falo por você. Eu concordo! Entregamos pra um bandido. E hoje a gente vê aqui o bandido aparelhando os órgãos. Eu vejo isso, uma revolta popular que aconteceu com milhões de brasileiros. E eu entendo o seu posicionamento.

Pra quem está assistindo, eu entendo o posicionamento do Coronel que aqui está. Sabe por quê? Porque ontem, nesta CPMI, a gente viu também um Coronel, da Polícia Militar do Distrito Federal, preso há cinco meses, sem sequer ter sido denunciado. É óbvio que ele não vai chegar aqui e vai dizer: "Eu queria um golpe", ou "Eu queria que os militares agissem", ou que "Eu não acho que Alexandre de Moraes seja um cara tão democrático". Ele não vai dizer isso! Ele não vai. Aliás, por muito menos abriram investigação contra mim, prenderam Deputado Federal, fizeram busca e apreensão dentro de gabinete de Senador, deste Senado. É claro que ele vai ter medo! É claro! É óbvio! Então, pro povo brasileiro entender, não está nítido que estamos em um estado de exceção? Cinco meses – o Coronel que aqui estava ontem –, cinco meses preso e não foi sequer denunciado. O Coronel que estava lá, em luta corporal com vândalo, preso há cinco meses. O General que estava servindo água pra vândalo não é nem investigado. É claro que ele vai ter medo!

Agora, o que é que isso aí tem a ver com o 8 de janeiro? Mais uma vez, Sr. Presidente, estão fugindo aqui do escopo, do fato determinado. "Ah, não, mas porque tem uma..." Não tem.

Sr. Coronel, vou fazer duas perguntas. O senhor esteve no 8 de janeiro, naqueles ataques?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O senhor incentivou alguém a atacar os prédios?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – De jeito nenhum.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Por mim já poderia se levantar e ir embora. É isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem alguma comprovação de que ele estava no 8 de Janeiro? Tem algum vídeo? A nobre Relatora ou algum Parlamentar trouxe aqui algo que o envolva com o 8 de janeiro?

Coronel, perdão por fazer o senhor perder o seu tempo e ainda ficar ouvindo ameaça: "vai ser preso, vai ser preso". É difícil viver hoje no Brasil, é difícil, porque, se vai para a Justiça, não é tão justa assim; se vem pra uma Comissão Parlamentar de inquérito, também não são tão justos assim. Fica difícil.

Agora, para finalizar. Eu não estou entendendo, também, a narrativa que se está criando. O Governo vem e diz: o Alto-Comando não compactuou. Cria-se a narrativa de que Bolsonaro queria, mas o Alto-Comando não compactuou, então o corpo ali do Exército não compactuou com o 8 de janeiro.

(Soa a campanha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Quem é que daria o golpe, no 8 de janeiro? Porque, sei lá... Não tinha o apoio do Legislativo, então o Legislativo não ia tomar o poder; não tinha o apoio do STF, não íamos ter um semipresidencialismo, com a interferência do STF, como foi dito em uma palestra internacional; não tínhamos o apoio do Executivo contra os outros dois Poderes; e nem tínhamos o apoio do Exército! O que é que nós tínhamos? E quando eu falo nós, eu estou falando aqui como se fosse um daqueles manifestantes que estavam lá. Desesperados! Eles iam dar o golpe ao lado de quem? O que é que eles iam fazer? Entraram, invadiram. E aí?

Sr. Presidente, até pra uma melhor condução – e aqui vai uma fala mesmo direcionada pra V. Exa. –, quando for falar pra imprensa... É uma sugestão, um pedido na verdade: quando for falar pra imprensa, não chame os manifestantes de golpistas. Esta CPMI aqui é pra apurar o que aconteceu.

(Interrupção do som.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – E, quando o senhor chama de golpistas aqueles que estavam se manifestando, parece que já temos um relatório final e uma decisão do que aconteceu. Ou então, se quiser falar: aqueles prováveis golpistas.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Acabou o tempo, Presidente. Já acabou o tempo, Presidente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, pela ordem, só para eu compreender – V. Exa. deve suspender –, eu queria uma fala, Presidente, antes da suspensão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou... Eu falei que suspenderia a reunião às 13h. Eu iria... Pois não, pode falar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Na verdade, eu queria fazer aqui uma pergunta ao depoente, Presidente.

Coronel, o senhor acompanhou agora, ultimamente, vários Parlamentares que fizeram as suas colocações neste depoimento, nesta oitiva de hoje. E o senhor, naturalmente, percebeu, de forma muito clara, que a sua estratégia de defesa, não é exagero dizer, é uma estratégia suicida. Nem a base de sustentação, por exemplo, do Governo, e nem a base que dá apoio ao ex-Presidente Bolsonaro, na verdade, recebeu as suas informações como verdadeiras.

E eu queria, na verdade, colocar uma situação. A gente percebe claramente que o senhor está sozinho nesse embate, nessa caminhada. Percebe-se, inclusive, que o senhor veio como civil a este depoimento, a essa oitiva de hoje. Eu perguntaria a V. Sa. se o senhor não aceita, por exemplo, ter uma conversa reservada com a Comissão, no sentido de a gente poder... Os Parlamentares membros da Comissão participam numa reunião dessa natureza – a gente está aqui com uma exposição nacional. No sentido de conversar conosco até para, de repente, dar mais elementos e uma contribuição melhor aos trabalhos desta Comissão, diante exatamente da sua posição e diante da forma com que a gente acompanha, de fato, todo o transcorrer dessa audiência de hoje.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Sra. Relatora, agradeço a sua preocupação, mas não. Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tudo bem.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou passar a palavra para o Senador Sergio Moro, e em seguida nós vamos suspender a sessão.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, obrigado. Agradeço.

Eu deixei bem claro, na minha participação aqui nesta Comissão, que eu não iria proteger ninguém que fez coisas erradas. Eu acho que as responsabilidades têm que ser individualizadas. Aquelas pessoas que cometeram atos de violência, invadiram, depredaram prédios públicos têm que ser punidas, claro, na medida das responsabilidades. O indivíduo que esteve aqui e que tentou colocar uma bomba tem que ser punido severamente – já foi condenado, inclusive. Mas a grande questão é esta: a gente determinar as responsabilidades individuais de cada uma das pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço uma ponderação inicial, Presidente. Eu fui juiz por 22 anos. Eu interroguei Fernandinho Beira-Mar, Marcinho VP, pedófilos, ladrões do dinheiro público, mas eu tinha como praxe nos meus interrogatórios – e aqui não estou fazendo uma comparação do depoente a essas pessoas –, mas eu sempre tratei todos com urbanidade, chamava Fernandinho Beira-Mar de senhor.

Faço apenas essa ponderação porque eu vi, em umas inquirições anteriores, alguns dos Parlamentares se dirigirem de maneira ofensiva ao depoente. Não digo que o depoente não mereça alguma reprovação, mas, quando se vai para esse lado pessoal, de baixo calão, ofensivo, não creio que é o melhor papel para se buscar extrair a verdade, porque, afinal de contas, é o que nós queremos aqui: buscar a verdade dos fatos.

Nessa linha – aqui eu vou tomar a liberdade de acompanhar o Senador Marcos Rogério –, não estive ontem, mas assisti a alguns trechos do depoimento do Coronel Naime. Eu não tenho acesso aos autos, não sei exatamente, ali, os motivos da prisão preventiva, ou o porquê da demora dessa denúncia, mas o relato que ele fez – e abstraindo desse fato que eu não conheço todas as evidências – me pareceu bastante convincente. E aqui ficaria uma ponderação para que, passados os cinco meses sem denúncias, que fosse revista, olhada novamente essa prisão preventiva. E faço isso... Sei que o Ministro Alexandre é um juiz severo, mas é um juiz também que demonstrou, já, ponderação nos seus posicionamentos. E fica aí uma ponderação minha, na linha do Senador Marcos Rogério, porque acho que é o papel desta CPMI individualizar responsabilidades e tratar todos com a devida justiça: talvez essa prisão mereça uma segunda olhada ali pelo Supremo Tribunal Federal.

Em relação ao depoimento, hoje, do Coronel Lawand...

Coronel, eu também não estou convencido das suas explicações, com todo o respeito, sobre as mensagens. Entendo, quando se fazem perguntas de cunho acusatório, uma tentativa de autoproteção, o direito ao silêncio e até mesmo o encobrimento da total verdade ali sobre os fatos. Mas a minha questão – e aqui eu faço as perguntas; se o senhor quiser, fique em silêncio, fique à vontade para isso – é se nós podemos relacionar essas mensagens a condutas.

Eu ouvi aqui, por exemplo, uma tentativa de relacioná-lo a essa tentativa de atentado à bomba. Mas, ao que me consta, V. Sa. não foi acusado e nem investigado naquele caso. Nós ouvimos até aqui os policiais. Mas aí eu quero lhe perguntar diretamente: o senhor tem algum envolvimento nessa tentativa de atentado à bomba, lamentável, deplorável, que aconteceu aqui em Brasília?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Nenhum, Senador. Nenhum.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Existe alguma mensagem de V. Sa. que o relaciona a esse atentado à bomba?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Em hipótese alguma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Foi destacado aqui um outro ato lamentável, que foi a tentativa de depredação ou invasão do prédio da Polícia Federal; 12 de dezembro, salvo engano. O senhor tem algum envolvimento nesse ato?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor é investigado nesse ato?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Existe alguma mensagem de V. Sa. que o relaciona a esse ato específico?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Foi mencionado aqui o 8 de janeiro, e o colega Parlamentar que me precedeu fez uma pergunta direta, que é a pergunta que tem que ser feita: onde é que o senhor estava em 8 de janeiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Em casa, com a minha família.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Em Brasília?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Em Brasília.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Existe alguma mensagem do senhor instigando a prática, as invasões dos prédios públicos no 8 de janeiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não existe, Sr. Senador. Não existe nenhuma mensagem.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Ainda nessa linha – e quero fazer algumas perguntas diretas ao senhor –, o senhor deu algum apoio logístico aos acampamentos?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Em hipótese alguma, Senador. Eu coloquei à disposição todo o meu sigilo fiscal, bancário e telefônico.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor tem essas mensagens, que, eu já disse, acho lamentáveis, reprováveis, e, sinceramente, não me convenci pela sua história a respeito delas. Mas a indagação que eu faço: o senhor chegou, em algum momento, a mobilizar tropas ou convocar uma sublevação para a prática de um golpe de Estado no Brasil?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O senhor não convocou soldados, cabos, capitães, tenentes...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor, Senador.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... pra uma marcha?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Eu ouvi aqui um colega que me precedeu dizendo que o senhor estava incurso em alguns artigos lá do Código Penal que tratam da proteção do Estado democrático de direito. De fato, existem esses artigos, mas todos eles, o que é que eles dizem? O 359: "Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado [...] de Direito[...]". "Tentar" – 359-M – "Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo [...] [instituído]". O senhor praticou alguma violência ou grave ameaça contra o Estado de direito ou contra o Governo instituído? Alguma conduta do senhor?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Nós não vamos ser surpreendidos por novas mensagens do senhor...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor. Certeza absoluta.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... apontando o senhor como envolvido no atentado à bomba, no ataque ao prédio da Polícia Federal ou no 8 de janeiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor. Nada me liga a qualquer fato desses.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Numa das suas últimas mensagens – 21 de dezembro de 2022 –, o senhor teria mandado ao Coronel Cid, Tenente-Coronel: "Soube agora que não vai sair nada". Existem mensagens posteriores do senhor? Ou o senhor se envolveu, após essa mensagem, em alguma tentativa de instigação de golpe do Estado, ou a prática de violência, ou a prática de grave ameaça contra o Governo eleito?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor, Senador. Não existem mensagens.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Satisfeito.

Só para finalizar aqui, mais uma vez eu vim para esta Comissão para a gente poder elucidar a verdade e definir as responsabilidades. Quem cometeu crimes, invadiu, depredou, colocou bomba, ameaçou tem que ser punido com rigor – com rigor. Temos que apurar a possível omissão das autoridades constituídas, seja federais, distritais, quanto aos eventos do dia 8 de janeiro. Temos que apurar uma possível tentativa de obstrução da Justiça e de informações ao Congresso pelo que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu depois. Temos um relatório da Abin com indicativos de fraude. Vamos ver se isso foi deliberado ou se foi alguma espécie de falha.

Agora, nós precisamos sair de uma histeria de buscar responsabilizar pessoas pelo que elas eventualmente...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... cogitaram, cogitaram, mas não puseram em prática.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Sergio Moro.

Neste momento, nós vamos suspender a sessão até às 14h. Às 14h retomaremos os nossos trabalhos.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Presidente, às 14h10. Presidente, às 14h10.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tá. Às 14h10.

(Suspensa às 13 horas e 06 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 14 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Às 14h14, vamos retomar os nossos trabalhos.

Primeiro orador inscrito na parte da tarde, o Senador Cleitinho.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – A Presidência tem que esperar o...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Quem é que vai depor, Presidente? Eu posso sentar aí?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não entendi.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – O Comandante não vai voltar, não?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade. Eu já comecei aqui...

Cadê o depoente? *(Risos.) (Pausa.)*

Já está vindo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui doze oradores inscritos que são membros da Comissão, com dez minutos, e depois mais dois oradores que não são membros da Comissão.

Coronel, por favor, tome assento para retomar aqui o nosso trabalho.

Agora, sim, eu passo a palavra ao Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Presidente, boa tarde a todos aqui, boa tarde aos Deputados, Senadores, Senadoras, Deputadas!

Eu quero aqui, primeiro, que fique bem claro aqui, como eu falei na questão da CPMI, que eu vou defender só inocente. Quem estiver errado vai ter que pagar. Eu sempre penso isso. O que eu falei eu vou praticar.

Então, eu queria falar na situação do comandante que está aqui hoje, o senhor que está aqui hoje que ele errou. Que fique claro isso. Não vou passar pano, não é? Até escutei de um Deputado aqui que é pastor também, dizendo que nós não seríamos solidários. Solidário com coisa errada, eu não vou ser solidário. Jamais serei. Está aqui o Pr. Marco Feliciano... E esse pastor que estava aqui – até não está aqui –, mas é solidário a estupro, é solidário a aborto, é solidário a um monte de coisas; é solidário ao Maduro. Então, eu não serei solidário a coisa errada, não, que fique claro isso aqui.

Sabe, agora eu queria fazer... Porque eu penso o seguinte: na situação do comandante existe a questão de querer errar e de errar. Ele queria errar. Falar que ele não queria errar, não vou passar pano aqui, não, porque ele queria errar, que fique claro isso. E eu queria aqui mostrar uma situação, Pr. Marco Feliciano, que o senhor vai entender comigo. Quem fiscaliza a consciência do ser humano, o único que consegue fazer isso se chama Deus. Nós não conseguimos fiscalizar a consciência do ser humano. É impossível isso acontecer.

Vou te dar um exemplo. Eu sou seu assessor, está fazendo agora essa época de frio, e aí eu pego... Eu sou assessor do Marco Feliciano, não vou falar nada pra ele, vou atrás ali de buscar os empresários para poder me dar dinheiro para eu falar que eu vou comprar cobertor, vou comprar agasalho e não compro nada. Passam-se seis meses, depois sou investigado e se descobre que o assessor Cleitinho, que é do Marcos Feliciano, está fazendo coisa errada. E onde ele sabia disso? Não sabia de nada.

Então, as perguntas que eu quero fazer aqui são para tirar essa narrativa da questão do Presidente Bolsonaro, porque, por mais que o Bolsonaro tenha apoiadores, tenha Deputados que o apoiem, o Bolsonaro não consegue fiscalizar quase 60 milhões de eleitores, não, gente. Não tem como ele fazer isso, não.

Então, a pergunta que eu quero fazer para o senhor é a seguinte: o senhor fez isso como comandante ou como pessoa na questão das mensagens?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Eu fiz como pessoa.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Como pessoa.

Você, como comandante e como pessoa teve alguma ligação com o Presidente Bolsonaro? Encontro, conversas nessa época em que terminou a eleição até o dia 8?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – O único encontro que eu tive com o Bolsonaro foi no dia 6 de junho de 2020, quando era eu Comandante do CGMF. Outro encontro, nenhum mais.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Nenhum? Então, vamos acabar com essa narrativa covarde de ficar colocando que o Bolsonaro fez alguma coisa nesse ato do dia 8, o que é errado.

Agora, o senhor errou, porque, para mim, ser de direita é fazer direito. Diferente se fosse ao contrário. Se fosse o Bolsonaro que tivesse ganhado a eleição e tivesse essa questão do dia 8, tenho certeza de que muitos que estão aqui estariam passando pano. Eu não vou passar pano pro senhor. O senhor, nas suas mensagens, foi totalmente errado.

Aí eu queria te fazer uma pergunta também: o senhor concorda com as eleições de 2022?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – O senhor concorda com a eleição?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Concordo com a eleição.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – O senhor concorda? O senhor não discordou da eleição, não?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não discordei da eleição.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Então por que você estava com essas mensagens ridículas pedindo intervenção?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Senador, eu vou voltar a falar o que eu falei desde o início. Eu não estava pedindo intervenção, eu não queria golpe, eu não queria...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Você está faltando com a verdade, isso está bem claro nas suas mensagens. Não faça isso. Deixa eu te falar uma coisa pro senhor, com todo o respeito. Eu, quando era Deputado Estadual, meu pai me ensinou isto: "Seja homem até quando você erra. Errar, todo mundo vai errar. Nós estamos aqui. Eu jamais vou julgar e te crucificar, porque Jesus, que é o maior de todos, quando esteve aqui, falou: 'Aquele que não errou, que atira a primeira pedra'". Seja homem de falar que o senhor errou. O senhor, na questão das mensagens, o senhor errou. E o que eu estou te falando: quando eu era Deputado, fui votar um projeto interpretando de uma maneira e me



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equivoquei, votei de outro jeito. Aí, um monte de gente me crucificou. Cheguei, passei o final de semana orando, pedindo a Deus. Sabe o que eu fiz na terça-feira, quando tinha plenário? Subi e falei: "Gente, eu errei. Não vou pedir perdão porque eu não tive a intenção, mas eu vou pedir desculpas ao meu eleitor por ter interpretado de uma forma".

Errar é humano. Nós somos seres humanos. Persistir no erro é bobagem. Então, o senhor, como comandante das Forças Armadas, seja homem de falar assim: "Eu errei.", para a gente encerrar isso aqui. Você errou. É isso que eu te peço. Porque, ser de direita e ser um cidadão que busca liberdade, um cidadão que busca democracia, jamais você vai ser a favor de atos de golpe.

Então, o que eu quero falar para você aqui é que eu estou aqui, para todo cidadão brasileiro, para defender o que é certo. O que é certo é certo, e o que é errado é errado. Você errou. Então eu vou defender aqui é o Naime, porque eu acho que a CPI tem prerrogativa para isso. E aqui vale para todos: para quem é de esquerda, quem é de direita, quem é base, quem é oposição. O Naime foi totalmente injustiçado, ele tem que estar solto, é covardia fazer isso com ele. Vamos, todo mundo aqui, pedir um requerimento aqui, pedir ao Ministério da Justiça, ao Alexandre de Moraes que solte o Naime.

Agora, que o senhor tenha a consciência de saber que você errou. A gente começa a consertar este país aqui é através dos erros. Então, eu te falo, do fundo do coração, pelo seu pai, pela sua honra, pelo Brasil, tenha... Fale assim: "Eu errei". Errar é humano. Seja homem de falar que errou.

Muito obrigado.

O senhor errou nas mensagens?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Senador, eu volto a dizer, eu...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Está gaguejando. Faça isso não. Fale que errou, vai ficar mais bonito para nós...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não. Não, Senador.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – O senhor é um... O senhor é um comandante das Forças Armadas.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Senador...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Errar faz parte.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Senador, eu mandei as mensagens, e, em nenhum momento, com hipótese de golpe, ou intervenção federal, ou quebrar a democracia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Presidente, como eu falei sobre Jesus Cristo, Deus, que Ele é o único que sabe da consciência de cada um, da intenção do coração, Deus sabe do seu coração, da sua intenção, viu?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o Senador...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... Magno Malta, que, não estando presente, vai pro final da fila.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu tenho uma questão...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente, só uma cooperação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

Questão de ordem, Deputado Rogério.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Qual o artigo, Presidente?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para questão de ordem.) – Presidente, eu não...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – O artigo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu não... É o artigo da questão de ordem no que diz respeito ao procedimento.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Qual o artigo?

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Qual é o número do artigo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para questão de ordem.) – Só podem falar... Os Parlamentares, segundo o que nós aprovamos, deverão comparecer pessoalmente ao plenário, sendo vedada assinatura por procuração ou assemelhada. Então, apenas aqueles que se inscrevem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, veja só...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... o Deputado Carlos Veras me perguntou também por que o Senador Cleitinho não estava inscrito e ele colocou. A Senadora Damares cedeu o seu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugar pro Senador Cleitinho. Não fosse aceita essa posição pela Mesa, a Senadora ficaria ali. Quando eu passasse a palavra pra ela, ela concederia um aparte ao Senador Cleitinho, que teria direito, da mesma forma, aos dez minutos que, em aparte, é possível. Então, não há prejuízo para que a gente possa haver na substituição. Eu não vi prejuízo pra ninguém porque a Senadora Damares deixou de falar para ceder o lugar.

Agora, também eu acho que aqui a gente deve ter a política da boa convivência. Se o Plenário achar que isso não deve se repetir em outra sessão, não tem problema, a Mesa assume essa postura.

Agora, eu não vejo prejuízo, porque a Senadora poderia estar presente quando eu passasse a palavra pra ela, e ela imediatamente concederia um aparte, e ele usaria todo o tempo dela. Portanto, não há nenhum...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu só queria terminar.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente... Ó, espera aí...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu só queria, eu só queria terminar.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, me dá a fala...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Eu só queria terminar o raciocínio.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, ele está usando o meu tempo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Queria terminar o raciocínio.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – Me dá a fala.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. V. Exa. já concluiu. Não, Senador...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Questão de bom senso. O senhor deu para o Rogério...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, Presidente. Eu não falei...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Rogério é só...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Depois eu falo com o Senador. Não tenho nada contra...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador... Senador...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – ... suplente da Damares.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, Senador...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Senador, não é implicância...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Mesa, a Mesa está conduzindo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – ... uma questão de respeito...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... eu queria falar, senão vou ficar mal-entendido.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, Senador, a Mesa está tomando...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – ... brigar com ninguém...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, olha, olha ali...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... eu vou explicar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, desse jeito...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone.*) – ... inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu peço a V. Exa. que se acalme, Senador Cleitinho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu posso explicar? Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu peço... Eu peço que... Eu peço que se acalme...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Vai tomar banho, sô!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Correia. PT - MG) – Pois não, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu vou explicar até para evitar que o Senador fique nervoso à toa. Não estou implicando com V. Exa...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Está sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não, não estou. Tem... V. Exa. se inscrevendo tem todo o direito de falar. É apenas que nós firmamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Por favor, Senador. Eu não estou implicando com V. Exa. nem estou brigando com V. Exa. É apenas algo regimental. Nós aprovamos, por todos e por unanimidade, qual seria o procedimento.

E, no procedimento, se diz que os Parlamentares, para se inscreverem, têm que comparecer pessoalmente ao plenário e fazer a inscrição. Isso é o que está no Regimento. Então, eu não estou implicando com V. Exa...

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Deixa eu só...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, esse fato está concluído. Esse fato está concluído.

O SR. CLEITINHO (REPUBLICANOS - MG) – Deixa eu só contar para ele o que aconteceu...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu não vou permitir isso. Vamos dar prosseguimento ao nosso trabalho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Deixa eu só concluir...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu já entendi seu raciocínio. Eu quero dizer a V. Exa. que na sessão passada, como nesta, eu permiti várias permutas de falas de Senadores e Deputados, alguém que estava na frente quis passar para trás, quem quis passar para... Desde que houvesse acordo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Posso concluir então?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu preciso concluir, porque, se eu não concluir...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tá. Conclua, para a gente passar a palavra para o próximo orador inscrito.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, eu acho que isso aqui, é evidente, não estava nos compromissos que nós fizemos. Se o entendimento de V. Exa. é que alguém pode se inscrever e passar para o outro, ou vira regra ou não vira. O que não pode é ter exceções que são formuladas a cada reunião. Apenas isso. Mas, se for regra que todos podem se inscrever e passar para outro, então que se estabeleça que isso vale para todos.

Por isso que não há nenhuma implicância. Eu quero uma regra que seja...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Quando a Soraya passou para o Rogério Carvalho, ninguém reclamou.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, o que pode o mais pode o menos. Se é possível que haja a permuta, obviamente que também é razoável que um Senador ou um Deputado possa ceder o seu tempo, até porque o aparte é possível, mesmo porque o aparte é possível. Ele poderia dar o aparte, Deputado. Daria no mesmo. Portanto, não há prejuízo para ninguém que está inscrito.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Esse assunto está encerrado. Vamos passar para o próximo orador inscrito: Deputado Mauricio Marcon.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente, só para cooperar aqui com os trabalhos... Só... Não tem nada a ver com essa briga. Só para... Porque os nobres advogados que acompanham aqui a nossa testemunha, e eu tenho percebido aqui, ao longo desta sessão... Várias vezes, ao se comunicar com o depoente, está escrevendo no papelzinho. Então, assim, só para deixar claro que eles podem, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer momento, falar, inclusive verbalmente, com o depoente... Ele pode, inclusive, demorar nas suas respostas. Então, tem todo o direito de consultar os seus advogados.

Só para ficar... Tá bom? Só para ficar registrado isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra o Deputado Mauricio Marcon, que trocou de lugar com o Senador Eduardo Girão.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria lamentar agora o que o Rogério Correia fez, Deputado... E esta CPMI vem... O pessoal do Governo vem tentando calar Deputados que são suplentes. Já tentaram fazer isso, via, aqui, para que a gente tivesse menos tempo de fala, e também agora não querem deixar que Deputados que não fazem parte da CPMI falem algo corriqueiro na nossa Casa, aqui no Congresso Nacional.

Então, a gente sabe que houve, Senador Seif, oferta de 60 milhões de emendas lá na Câmara para que não houvesse a CPMI; houve a CPMI, eles tiraram o direito da oposição de fazer a investigação; e, agora, não querem deixar que as pessoas venham falar.

Não sei, Deputado André, qual é o compromisso deles de investigar a verdade, porque qualquer um que fala aqui... Não pode, questão de ordem sem número e por aí vai...

Bom, dito isso, eu quero dizer ao Coronel que ele não passa aqui hoje de uma cortina de fumaça. Depois do laço que levaram nas outras três oitivas, quiseram convocar alguém por causa de mensagens particulares no celular.

Que o senhor errou isso é fato. É indiscutível. Acho que as mensagens foram infelizes, mas que jogue a primeira pedra quem nunca errou numa mensagem de WhatsApp. Aliás, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – ... já foi pego algumas vezes. Uma, inclusive, dizendo que as mulheres do Nordeste, abro aspas, "tinham grelo duro", fecho aspas. Podem procurar no Youtube que vocês vão achar "mulheres do Nordeste de grelo duro". Foi condenado por xenofobia, foi ameaçado de prisão? Olhem, até onde eu sei, não! Outro momento, no meu estado, falou que Pelotas era exportadora de viado! Tem vídeo! Foi pego, como falaram aqui, com batom na cueca, mas poderia ser também com dólar na cueca, como tem Parlamentar do partido do Governo que já foi pego! Foi preso? Foi condenado? Não! Porque estava numa mensagem privada!

Agora, o nosso Coronel – Coronel, não é? – está aqui, porque mandou algumas mensagens infelizes, só que, nessas mensagens, colega Seif, no dia 21/12, ele diz: "Não vai acontecer nada, que tristeza!" – fecho aspas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta é: o Presidente Bolsonaro, que tentam ser colocado numa narrativa fantasiosa dos governistas que perseguem a direita para calá-la, teve alguma conversa com o senhor, indicando que haveria um golpe, indicando que haveria um planejamento de golpe, indicando que ele estava contratando velhinhas para botar aqui dentro, indicando que ia ter uma marcha, indicando que alguma coisa, depois do dia 21/12, aconteceu entre você e o Presidente Bolsonaro que indicasse qualquer vontade do Presidente em dar um golpe das bengalas aqui em Brasília?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Não, senhor, Deputado. Nenhuma conversa...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Nenhum?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Nenhuma.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Nenhum.

O senhor imagina por que o senhor está participando da CPMI dos Atos do Dia 8 de Janeiro? E me corrija aqui, colega André, que lutou bravamente para que esta CPMI acontecesse, contra, inclusive, a Relatora, que não assinou, contra vários aqui que não assinaram, que não queriam investigar nada... Teve alguma...?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não tive nenhuma ligação. E realmente não entendo por que eu, sem ter vínculo nenhum, estou aqui nesta CPMI hoje.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – O último dado que a gente tem aqui seu é que, dia 21/12, o senhor teria enviado a última mensagem particular para um amigo seu. O senhor estava discutindo uma situação infeliz, do meu ponto de vista, mas pedir para colocar na cadeia um homem por mandar mensagem por WhatsApp?! Eu queria pedir que o Deputado Rogério Correia, que sinalizou isso, abrisse o seu WhatsApp para todo o país, como foi feito com o Coronel, e a gente vai ver! O senhor sempre deve ter se comportado estritamente, perfeitamente, em todos os grupos de WhatsApp, porque, se o WhatsApp virar crime neste país, olhem, eu acho que vai faltar cadeia! Com certeza, porque... Uma que vai me matar é minha mulher, porque eu já falei que uma mulher era bonita, outra, com amigos... Então, assim, vamos ter um pouco de calma!

O Senador Sergio Moro foi muito feliz quando falou, a gente está condenando pessoas aqui, tratando pessoas de forma desumana por mensagens de grupos de WhatsApp?! Tem bandido solto! Gente que foi pega com dinheiro na cueca está solta! Tem o Presidente que foi xenófobo, que xingou alguém lá no Rio Grande do Sul e que está solto! Então, vamos prender o homem por quê?! Então, isso aqui não passa de cortina de fumaça.

Já falando em prisão, ontem, eu sugeri que o pessoal da esquerda pedisse desculpa ao Coronel Naime. Eu cedi um tempo, mas ninguém quis falar. Tem um preso político. Aliás, um não; vários aqui no Brasil que foram presos injustamente. Ontem o Coronel Naime... Ficou claro: estava lá, se feriu, saiu de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casa, fez o que tinha pra fazer e está preso por omissão. Trouxeram ele a essa Comissão, xingaram o homem, falaram tudo que tinha pra falar pra ele...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Deputado Rogério, se o senhor quer um aparte, o senhor pode falar no meu tempo aqui. O senhor vai abrir o WhatsApp para todo mundo? É isso que o senhor está pedindo? Eu lhe dou meu tempo pro senhor abrir o WhatsApp.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não. Eu quero art. 14, porque eu fui citado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Eu também fui citado do mesmo jeito.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Pode falar, Deputado Rogério. Fica à vontade para usar o tempo.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não. Eu quero art. 14.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Eu também, 14. Fui citado também.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu não quero dialogar com você. Quero responder à ofensa que foi feita.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Ele não quer dialogar comigo. Muito democrático.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Agora não. Eu pedi...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Ele falou de CPMI e me citou também.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não foi pejorativo, assim como não foi com o Deputado Rogério Correia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado não citou V. Exa. pejorativamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos dar prosseguimento.

Conclua sua fala, Deputado Mauricio, por favor.

Eu só concederei quando citar pejorativamente, o que não vai acontecer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Mauricio Marcon, continue, por favor.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu quis dar aparte e não quis. Achei que ele ia abrir o WhatsApp para mostrar conversas republicanas que ele teve, talvez, até na época de comprar relatório sobre Furnas.

Mas, enfim, vamos em frente.

Queria dizer ao depoente então que eu também não sei o motivo de o senhor estar aqui. Enquanto a gente teve gente oferecendo água pros manifestantes, a gente tem o Naime preso por omissão; enquanto a gente teve um coronel ligado ao Lula, um general que ofereceu água e mostrou os caminhos! Esta CPMI ainda não convocou o fotógrafo que participou de um teatro chutando uma porta, mostrando pros tais vândalos se a foto tinha ficado boa ou não. Então, o que está tentando se construir aqui é uma narrativa que não está parando de pé.

Hoje nós vamos para 4 a 0, não é? Perderam todas, tentaram criar uma narrativa até agora que não colou, sabe por que, Senador Seif? Porque, pra se vencer um debate, basta estar do lado da verdade. Por isso que eu estou muito tranquilo.

Eu acho que o senhor errou, foi infeliz nas mensagens. Eu já errei na minha vida, já errei no WhatsApp, já tive que apagar mensagem. Faz parte. O senhor não cometeu crime nenhum, não é? E, no meu ponto de vista, o senhor não passa de uma cortina de fumaça que a esquerda está tentando pra fazer uma linha imaginária. A nossa... Teve até citação de Donald Trump nessa CPMI pro senhor ter uma ideia. Donald Trump deve ter articulado também o golpe da bengala aqui em Brasília.

Então, assim, Presidente, pra concluir, se o Deputado Rogério quiser usar o tempo que eu tenho ainda à disposição pra abrir então o seu WhatsApp pra toda a comunidade brasileira dar uma olhada, eu dou aqui o meu tempo pra ele, ele fica à vontade. Se não quiser abrir, talvez aí ele não possa condenar alguém que, numa conversa particular com amigo, falou umas bobagens. É verdade. A gente tem que entender como é que essas bobagens foram expostas, se foi republicano o que aconteceu ou não. Esse é o meu ponto. Se quiser abrir o WhatsApp, eu abro o meu também, Deputado Rogério.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para explicação pessoal.) – Presidente, eu solicitei art. 14, porque, no desespero em que se anda por causa do que está por vir – e nós estamos vendo claramente o que está por vir –, que é a inclusão de um processo de golpe sendo aqui desvendado na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... e que, aliás, isto hoje já se começa a ser também desvendado no próprio Tribunal Superior Eleitoral, as ofensas começam como *fake news*.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei o que ele diz quis dizer em relação a Furnas. Furnas foi investigação que eu fiz na época e que está no Supremo Tribunal Federal, e até hoje há vários processos contra o então, na época, Senador Aécio Neves, que hoje é Deputado.

Discuto isso em qualquer lugar. Não tem problema nenhum discutir isso, bem porque a denúncia foi muito bem-feita e o Ministério Público ofereceu a denúncia.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Foi caixa o que está lá no Ministério Público...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Foi caixa dois feito na época exatamente quando se denunciava a existência do chamado mensalão. E nós provamos que isso existia no interior de Furnas. Esse foi o processo.

Ele não sabe de nada, fala *fake news*, desesperado que está com o fato que aqui nós estamos vendo, que é o Coronel vir falar mentira, e ele perdoa as mentiras para poder deixar com que a gente não desvende o real acontecimento que está sendo feito agora.

Isso, sim, é cortina de fumaça.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. Parlamentares, eu pediria que a gente evitasse aqui, no nosso meio, citar o nome de outros colegas, até para que a Mesa não se veja obrigada a conceder o direito de resposta.

Felizmente, o Deputado Rogério teria cinco minutos, mas ele utilizou os minutos finais do Deputado Marcon. Então, está tudo sanado.

Eu entendi que não haveria nenhum problema em fazermos a cessão do tempo, entretanto, como todos podem ver, eu tenho conduzido e escolhi firmar aqui regras sempre por consenso – sempre. Me parece que essa não é com consenso.

Entretanto, nós já concedemos uma oportunidade de permutar o orador, sendo que um deixou de falar para o outro falar uma vez. Então, a gente vai utilizar isso até o final desta reunião, mas, a partir da próxima reunião, não será mais possível ninguém se inscrever para depois renunciar do seu tempo e passar para terceiro. Foi a única sessão em que isso foi possível, a de hoje. E, dentro dessa regra de hoje, o Deputado Delegado Ramage cede o seu tempo ao Senador Flávio Bolsonaro, que tem, portanto, direito a dez minutos de fala.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos. Boa tarde, Coronel Lawand.

É preciso dar uma contextualizada, Coronel, porque tem uma coisa que motiva a extrema-esquerda aqui nesta CPMI. Chama-se medo de Bolsonaro. Medo de Bolsonaro. Então, essa aqui é a boia



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de salvação que eles têm aqui, no Congresso Nacional, para tentar desqualificá-lo, para tentar imputar crimes impossíveis à sua pessoa, e, nesta CPMI mesma do 8 de janeiro, as acusações que existem sobre as pessoas são um crime impossível. A história já mostrou diversas formas de rupturas de governos e não existe na história da humanidade um golpe que se tentasse dar dentro da Constituição Federal, porque esta é a acusação: uma minuta de golpe, um passo a passo para se romper a democracia, e sendo usado para isso documento apócrifo, que não pode se chamar de documento. É uma minuta de algo apócrifo.

Como é que alguém pode imaginar que pessoas que se manifestaram pacificamente por dezenas de vezes, no Brasil inteiro, sem violência, catando lixo quando acabavam as manifestações, sem nunca quebrar uma lixeira na rua... Querer misturar tudo e achar que as pessoas, como eu já disse aqui outra vez, iam invadir os prédios aqui do Congresso, do Palácio do Planalto, do Supremo, iam sentar na cadeira de Presidente da República, começar a dar ordem, que todo ia começar a obedecer. É um crime impossível.

Então, o senhor tenha a clareza de que, aqui, essas ameaças, inclusive, o tempo inteiro, de prender o senhor – "Ele está mentindo! Vamos prender!" – refletem muito o que está acontecendo, no Brasil, de um modo geral, onde as pessoas não podem mais se indignar, não podem dar a sua opinião sobre nada, sob ameaça de serem presas, de terem seus perfis bloqueados em redes sociais, de perder as monetizações dos seus canais, que são o ganha-pão dessas pessoas, indo contra tudo quanto é tipo de precedente que se possa imaginar.

Aí me parece, é minha percepção, por vingança. Sabe? "Vamos dar um recado aqui, porque, com quem não se enquadra no que a gente quer, é assim que a gente faz". Então, eu percebo, com muita clareza, isso aqui, hoje, também, na CPMI.

O senhor, mesmo tendo uma autorização judicial para permanecer em silêncio, ainda tem, em algumas oportunidades, se manifestado, entendo eu, em uma forma de colaborar, sim, de mostrar qual era o seu real sentimento.

E a incisividade com que muitos tentam arguir o senhor é para tentar intimidar. O senhor não é obrigado a responder nada que, porventura, o senhor e a sua defesa entendam que vão incriminá-lo.

Também não estou aqui para fazer juízo de valor se o senhor errou ou deixou de errar, nessas mensagens, porque, assim como o senhor, tenho certeza de que milhões de brasileiros tinham a percepção de injustiça com o que aconteceu, desde muito antes das eleições, desde muito antes das eleições.

A indignação foi muito grande por parte de muitas pessoas e, no entanto, tudo isso, qualquer vontade, qualquer ímpeto, qualquer manifestação, qualquer troca de WhatsApp privada, isso tudo vai



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por água abaixo, a partir do momento que, em 1º de janeiro, o Brasil tinha outro Presidente da República.

E, mais uma vez, uma narrativa para tentar construir o crime impossível! Não dá para querer enfiar, goela abaixo, da sociedade a ideia de que se tentava dar um golpe no Brasil! Não há nenhum elemento que a história nos mostre que já aconteceu, em outros Governos, em outros países, em outras épocas, de que, com as circunstâncias que existiam no Brasil, conseguir-se-ia dar um golpe. É simplesmente impossível!

Então, só entenda que, muitas vezes aqui, quando a extrema-esquerda vai para cima do senhor, com a faca no pescoço, para tentar intimidá-lo, é porque eles querem um troféu. "A gente tem que prender alguém. Se a gente prender alguém aqui, algum dia, nesta Comissão, isso vai dar uma narrativa boa para a gente". Vão ficar batendo no Bolsonaro a semana inteira. "Está vendo? O cara tinha tanta culpa! A narrativa do golpe existia, na verdade, tanto é que prenderam uma pessoa". Então, o tempo inteiro é essa tentativa.

Eu queria fazer algumas perguntas ao senhor. É o seguinte, o senhor fraudou algum documento da Abin?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Não, Excelência.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – O senhor enviou um relatório para a Comissão de Inteligência do Senado diferente do que foi enviado para o Supremo da Abin?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Excelência.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – O senhor deixou de informar autoridades constituídas sobre a possibilidade de atos violentos no 8 de janeiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Excelência.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – O senhor já respondeu, mas é bom reforçar. O senhor estava presente em alguma manifestação do 8 de janeiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Em nenhuma delas, Excelência.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – O senhor esteve presente em algum acampamento na frente das unidades militares?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Excelência.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – O senhor tentou explodir algum caminhão de combustível perto do Aeroporto de Brasília?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – O senhor roubou a Petrobras?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Então, assim... Essas são perguntas que seriam feitas a um bandido de verdade, não é? Aquelas pessoas, sim, que desviaram muitos recursos públicos do dinheiro do povo brasileiro, inclusive pra países ditatoriais, irrigando empresas que poderiam estar fazendo obras aqui no Brasil, gerando empregos aqui.

O senhor não cometeu crime nenhum. Só que, neste país, ficou proibido agora ter opinião, ficou proibido você falar de urna eletrônica, quando o princípio, o pilar de uma democracia é você ter o direito de ter opinião sobre qualquer coisa. Chega-se ao ponto agora de querer punir um cidadão que fala mal de um político. Eu vou usar aqui a frase de uma autoridade: que quem não quer receber crítica não venha pra uma carreira pública, pro mundo político. E é normal receber críticas, faz parte do jogo. Agora, desconsiderar que as pessoas que vêm aqui têm família, que as pessoas que vêm aqui têm uma história, que as pessoas que vêm aqui têm a oportunidade de mostrar o que de verdade, qual era a intenção de verdade ao trocar uma mensagem de WhatsApp, por exemplo; isso tudo é ignorado. Parece que há um tapa ouvido e não importa o que o depoente diga, porque a condenação já está pronta.

Então, eu... O senhor respondeu às minhas perguntas. A mais importante, realmente: o senhor não desviou recursos públicos aqui da maior petroleira brasileira, orgulho nacional nosso, por exemplo. E as pessoas que fizeram isso estão aí, soltas, exercendo cargos importantes. Pessoas que fraudaram, por exemplo, fundos de pensão de estatais, como o dos Correios. Hoje tem carteiro, Senador Cleitinho, sendo descontado no contracheque em mais de R\$500, pra poder cobrir o rombo do roubo que foi feito no seu fundo de pensão. Então, pra ele não ficar sem pensão, ele teve que contribuir compulsoriamente pra poder ter o direito à sua aposentadoria. Essas pessoas fizeram mal ao Brasil. Só que o problema do Governo hoje é que ele não consegue tirar Bolsonaro da cabeça. Fico imaginando como é que essas pessoas acordam todo dia: "Bolsonaro, Bolsonaro, Bolsonaro, Bolsonaro". Tudo é Bolsonaro! Que tesão é esse? Que maluquice é essa? Que fixação é essa? Tem um Brasil para tomar conta! Tem pessoas de verdade passando fome hoje, desempregadas. O desemprego está aumentando. A inflação só está estabilizada por causa do Banco Central, que é a todo momento crucificado e atacado pelo atual Governo. Se, do dia pra noite, o Roberto Campos Neto resolve baixar os juros, numa canetada, em 5%, no dia seguinte o Brasil vira uma Argentina. E está aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – ... o atual Presidente da República lambendo bota de um Presidente que arruinou o seu país, estendendo tapete vermelho pra ditador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pra concluir, Coronel Lawand, o senhor não abaixe a cabeça, não abaixe a cabeça, porque aqui a extrema-esquerda tem este papel: tentar desconstruir a imagem de Jair Bolsonaro. Podem fazer o que... Podem deixá-lo elegível, inelegível, não importa. O legado que ele deixou, o exemplo que ele deu... Porque os exemplos arrastam. Isso está eternizado em nossa história, do Presidente que dava o exemplo, que economizava recurso público em suas viagens, que o tempo inteiro queria tirar o Estado do cangote daqueles que geram emprego nesse Brasil.

Isso ninguém vai tirar. E como ele não é uma pessoa vaidosa e não se apegava ao poder, graças a Deus, tem diversas lideranças, aqui, que vão dar continuidade ao seu legado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o próximo orador, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde! Boa tarde, Sra. Relatora! Sr. Lawand, uma boa tarde!

Sr. Lawand, em algumas coisas – quando eu leio essa mensagem do senhor com o Coronel, com o Tenente-Coronel Cid –, eu me identifico com o senhor. Parece que o senhor tem origem síria, eu também tenho origem síria; o senhor é militar, meu pai é militar. Mas eu acho que o senhor, já que conquistou o seu direito, junto à Ministra Cármen Lúcia, de exercer o seu direito de silêncio... Eu não acho, sinceramente, que o senhor esteja falando a verdade, porque as mensagens contradizem o que o senhor fala.

No entanto, mais uma vez, era uma mensagem do senhor com um outro militar ou um amigo. E o senhor – como muitos aqui fizeram, como os 58 milhões de brasileiros que votaram no Presidente Bolsonaro – indignado de que um bandido condenado, que teve que devolver R\$15 bilhões, ele e os comparsas dele, ou seja, ladrão, que mais de dez juízes condenaram – não foi Moro, não –, mais de dez juízes o condenaram, provas fartas. Aí disseram que Curitiba não era o melhor fórum, aí cancelaram tudo. Toda a Operação Lava Jato, com seus erros, seus acertos, teve um legado importante para o Brasil.

Então, Coronel, o senhor estava conversando com uma pessoa... E nós todos, aqui, não podemos ser hipócritas. Muitas vezes, queremos aconselhar as pessoas e, no desespero, que eu compactuo com o senhor... Também fiquei desesperado, quando vi, emblemático no dia da posse do atual Presidente, um cara que foi encontrado cheio de dinheiro na cueca, dinheiro na cueca, dólar, dentro de um aeroporto, Líder do Governo, segurando a mãozinha dele. Aquilo ali foi emblemático. Um cara que, ontem, recebeu um Presidente que quebrou o seu país, que não paga o FMI. E nós, que não estamos lá naquela situação muito boa, vamos financiar gasoduto, ou sei lá o que, que recebeu semana passada.

E aí eu me envergonho das Forças Armadas brasileiras, porque meu pai é militar e eu tive uma educação militar, só não servi ao Exército porque eu tinha uma deformidade da perna... Nossos militares



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

batendo continência para um cara que passa com carro de combate em cima de sua população, cuja população está matando cachorro para comer. E esse mesmo Presidente, o atual Presidente – e eu comungo com o seu desespero –, mandando mensagem à OEA, pedindo para tirar as restrições de um cara que persegue padre, pastor, que impede a manifestação religiosa de um povo que a nossa Justiça, durante a eleição, proibiu que fossem atribuídas a ele questões de aborto, questões de quadrilhas, e a primeira coisa que fizeram foi não assinar, não repactuar o acordo internacional de que o Brasil era signatário de não aborto.

Esse infelizmente é o governo com que o senhor se desesperou quando mandou uma mensagem para o Cid.

Eu tenho uma pergunta para o senhor: o senhor é um militar, correto?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Quantos militares, ao longo de sua vida, sejam alunos, sejam professores, sejam liderados, o senhor estima que o senhor conheça? Mil? Dois mil? Dez mil?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Milhares.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Milhares.

O senhor tem arma de fogo, Coronel Lawand?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Positivo.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Tem arma de fogo, mas engraçado que o senhor não fez essa mensagem para todas as pessoas que o senhor conhece no mundo militar para incitar um golpe de Estado, pelo menos eu não enxerguei isso.

O senhor não usou a sua liderança, as suas amizades, a sua influência dentro da corporação do Exército Brasileiro, para convocar outros para fazer um golpe de Estado, não é?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Nem o senhor usou a sua arma de fogo para dar um tiro, ou para incitar, ou para participar, ou para fazer uma emboscada, ou para constranger ninguém a nada, não é?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não usei, não, senhor.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Bacana.

Coronel Lawand, vamos lá.

Aqui há algumas mensagens, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quatro minutos e cinquenta. Vamos lá. O senhor diz o seguinte. Eu vou tentar interpretar as mensagens para o senhor, por isso que eu acho que o senhor não está falando a verdade e podia até exercer seu direito de silêncio – não precisava falar algumas coisas, mas tudo bem: "Eu tenho que falar contigo, Cid, pelo amor de Jesus, me dá um conforto e paz, meu irmão. Nunca te pedi nada".

Se eu sou amigo e próximo de uma pessoa, eu vou pedir muitas coisas. Eu peço muitas coisas a muitas pessoas que são próximas. Apesar de o senhor ter dado aula para o Coronel Cid, o senhor, por essa mensagem, mostra que não tem tanta intimidade assim. "Nunca te pedi nada". Eu peço coisas direto para os meus amigos, mas sigamos.

E o senhor praticamente implora a ele para que ele responda, porque ele parece que não estava dando atenção para o senhor, que o senhor acha que o senhor merecia, ou uma satisfação, porque o senhor queria ouvir alguma mensagem de esperança, por estar vendo uma quadrilha tomando o poder como tomou.

Mas vamos lá: "Aqui o sinal é ruim [...]", "Preciso falar contigo para confortar a [...] [derrota] que está em todos nós". Concordo com o senhor, também fiquei desesperado. Como é que o nosso povo pôde eleger um cara que foi condenado, roubou, maior crime de corrupção da história, que destruiu a Petrobras, Correios, fundo... Enfim, que invade terra, que apoia aborto, que apoia a descriminalização de droga. Enfim.

Aí tem aqui, transcrição: "Cidão, pelo amor de Deus, cara. Ele dê a ordem que o povo tá com ele. Se os caras não cumprir, o problema deles. Acaba o Exército Brasileiro se esses cara não cumprir [...]". O senhor está tentando usar o Cid para influenciar o Presidente da República, ao qual, fica muito claro nas mensagens, o senhor não tinha acesso.

O senhor não conversava, o senhor não orientava. O senhor queria que alguém, apesar de o senhor ser um membro do Exército Brasileiro, ter milhares de conhecidos, ter uma arma de fogo na tua cintura... Talvez por prerrogativa de ser um militar, o senhor não utilizou nada disso. O senhor estava tentando aconselhar pelo desespero.

E aí continua: "Ele vai ser preso. O presidente [...]. E, pior, na Papuda", porque aquele filho de não sei o que vai tirar os direitos do tal – e o senhor continua. "Mas o Presidente não pode dar uma ordem...", respondeu o Coronel Mauro Cid. Aí o senhor diz: "Então ferrou. Vai ter que ser pelo povo mesmo".

O senhor incitou o povo? O senhor participou de alguma organização? O senhor entrou em um grupo... entrou em algum grupo de WhatsApp? O senhor fez algum movimento por conta própria pra incitar esse povo que o senhor menciona aqui?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor, Excelência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Maravilha!

Aí o senhor volta: "Bom dia. Não tem como... Ele tem que dar a ordem, irmão. Não tem como ser... não tem como não ser cumprida". Então o Presidente não deu a ordem, o Presidente não deu golpe de Estado, mesmo com todos os aconselhamentos que podem ter sido, como o senhor, as pessoas do entorno dele. E quem está livre de um aconselhamento ou um desespero do seu entorno?

Mesmo que o Cid tenha falado alguma coisa ao Presidente Bolsonaro, ele respeitou o resultado das urnas. Ele ficou em silêncio. Ele se calou. Ele se isolou. Ele, inclusive, viajou. Então, com essa conversa de golpe de Estado, está muito mal contado, porque o pessoal daqui... Concordo com algumas posições de alguns Deputados e Senadores.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – No entanto, eles saem da realidade, vão para Nárnia. No momento seguinte, começam a inventar. Futurologia, cartomancia, não sei o quê... Leitores de carta, quiromancia e o cacete a quatro.

Mas vamos lá. Foi uma conversa longa. "Se o Exército Brasileiro receber a ordem, cumpre prontamente". O Presidente não deu a ordem para o Exército Brasileiro, fica claro nas suas mensagens.

Aí o senhor, dia 22/12: "Boa tarde, irmão. Cadê a ordem, Cid, pelo amor de Deus?!". O Presidente Bolsonaro em silêncio, respeitando a democracia, apesar de toda a tristeza dele, do senhor e de 58 milhões de brasileiros que votaram nele. "Convença o 01 a salvar este país."

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – E nada aconteceu. Lula é Presidente, para infelicidade do Brasil, porque nós estamos vendo a desordem. E o senhor... E o senhor... Mesmo com toda a sua indignação, mesmo com uma influência sobre Mauro Cid, o Presidente não fez nada. Então, a narrativa de golpe, Sr. Presidente, está totalmente cancelada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, o Deputado Aliel Machado.

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fui o primeiro Parlamentar a solicitar uma CPI. Fui o primeiro Parlamentar a chegar ao Congresso Nacional, quando da depredação, no dia 8. Eu estava por aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 27 de dezembro, eu protocolei junto ao Ministério Público Federal um documento mostrando minha preocupação com os movimentos e os bastidores que se davam em torno dos indignados – que já, a partir daquele momento, desrespeitavam as regras constitucionais e a democracia no nosso país –, a iminência de acontecer um ato... preocupado com a iminência da possibilidade de acontecer um ato terrorista, e a baderna que aconteceu aqui no dia 8.

Não foi uma afronta contra a esquerda ou contra a direita. Não é isso que se debate aqui, não! Essa é a narrativa falsa que tentam criar aqui para politizar o debate sobre algo que é crime, e não é um debate político. Um crime contra todos, porque, se tivesse acontecido o golpe, como se tentou, sequer estaríamos aqui agora, numa Casa de debates, para fazer acontecer o esclarecimento do que aconteceu, que teve muitos culpados, e a grande maioria deles não estava aqui no dia 8. No dia 8 estavam aqui os que foram usados, os que foram enganados, os que caíram nas mentiras. Essa narrativa começou lá atrás, quando se desvirtuou o debate dos problemas do nosso país para focar na urna eletrônica, que é segura e elegeu aqueles que a atacavam.

Dito isso, esta CPI, que não era objeto e nem vontade do Governo – e eu era contra isso, inclusive, internamente –, foi instaurada, tem um papel constitucional dentro do regime democrático, e é muito justa a participação aqui do Coronel, porque ele faz parte desse contexto e dessa história que culminou no dia 8, que colocou em risco as instituições, inclusive a instituição de que V. Exa. participa.

O senhor talvez tenha sido um dos enganados por essa organização política que se baseia em mentiras, *fake news*; que foi capaz de usar, dentro de uma pandemia, todos os artifícios criminosos que custaram a vida das pessoas. Não há crime maior do que se atentar contra a liberdade, e se atentar contra a liberdade é atentar contra a democracia querendo impor as suas vontades, os seus desejos, e nós não podemos aceitar que isso aconteça.

Coronel, por gentileza, qual a sua patente dentro do Exército Brasileiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Sou Coronel. (*Risos.*)

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – É bom que riam porque vão entender os motivos da minha pergunta.

Quanto tempo V. Exa...

Não precisa ficar vermelho não, amigo.

Quantas... Quanto tempo de Exército o senhor tem?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Trinta e dois anos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – Antes de ser Coronel, quais patentes V. Exa. já ocupou no Exército Brasileiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Todas as patentes de Oficial, de Aspirante Oficial a Tenente-Coronel.

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – Qual é o cargo exercido pelo Sr. Cid, quando da conversa com V. Exa.?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Ajudante de ordens do Presidente da República.

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – Qual a patente do Sr. Cid?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Tenente-Coronel.

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – Não se tratava de uma conversa entre dois amigos; se tratava de uma conversa entre duas pessoas que ocupam alto cargo dentro do Exército Brasileiro, discutindo a possibilidade de um golpe, que infelizmente, com respeito à sua família, se tiver acompanhando, com respeito à história de V. Exa. dentro do Exército... Todos nós cometemos erros, e a gente não pode olhar só os erros que as pessoas cometem, nós temos que também valorizar a importância que as pessoas tiveram, mas V. Exa. está sendo um covarde, como o Presidente da República foi um covarde, que armou tudo isso e fugiu; um covarde que tem prova concreta de um diálogo que não é entre dois amigos – o senhor me perdoe –; é uma conversa entre duas pessoas que ocupam alto grau de influência e de importância numa das nossas mais importantes instituições, que a todo momento estava sendo buscada como alternativa para usar as suas forças para algo que não é constitucional.

O ajudante de ordens do Presidente da República, Coronel do Exército Brasileiro, tratava em mensagens com outro coronel, com patente tão importante, a tentativa do convencimento do Presidente da República para que tomasse uma atitude golpista, e que só não tomou porque as instituições se levantaram, porque a vontade era essa. Nas entrelinhas, não foi uma, nem duas, nem três vezes que o Presidente da República armou a situação para que fosse concretizado um golpe de Estado. Não é um golpe na esquerda, não é um golpe na direita; é um golpe na nação. É um golpe contra a liberdade, contra o respeito, contra a democracia. Isso se chama regime ditatorial, que não é de esquerda ou de direita; é ditatorial! É a tentativa de impor as suas vontades para si.

A mensagem é clara: "Se o Exército Brasileiro receber a ordem, cumpre prontamente. Mas, de modo próprio, o Exército Brasileiro não vai fazer porque será visto como golpe". Isso daqui é prova material. E eu peço aos colegas Parlamentares com posições ideológicas diferentes que façam a reflexão do risco que nós todos corremos aqui. Não é uma patente ocupada pelo coronel que estava em jogo, não é um partido ocupando o poder; era a possibilidade de se calarem as vozes deste Parlamento e, por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequência, do povo brasileiro, inclusive dos que votaram no Presidente Bolsonaro. Isso daqui é muito maior do que essa mesquinharinha do debate que estão querendo fazer aqui.

Eu não vim aqui para defender fonte ideológica nem governo. Eu vim aqui para defender a democracia porque aconteceu uma tentativa de golpe. Golpe de Estado! A tentativa de se impor a vontade de um grupelho de pessoas que tomou o poder. Esse debate é o debate da Casa Legislativa. Amanhã, nós vamos ser lembrados por essas discussões que estão acontecendo aqui. Não é o partido a que se estava filiado, mas a repercussão que se deu mundo afora.

E é verdade que muitas pessoas, Coronel, ficaram indignadas, porque essas pessoas acreditaram que as igrejas iriam ser fechadas, que suas casas seriam tomadas. Essas pessoas acreditaram na história, na balela que falam, de unissex, de banheiro. Patifaria à toa! Mentira! Eu encontrei uma senhora de 80 anos, na igreja que eu frequento, chorando e me abraçando, porque ela recebeu no WhatsApp que a igreja iria fechar. Essas pessoas foram enganadas, trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, que merecem ter as suas opiniões de cunho político respeitadas.

(Soa a campainha.)

O SR. ALIEL MACHADO (PV - PR) – V. Sa. tem o direito de permanecer calado porque a democracia lhe garante isso, porque o senhor tem o direito de defesa, porque aqui, ao contrário daqueles que queriam o golpe, não é feito achacamento, aqui não tem pau de arara. Aqui nós não estamos defendendo... nós não estamos aqui defendendo que as pessoas percam o seu direito de liberdade. Esse é o debate mais importante que esta Casa pode fazer para respeitar a história do nosso país e as conquistas que nós tivemos desde a nossa redemocratização: das nossas mulheres, das nossas crianças, dos conselhos de participação, da autonomia dos entes federados, das instituições. E nós resistimos a essa covardia que foi feita.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passamos ao próximo orador inscrito, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, a gente precisa sempre identificar, não é? Estou aqui para a gente botar transparência, a verdade sobre os fatos. Então, não estou aqui para passar a mão na cabeça nem de direita, nem de esquerda. A gente está para defender realmente a transparência para o povo brasileiro entender o que está acontecendo aqui.

E quero, Presidente, primeiro justificar a V. Exa. Ontem eu estava em São Paulo, num evento já marcado há algum tempo, e fui um dos autores do requerimento do Coronel Naime. E quero aqui fazer das palavras do Senador Sergio Moro as minhas. Foram cinco meses já. Eu acho que precisa realmente ter uma atenção especial. Não tem sentido a pessoa ficar cinco meses de preventivo – não é? –, sem se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instaurar o processo. Eu acho que está na hora de fazer... Até porque, eu quero aqui dizer – e ele colocou isso ontem muito bem –, as informações da Abin chegaram às áreas de inteligência da segurança pública do DF e da Polícia Militar do DF. Isso é fato. Inclusive, há uma questão de estar de prontidão ou de estado de alerta, o que foi de fato comprometedor. Mas também chegaram à área de inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao GSI. Ou as áreas de inteligência não repassaram as informações aos tomadores de decisão?

Eu tive o privilégio de servir o Exército, fui número zero um também da turma de artilharia, e tenho o maior respeito e admiração pelo nosso General Villas Bôas, que foi um exemplo para nós de conduta, inclusive no processo de *impeachment* da Dilma, em que eu, como Deputado, participei de todas as CPIs. E, de fato, ele seguiu a democracia colocando o Exército Brasileiro como uma instituição de Estado, e não de governo.

E quero aqui, Presidente, dizer que eu vou defender sempre que a gente tenha a política de Estado. E não vamos admitir no Brasil, pelo menos de minha parte nunca, a criação da guarda nacional, uma guarda, uma polícia de governo. Sou totalmente contra isso. Mas, então...

E quero aqui inclusive afirmar – já foi dito aqui pelo depoente –: atualmente ocupo uma posição totalmente burocrática no Escritório de Projetos do Exército, sou supervisor do programa da Astros – quem conhece sabe o que representa isso –, porque tenho experiência na área, trabalhei com o material, e a minha missão é, de uma mesa com computador, comandar quatro subordinados para fazer esse programa progredir no Exército.

Então, essa narrativa de golpe de Estado, dizer que V. Sa. tem o poder de fazer um golpe de Estado é um negócio, assim, que não dá mais para a gente ficar ouvindo isso todo dia, até porque é um instrumento... A CPMI, Presidente, CPI, é um instrumento muito importante para o Legislativo. E a gente não pode desconsiderar isso. A gente vê comportamentos aqui incompatíveis realmente com quem quer, de fato, chegar à verdade.

Eu me refiro aqui sobre a questão do ofício encaminhado pela Polícia Federal à Polícia Judiciária, contemplando aí uma análise parcial dos dados constantes, no celular, das mensagens do celular de V. Sa. E vou direto à pergunta, porque já foram colocadas aqui as mensagens, cada detalhe das mensagens. Eu vou aqui no roteiro para deixar bem claro: V. Sa. acredita que o 8 de janeiro foi uma tentativa de golpe de Estado? É só "sim" ou "não".

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Eu não tenho opinião formada sobre isso, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. confirma a informação da Polícia Federal, constante nesse ofício que mencionei, de que militares da ativa incentivavam a continuidade das manifestações



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antidemocráticas e a execução de um golpe de Estado após o pleito de 2022? V. Sa. participava dos grupos e...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não. Não participei de nenhum grupo, não vi nada, e, para mim, não há nenhuma tentativa nesse sentido.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Nenhuma tentativa.

V. Sa. tem a compreensão de que parte da Polícia Federal tenha sido utilizada politicamente pelo atual Governo para confirmar essa hipótese criminoso do golpe de Estado?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não tenho nem opinião sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. saberia nos dizer qual seria o poder de induzimento ou instigação que o Coronel Cid e a sua esposa teriam sobre a população para levá-la aos atos de vandalismo no dia 8? Eles teriam essa influência toda?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu acredito que não, mas eu não tenho opinião formada sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. saberia nos dizer que atos preparatórios – isso está no relatório – seriam esses? Que atos são esses que a Polícia Federal alega ter encontrado e que vinculariam o Coronel Cid e a sua esposa aos atos de vandalismo? Teve conhecimento?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sr. Senador, não tenho conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. saberia dizer se o ex-Presidente Bolsonaro participou, direta ou indiretamente, de alguma tentativa, seja com o Coronel Cid, seja com qualquer outro integrante das Forças Armadas, acerca do dia 8 de janeiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não tenho conhecimento, Sr. Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. teve contato com esses documentos reunidos pelo Coronel Cid com o objetivo de obter um suposto suporte jurídico e legal para a execução do golpe de Estado?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. auxiliou, de alguma forma, o Coronel Cid na compilação de estudos que tratavam da atuação das Forças Armadas pra garantia dos poderes constitucionais, GLO?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor, Excelência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. tinha conhecimento da existência de uma minuta de decretação de estado de sítio e garantia da lei e da ordem (GLO)?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O *Relatório de Análise de Polícia Judiciária Parcial 2272674*, de 2023, que tenho aqui comigo, traz diversas mensagens de WhatsApp trocadas por V. Sa. com o Coronel Cid. A iniciativa de V. Sa. de telefonar pro Coronel Cid e sugerir que ele intercedesse junto ao ex-Presidente Bolsonaro pela sua causa foi isolada? V. Sa... Foi uma atitude isolada ou tinha apoio dentro do Exército Brasileiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor. Foi uma atitude isolada de um amigo pro outro.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Objetivamente, o que V. Sa. pretendia que o Coronel Cid fizesse? Qual era a intenção?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – A intenção, que eu venho falando desde o começo, era fazer o Presidente se manifestar pra aquelas pessoas à frente dos quartéis se retirem.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O Coronel Cid tinha todo esse poder pra que V. Sa. depositasse nele tamanha confiança de encaminhar tal solicitação?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não tenho conhecimento sobre isso, Excelência, se ele tinha poder. Era uma pessoa próxima ao Presidente apenas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas o senhor recorreu a ele?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, recorri a ele porque ele era próximo.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O Coronel Cid chegou a levar alguma demanda ao ex-Presidente Bolsonaro ou a algum outro integrante do Exército Brasileiro em razão das mensagens que V. Sa. trocou com ele? Tem conhecimento?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ele não disse, em momento algum, o que é que fez com a mensagem de V. Sa.?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa., ao perceber que a via sugerida pelo Coronel Cid não avançaria, participou direta ou indiretamente com os atos de vandalismo do dia 8?

Acho que V. Sa. já respondeu, mas V. Sa...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, senhor. Não participei, não estive nos atos nem em nenhum lugar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Os acampamentos nos quartéis foram decorrência de um movimento espontâneo de parcela da população insatisfeita com o resultado das eleições, é evidente. De alguma forma, o Exército Brasileiro o incentivou ou não?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não posso falar em nome do Exército Brasileiro, Excelência. Não tenho como falar em nome do Exército.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. tem a compreensão de que, em alguns casos, notadamente aqui em Brasília, foi cometido um ato de perfídia pelo Exército Brasileiro, ou seja, atos dissimulados destinados a enganar os manifestantes, que foram praticados com a finalidade de capturá-los, alguma coisa assim?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não tenho opinião formada sobre isso, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, eu quero ressaltar, e tem isso inclusive em reportagem do DFTV e outras matérias, onde, de fato, a Polícia Militar tentou – com o DF Legal inclusive, que é que desocupa... que poderia ter desocupado, mas que foi impedido, realmente...

Alguém perguntou aqui para o Coronel: "Mas por que é que você não fez [não é?], porque tinha que fazer, tinha que prender todo mundo". Então houve, de fato, a manifestação do Coronel – acho que Duque – para que não mexesse com o pessoal em frente aos quartéis. E, de fato, pela mensagem que V. Sa. coloca no WhatsApp, ela traduz a revolta de várias pessoas, que também, como V. Sa., ficaram revoltadas realmente. Porque eu, de certa forma, com a participação de todas as CPIs, como Deputado Federal, a gente viu casos, assim, que trouxeram, realmente, uma revolta muito grande...

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... para grande parte da população.

Então, Presidente, a gente precisa acabar com essa narrativa de golpe de Estado. Não tem sentido, num domingo, aqui, 5 mil pessoas fazerem uma revolução no país. Não tem a mínima consistência.

E lembrando... E a gente vai ter a oportunidade aqui de o General trazer aqui as filmagens, trazer aqui o relatório da Abin, que, por ele, inclusive alterado, que já fez o depoimento na Câmara Legislativa e já confessou, de fato, inclusive que alterou os relatórios, o que foi o motivo exatamente de reforçar a nossa CPMI. Sem ele, dificilmente nós teríamos instalado a CPMI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, parabéns V. Exa. pela condução. Realmente, é um instrumento muito importante para nós, que não deve ser colocado da forma que alguns colocam aqui, como uma brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perdão.

Muito obrigado, Senador.

Passamos a palavra agora ao próximo orador, Deputado Carlos Veras.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, Srs. Deputados e Deputadas, primeiro, eu não vou aqui fugir do tema, como alguns fugiram.

Eu poderia muito bem perguntar ao senhor, como amigo do Cid, se, num telefonema, o amigo Cid lhe chamou para ajudar a legalizar as joias contrabandeadas ou a falsificar os certificados de vacinação, mas vou deixar isso para quando o Cid vier. Vamos ao tema pelo qual o senhor está aqui.

O senhor tentou incentivar o Presidente Bolsonaro a dar um golpe, através do seu amigo Cid, que tinha essa relação direta com o Presidente?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Não, senhor, Deputado.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Quando você fala "ele tem que dar a ordem", o senhor está falando de Bolsonaro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, senhor.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – As mensagens trocadas entre o senhor e o Cid, na minha compreensão, deixam claramente a construção, o processo de construção de um golpe de Estado, que não aconteceu, porque Bolsonaro não confiou no Alto-Comando do Exército. Isso é a primeira leitura, a primeira compreensão que fica do resultado das mensagens no diálogo trocado entre o senhor e o Cid.

O senhor, inclusive, hoje, aqui, falou que as pessoas que estavam nos acampamentos estavam ali pedindo intervenção militar. O senhor tinha a compreensão de que aqueles acampamentos tinham como intenção o rompimento democrático através da intervenção militar?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – O que as pessoas pediram no acampamento estava em... Clamavam em frente aos quartéis: "Forças Armadas, salvem o Brasil". Queriam uma intervenção militar. Era isso que eu entendia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Então, o senhor tem conhecimento de que eles estavam ali pedindo uma intervenção, e uma intervenção militar é um rompimento ao processo democrático, até porque o senhor aqui já reconheceu que as eleições foram legítimas e que o senhor reconhece o resultado eleitoral.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Positivo.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – O senhor também confia nas urnas eletrônicas?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Confio.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Quem não estava, de fato, querendo a continuidade do golpe, na sua compreensão, pelos fatos ocorridos? O Bolsonaro ou o Alto-Comando do Exército?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não posso dizer, emitir opinião, juízo de valor em nome do Bolsonaro e do Alto-Comando. Eu não posso emitir isso.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Mas, veja, nas suas mensagens, tem um diálogo que envolve o Bolsonaro não tomar uma decisão, uma atitude por conta de não confiar no Alto-Comando do Exército. Então, tem duas compreensões. Ele não confiava no Alto-Comando do Exército em quê? Em seguir a tentativa de golpe ou de reconstruir e fazer com que o Alto-Comando ajudasse a manter a ordem e a paz no país? Porque não tem como ter outra opção senão essas duas.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Quem falou que o Presidente Bolsonaro não confiava no Alto-Comando foi o Cid.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Sim.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Foi ele que falou. Então, assim... Pra mim...

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – O senhor concordou com essa frase dele?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não posso ter juízo de... Eu não...

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Não, o senhor concorda com essa frase dele?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não tenho opinião, porque quem disse foi o Cid, e eu não tinha acesso ao Presidente Bolsonaro para saber se ele era ou não favorável, confiava ou não no Alto-Comando. Eu não tenho essa opinião, eu não posso dizer isso, porque foi o Cid que me falou.

Foi isso, Deputado.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Eu lhe digo que eu confio muito mais no Alto-Comando do Exército Brasileiro do que no ex-Presidente Bolsonaro, porque ele mesmo dizia, a família dele dizia que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bastavam cinco cabos para fechar o Supremo Tribunal Federal. O senhor, inclusive, aqui quis minimizar a sua importância no Governo e a sua importância nesse processo. Eu não acho que o senhor seja considerado entre os cinco cabos para poder fechar o Supremo Tribunal Federal.

O senhor acredita que uma fala do ex-Presidente Bolsonaro conclamando parte da sociedade, do seu eleitorado, dos seus seguidores e daqueles acampados à frente dos quartéis, uma fala dele chamando a população para respeitar o resultado das eleições, ele próprio reconhecendo o resultado das eleições, ele chamando a população para apaziguar os ânimos, essa fala dele teria evitado os ataques terroristas do dia 8 de janeiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Deputado, o que eu vou dizer aqui – e tenho falado desde o começo – é que uma fala do Presidente Bolsonaro teria apaziguado as pessoas, que retornariam pra casa, o país continuaria, prosseguiria, e as coisas voltariam à normalidade. Mas, eu dizer que o retorno das pessoas pra casa evitaria o 8 de janeiro, eu estaria conjecturando, porque o Presidente era outro. O Presidente Bolsonaro não tinha mais comandamento, ele podia dar ordem pras pessoas retornarem pra casa, e, ainda assim, o 8 de janeiro acontecer. Por quê? Porque 31 de dezembro o Presidente Bolsonaro não era mais o Presidente. A partir de 1º de janeiro, o Presidente era outro. Então, não posso aqui emitir um juízo de valor num outro governo, numa outra situação. Eu estaria apenas conjecturando.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Mas é de crer que os acampamentos não começaram no dia 1º de janeiro; começaram no exercício do Governo do Bolsonaro.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, positivo.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Então, o senhor há de convir que ele foi omissor. Ele não se posicionou em defesa da democracia, não reconhecendo o resultado das eleições e não tranquilizando inclusive aqueles que ali atentavam contra a democracia em frente aos quartéis, porque pedir intervenção militar é atentar contra a democracia.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor. De jeito nenhum minha opinião é essa. Não tenho opinião.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Então, o senhor acha... Veja bem: para o seu contraditório, Sr. Jean, o senhor acha... O senhor estava ali transcrevendo mensagens com o Cid, na intenção do Bolsonaro tomar uma atitude pra poder dar uma apaziguada...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – As pessoas voltarem para casa e seguirem a vida.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – As pessoas voltarem para casa... Mas, ao mesmo tempo, o senhor coloca que não tem opinião se a fala dele resultaria nisso?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Porque, se a fala resultaria nisso, quando ele não fala ele é omissos.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não. Eu peço ao senhor desculpa se eu não fui entendido. Não é isso.

Quando eu disse que ele falaria, daria uma manifestação que faria as pessoas voltarem pra casa, isso aconteceria. Mas são eventos distintos do 8 de janeiro, porque o 8 de janeiro poderia acontecer mesmo que as pessoas estivessem desmobilizadas por outros motivos. Essa é minha opinião. É minha opinião. Você entendeu? Por quê? Porque as pessoas estavam tristes, estavam revoltadas e desmobilizariam. Só que, a partir de 1º de janeiro, o Governo é outro, a circunstância é outra, e eu não posso lincar os dois. Nesse *link* que o senhor está me perguntando eu estaria conjecturando. Por isso é que eu falo para o senhor: eu não posso dizer que ele foi omissos; se ele poderia ter evitado o 8 de janeiro, eu não sei. Eu estaria conjecturando. Até o 31 de dezembro ele era o Presidente; em 1º de janeiro era outro Presidente. As circunstâncias diferentes, o comando do país diferente. Eu não posso afirmar ao senhor; estaria conjecturando.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Quero dizer ao senhor nesse minuto que me resta que o senhor perdeu uma grande oportunidade, uma grande oportunidade de se defender. O senhor preferiu aqui defender o Presidente Bolsonaro, o ex-Presidente Bolsonaro. O senhor preferiu defendê-lo do que se defender.

Eu lhe digo sem medo de errar: saiba que ele não fará o mesmo que o senhor, ele não vai lhe defender. Se ele tiver que jogar tudo nas costas do senhor, ele vai jogar. Inclusive aqui, Deputado, parente do ex-Presidente, falou, inclusive, que pessoas tenham medo do Bolsonaro. O senhor tem medo de alguma coisa?

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – O senhor tem medo de alguma coisa? O senhor está se sentindo intimidado?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor, não tenho medo. Tenho medo de Deus apenas, de mais nada. Não tenho medo.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – Então que Deus lhe proteja, porque o senhor já viu hoje aqui que o senhor está sozinho nessa luta inglória. Infelizmente, infelizmente, o senhor perdeu uma grande oportunidade nesta CPMI de poder se defender, porque saiba que não terá a defesa deles. E os atos que o senhor cometeu, os atos antidemocráticos, por isso o senhor vai ter que responder pela história, responderá durante todo esse período de investigação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu desejo muita sorte, que Deus lhe proteja, porque o senhor está abandonado pelo ex-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, Senadores, Deputados.

Sr. Coronel, gostaria de fazer algumas perguntas objetivas.

O senhor comandava alguma tropa na época da troca das mensagens?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Onde o senhor estava no 8 de janeiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Estava na minha casa.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor era o interventor do dia 8?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor era o Ministro da Justiça no dia 8?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor era o Presidente da República?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor foi preso injustamente no dia 8?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Então o que o senhor está fazendo aqui? Eu te respondo. Basicamente, é mais uma narrativa frustrada da esquerda de atrelar, por conta de uma conversa fiada, uma fofoca, que não tinha nenhum risco potencial, com o Presidente Bolsonaro. E, enquanto isso, eu digo aqui para essa CPMI, que a esquerda, que não assinou a abertura desta CPMI, que trabalhou contrária a esta CPMI, agora se faz ao trabalho de trazer aqui factoides de um golpe que nunca aconteceu. "Ah, porque, se o golpe tivesse acontecido..." Se minha avó tivesse dente, ela chupava uva, "Ah, mas se o golpe tivesse acontecido..." Vocês estão investigando um golpe inexistente? É isso, de fato, que a esquerda está se prestando a fazer aqui?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto isso, nós temos o Coronel Naime, que já está preso há cinco meses, sem ver os seus filhos, porque, no dia da sua folga, ele foi requisitado, foi para a frente, na unha, na mão, impedir que pessoas depredassem prédios públicos. E o que ele recebeu como prêmio? Uma prisão.

Enquanto isso, nós temos o Sr. Cappelli, que aí, sim, era o interventor do dia 8. E olha que coincidência: todos os requerimentos de convocação dele não foram aprovados aqui nesta CPMI. E o que isso quer dizer? Que trazem pessoas aqui para esta CPMI para poder esconder verdades das pessoas; ou seja, o Cappelli não está sendo ouvido, mas está sendo ouvida uma pessoa que fez uma fofoca ali no WhatsApp.

Enquanto isso, nós temos o fotógrafo da Reuters, que inclusive foi o fotógrafo de quem, senhores? Do Vice-Presidente da República Alckmin, no dia da posse. Ele estava lá dentro e fez uma encenação com uma pessoa – "Opa, não faz agora não, deixa eu filmar aqui primeiro" – quebrando ali prédio público. Temos também o Dino, que era, sim, na época, o Ministro da Justiça. E vocês falam com relação à quebra de sigilos, de trocas de mensagens no privado: ah, se a gente pudesse... Se a gente pudesse quebrar o sigilo para poder ver as conversas privadas do então Ministro da Justiça com o Cappelli, se pudesse ver as quebras de sigilo do Presidente Lula desde dezembro até agora, o que será que nós iríamos encontrar? Porque eu confesso aos senhores que, se alguém me parasse nesses corredores dois meses atrás dizendo: "Nikolas, tem um vídeo mostrando o general do Lula dentro do Planalto dando água para os invasores" – eu confesso –, eu não acreditaria. Então, eu confesso que eu estou bem animado, estou bem curioso para poder saber o que aconteceu nas imagens, por exemplo, dentro do STF, dos outros prédios públicos. E por que isso aqui não está discutido agora? Porque estão preocupados em fazer quase um troféu com alguém que esteja, talvez de uma maneira factóide, relacionada ao Bolsonaro, em talvez ser heróis, dar uma voz de prisão ao senhor e falar: "Viu, nós conseguimos colocar na cadeia alguém que, um dia, outrora, já estava ligado ao Presidente Bolsonaro".

O mesmo interventor... Isto aqui é um ponto paralelo que eu quero trazer aqui, Sr. Presidente: é que, Filipe, eles querem fazer disso daqui uma tentativa de se colocarem como paladinos da democracia. Vejam só o Cappelli, que lá atrás trouxe sabe quem aqui para o Brasil? Fidel Castro. Fidel Castro, que fundou o Foro de São Paulo com quem? Com o Lula. Fidel Castro, que confessou, na *Folha de S. Paulo*, ter perseguido e matado homossexuais lá em Cuba e que fundou o Foro de São Paulo, que, até há pouco tempo, era conspiracionista, mas vai ter agora o encontro deles em Brasília, nesta quinta-feira; ou seja, quem de fato são os defensores da democracia?

Nós temos aqui pessoas integrantes do partido do PT, que, até então, teve uma Presidente que, aí, sim, era uma ex-terrorista, fazia parte do VAR-Palmares, pegava em armas para poder lutar contra militares. Isso para mim que eu considero de fato terrorista. Terrorista para mim é quem passa com tanques de guerra em cima da população, como Nicolás Maduro fez.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, chega a ser pífio tentarem fazer aqui como: "Nós não estamos querendo fazer uma narrativa para poder tentar colocar o Bolsonaro na cadeia, não; nós somos defensores da democracia". Por favor, no seu partido tem foice e martelo, o mesmo foice e martelo que mataram milhões de pessoas com Mao Tsé-Tung, em Camboja, Pol Pot matou várias pessoas. E agora vocês realmente estão querendo fazer uma CPMI para poder tentar levantar o moral da esquerda? Realmente é uma perda de tempo.

Eu gostaria aqui, por fim, de dizer que a gente precisa, como foi feito aqui desde o começo desta CPMI, fazer realmente um trabalho não somente de narrativas, mas de buscar a verdade. Eu realmente estou bastante interessado em saber quem foi omissos durante aqueles dias. Agora, falar para mim que pessoas, há um mês, há dois meses, tiveram conversas privadas dentro de WhatsApp e que isso está correlacionado a um possível golpe que nunca aconteceu é no mínimo subestimar a inteligência de todo mundo que está aqui, até mesmo porque eu vejo que a nossa democracia não é tão frágil a ponto de uma conversa de WhatsApp conseguir impedir um pleito eleitoral.

Agora, não me venham querer fazer com que a indignação individual de cada um, a opinião de cada um faça ou sugira um crime; pelo contrário, cada brasileiro tem a sua opinião. Enquanto uns aqui acreditam que o Lula é o pai dos pobres, eu acredito que ele seja um bandido desonesto, mau-caráter. Cada um com a sua opinião.

Então, portanto, a partir de hoje, acredito, é um apelo, que a gente, realmente, chame pessoas que tenham a ver com a CPMI do dia 8. Caso contrário, abram uma CPMI paralela, como alguns três patetas fizeram, para poder, realmente, averiguar coisas passadas.

Agora, ficar, aqui, trazendo pessoas para poderem ser futurologistas: "O que aconteceria se Bolsonaro tivesse respondido? O que aconteceria se o Coronel Fulano tivesse feito isso?"... Realmente, é uma perda de tempo para a nossa democracia, para os trabalhos aqui e o andamento desta Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passamos, agora, ao próximo orador inscrito, o Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossa Relatora, caros colegas que me acompanham aqui, nesta Comissão e Sr. Coronel, naturalmente, o senhor foi muito lúcido, nas suas convicções, na sua apresentação, e a esquerda, naturalmente, caminha para o desespero, porque, já pela terceira ou quarta vez, nós estamos vendo que, pela terceira vez, a terceira pessoa que vem aqui, a quarta pessoa que vem aqui, o sonho que a esquerda tem é tentar achar a digital de Jair Messias Bolsonaro. Esse é o sonho deles.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles não vão... Eles estão usando o senhor aqui, usaram os outros convidados, mas o sonho deles é achar a digital de Jair Messias Bolsonaro. Até agora, nem fumaça, nem fumaça de Jair Messias Bolsonaro eles encontraram, muito menos, a digital. Se eles continuarem nessa retórica, não vão conseguir. Já vou antecipar que não vão encontrar.

Portanto, quero deixar registrado aqui que esse teatro todo que está sendo proporcionado está deixando claro, até para aquelas pessoas, muitos deles que não votaram em Bolsonaro, que tinham entendimento do processo eleitoral, estão percebendo a grandeza de responsabilidade desse homem chamado Jair Messias Bolsonaro. Isso é para poucos.

Essa é, mais ou menos, aquela parábola, Pastor, da tentação, em que a pessoa não resistiu e caiu na tentação. Jair Messias Bolsonaro jamais caiu na tentação, seja ela financeira, da corrupção, que foi a grande marca, inclusive, que, talvez, além de outros crimes que o Lula cometeu, no seu mandato anterior, que a sua mordoma, não é? A Dilma era mordoma. Não tinha ninguém para colocar, ela sentou na mesa.

E Jair Messias Bolsonaro, Pastor, resistiu a toda essa tentação, a da corrupção, a da tentação moral... É claro que ele acompanhava as mídias sociais, as redes sociais, porque o atual Presidente, Deputado Nikolas, não tem nem telefone, não tem rede social, não lê jornal, é um homem desatualizado do seu tempo, ele não tem coragem de enfrentar o Brasil real. Palavras dele, quem manda nele é aquela abóbora que anda do lado dele. Palavras dele. Porque ele não tem noção do seu dia a dia.

A esquerda, então, está desesperada, tentando encontrar a digital, Senador, de Jair Messias Bolsonaro. Não vão encontrar! Já vou antecipando. É por isso que eles estão desse... Começa a bater o desespero. Começa a bater o desespero, porque eles querem achar a ponta da corda. Eles não vão conseguir achar a ponta da corda, porque Jair Bolsonaro não jogou a corda. Não adianta eles ficarem com essa tentativa aí deles. E eles, naturalmente, vão acabar se perdendo. Lá na minha roça, onde eu fui criado, quando o sujeito era muito ruim de bola, colocava ele na ponta esquerda. Eles diziam que pra lá só tinha lateral, e de lá o cara ia embora. O cara era tão ruim, lá do time da roça, faltava gente, já joga na ponta esquerda. A esquerda nossa está fazendo isso. Eles estão tão mal e está batendo o desespero – só a percepção da presença física aqui mostra que eles, realmente, já começaram a se perder –, que, daqui a pouco, a tendência deles é sumir, porque não se sustenta o discurso deles.

E eles fogem da principal linha de investigação. O Deputado Nikolas aqui foi brilhante quando ele disse: basta abrir o sigilo de Flávio Dino, do G. Dias e do telefone em que o Lula fala – que ele não tem telefone, ele é velhaco, não é? Aliás, os dois, não é? Ele e o diabo. São velhacos. Ele não tem telefone. Basta quebrar isso. Porque... Vou voltar no tema mais importante pra mim, a minha linha de investigação: quem tirou o Lula de Brasília no dia 8? Não tinha emergência – e eu conheço de defesa civil; trabalhei, conheço e acompanho defesa civil –, não tinha calamidade instalada pra ele ir pra São Paulo. Não foi na noite anterior, não foi nas últimas 72 horas. Isso é calamidade. Em até 72 horas, já



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinham recolhido os corpos, vítimas – minha solidariedade àquelas famílias de São Paulo –, já tinham sido recolhidos os corpos, já tinham identificado o dano. Dez dias depois, não tem mais calamidade instalada. Então, literalmente, ele foi tirado aqui de Brasília. É isso que nós... Basta essa investigação. E eu perguntei pro Sr. Flávio Dino e ele me enrolou, me enrolou, porque ele acha que, com aquela habilidade dele – que ele é habilidoso; joga em outro time, mas é habilidoso –, ele vai enganar alguém. Não vai ficar de pé, porque alguém tirou o Lula daqui. Quem tirou o Lula daqui, aí eu só tenho dúvida... Aliás, eu, instintivamente, acho que o Lula foi avisado, inclusive. E o G. Dias vai acabar entregando, porque ele, sim, está jogado na cova dos leões. Os amigos estão devorando ele; e ele, por desespero, vai acabar entregando, porque o Lula foi avisado. "Por que que vocês querem que eu vá pra São Paulo pra um negócio que não é emergência?", o Lula deve ter perguntado isso e alguém deve ter falado com ele. Portanto, essa é a nossa grande linha de investigação.

Agora, naturalmente, essa doutrinação ideológica da nossa esquerda, que fez essa lavagem cerebral... Eles estão começando a ficar desesperados. Porque quem tem ligação histórica com forças revolucionárias é a esquerda brasileira. O histórico da origem do PT, do PSOL, do PCdoB e de outros dos seus agregados... É só você olhar pra América Central. Se você olhar a idade deles, você vai ver lá o tanto que a referência deles é Che Guevara, é Fidel Castro. Não é Alysson Paulinelli, que está acamado – inclusive peço as orações pra ele –, um homem que liderou a criação da Embrapa; isso é brasileiro sério. Quem é referência é Alysson Paulinelli. Tem que olhar pro Presidente Médici, esse militar, que foi importante, que criou o centro tecnológico deste país, da mineração, da saúde, que gerou a Embrapa. Não, a referência deles é essa turma da América Central. O histórico deles é esse, porque eles são da mesma turma. Eu estou na outra CPI também, lá do MST. A quadrilha é a mesma, a concepção é a mesma, o discurso é o mesmo. E eles apostam na retórica. Só que eles estão perdendo a ponta do cipó porque eles, literalmente, perderam as redes sociais. Eles voltaram para o poder achando que manipular meia dúzia de jornais, meia dúzia na imprensa, ia resolver a vida deles e isso não está resolvendo. E eles estão como aquelas pessoas que chegam... Como aquele cara, meu Pastor Magno Malta, que chegou lá no inferno e se deparou com o diabo. A esquerda encontrou com o diabo. Aí ela falou para o diabo assim: "Mas eu não pedi para vir para cá não". O diabo falou: "Mas, para vir ao inferno, não precisa pedir não". "Mas eu não acredito no diabo". O diabo falou: "Não precisa acreditar em mim também não. Você vem aqui... É no seu dia a dia que você chega aqui. E você chegou aqui. E vou lhe avisar, o elevador não tem caminho de volta não".

E na esquerda está batendo esse desespero porque ela sabe. Por que ela não dá transparência? Eu queria que a minha Relatora ficasse muito focada nisso. O brasileiro precisa e merece ouvir todos para saber dessa verdade.

Claro, eles estão convocando o senhor, vão convocar outro Ministro. É óbvio que o Ministro Flávio Dino operou nesses bastidores de forma ilegal para poder fazer indicação dos seus apadrinhados, de gente que pensa como ele, para poder acobertar a real verdade. Porque no dia em que o Lula aceitou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser um boneco, porque é um boneco... O processo eleitoral que levou o Lula à Presidência da República é o da construção de um boneco, de um factóide. E ele sabe para quem está trabalhando, ele sabe para quem deve favores.

Estranhamente, você percebe que o próprio STF começou a distensionar o assunto do dia 8, porque percebeu que nós vamos chegar à cozinha do Palácio do Planalto, à gente que aceitou ter cargo público de crime de prevaricação. Isso é muito grave. Nós pagamos nossos impostos para que pessoas sejam remuneradas, assumam cargos...

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES) – ... e tenham ali a sua responsabilidade de tomar alguma atitude. Eles sabem que estamos na porta disso. Eles vão insistir, insistir, mas vão acabar se perdendo.

Portanto, basta quebrar o sigilo do Flávio Dino – no do G. Dias parece que já tem muita coisa encaminhada – e saber que telefone é esse em que o Lula fala, porque nós queremos saber também. Ele não tem telefone porque a Janja não deixa, não sei se é ciúme do marido ou para proteger o Presidente da República. Mas algo estranho ali tem, porque não é normal o Presidente da República não usar um aparelho de telefone celular.

Portanto, quero encerrar e dizer que nós estamos no caminho. Estou muito orgulhoso da oposição, que bravamente está aqui trabalhando. A posição se acovarda a todo instante, se omite a todo instante e a esquerda brasileira quer esconder a verdade dos fatos de quem tem crime de responsabilidade, de prevaricação, no dia 8, porque esse sim. E se a esquerda tivesse vergonha na cara, não falaria em democracia, porque eles não assinaram a Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Passamos agora a palavra para o próximo orador inscrito, o Senador Eduardo Girão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu queria só fazer um registro aqui, rechaçando, com o devido respeito ao Deputado, porque aliás fomos até colegas na Câmara, porque eu acho que é uma opinião de mau gosto acerca da Primeira-Dama do país e que beira o sexismo.

As mulheres brasileiras, na verdade, precisam ser respeitadas. A forma como o Deputado se dirige à Primeira-Dama do país é uma forma que merece de nós, que precisa de nós, de todas as mulheres brasileiras, o repúdio a esse tipo de tratamento.

Muito obrigada, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria, nessa minha fala... Eu participei de todas as audiências aqui para a gente ouvir, é a quarta oitiva. Participei desde a CPI da Pandemia, recém-chegado aqui nesta Casa, e vi, Senador Jorge Seif, muito claramente eu estou vendo exatamente a manipulação que está destruindo um instrumento importante que é uma CPI ou CPMI.

Na CPI da Pandemia, na época, os opositores, a oposição foi lá, ocupou para blindar Governadores e Prefeitos. Não queriam investigar nada de corrupção. Tentei de todas as formas.

Agora, se pega o instrumento da minoria da oposição – é aquela coisa do dono da bola, do jogo – e se blinda aqui que a gente possa investigar omissões do Governo Federal.

Eu não sei, sinceramente, se a gente se dá conta do dinheiro que nós estamos consumindo do povo brasileiro para fazer esse tipo de coisa.

O que isso tem a ver com o dia 8 de janeiro? Eu estou ouvindo aqui desde o começo. Eu não consigo traçar nada, nenhum paralelo, com o que aconteceu no dia 8 de janeiro. E me dói muito ver colegas Parlamentares, que se arvoram de defensores da democracia... Eu anotei aqui algumas falas: vozes estão sendo caladas, liberdade.

E sabe o que acontece? O que está acontecendo hoje no Brasil enquanto a gente está blindando aqui poderosos?

O MPF pede o cancelamento de outorgas da Jovem Pan, um grupo de comunicação que tem décadas, desde criança, que eu ouço falar. Está aí. A Gestapo deste Governo Federal, ajuíza a ação – a AGU – contra o apresentador que fez críticas ao Ministro da Justiça.

Cadê essa turma seletiva que fala em democracia, em calar voz, em liberdade, e não fala nada sobre isso aqui, o que está acontecendo lá fora? Cadê essa turma dos direitos humanos que fala tanto, enche a boca para falar em direitos humanos e vê centenas de brasileiros que não têm o seu devido processo legal respeitado?

Pais e mães presos, as crianças ao léu, problema de comodidade. Eu fui visitar. Eu fui visitar, é nosso dever. Fui à Papuda e fui à Colmeia. Quem daqui foi? Não, estou falando. Eu sei que o senhor foi, Senador Jorge Seif, Senador Magno Malta, muitos outros colegas aqui, mas cadê esse pessoal que defende o direito humano? Aí, vamos sabe pra onde?

Vamos agora também para a omissão. Ontem a gente ouviu, aqui, se falar da omissão da Polícia Militar do Distrito Federal, que até o pessoal que defende o Lula aqui, o Governo Lula, disse: "Ah, teve omissão". E a omissão do Governo Federal, que recebeu alertas dois dias antes de que o objetivo seria destruir o patrimônio público – a Abin. O que é que fizeram com a Guarda Presidencial? Por que que não deixam a gente ver as imagens do Ministério da Justiça, minha gente? O que é que tem lá de tão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precioso que o brasileiro não pode tomar consciência? Por que que não deixam aprovar o requerimento aqui de quem estava hospedado nos hotéis de Brasília, já que ontem o coronel falou que os manifestantes que fizeram aquela quebradeira no dia 12 não eram os mesmos que estavam nos quartéis, que esses estavam hospedados em hotéis aqui de Brasília? Por que esse temor de a gente saber quem são essas pessoas? Será que não são os mesmos que quebraram, no dia 8 de janeiro, o patrimônio público? Por que que a gente não pode saber? E os vazamentos seletivos? É aqui que a gente está vendo vazamento seletivo. Fazia tempo que a gente não ouvia falar disto: o tal do *fishing expedition*. É isso que está acontecendo aqui, que inclusive propaga *fake news*, dizendo que o senhor, Jean, Coronel, é Subchefe do Estado-Maior. E aí? *Fake news* propagada.

Eu queria fazer algumas perguntas rápidas pro senhor. O tempo corre rápido aqui. Mas para que não perca a oportunidade, já que nós deveríamos estar aqui ouvindo outras pessoas poderosas, e não ficar vendo narrativas que querem enfiar goela abaixo e fazem a gente perder o tempo. Mas eu vou aproveitar; meu dever.

O senhor teve acesso a relatórios ou informes da inteligência do Centro de Inteligência do Exército Brasileiro?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Não, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O Exército Brasileiro tinha agentes de inteligência infiltrados no acampamento, na Praça dos Cristais, em frente ao quartel general do Exército?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Eu não sei responder, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O senhor participou de alguma reunião sobre a elaboração de algum instrumento jurídico ou legal para questionar o resultado das eleições presidenciais de 2022?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Há interferência política dentro do Exército Brasileiro.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Me permita, Sr. Jean, com todo o respeito à sua pessoa: eu confesso que na sua apresentação inicial, as perguntas dos colegas aqui, de diversos espectros políticos... Eu não fiquei convencido da sua justificativa. Parece que são sinais trocados de mensagem, que dão uma interpretação completamente diferente da que o senhor colocou. Eu particularmente tenho uma ideia, sim, de que 8 de janeiro poderia ter sido evitado, poderia ter sido minimizado, com o posicionamento do Presidente da República, na época, mandando as pessoas voltarem para as casas. Como Líder, não posso fazer julgamento? Por que que não fez isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vejo que poderia ter sido evitado esse tipo de situação onde tem pessoas inocentes, que ao que tudo indica foi efeito manada, alguns treinados, é isso que a gente tem que investigar aqui, financiados não sei por quem, que fizeram a quebraadeira e o efeito manada foi lá... E estão sendo injustiçados, neste país sem lei, porque hoje o Brasil não tem lei, a lei é uma pessoa. A lei é um. Devido processo legal não existe. Estamos numa verdadeira ditadura da toga, e a gente está vendo os efeitos disso todos os dias, com a caçada à liberdade de expressão,...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... a perseguição a críticos do Governo e a intimidação aos conservadores do Brasil. É sempre do mesmo lado. É isso que a gente está percebendo.

Mas eu encerro, Sr. Presidente, fazendo um apelo ao senhor, que tem tentado ser, tem conseguido, na medida do possível, imparcial. Peço um esforço maior do senhor para que a gente possa finalmente ouvir pessoas do Governo Federal, ter acesso às imagens. É o dia 8 de janeiro. O requerimento está aqui! Que a maioria não assinou, dessa CPML, que foi sequestrada. Por isso que eu digo: foi sequestrada! Nós estamos vendo isso. Quarta oitiva, sempre do mesmo viés, nada a ver com o dia 8 de janeiro.

Eu peço que o senhor possa equilibrar nas próximas reuniões, que a gente tenha os poderosos aqui, para que a gente possa fazer perguntas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o povo que nos acompanha e que nos vê pelas redes sociais.

Eu poderia, Sr. Jean, se houvesse a possibilidade, depois de tudo que já ouvi... Confesso que vim para essa reunião esperando que realmente essa montanha pudesse trazer algo tão claro que nós proponentes da CPI – nós proponentes, eu digo, quem assinou, quem quis investigar – voltássemos hoje para os nossos gabinetes pensativos, Senador Jorge, inquietos com seu depoimento.

A essa altura, vejo que se houvesse a possibilidade de separar o seu uniforme, a sua patente, do cidadão... Porque a indignação do justo existe. O senhor só foi pego porque prenderam o celular do Mauro Cid, porque a investigação era de cartão de vacinação, que, aliás, eu não tenho, não me vacinei, graças a Deus. Não coloquei essa peste dentro de mim. Mas o senhor foi pego ali. Se houvesse a bondade e a possibilidade de separar o uniforme do cidadão, a indignação do justo existe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, quando o Deputado Rafael Brito e também o Deputado Duarte fizeram a fala deles, tem um certo sentido. Ele diz: quem são... os que estão presos são os peixes pequenos; os que estão presos são os bagres pequenos, reconhecendo a inocência dessas pessoas que, não de forma inocente, mas de forma indignada, vieram para as ruas. Mas há que se encontrar alguém para culpar.

E aí eu aproveito, porque já tive "n" conversas com o Presidente e com a Relatora, que nós precisamos ter duas ou três Comissões, Subcomissões para que essas pessoas que estão envolvidas, respondendo por um crime que elas não sabem nem como ou quem é, até porque elas foram colocadas dentro de ônibus e levadas para uma emboscada, quando disseram que elas iam para a rodoviária... E teve crianças dentro dos ônibus, sim, porque foram três depois que entenderam, tiraram as crianças e deixaram os adultos. Elas foram levadas para uma emboscada e, depois, "teje preso". "Teje preso" na emboscada. Elas assinaram um termo de culpa. E, ao assinar o termo de culpa, essas pessoas estão lá, e elas precisam ser ouvidas também. Elas precisam ser ouvidas. Elas precisam ser ouvidas.

Agora, disse o Deputado, disse o Senador: o pau mandado de Bolsonaro, o Mauro Cid... Pau mandado, essa foi a expressão. Lá no gabinete dele ou, digo, no celular dele, encontram a conversa de V. Sa. com ele. V. Sa. faz a conversa, confirma a conversa. Se olhar para V. Sa. com uniforme, é difícil realmente entender, ainda que fosse a sua indignação. Mas a indignação enquanto cidadão, a indignação do justo, ela existe, não é só sua; de outras pessoas também. Não é só sua, é de outras também, cidadãos comuns, todos esses que têm, tiveram seu celular aprisionado e que estão presos ou que estão em casa com a torçãozeira devem ter escrito as mesmas coisas, não falando para o Mauro Cid, mas falando para outras pessoas. Mas é preciso construir uma narrativa para trazer para dentro do epicentro da crise o Presidente Jair Bolsonaro.

O senhor já ouviu falar em irmã Ilda?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Já se reuniu com ela?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Pois ela seria Presidente da República se o golpe tivesse acontecido, porque Jair Bolsonaro já não estaria mais aqui.

Mas o pau mandado de Lula é o G. Dias. O Mauro Cid é do Bolsonaro; o do Lula, o G. Dias, que não foi convocado, ainda não veio aqui. Deve vir aqui, em havendo uma boa disposição do Presidente e da Relatora – até porque nós ficamos em minoria, nós que queríamos e que queremos o final de tudo isso e queremos essa investigação, esta CPI –, para que de fato haja um esclarecimento, porque houve um efeito crucifixa naquele dia 8? Houve. Alguém gritou "crucifixa", todo mundo foi atrás, "crucifixa, crucifixa". O efeito manada? Houve. Houve vandalismo? Houve vandalismo. Com certeza aqui houve



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vandalismo. Quem praticou ato de vandalismo pague por ele! Quem quebrou que responda por ele, no nível do que dizem os códigos que punem no Brasil; e não se punir um cara com ato de vandalismo, puni-lo como crime de terrorismo. Crime de terrorismo?

Então, para tanto, a minha fala não advoga o seu lado. Entendo o seu lado como indivíduo que estava de uniforme e que tinha uma certa relação com o Cid, que também é da Força a que V. Sa. pertence, e não falava com ele como se estivesse vestido com uniforme; falava com a sua indignação de cidadão.

Todas as perguntas já lhe foram feitas aqui, e eu sigo a linha do que disse o Deputado Rafael Brito, que acabou de sair, inclusive, muito educado, uma pessoa que tem uma correção nas suas perguntas, que lhe fez um bate-bola naquilo que o senhor podia afirmar ou não afirmar. Eu não vou repetir, porque esse bate-bola foi feito por outros de forma mais truculenta, ao ponto de o Presidente puxar para si a palavra para dizer: "A pessoa que está depondo aqui pode ter sido o pior dos piores, mas está na desvantagem, está do outro lado da mesa, não tem necessidade de receber ataques de quem está de frente pra essa pessoa numa situação de vantagem". Porque isso também não é ser corajoso, não: você chamar alguém de covarde, que está depondo numa CPI, porque você está sentado numa outra situação não mostra que você é corajoso ou que o outro é covarde.

Mas eu podia também escrever um roteiro, por exemplo, se eu quisesse, escrever uma narrativa, a partir da prisão do Lula, pra soltura, até a Presidência da República. Aí, quando eu digo que acampamento ficou criminoso agora, porque acampamento não era quando tinha em Curitiba, não era quando se comemorou Natal, aniversário... Eram as pessoas que acreditavam nele, que estavam com ele, que estavam revoltadas com tudo aquilo. Sem problema.

Aí, quando a pessoa diz: "Ah, mas era um preso"... Mas quem prendeu foi o Supremo. E quando falam em Supremo hoje, a esquerda fica toda espinhada. Ninguém pode tocar no nome de um ministro porque tocou no Supremo todo, na Suprema Corte. Não! O Supremo era satanizado quando o Lula foi preso, porque quem o prendeu foi o Supremo. Ele passou por todas as instâncias. Eu me lembro de um discurso do Senador Lindbergh, de um ataque vil, frontal ao Supremo Tribunal Federal, e nada lhe aconteceu. Todos eles faziam a mesma coisa até o dia em que eu vi o vídeo de um aqui hoje, lá do Rio Grande do Sul, que é ministro hoje, que disse: "Não, agora vai ficar tudo certo, porque o ministro 'fulano' tá com a gente".

Se a gente for montando essa narrativa, você chega até o dia em que se acha uma filigrana na lei – e não é filigrana na lei; você encontrou uma filigrana geográfica: não era Curitiba, era Brasília – e tem que recomeçar do zero. Filigrana geográfica.

Os Ministros do Supremo, que em colegiado votaram a prisão...

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... determinaram prisão, e depois um só descondena, eles eram satanizados! Hoje, não mais.

Então, nessa narrativa, é como se nós estivéssemos na desvantagem e não pudéssemos falar o que nós pensamos.

O que o senhor escreveu enquanto fardado, pra nós, é muito ruim, tanto para quem é Oposição como para quem é Governo, enquanto CPI, querendo apurar os fatos. Mas, pra mim, cheira a um fato isolado que não tem nada a ver com essa narrativa, na tentativa de trazer Jair Bolsonaro pra dentro do epicentro de uma crise quando aqui não mais ele estava, não mais presidia o país, não mais tinha ministros, não mais tinha caneta e não mais tinha força.

Por isso, Sr. Presidente, essa é a minha palavra, fazendo a minha afirmação que fiz desde o começo: é necessário que quem está nesta CPI saiba que quem cometeu crime, se cometeu crime, pagará por ele, mas inocentes não podem ser responsabilizados.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado... Obrigado, Senador.

Com a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... utilizando o art. 6º do Regimento Comum, para pedir a minha inscrição como Líder, para uma comunicação. Mas o farei, até em respeito aos demais colegas da CPMI, ao final da lista de inscritos, como último.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, nós combinamos aqui, num acordo de procedimento, que não seria concedido horário de Líder. Entretanto, também combinamos que cada bloco, Governo e Oposição, tem direito a cinco minutos. Então, V. Exa. pode usar esses cinco minutos, que é já praxe da Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Obrigado, Presidente.

Eu o farei ao final, até para...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito. Perfeitamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... em respeito a todos os colegas que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós combinamos que esses cinco minutos podem ser usados por qualquer um dos Deputados membros da Comissão ou por qualquer outro Parlamentar que seja Líder ou Vice-Líder na Câmara ou no Senado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Tá.

Em respeito, inclusive, para a ordem dos trabalhos e em respeito, sobretudo, a V. Exa., somente o farei ao final de todos os inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado... Muito obrigado, Senador. V. Exa. sempre elegante.

Eu passo a palavra ao próximo orador inscrito, que é o último dos membros da Comissão, o nobre Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu, quando teve aquela operação policial, talvez a única da história do Brasil em que a Polícia Federal foi à casa de alguém para pegar, acredite se quiser, um cartão de vacina, eu cantei a pedra. Eu falei: "Não é sobre cartão de vacina. É sobre vazamento de dados". Inclusive, notícias de jornal davam conta de que a Polícia Federal comemorava que o Coronel Cid ainda se mantinha fazendo os *uploads* na nuvem, ele não tinha parado de fazer o *backup* do seu celular, subindo-o para as nuvens. Isso porque já tinham pego o celular dele em 2021, ou seja, desde 2021, Alexandre de Moraes monitora não o Coronel Cid – obviamente, ele não é o alvo, o objetivo disso tudo –, mas sim a rotina do Presidente Jair Bolsonaro. E causa estranheza, porque parece que querem palmas para esse tipo de devassa.

O Senador Girão falou muito bem aqui, anteriormente, sobre o *fishing expedition*, essa coisa de você jogar a rede, quebra o sigilo de todo mundo e, depois, você começa a pegar o que te interessa para formar a sua narrativa. Não foi por acaso que, após essa megaoperação da Polícia Federal para pegar cartão de vacina do Presidente e seus assessores, começaram a vir notícias. Olha aqui: "Coronel Cid manda dinheiro para o exterior".

A gente já está tão acostumado, que eu leio essa notícia e já consigo até pescar a intenção do jornalista. Como eu vi ali que não tinha valor, eu falei: "Deve ser um valor irrisório", porque, se fosse um montante alto, eles diriam quanto é que era o valor. E se esquecem de dizer que o Cid tem uma filha estudando nos Estados Unidos. Qual o pai que não vai mandar dinheiro para a filha que está estudando no exterior?

Isso aí é só para citar um dos "n" exemplos.

Outro lá falava: "Olha o que é que falou a assessora, que é pessoa ligada a Bolsonaro, sobre a morte de Marielle Franco". É a todo momento isso daí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Rio de Janeiro, o meu irmão Flávio Bolsonaro foi vítima disso. Quebraram o sigilo, Senador Magno Malta, de 50 Deputados Estaduais. As movimentações do Queiroz... O Queiroz aparecia na lista lá como o 17º que mais tinha movimentado dinheiro: segundo as contas do MPF, àquele momento, 1,2 milhão – porque entrou 600 mil na conta dele, depois saiu 600 mil. Para dizer que era um volume grandioso, disseram lá: "Movimentações de Queiroz: R\$1,2 milhão". Só que o Presidente da Assembleia do Rio de Janeiro, o Sr. Deputado Estadual André Ceciliano, movimentou R\$50 milhões! O processo dele rapidamente foi trancado. E é brilhante, Doutores, como é que o pessoal da esquerda tem advogado sensacionais! O índice de sucesso deles no STF e nas cortes superiores é inacreditável, é de dar inveja a Ruy Barbosa! Onde é que está hoje André Ceciliano? Está trabalhando no Governo do PT!

Vira e mexe aqui, tem um Deputado aqui que se mete à besta, não é? "Porque falaram no passado que bastava um cabo e um soldado para fechar o STF", fazendo referência à minha fala em 2018. E quatro meses depois de eu falar, a poucos dias da eleição, resgataram essa fala e deram como bombástica. Eu falei num cursinho lá da AlfaCon, no Paraná, em Cascavel. Só que se esquecem de mencionar que Wadih Damous, Deputado Federal do PT, em 2018, falou que tem que fechar o Supremo! Cadê os defensores da liberdade para falar do Wadih Damous, que hoje é Secretário de Defesa do Consumidor de Flávio Dino?!

Não dá para, toda hora, ficar acendendo uma vela pra Deus e uma vela pro Diabo! Ou vocês têm coerência ou vão continuar tomando lapada na rede social, a ponto de ser necessário calar a Jovem Pan! Cadê os caras que falavam que lutavam contra a ditadura militar?! "Lutamos pela liberdade! Olhe a censura! Os ditadores, os generais, a botina, o Brilhante Ustra..." Estão fechando a Jovem Pan, e não dão um pio. Processaram agora o jornalista Pavinatto, porque ele criticou Flávio Dino!

E é um belo recado, Sr. Presidente, para aqueles "isentões" que falavam que o Bolsonaro é o Lula de sinal trocado. Só um candidato em 2022 seria possível de barrar essas medidas ditatoriais, e o nome dele é Jair Bolsonaro. Que os "isentões", que os que pregaram voto nulo saibam disso e tenham vergonha daquilo que fizeram, porque não acordaram a tempo, prefeririam cair naquele discurso de: "Ai, não, Bolsonaro fala muita besteira". Está aí: Lula não fala besteira nenhuma, não é? Sobre a guerra na Ucrânia, fim do padrão do dólar, moeda única com a América Latina...

Pela quarta vez, a gente está recebendo agora aqui o Presidente da Argentina, que veio mendigar dinheiro. Não consegue consertar a casa dele, não consegue dar conta dos sindicatos, do funcionalismo público dele lá, uma zona, corrupção pra tudo que é lado, a Vice-Presidente condenada... O cara não vai nem ter a coragem de sair candidato à reeleição, mas vem aqui pedir dinheiro. Sabe por que, Senador Magno Malta? Porque é bem capaz que ele consiga, porque o Lula tem uma coisa que ele confunde o público com o privado. Ele acha que o dinheiro do BNDES é dele. Não é dele, não; é nosso esse dinheiro! A gente tem projeto aqui para tentar pautar – Deus queira que a consiga fazer isso a tempo – para



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impedir esses empréstimos do BNDES ao exterior, porque, se vão emprestar para a Argentina, sabem quando é que vai pagar? Nunca!

Eu estou fazendo esse desabafo aqui – me desculpem, Doutores e Coronel Jean –, porque a gente tem que botar um ponto-final nessa perseguição aos conservadores, à direita, porque esse canhão vai se virar contra vocês! Cedo ou tarde, vai ser virar contra vocês! E aí pode ser que seja tarde demais!

Eu não estou pregando aqui para usar a mesma tática contra o pessoal da esquerda, não, mas é que, cada vez mais, essa questão do 8 de janeiro se assemelha com o incêndio no Congresso alemão em 1933. O Hitler falou que foram os comunistas e quase que fala – por pouco, Hitler não fala – "sem anistia". Talvez, se fosse hoje, o Hitleralaria "sem anistia" para perseguir o pessoal. E aí fez tudo que todo mundo viu e ninguém quer que se repita.

Então, Coronel Jean, eu tenho a certeza de que aqui o senhor é vítima de uma perseguição e de que o senhor, sim, em que pese ter falado em conversas particulares talvez o que jamaisalaria em público... Todos nós aqui temos conversas entre nós que jamaisalaríamos em público. Eu não posso chegar em casa e falar com a minha esposa da mesma maneira com que eu abro uma *live* no Facebook, poxa! É claro que, dentro da nossa intimidade, as coisas são diferentes. Isso não é hipocrisia, não. Eu não falo palavrão perto da minha avó. Como é que eu vou fazer uma transmissão ao vivo, onde provavelmente a minha avó vai me assistir, e eu vou ficar falando palavrão? Não posso. Agora, entre os meus amigos do futebol, a coisa é outra, não é? O clima esquenta, depois a gente se resolve lá tomando uma Tubaína, como diz o Presidente Bolsonaro. Mas é importante pontuar isso tudo aqui.

E mais uma coisa: seguem presos Mauro Cid... Deixou o Presidente Bolsonaro sem segurança. Prendeu os seguranças do Presidente Bolsonaro por um crime que, se forem condenados, provavelmente não resultará em cadeia. Este país aqui já cansou de ver traficante... Eu vi em Santa Catarina o cara preso com um AR15 saindo de audiência de custódia, e o juiz falando que aquilo ali não oferecia perigo à sociedade. Teve caso de juiz soltando vagabundo, e o vagabundo depois roubando o juiz. Ou então casos em que ele pede pro policial que está acompanhando na audiência soltar a algema, o cara entra em luta corporal com policial, e aí os valentões, os "arautazes" da segurança pública que dão pitaco em tudo, tudo saíram fugindo. Isso tem que parar neste país. A gente tem que colocar aqui os pingos nos "i" e fazer a coisa certa.

Mais uma vez o Senador Girão lembrou muito bem aqui. Ontem chegou aqui o Coronel Naime, da PMDF. Falou categoricamente que os atos do dia 12 de dezembro, onde teve incêndio, teve tentativa de entrada na sede da Polícia Federal, foram perpetrados por pessoas que estavam nos hotéis de Brasília, no Setor Hoteleiro. O que é que qualquer investigador em início de carreira faria? Pediria os nomes, a relação das pessoas que estavam hospedadas nos hotéis naquele dia. E aqui não; aqui faz-se o contrário. Foi rejeitado esse requerimento do Deputado Filipe Barros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não adianta querer manipular a narrativa; sempre vão tomar na cara. Por quê? Porque aqui, quando chega uma pessoa pra depor, ela não vai falar narrativa, ela vai falar, via de regra, a verdade dos fatos. Trouxeram aqui o George Washington. Nem sabia o nome do rapaz lá que... Do rapaz não, não é? Do bandido que tentou colocar uma bomba nos arredores do Aeroporto de Brasília.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Tentaram de todo jeito vincular Bolsonaro a ele. Não conseguiram. Muito pelo contrário, ele ainda falou que queria que fosse retirada a menção a Bolsonaro no depoimento dele, porque o delegado federal botou o Bolsonaro no depoimento dele. Que medo é esse de Bolsonaro?

E digo mais: querem torná-lo inelegível. Se por acaso isso acontecer, vai aumentar a revolta e a indignação da população. Bolsonaro vai ter maior capital político pras eleições do ano que vem, que serão as preparativas pra 2026. Esse é um movimento que não tem volta, não adianta trazer aqui – todo respeito – o Coronel Jean, os seus advogados, que não vai dar certo. A gente não vai ver a população batendo palma pra bandido na rua. O sítio de Atibaia continua lá, o triplex continua lá. O cara fala em humanismo e está gastando R\$60 mil num sofá. Está dando uma banana pra todo mundo. Não vai dar isenção de Imposto de Renda, aumentou R\$18 no salário mínimo. Esse é o Brasil que a gente está vendo hoje em dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador. Já se encerrou...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Já acabamos com a relação de oradores membros da CPI. Ainda temos aqui inscritos não membros: a Deputada Bia Kicis, que não está presente. Então, falará aqui o último...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Só quero requerer também o tempo de Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já, já. V. Exa. já falou comigo.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... tendo em vista que sou Vice-Líder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, nós temos agora, conforme foi combinado, os cinco minutos finais dos Líderes.

Na sessão anterior...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu só peço que que haja... Agregar os tempos, porque eu fui inscrito também...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Agregarei, Deputado.

Apenas por uma questão de mantermos a mesma orientação da reunião passada, sabendo que o depoente, ao final da sua fala, ao final da fala dos Srs. Parlamentares, tem direito a usar cinco minutos, e para que os Parlamentares falem por último, o que é o mais razoável, eu pergunto ao depoente se ele deseja usar os seus cinco minutos.

Então, eu vou passar, primeiro, os cinco minutos para as palavras finais do depoente. Depois passarei a palavra aos dois Parlamentares que representarão o horário da Liderança da oposição e do Governo, por favor.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Relatora, na parte da manhã, quando a Sra. Relatora me perguntou sobre a empresa Mcam e eu disse que eu não sabia da empresa Mcam, a minha esposa, que nos assistia, mandou para mim uma mensagem no intervalo do almoço dizendo que essa empresa está lotada num imóvel que é do meu sogro. Ele locou esse imóvel para essa empresa. Essa empresa está ali. Então, não há vínculo realmente, como eu confirmei, qualquer vínculo nosso com a empresa ou da minha família. É uma empresa que hoje existe e que loca um imóvel do meu sogro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Só para entender, da empresa é de quem a propriedade? Vocês apenas cederam o local para...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Locamos para essa empresa Mcam.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na propriedade da empresa, tem a participação de vocês?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, não sei. Não sei. Não, não, não. Nós não somos donos da empresa; nós somos donos do imóvel locado pela empresa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tudo bem, Coronel.

Agora, o meu questionamento foi exatamente na linha de que, nessa empresa, na construção, por exemplo, do grupo de sociedade, há proprietários, há sócios que hoje constam do inquérito que trata da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão dos financiamentos dos atos do 8 de janeiro. Daí, portanto, a razão de eu fazer o questionamento junto ao senhor.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Sim, senhora, mas, quando a senhora perguntou, realmente eu não sabia. Agora, tem um vínculo com a minha família, que é a locação.

E, por fim, Sr. Presidente, Sra. Relatora, Srs. Parlamentares, eu quero agradecer a oportunidade de ter vindo hoje a esta Comissão, na Casa do Povo, para mostrar aos senhores a minha verdade dos fatos relativos às mensagens trocadas com o Tenente-Coronel Cid, agradecer aos senhores por me ouvirem, desejar aos senhores sucesso nas investigações e dizer aos senhores que, se Deus quiser, o Brasil vai estar sempre acima de tudo e o Brasil vai prosseguir no progresso e na ordem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra o Deputado Brunini, por oito minutos. É que ele vai utilizar os três minutos a que ele faz jus mais os cinco minutos.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Presidente, só uma correção. Sr. Presidente, só uma correção, pela ordem. O acordo da Comissão diz que somente os membros podem usar o tempo de Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ou Líderes. É membro ou Líder.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – No caso, parece que está bem explícito...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele não é membro, mas ele é Vice-Líder, portanto ele pode falar.

Pode usar o seu tempo, Deputado. Já...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Obrigado, Sr. Presidente, mas eu não queria fazer uso, se não fosse direito de fazê-lo. Tá, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – São oito minutos para o Deputado Brunini, por favor.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Para interpelar.) – Tudo bem.

Dentro dos meus três minutos em que eu posso interpelar – e aí, nos cinco minutos excedentes finais, eu não poderia questioná-lo, tendo em vista o padrão do procedimento –, nos três minutos que posso, eu quero te fazer algumas perguntas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está pedindo a censura da emissora Jovem Pan?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para depor.) – Não, Sr. Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor pediu para censurar as redes sociais de Parlamentares, humoristas e cidadãos na internet?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor estava com a Dilma Rousseff naquele atentado durante o período do regime militar?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor estava com o Boulos, em 2018, protestando contra as eleições, principalmente aquelas em que o Bolsonaro fora eleito?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor faz parte do Foro de São Paulo, com os ditadores da Venezuela, Argentina, Cuba e Nicarágua?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor tem o livro do Che, Marx ou Stalin ao lado da cama do senhor, no seu quarto?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Tem uma bandeira vermelha com machado e martelo?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Foice e martelo?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor saiu falando que o Lula é honesto e foi inocentado?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor falou que o *impeachment* da Dilma foi um golpe?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor prometeu picanha e entregou abóbora?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor roubou a Petrobras?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, Sr. Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Bom, então o senhor não praticou um golpe – então o senhor não praticou um golpe.

Assim como ele pode ter manifestado numa rede de mensagens privadas com uma pessoa que é amiga dele a insatisfação dos resultados da urna, ou como ele também pode ter comentado com um amigo dele, ou talvez ou não, interesse – se alguém interpretou como interesse ou não – de alguma ação, apenas manifestar interesse não significa nada. Manifestar interesse não significa nada. O Presidente Bolsonaro não tomou uma decisão em favor de qualquer ação que pudesse ser considerada golpe.

As próprias mensagens apresentam claramente que não houve nenhuma – nenhuma – recepção favorável de qualquer manifestação de interesse de que tivesse sido aplicado um golpe no país. A esquerda está chorando aqui – chorando, verdade, chorando –, porque parece que a esquerda queria que tivesse uma tentativa de golpe de fato para poder justificar toda essa palhaçada que eles estão tentando argumentar aqui, a partir do momento que pergunta o seguinte: o senhor fazia parte do Governo Federal?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor tinha poder de decisão?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Não, senhor.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Não tinha, não tinha nada. A partir desse momento, já podia até subir os créditos aqui e encerrar a CPMI, não tem assunto.

Agora, o foco da CPMI, está sendo apresentado aqui, que houve, sim, uma tentativa de golpe que está em andamento – que está em andamento. Censura é golpe, censura é golpe. Fazer esse trabalho de querer perseguir a oposição, censurar o seu direito de fala, censurar as pessoas que manifestaram, ridicularizar quem estava nas ruas...

Esses dias eu cheguei a ver um jornalista comentando, tirando sarro das pessoas ajoelhadas na rua, chorando, clamando a Deus que tivesse alguma coisa. Elas não pediam intervenção militar, não, pediam intervenção divina neste país. E é golpe pedir a Deus que não tenha um país comunista? É golpe pedir a Deus que este país seja livre? É golpe pedir a Deus, orar a Deus, pedir misericórdia ao Senhor? Por diversas vezes eu vi aí essa pessoa que está aqui com a gente mandando mensagem para o outro lá,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falando: "Pelo amor de Deus!". É golpe pedir a Deus que nosso país não seja vermelho? Não vejo isso como um golpe. Golpe seria se tivesse tramado com emendas, com recursos federais, a compra de votos de Deputados e Senadores para passar projetos indecentes na Câmara e no Senado – isso seria golpe. Comprar Senador com dinheiro de propina é golpe, comprar Deputado com dinheiro de propina aí é um golpe, um golpe à democracia, porque nenhum Deputado ou nenhum Senador foi eleito com o intuito de ser recebedor de propina, de colocar dinheiro na cueca. Nenhum Deputado ou Senador foi eleito para isso; é um golpe à democracia. Prometer picanha e nem abóbora entregar é um golpe ao processo eleitoral, porque fez falsidade ideológica: prometeu uma coisa e não cumpriu.

O que hoje está tentando se fazer aqui é aquilo que o Lula falou para o ditador: narrativa. Se contar a narrativa correta, as coisas passam. Se contar a narrativa correta, censura a Jovem Pan. Se contar a narrativa correta, censura os Deputados. Se contar a narrativa correta, prende humorista. Se contar a narrativa correta, coloca um pau-mandado do Governo para aqui, durante a CPMI, mudar a verdade dos fatos. Mas o povo não cai nessa narrativa. O povo não cai nessa conversa fiada. O povo está assistindo a cada um de vocês.

Enquanto a ditadura não está 100% implantada, censurando a internet, que é desejo de muitos, enquanto essa ditadura não está 100% implantada, as mensagens que correm nos WhatsApp e Telegram de todo mundo são pedindo intervenção divina, para que Deus, de alguma maneira, intervenha no nosso país e não deixe seguir os rumos que ele está seguindo.

Cada dia que se passa, Eduardo, cada dia que se passa, Feliciano, a gente vê mais uma medida arbitrária, abusiva, e o Senado prostrado, cúmplice, aprovando todas as medidas. Golpe é o que está acontecendo; não é troca de mensagens de uma pessoa indignada, insatisfeita com o resultado.

Pedir, todo mundo pode pedir – pedir, todo mundo pode pedir. Se pegar as falas do Randolfe, o que ele já pediu no passado, o que o Randolfe já pediu, o que ele já deu de chique aqui neste Senado, na Câmara, pedindo...

(Soa a campainha.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – ... de tudo quanto é tipo de coisa... Se fosse pelas falas dele, ele estava preso. Se fosse pelas falas do Boulos, ele estava preso. Se fosse pelas falas do Janones, ele estava preso. Pedir, todo mundo pode pedir. Agora, o fato é: foi feito? Não. Então, acabou. Foi feito? Não. Então, acabou.

Senador Magno Malta, algum dos pedidos foi atendido? Não foi. Então, acabou. Acabou a narrativa. Não tem essa conversa fiada.

O que eu quero finalizar aqui, Sr. Presidente, é que a CPMI tem um papel fundamental de trazer a verdade. E o senhor está conduzindo de uma forma que está sendo respeitada por todos os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares, porque a verdade está aparecendo a cada dia de sessão desta CPMI. E eu, como não membro, tenho prazer de participar.

Meu nome é Abilio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, no tempo da Liderança do Governo, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela Liderança.) – Obrigado, Presidente.

Coronel Lawand, na pasta que orientou o seu depoimento, no curso do depoimento... Não irei lhe perguntar, não irei perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tá. Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Mas o Coronel Lawand, na pasta que utilizou no início do seu depoimento, estavam algumas observações do tipo, Senadora Eliziane: "Se alimentar, não aloparr, não gesticular, sem 'cagoete', não perca o emocional, mãos juntas, oração, cara serena."

Eu fiquei na dúvida – e não vou perguntar – se era "sem 'cagoete'" ou "não caguetar". Essa é uma dúvida que também, mesmo num momento de inquirição, não caberia lhe perguntar – e não estarei lhe perguntando neste momento –, porque eu acho que o que o senhor falou aqui o colocou em uma situação difícil não é com a Relatora, não é com o conjunto dos Parlamentares. A própria base, vinculada aos ideais seus aqui, que o colocou em uma situação difícil. Eu acho que o senhor está numa situação difícil no Exército Brasileiro, que o senhor jurou honrar. O Exército Brasileiro que o senhor jurou honrar...

E deixa eu lhe dizer uma coisa – e o senhor deve ter aprendido isto na escola militar: o Brasil não tem partido e o Brasil não é um partido, porque o Brasil é uma nacionalidade. O Brasil somos todos nós. O Brasil não é de direita, não é de esquerda, não é de centro. O Brasil é o sentimento da nacionalidade que nos une. Eu não imaginei nunca que eu tivesse que dizer isso para um Coronel do Exército, porque o sentimento de nacionalidade que nos une deveria ter ensinado ao senhor que não existe nada acima do respeito à Constituição; que não existe nada...

O Exército que o senhor jurou defender, em nome do país que o senhor jurou defender, deveria ter ensinado, sobretudo, ao senhor que a sua instituição foi fundamental na formação da nossa identidade. O senhor deve ter aprendido que a sua instituição forjou a nacionalidade, em Guararapes, no século XVIII. O senhor deve ter aprendido que a sua instituição, o Exército Brasileiro, foi fundamental para a fundação do Brasil no século XIX, junto com o Senado. E o senhor deve ter aprendido que, no contexto, a sua instituição tem alguns princípios fundamentais, que é a defesa da ordem democrática. E a ordem democrática pressupõe o respeito à vontade do povo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, querendo ou não; alguns, querendo ou não; houve um resultado democrático de eleições no dia 30 de outubro de 2022. O senhor, como Coronel do Exército, não era mais um qualquer, que poderia falar da forma que quisesse. O senhor é Coronel do Exército, com porte de arma, com poder de armas, talvez com contingente à sua disposição. O senhor não poderia, entre outros termos, dizer para o Sr. Coronel Cid, ajudante de ordem do então Presidente da República: "Meu amigo, na saída do QG, encontro o [...] [Sargento] Coter. Foi uma conversa longa, mas para resumir, se o [...] Exército Brasileiro receber a ordem, cumpre prontamente. De moto-próprio o [...] [Exército Brasileiro] nada vai fazer porque será visto como golpe. Então, está nas mãos do [...] Presidente [da República]".

Acintar contra a democracia, atacar contra a Constituição, tentar corromper o resultado de uma eleição democrática, ocorrida no 30 de outubro anterior, isso – me permita dizer – enxovalha a sua farda como Coronel do Exército, enxovalha a honra do Exército Brasileiro.

Eu quero lhe dizer aqui, do fundo do coração, para o senhor e para os seus advogados: os seus advogados deveriam orientá-lo "a parte 'não caguetar', desconsidere". A sua situação no Exército Brasileiro hoje é difícil, porque você indignou. A sua situação, do ponto de vista penal, é difícil. Então, não caia nas orientações de não falar, de não confirmar o que foi dito...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... de não testemunhar conspiração, porque, no seu depoimento a esta CPMI no dia de hoje, o senhor deixou claro uma coisa, Presidente: ocorreu uma tentativa de golpe de estado com a atuação direta de oficiais das Forças Armadas, para vergonha das Forças Armadas brasileiras, para vergonha do Exército Brasileiro, porque desonraram o compromisso de honrar a pátria quando fazem isso, para vergonha deles. E, por conta disso, tiveram três vítimas: a democracia deste país, a República e o nosso Governo.

E o ponto alto dessas conspirações que o senhor tramou, porque não tem outro termo para isso daqui, o ponto alto dessas conspirações que o senhor tramou foi a tentativa no 8 de janeiro. Fracassaram! Então, eu o aconselho: pense e reflita com seus advogados. O melhor que o senhor tem a fazer é falar, é dizer a verdade sobre quem foram os agentes da conspiração. Faça isso em honra da farda do Exército, que o senhor veste.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador Randolfe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, aqui, Senadora Eliziane.

Presidente, eu gostaria de fazer aqui um questionamento final ao depoente, porque o Senador Randolfe traz uma informação que é pertinente, quando ele fala que o depoente estaria com uma orientação... Até para esclarecer para a gente, Coronel. Quando ele fala "não cagoete" ou "não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caguetar", ou seja, não entregar ninguém, não, na verdade, delatar, não trazer nenhuma contrainformação a esta Comissão...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Vocês querem saber a tese de defesa? A tese de defesa do depoente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu queria só apenas que o senhor me explicasse se é de caguetar ou de caguite. O que é essa informação que o Senador Randolfe traz, que, aliás...

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR (Para expor.) – A senhora me permite?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Claro! É pertinente.

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Caguite é isso aqui, é ficar assim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não; é a dúvida.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Leram errado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, o senhor foi orientado a não fazer isso?

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Fora do microfone.) – Não é "caguite", é "cacoete".

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Então, eu vou dizer cacoete.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas na leitura que está exposta... É apenas a título...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Cacoete, no Nordeste, é o "cesto".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu quero apenas esse esclarecimento, porque é pertinente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Coronel, o senhor tem algum "cesto"?

O SR. JEAN LAWAND JUNIOR – Então... Não, eu não tenho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, a orientação veio no sentido de não ter tiques nervosos?

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Isso! Perfeito!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – V. Sa., então, foi orientado a ter um equilíbrio que V. Sa., durante todo o depoimento, deixou muito claro que não tinha como justificar as informações claras, na verdade, do seu telefone.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – A Relatora está feliz que o senhor não fez o seu tique.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Relatora.

Senhores, em primeiro lugar, eu quero registrar a presença dos advogados: Dr. Itamar Teixeira Barcellos e Dr. Ruyter de Miranda Barcelos.

Quero colocar em votação a Ata da 6ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Coronel Jean Lawand, eu quero dizer que esta, para mim, foi a reunião mais difícil como Presidente da CPMI. Mais difícil, Coronel, porque, intimamente, eu acho que o senhor faltou com a verdade. Intimamente, foi o sentimento que eu tive. Entretanto, eu sou um legalista. Uma coisa é você dizer que alguém falta com a verdade se você, por exemplo, diz que não esteve na Praça dos Três Poderes no dia 8 e aparece uma filmagem objetiva, mostrando o senhor na praça, no dia 8 – certamente, eu teria uma prova material para comprovar que se tratava de uma mentira. Outra coisa, entretanto, é quando o senhor interpreta aquilo que o senhor escreveu, e o senhor traz uma interpretação que, por mais desconexa que possa parecer, e é, eu não posso, de maneira material, afirmar que o senhor está mentindo.

Eu fiquei tão incomodado com isso... Porque a apreciação de provas requer um treinamento, um treinamento que eu, que sou advogado, sou mestre em Direito Econômico, não tive. Fiz questão de me levantar desta cadeira e chamar o único que teve esse tipo de treinamento aqui, na Comissão, o ex-juiz e hoje Senador Sergio Moro. E ele revelou uma interpretação igual à minha, a de que, de fato, o senhor estava, naquele momento, respondendo para não se incriminar e que eu não poderia interpretar aquilo apenas por uma suposição em relação àquilo que o senhor estava dizendo.

Eu sou um legalista, e me orgulho muito disso. Na dúvida, eu acho que deve prevalecer a inocência das pessoas. Entretanto, eu não posso deixar de dizer que eu olho com imensa tristeza o que aconteceu no Brasil desde a eleição até o dia 8 de janeiro e até o que veio depois, porque o senhor está aqui diante de um homem que admira profundamente o Exército Brasileiro. Eu sou um admirador do Exército Brasileiro. Eu não me conformo com as narrativas tão pejorativas ao Exército, que sempre estão atribuídas ao que aconteceu entre o golpe de 64 até a redemocratização do nosso país. O nosso Exército foi muito achincalhado, foi condenado por esses 21 anos, como se o Exército fosse uma instituição que torturou, que quebrou o país com um plano econômico, sem dúvida, apocalíptico e que todo aquele processo de redemocratização colocava o Brasil bom de um lado e o Exército, as Forças Armadas, de outro lado. A história do Exército então é essa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Exército Brasileiro foi fundamental na fundação do nosso país. Lá na minha Bahia, no 2 de julho, nós comemoramos aquilo que é a gênese do Exército Brasileiro, quando, pela primeira vez, o povo brasileiro – o branco, o negro, o índio – se uniu para botar os portugueses para fora das nossas fronteiras. O Exército conviveu com o Brasil Colônia... Conviveu com o Brasil Colônia, não... Conviveu com o Brasil Colônia, depois, com o Brasil Império... O Exército foi fundamental para a proclamação da República e fundamental na defesa das nossas fronteiras e tantas outras coisas positivas para o nosso país.

O Exército é, sem dúvida, uma instituição democrática. Eu não tenho dúvida disso. Uma instituição que tem um profundo compromisso com a democracia, e foi esse compromisso com a democracia que barrou pessoas que, de uma maneira absolutamente antidemocrática, cogitaram que deveríamos interromper o processo democrático brasileiro, que deveria acabar com o Estado democrático de direito. Nós vimos, depois da eleição, as pessoas se colocarem à frente dos quartéis pedindo a intervenção militar.

Ora, colocar-se na frente de um quartel pedindo a intervenção militar, obviamente, é um crime, porque estão ali solicitando que haja uma intervenção pela força, pelas armas, para impedir que o processo democrático brasileiro, construído com tanta dificuldade, fosse aniquilado.

Eu tenho certeza de que tudo aquilo que aconteceu nas portas dos quartéis deveria ter sido barrado, de qualquer maneira. Não importa se quem estava ali era um parente de militar. Não importa quem eram. Era necessário, sim, ter havido uma resposta imediata e dura contra aquilo.

Agora, obviamente, as pessoas que se colocaram na frente dos quartéis, obviamente aquele outro que esteve aqui e que colocou uma bomba nas imediações do aeroporto de Brasília, obviamente que essas pessoas que têm um comportamento golpista, que têm um comportamento antidemocrático – aí, meu caro Deputado André Fernandes, eu falo golpista –, eu não tenho dúvida de que aqueles que estavam na porta dos quartéis, pregando contra a posse de um Presidente em quem eu não votei, mas que ganhou a eleição, são golpistas. Eu não tenho dúvida disso. Dúvida nenhuma. Não quero dizer que, com isso, houve um golpe de Estado, porque uma coisa é a intenção individual de A, de B, de C. Outra coisa é um golpe de Estado, que é algo muito mais organizado, mas não tenho dúvida de que os militares que assumiram essa postura de querer impedir a posse de um Presidente democraticamente eleito, aqueles que pregaram na porta dos quartéis uma intervenção dos militares, saindo da sua função constitucional de defender a democracia para tomar, através das armas, o controle da nação, sem dúvida, essas pessoas cometeram crime e precisam ser punidas. Eu não tenho dúvida disso.

Portanto, eu quero dizer, meu caro Coronel, que, realmente, eu tive hoje um dia muito difícil, porque, o tempo inteiro, eu achei, eu entendi que o senhor estava faltando com a verdade, mas fiz de tudo para manter o meu lado legalista de não poder interpretar, de acordo com o meu sentimento e não com a prova material para comprovar, que o senhor estava faltando com a verdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu tenho, em nome de todo povo brasileiro, a certeza de que esse tipo de comportamento que envergonha as Forças Armadas não é o comportamento do Exército do meu país. O Exército do meu país tem grandes serviços prestados ao meu país. O Exército Brasileiro é motivo de orgulho para todos os brasileiros. E não será a conduta individual, equivocada, maligna de alguns que vai destruir a imagem do Exército Brasileiro.

Portanto, eu quero dizer que, ao fim e ao cabo desta reunião, depois de tantas falas, o senhor veja que o senhor é o primeiro depoente que vem aqui e que não consegue sequer ter o apoio dos Deputados todos da oposição.

Como ontem, eu vi aqui um militar, a meu ver, um homem digno e honrado, saiu daqui, e a imprensa do Brasil e todas as pessoas aplaudiram aquilo que ele falou, sentiram convicção e certeza de que ele estava falando a verdade e que, portanto, não se trata de uma posição aqui deste Colegiado de ser contra ou a favor dos militares, mas, sim, de buscar a verdade. E nós vamos continuar buscando a verdade.

Eu tenho dito sempre que esta CPI não busca identificar as culpas pessoais de cada um, mas, com certeza, identificar o que aconteceu, essa vertigem que a democracia passou nesse período, nessa quadra triste da nossa história, em que tantas pessoas se colocaram contra as instituições democráticas.

Nós estamos perseguindo um objetivo para responder, ao final do nosso trabalho, se, de fato, houve ou não uma tentativa de golpe de Estado aqui no nosso país. Estamos avançando com esse propósito, mas certamente essas pessoas haverão de ser punidas pelo Poder Judiciário, que já está bem adiante de nós nessas investigações, mas, nós, nós aqui neste Colegiado haveremos de dar uma resposta histórica ao Brasil para dizer o que, de fato, aconteceu. Porque, afinal de contas, todas as pessoas que querem e têm interesse de identificar o que de fato aconteceu estão nos assistindo agora, assistindo-nos através da TV Senado, da TV Câmara, da nossa imprensa livre e democrática do Brasil, e essas pessoas também estão formando um juízo de valor para que possam ver com seus próprios olhos o quão ameaçada foi a democracia brasileira, que foi construída a tão duras penas e o quanto nós precisamos nos organizar para, de mãos dadas, de braços dados, armados com a convicção da democracia, da liberdade, defender o Estado democrático de direito.

Essa é a minha posição, e eu tenho certeza que é a posição dos membros desta CPMI.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Deputado André Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu não vou conceder mais pela ordem porque eu não vou debater com V. Exa. Não tem mais nenhuma questão de ordem a esse respeito.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não é debate, Sr. Presidente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(Tumulto no recinto.)

(Interrupção do som.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Não foi definido. Era isso que eu ia falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – ...acesso aos documentos. Presidente, eu já assinei. Eu quero acesso aos documentos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já que é questão do acesso aos documentos...

Vou reabrir a sessão, então...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Por favor

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ...apenas para colocar que está em votação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... está em votação aquilo que foi apresentado aqui pela Secretaria da Mesa.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se alguém tiver algum assunto para tratar referente a esse documento, está aberta a palavra.

Pois não, Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, primeiro, eu não sei... foi feito um acordo onde se diz aqui que para falar como Líder ou tem que ser da base do Governo ou de oposição. Eu não sou nem da base do Governo, nem da oposição. Eu sou independente e quero a verdade.

Então, eu pergunto a V. Exa.: só terá acesso – inclusive aqui no art. 6º, provavelmente virá essa questão – só quem é declarado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Acesso a quê, Deputado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não, é que aqui, Presidente, no art. 6º diz assim: O Presidente poderá adotar critérios ainda mais rigorosos para o acesso a documentos sigilosos específicos, inclusive limitando quais membros e servidores farão jus ao referenciado acesso, bem como se valendo do uso da Sala de Documentos.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Olha, eu acho que é essa a redação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu acho que essa coisa de limitando quais membros, isso eu não vou fazer.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, eu vou tirar "quais membros" aqui, porque não faz nenhum sentido. Todos os membros da CPMI têm direito.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Isso, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, eu quero que a Mesa faça esse reparo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Sr. Presidente, investigados têm o mesmo direito? Investigados têm o mesmo direito?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada... Senadora Simone Thronicke, Soraya Thronicke, nós já falamos desse assunto aqui várias vezes. Quem está na Comissão não é mais nem menos Deputado, nem Senador do que eu ou V. Exa., portanto, todas as pessoas que estão na CPMI têm acesso ao documento.

Eu quero registrar, mais uma vez... aliás, a imprensa fez questão de dizer hoje uma inverdade, quando colocou que a Presidente do Supremo Tribunal Federal havia negado o acesso da CPMI aos relatórios e aos inquéritos que estão tramitando no Supremo. Não é verdade. Inclusive, já chegaram do Supremo Tribunal Federal documentos sigilosos.

O que a ilustre Presidente do Supremo Tribunal Federal colocou foi aquilo exatamente que eu já disse publicamente na imprensa e aqui na CPMI: ela disse que os inquéritos que ainda têm diligência – estão em diligência – não serão encaminhados agora, obviamente para que as diligências possam ter efeito.

Essa foi a única colocação e foi exatamente o que o Presidente do inquérito – dos inquéritos –, o Ministro Alexandre de Moraes, me disse: que, daquela data em que nós encontramos, nos 45 dias avante, ele encerraria todos os inquéritos e passaria os inquéritos para esta CPMI, que estão em segredo de justiça.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, obviamente que não pode passar inquéritos que estão em diligência. Isso é óbvio, a Justiça está investigando.

Então, essa é a única questão.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, só concluindo aqui a minha fala, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pera aí, um instante. Um instante.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só para concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante.

Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – A minha sugestão, inclusive, com relação ao art. 6º, é excluir o art. 6º, total, que não tem sentido da forma como está redigido.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Essa é a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pera aí.

Eu concordo com V. Exa.. Vamos excluir o art. 6º.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, a nossa assessoria dialogou com a Comissão, com a Mesa da Comissão, e apresentamos algumas sugestões.

A informação que nós tivemos é de que as sugestões foram acatadas.

A Mesa confirmando isso, nós não nos opomos a fazer essa aprovação simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Bom, como V. Exa. sabe, eu estava aqui presidindo, mas o Secretário da Mesa informa que foi acatado. Então, está tudo o.k.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Da nossa parte, nós concordamos.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Pela ordem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pela ordem, Deputado Abilio Brunini.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – O senhor me ouve? Está ouvindo aí? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só fazer uma pergunta pro senhor.

Eu gostaria de, sempre que puder, me inscrever e interpelar, e eu tenho visto que, recorrente, tem sido atacado sobre a questão de ser membro ou não membro, e, como o senhor mesmo disse em falas anteriores, o que não é membro apenas não tem direito a voto e tem o tempo reduzido da sua participação na CPMI, que seria de três minutos.

Contudo, Sr. Presidente, uma das questões que colaboram com que os não membros tenham acesso à informação, até mesmo para poder interpelar, é ter acesso a algumas informações.

A informação que é sigilosa, eu entendo que ela pode ser sigilosa, de certa forma, a algumas pessoas, mas, contudo, Sr. Presidente, somos Parlamentares que querem ter acesso à informação para poder fazer questionamento, senão as informações que eu devo ter acesso serão apenas por vazamentos na imprensa, e isso me prejudica no poder de exercício do Parlamentar de poder questionar as pessoas que são testemunhas ou investigadas, com amplo direito à informação.

Eu só peço ao senhor – eu não sei se é possível, se não for possível disponibilizar de maneira virtual ou alguma coisa para os não membros –, que seja pelo menos possível o acesso físico, de a gente poder ir ali, verificar os documentos, para poder ter acesso à informação e fazer questionamento, porque senão a gente fica em desvantagem, no sentido de querer perguntar aos investigados.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Brunini, esse procedimento é um procedimento que foi adotado, até hoje, em todas as CPIs e CPMIs que aconteceram no Congresso Nacional.

É mais fácil V. Exa. conseguir perante a bancada que o senhor representa que o senhor se torne membro da CPMI. O Senador Marcos do Val se afastou da CPMI. O senhor pode tomar o lugar dele, mas isso nós não podemos fazer porquanto seja uma regra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não pode, Deputado. Eu não vou mudar uma regra, histórica, apenas para que a gente possa conceder a esta CPMI, mesmo achando, entendendo a posição de V. Exa.

Pois não, Senadora Soraya Thronicke.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, no final de todas as reuniões, tanto um membro da Oposição quanto um membro da base têm direito a cinco minutos. Eu gostaria que V. Exa. desse aos membros declarados independentes também cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou fazer isso, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Por que não?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Porque a gente tem aqui dois blocos que estão se colocando, mas a gente fez um acordo, e sabemos que têm alguns... O direito... A gente tem, na Câmara e no Senado, bloco da Maioria e bloco da Minoria. Foi em nome desses dois blocos que nós colocamos. Eu peço que a senhora entenda...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... porque isso vai trazer, sem dúvida, uma solicitação de vários outros tempos, e isso vai prejudicar imensamente o nosso trabalho. Afinal de contas, isso é apenas... Isso, na verdade, quando foi colocado, foi apenas para resolver um assunto de uma dificuldade que alguém tem. Então, eu tenho certeza de que, se a senhora chegar um dia atrasada, eu tenho certeza de que a senhora vai conseguir usar esse tempo.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador Magno Malta.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Posteriormente, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Como V. Exa. havia encerrado a sessão e reabriu outra, eu estou até com medo de todo mundo se inscrever e a gente ter que ir até 1h da manhã.

Mas a minha fala neste momento é me solidarizando, já que estamos no Estado democrático de direito, onde se fala tanto em ato antidemocrático e democracia, se estamos numa democracia, eu quero me solidarizar com o jornalista Pavinatto. Hoje foi com ele, amanhã será com outro qualquer. E essa moda não pode pegar, já que estamos vivendo num Estado democrático.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, eu vou pedir a V. Exa. que a gente faça apenas a questão de ordem. Não foi isso que nós combinamos, Senador.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Sobre o documento, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – A Ordem do Dia foi aberta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Assim o senhor desmoraliza o nosso trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu interrompi a fala do Deputado André Fernandes porque ele não estava fazendo uma questão de ordem, porque já acabou a sessão.

Assim V. Exa. desmoraliza o nosso trabalho, Senador.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Eu estava fazendo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não há... Eu vou cortar a palavra de V. Exa. Por favor, se V. Exa. quiser falar...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Mas eu não fiz questão de ordem.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Presidente, sobre o documento...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, eu não estou considerando...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – O senhor não me deu a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu dei a palavra pro senhor fazer uma questão de ordem.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Não é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas, então, se não é questão de ordem, o senhor está sem a palavra.

Próximo orador inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Questão de ordem, eu vou ter que citar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Próximo orador inscrito. Senadora Damares, por favor.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Para questão de ordem, eu tenho que citar o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Às vezes...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu não vou falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. pode falar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu não vou falar?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. pode falar sobre este assunto, que é sobre os documentos sigilosos.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Mas questão de ordem eu não fiz...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não vai falar, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não fiz questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. não vai falar sobre isso.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não fiz questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O único assunto que está em pauta é esse.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Mas eu não fiz questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não é questão de ordem, mas a gente está tratando apenas desse assunto.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor não vai falar.

Senadora Damares, pode falar.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Eu não posso me solidarizar com um jornalista? Com uma emissora atacada?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Usasse no seu tempo, no seu tempo, no seu tempo.

Pode falar, Senadora.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – É uma nova sessão. O senhor sabe, não é?

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, apenas para...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – É uma nova sessão, porque o senhor fechou essa e abriu outra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Apenas para...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Ou a gente não conhece nada aqui?

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – ... o andamento do nosso acesso aos documentos sigilosos.

Os governistas disseram que apresentaram sugestões à Mesa e que se dão por satisfeitos.

As sugestões de que o Deputado falou já estão nesse texto ou são novas sugestões? Se são novas sugestões, a gente precisa ter uma outra redação desse documento.

Minha segunda colocação, Presidente: eu já fui assessora em CPI inúmeras vezes e sei o que nós, assessores – eu ainda me sinto assessora –, passamos lá na sala sigilosa... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Esse documento já está disponibilizado.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Não, Presidente, eles aceitam do jeito que está, apenas excluído o art. 6º...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, Senadora Damares, foram colocadas algumas modificações. A Mesa já disponibilizou um outro documento. Se houver alguma coisa de que V. Exa. discorde, podemos discutir agora.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Não, é que eu não entendi se eles estão apresentando mais sugestões para os acessos ou se eles já apresentaram e já é esse documento que a gente tem em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É aquele documento que está na mão dela? (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – O.k.

A segunda proposta, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Esta é uma CPMI que eu acho que vai ser uma das que vai bater recorde em volume de documentos, dado o número de requerimentos que nós aprovamos e outros que virão. Só horas de vídeos... Nós vamos ter que assistir em torno de 500 horas de vídeo. Então, os nossos assessores estão trabalhando muito. A pergunta é: é possível aumentar o número de um para dois assessores por Parlamentar?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, senhora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse foi um acordo... Um membro por Parlamentar já significa que 128 pessoas terão acesso a esses documentos. São documentos sigilosos. Se a gente ampliar isso pra mais 64, nós vamos pra quase 200 pessoas. São documentos sigilosos, isso é autoexplicativo.

Pois não, Deputado André.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Se ligarem o microfone...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E desculpe, porque eu achei que V. Exa. realmente queria debater sobre a minha fala, mas...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sei pedir desculpas quando estou errado. Então eu errei com V. Exa.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Pela ordem.*) – Nada! Parabéns pela condução. Sempre que estou aqui, eu deixo claro que tem sido com excelência a sua condução nesta Comissão. Então, parabéns!

A minha questão de ordem realmente seria de acordo com o art. 6º, que foi contemplado, que era para tratar sobre esses documentos. Aproveito para saber se existe alguma previsibilidade sobre a próxima oitiva ou próxima reunião desta CPMI.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós pretendemos... Já determinei à Secretaria da Mesa que, na próxima terça-feira, ouviremos o Tenente-Coronel Mauro Cid e, na quinta-feira, realizaremos uma sessão deliberativa desta Comissão.

Mais alguém?

Pois não, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. *Pela ordem.*) – É só uma sugestão procedimental, Presidente. Acho que até já falei em privado com V. Exa. que, nessas convocações de testemunhas ou investigados, nós já pudéssemos colocar na convocação esses alertas do direito ao silêncio para que evitássemos esses sucessivos *habeas corpus* do Supremo, que tem sido ponderado nas decisões. Mas, sem que houvesse esses *habeas corpus*, eu tenho absoluta convicção de que V. Exa. manteria o direito, respeitaria os direitos fundamentais das pessoas aqui chamadas. Então parece, fica a impressão, que esta Comissão precisa de uma tutela do Supremo Tribunal Federal, o que não é verdade. Então, nessas convocações, eu sugeriria que fosse colocado expressamente que seria resguardado o direito ao silêncio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o direito a não responder perguntas que tivessem potencial incriminatório, e a pessoa chamada na condição de testemunha então deveria dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. está certíssimo, Senador, e eu peço à Secretaria da Mesa que observe essas ponderações do Senador Sergio Moro e que na próxima convocação já constem essas orientações.

Senador... Deputado Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado pela profecia!

Apenas para falar sobre essas normas de acesso. Eu falei agora com a assessoria do Governo e disseram que as modificações que foram apresentadas aí já estão aqui nessa última ata, nesse documento que está no computador, apenas vai faltar a supressão do art. 6º. É isso? Só quero essa confirmação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exatamente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não havendo nada mais a tratar...

Botamos agora em votação o texto que está aí no computador a respeito do acesso aos documentos sigilosos.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Sem o art. 6º.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sem o art. 6º, Senador. Sem o art. 6º.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então está aprovado por unanimidade.

Não havendo nada mais para tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 05 minutos.)